

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

PAULINO VARELA TAVARES

**REMESSAS DOS TRABALHADORES EMIGRANTES E IMPACTOS
ECONÔMICOS: EVIDÊNCIAS PARA CABO VERDE**

**Porto Alegre
2010**

PAULINO VARELA TAVARES

**REMESSAS DOS TRABALHADORES EMIGRANTES E IMPACTOS
ECONÔMICOS: EVIDÊNCIAS PARA CABO VERDE**

**Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Economia da Faculdade de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS), para obtenção do título
de Doutor em Economia, ênfase em Economia do
Desenvolvimento.**

Orientador: Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

**Porto Alegre
2010**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

T231r Tavares, Paulino Varela
Remessa dos trabalhadores emigrantes e impactos econômicos: evidências
para Cabo Verde / Paulino Varela Tavares. – Porto Alegre, 2010.
000 f. : il.

Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em
Economia, Porto Alegre, 2010.

1. Emigração: Crescimento econômico: Cabo Verde. 2. Modelo
econométrico. I. Fonseca, Pedro Cezar Dutra. II. Universidade Federal do Rio
Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-
Graduação em Economia. III. Título.

CDU 314.723

PAULINO VARELA TAVARES

**REMESSAS DOS TRABALHADORES EMIGRANTES E IMPACTOS
ECONÔMICOS: EVIDÊNCIAS PARA CABO VERDE**

**Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Economia da Faculdade de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS), para obtenção do título
de Doutor em Economia, ênfase em Economia do
Desenvolvimento.**

Aprovada em: Porto Alegre, 09 de novembro de 2010.

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca – UFRGS/RS
ORIENTADOR

Prof. Dr. Eugenio Lagemann – UFRGS/RS

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról – UNB/DF

Prof. Dr. José Elesbão de Almeida – UERN/RN

Aos meus pais e familiares

A todos os Emigrantes Cabo-verdianos
In Diáspora

Ao Carlos Manuel Varela Tavares (Irmão)
In memoriom

Á Luciana Monteiro (Avó)
In memoriom

AGRADECIMENTOS

Antes de mais, agradeço a Deus pela vida;

Agradeço, profundamente, ao Professor Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca por aceitar, prontamente, o convite para ser meu orientador. Sugestões pertinentes, assim como as críticas necessárias, foram fundamentais para a elaboração desta tese. Muito obrigado professor;

À minha mãe (Dionísia Tavares Mendes Varela); aos meus irmã(o)s (Cisaltina; Victor; Fatinha; Djepa; Dionísio; e, Samira); aos familiares e amigos; muito obrigado;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da UFRGS – ênfase em Economia do Desenvolvimento – por transmitir, de forma qualitativa, os conhecimentos e oportunizar uma formação crítica e cidadã. Em especial, um agradecimento para os professores Dr. Gentil Corazza e Dr. Eugênio Lagemann pelas observações, críticas e sugestões proferidas na banca de qualificação do projeto de Tese.

Ao professor Dr. Eugênio Lagemann, mais uma vez, gostaria de agradecer pela disponibilidade de alguns dados sobre a economia cabo-verdiana; lembrar que o professor leciona no Mestrado em Gestão Pública na Universidade de Cabo Verde (UNICV); Muito obrigado;

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, especialmente a Iara, Aline, Raquel, Cláudia, Delourdes e Sandra (departamento de graduação em economia), pela agilidade e pronto atendimento; muito obrigado;

Aos funcionários e bibliotecárias da Faculdade de Economia da UFRGS, em especial à Fátima pelo apoio e amizade;

À Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES, Santa Maria), em especial aos colegas, amigos e a professora Fernanda Tonetto (ccordenadora do curso de direito); Aos funcionários da biblioteca da Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES, Santa Maria): Jean T. dos Santos; Alessandra S. Trein; Jucineide V. dos Santos; Nara M. Mallmann; Diego O. da Rosa; e, Paulo H. C. de Almeida;

Ao Centro Universitário Franciscano (UNIFRA, Santa Maria); aos professores e colegas Marcelo, Herton, Pereira, Raquel, Paula Tissiany, Alexandre e, em especial, aos professores Francisco Moriotti (Banco Central – Porto Alegre, RS) e Reisoli Bender; muito obrigado;

Aos amigos e familiares brasileiros:

Carlos Robalo; Rose Bender; Simone Bender; Marcelo Temp; pelo acolhimento, amizade e pronta ajuda; vocês fazem parte da minha família; muito obrigado;

Américo Souza; Dona Therezinha Farias Souza (Esposa); as filhas Christine Farias Souza, Luciane Farias Souza, Luciana Farias Souza; e ao meu amigo José Auguto Borba (Guto – esposo da Luciana); muito obrigado; Dalva Farias Perdomo (Irmã da Dona Therezinha);

Sandra Maria dos Santos Marques e filho Matheus Marques da Silva; Tânia Maria dos Santos Marques e Filha Victoria Marques de Paula; Sônia Maria dos Santos Marques; Muito obrigado;

À Dra. Rosane Rosa (UFSM) pelo apoio, compreensão, sugestões e muito carinho ao longo desta caminhada; muito obrigado;

Por fim, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, por conseguinte ao povo brasileiro pela oportunidade que me proporcionou em duas ocasiões, sendo que a primeira foi de 1997 a 2001 (Graduação em Economia) e a segunda de 2007 a 2010 (Doutorado em Economia). A UFRGS é a minha vida e não tem preço que paga. Também, a UFRGS está presente na vida dos cabo-verdianos através do Programa de Estudante Convênio – Graduação (PEC-G), do Programa de Estudante Convênio – Pós Graduação (PEC-PG) e na consolidação da primeira universidade pública (UNICV) no país. Muito obrigado.

O desafio de hoje consiste em formular políticas que maximizem o impacto positivo das migrações nos países de origem, ao mesmo tempo que limitam as suas consequências negativas. Para atingir este objetivo, as migrações devem fazer parte das estratégias de desenvolvimento nacionais, regionais e mundiais

In Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais
(Fundação Calouste Gulbenkian, Outubro 2005)

RESUMO

O processo de desenvolvimento da economia cabo-verdiana, historicamente, sofre com as restrições estruturais endógenas, tais como, condições naturais, já que o país é constituído por territórios insulares, chuvas irregulares e produção agrícola reduzida, restringidas condições financeiras do estado e do setor privado para investimentos em projetos estruturais de longo prazo, ausência de riquezas, exceto sol, vento e pessoas, e, por fim, a precária capacidade interna para investimento na infra-estrutura e setores estratégicos, tais como, o turismo, a energia, a agricultura, a pesca, o transporte, a educação, entre outras. Apesar dessas restrições, Cabo Verde vem apresentando, desde 1990, alguns avanços econômicos, sociais e institucionais, se comparada com a maioria das economias do continente africano. Existem, no âmbito oficial, várias explicações para esse desempenho. Mas, nesta tese procuramos problematizar o desempenho da economia, a partir do setor da emigração, mais especificamente, a relação entre as Remessas dos Trabalhadores Emigrantes (RTE) e o crescimento econômico do país. Concluímos que as RTE além contribuírem para o crescimento e desenvolvimento da economia cabo-verdiana, em geral, a *Diáspora* Cabo-verdiana é indispensável para a construção de políticas que visam potencializar e acelerar as ações que reforçam a multiplicação dos canais de desenvolvimento no país. Por isso, é fundamental o reconhecimento político e econômico da participação dos emigrantes no desenvolvimento nacional visando não só à sustentabilidade das remessas, mas também à construção de novos arranjos institucionais que priorizem a valorização dos quadros da Diáspora e reformular as políticas de cooperação diplomática com os países anfitriões. Essas ações são importantes porque reforçam os laços da comunidade emigrada com o país de origem, potencializa o desenvolvimento de políticas de integração e proteção das respectivas comunidades, além da difusão das informações sobre as oportunidades de investimento no arquipélago. Logo, concentrar os esforços para atraírem os Investimentos Estrangeiros de Origem dos Emigrantes Cabo-verdianos (IEOECV) significa, sem dúvida, agregar e modernizar a trajetória do crescimento econômico do país.

PALAVRAS - CHAVE: Economia dos Emigrantes. Vulnerabilidade Externa. RTE. Crescimento Econômico. IEOECV. Cabo Verde.

ABSTRACT

The process of development of the Cape Verdean economy, historically suffers from endogenous structural constraints, such as natural conditions, since the country is composed of island territories, erratic rainfall and reduced agricultural production, limited financial conditions of state and industry private investment in long-term structural projects, lack of wealth, except the sun, wind and people, and, finally, poor internal capacity for investment in infrastructure and strategic sectors such as tourism, energy, agriculture, fishing, transport, education, among others. Despite those restrictions, Cape Verde has been showing since 1990, some economic, social and institutional advances, as compared with most economies in Africa. There, under official number of explanations for this performance. But in this thesis we try to confront the economy's performance from the sector of emigration, more specifically, the relationship between workers' remittances (RTE) and the country's economic growth. We conclude that the RTE contribute to the growth and development of the Cape Verdean economy, in general, that the Cape Verdean *Diaspora* is indispensable for the construction of policies to increase and accelerate actions that reinforce the multiplication of channels development in the country. Therefore, it's essential to recognize the political and economic participation of emigrants in national development aiming at not only the sustainability of remittances but also the construction of new institutional arrangements that give priority to the recovery of the Diaspora frames and framing policies for diplomatic cooperation with the host countries. These actions are important because they reinforce the bonds of community emigrated to the country of origin, potentiates the development of integration policies and protection of respective communities, beyond the dissemination of information on investment opportunities in the archipelago. Therefore, focus efforts to attract Foreign Investment in Origin of Cape Verdean Emigrants (FIOECV) means, no doubt, add and update the trajectory of economic growth of country.

KEY-WORDS: Economics of Emigrants. External Vulnerability. RTE. Economic Growth. FIOECV. Cape Verde.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fluxo de migrações internacionais por categorias de qualificação (ou habilidade).....	58
Figura 2: RTE, IEOECV e Desenvolvimento Económico.....	201
Gráfico 1: Fluxo Migratório Global, 1990 - 2005	27
Gráfico 2: Migração líquida nos países da OCDE, 1956 - 2005 (em % da população)	28
Gráfico 3: Locais de destino da “Diáspora Cabo-verdiana” nos EUA (em %): 1997-1998.....	75
Gráfico 4: Países de Destino da “Diáspora Cabo-verdiana” na África Ocidental – 1997-1998.....	77
Gráfico 5: A Comunidade Cabo-verdiana (em %) na Europa Ocidental: 1997-1998	80
Gráfico 6: A “Diáspora Cabo-verdiana” na América do Sul: 1997-1998	82
Gráfico 7: RGTE entre 1990 e 2007 – em US\$ milhões	100
Gráfico 8: RGTE e RTE para Países em Desenvolvimento: 1990-2007 US\$ Milhões.....	101
Gráfico 9: RTE para Economias em Desenvolvimento versus Níveis de Renda	102
Gráfico 10: RTE versus Distribuição por Regiões (1990-2007): em US\$ Milhões	104
Gráfico 11: Principais países receptores das RTE: 2006 e 2007, em US\$ milhões.....	106
Gráfico 12: RTE/PIB das 12 Economias em desenvolvimento, 2007 (%).....	108
Gráfico 13: Países que mais enviaram Recursos ao Exterior: 2006 e 2007, em US\$ milhões.....	109
Gráfico 14: Fluxo de capitais para economias em desenvolvimento: 1990 e 2006: US\$ bilhões	111
Gráfico 15: Dados da exportação e importação em relação ao PIB de Cabo Verde: 1975-2007..	157
Gráfico 16: Participação (%) de cada país na importação cabo-verdiana (milhões de CVE): 1990, 2005 e 2007	158
Gráfico 17: Principais destinos das exportações cabo-verdianas (em milhões de CVE): 1991, 2006 e 2007.....	159
Gráfico 18: Situação Fiscal e Financiamento da Economia Cabo-verdiana, em % do PIB: 1995, 2000, 2003, 2005, 2006, 2007 e 2008.....	162

Gráfico 19: Dívida externa pública total (em US\$ milhões): 1991-2008.....	163
Gráfico 20: Evolução do estoque da dívida (% PIB): 2003-2008	164
Gráfico 21: Pagamentos da dívida por credores (em milhões de CVE): 1994-2008.....	165
Gráfico 22: Dívida desembolsada, serviço da dívida e taxa de cobertura das importações	166
Gráfico 23: Expansão Monetária Face às RTE em Cabo Verde: 2000-2008	171
Gráfico 24: Distribuição (%) das RTE por Município, Cabo Verde – 2001, 2005 e 2008.....	173
Gráfico 25: Dados sobre a distribuição (em %) e uso das RTE pelos familiares cabo-verdianos: 31/07/2009 – 17/09/2010	174
Gráfico 26: RTE (%) por países para Cabo Verde – 1990, 2004, 2007 e 2008.....	175
Gráfico 27: Teste de Resíduo.....	188
Quadro 1: Leis de Migração de Ravenstein.....	45
Tabela 1- Crescimento PIB e PIB per capita, 2002-2007.....	21
Tabela 2: Emigrantes de Cabo Verde Residentes em Portugal: 1980, 2000 a 2006.....	81
Tabela 3: Comércio com os países da CEDEAO (em milhões de CVE): 1995, 2005	161
Tabela 4: Depósitos dos emigrantes cabo-verdianos e dos residentes (em mil ECV): 2007-2008...	172
Tabela 5: Dados (em US\$) utilizados na regressão, 1975 - 2007.....	184
Tabela 6: Resultado da Estimação do Modelo, 1978 a 2007.....	187

LISTA DE ABREVIATURAS

BAD – BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

BADEA – ARAB BANK FOR ECONOMIC DEVELOPMENT IN AFRICA

BCV - BANCO DE CABO VERDE

BEI – BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

BES – BANCO DE ESPIRITO SANTO

BIRD – BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

BM/IDA – BANCO MUNDIAL / INTERNATIONAL DEVELOPMENT ASSOCIATION

BOPSY - IMF'S BALANCE OF PAYMENT STATISTICS YEARBOOK

C&T – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CEDEAO – COMUNIDADE ECONÔMICA DA ÁFRICA OCIDENTAL

CEE - COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA

CGD – CAIXA GERAL DE DEPÓSITO

CPLP – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA

CVE – ESCUDOS CABO-VERDIANOS

DGA - DIREÇÃO GERAL DAS ALFÂNDEGAS

DGT - DIREÇÃO GERAL DO TESOURO

EUROSTAT - STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES

FIDA – FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

GCIM - GLOBAL COMMISSION ON INTERNATIONAL MIGRATION

IAPE – INSTITUTO DE APOIO AO EMIGRANTE

IEOECV- INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DE ORIGEM DOS EMIGRANTES CABO-VERDIANOS

IED – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ISEG - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

IUR-PC – IMPOSTO ÚNICO SOBRE RENDIMENTO, PESSOAS COLETIVAS

IUR-PS – IMPOSTO ÚNICO SOBRE RENDIMENTO, PESSOAS SINGULARES

IVA – IMPOSTO SOBRE VALOR ACRESCENTADO

MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL

MPD – MOVIMENTO PARA DEMOCRACIA

NELM - NEW ECONOMIC OF LABOR MIGRATION

NEPAD – THE NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA’S DEVELOPMENT

ODA – AJUDA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

OCDE – ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

OI – OBSERVATÓRIO DO IMIGRANTE

OIM – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION

OMCV - ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE CABO VERDE

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

P&D – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

PAICV – PARTIDO AFRICANO DE INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

PAIGC – PARTIDO AFRICANO DE INDEPENDÊNCIA DE GUINÉ E CABO VERDE

PCN - ORGANIZAÇÃO PESSOA COMO NÓS

PEC-G – PROGRAMA DE ESTUDANTE CONVÊNIO – GRADUAÇÃO

PEC-PG - PROGRAMA DE ESTUDANTE CONVÊNIO – PÓS GRADUAÇÃO

PEID - PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PMA – PAÍSES MENOS AVANÇADOS

PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICA

RGTE – REMESSAS GLOBAIS DOS TRABALHADORES EMIGRANTES

RTE – REMESSAS DOS TRABALHADORES EMIGRANTES

SOMEC – SOCIEDADE METROPOLITANA DE CONSTRUÇÕES, S.A.

TI – TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

TIC – TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TSG – SUBGROUP OF THE MOVEMENT OF NATURAL PERSONS

UCIDI – UNIÃO CABO-VERDIANA INDEPENDENTE E DEMOCRÁTICA

UE – UNIÃO EUROPÉIA

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 FENÔMENOS MIGRATÓRIOS: ASPECTOS TEÓRICOS E A “DIÁSPORA CABO-VERDIANA”	27
2.1 Abordagens Teóricas da Migração	33
2.1.1 Migração Forçada – Versão Clássica e Neo-Marxista	34
2.1.2 Migração Espontânea – Versão Neoclássica.....	42
2.1.3 Migração: <i>Brain Drain</i> e <i>Brain Gain</i>	55
2.1.4 Migração e <i>Social Network</i>	62
2.2 Cabo Verde: Emigração, Diáspora e Desenvolvimento	66
2.2.1 A Emigração e a “Diáspora Cabo-verdiana”.....	69
2.2.2 “Diáspora” Versus Desenvolvimento no contexto da Globalização	83
3 REMESSAS DOS TRABALHADORES EMIGRANTES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	88
3.1 Remessas dos Emigrantes, Diáspora e Desenvolvimento Econômico	91
3.2 Remessas Globais dos Trabalhadores Emigrantes (RGTE): Análise Comparativa	99
3.3 Revisão da Literatura sobre as Remessas dos Trabalhadores Emigrantes	112
3.1.1 <i>New Economic of Labor Migration (NELM)</i> : Viés Neoclássico.....	115
3.1.1.1 Lucas e Stark (1985)	117
3.1.1.2 Funkhouser (1995)	121
3.1.1.3 Rapoport e Docquier (2005)	126
3.3.2 Versão Keynesiana das Remessas dos Trabalhadores Emigrantes.....	130
3.3.2.1 Glytsos (2002).....	130
3.3.2.2 Bertoli (2005)	137
3.3.2.3 Huang e Vargas-Silva (2005)	151

4 A CONTRIBUIÇÃO DAS REMESSAS DOS TRABALHADORES EMIGRANTES (RTE): EVIDÊNCIAS PARA A ECONOMIA CABO-VERDIANA	155
4.1 Dependência e Vulnerabilidade Externa da Economia Cabo-verdiana.....	156
4.2 Remessas dos Emigrantes e Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA)	170
4.3 Modelo Econométrico, Caracterização das Variáveis e Estimação.....	181
4.4 Novas Percepções, Empresários da Diáspora e Sustentabilidade das Remessas.....	189
4.4.1 Reconhecimento Institucional, Ações Diplomáticas e o Papel da Mulher Cabo-verdiana no Contexto da Emigração	192
4.4.2 Investimento Estrangeiro de Origem dos Emigrantes Cabo-verdianos (IEOECV)	200
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIAS.....	214
ANEXO A - Teste Raiz Unitária do PIB, 1978 a 2007.....	229
ANEXO B - Teste Raiz Unitária da FBK, 1978 a 2007	230
ANEXO C - Teste Raiz Unitária da RTE, 1978 a 2007	231
ANEXO D - Teste Raiz Unitária da ODA, 1978 a 2007	232
ANEXO E - Teste Raiz Unitária do D(PIB), 1978 a 2007	233
ANEXO F - Teste Raiz Unitária do D(FBK), 1978 a 2007	234
ANEXO G - Teste Raiz Unitária do D(EXPORT), 1978 a 2007.....	235
ANEXO H - Teste Raiz Unitária do D(RTE), 1978 a 2007	236
ANEXO I - Teste Raiz Unitária do D(ODA), 1978 a 2007	237
ANEXO J - Teste Raiz Unitária do D(IED), 1978 a 2007.....	238
ANEXO L - Localização Geográfica de Cabo Verde	239
ANEXO M - Discurso de Dr. Manuel Faustino no II Congresso dos Quadros Cabo-verdianos da Diáspora (2002, p. 32-35).....	240

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar as contribuições das Remessas dos Trabalhadores Emigrantes (RTE) no desenvolvimento econômico e social de Cabo Verde entre 1975 e 2007. Sabe-se que o interesse pelas análises econômicas e institucionais a respeito das remessas dos emigrantes, ainda que limitada, vem crescendo nos principais centros de pesquisas da emigração. Isso se deve a dois pontos.

O primeiro está relacionado ao volume monetário ou financeiro envolvido, considerando-se que as transações globais, tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento, evoluíram de 68,6 bilhões de US\$ em 1995 para 355 bilhões de US\$ em 2007, registrando uma expansão de 418% e correspondendo a 0,7% do PIB mundial (WORLD BANK, 2008).

O segundo fenômeno é exatamente os impactos econômicos e sociais que esses recursos externos suscitam especialmente nas economias em desenvolvimento – além desses dois importantes aspectos, outras indagações e análises são relevantes para qualificar, direta ou indiretamente, as contribuições da economia dos emigrantes no desenvolvimento dos países de origem, neste caso, Cabo Verde.

Ratha (2003, p. 157) deixar transparecer que os fluxos das remessas dos emigrantes é a segunda maior fonte externa de investimento para países em desenvolvimento, uma vez que são menos sensíveis às variações cambiais e, ao mesmo tempo, menos vulneráveis¹ às oscilações econômicas, se comparados aos investimentos privados externos que, em geral, em momentos de crise reduzem, ao máximo, a mobilidade dos recursos para as economias em desenvolvimento.

Entre 1990 e 2005, o fluxo das remessas dos emigrantes para os países pobres e em desenvolvimento obteve um crescimento sustentável se comparado com o investimento estrangeiro direto, *private debt & portfolio equity* e ajuda oficial para o desenvolvimento. Por exemplo, em 1990, a ajuda oficial dos governos e das instituições multilaterais aos países em

¹ Na compreensão de Ratha (2003), a baixa volatilidade (e baixa vulnerabilidade) das RTE está associada às decisões dos emigrantes. Ou seja, as decisões de enviar parte da renda aos países de origem não são afetadas pelas crises financeiras internacionais.

desenvolvimento representava 38% do total dos fluxos, 23% para *private debt & portfolio equity*, as remessas dos emigrantes em torno de 22% e, por fim, investimento estrangeiro direto (IED) 17%.

Mas entre 1990 e 2007 a taxa de crescimento das remessas, além de não apresentar, em nenhum momento, um comportamento cíclico, superou, em termos de volumes transacionados, a ajuda oficial de desenvolvimento (1995 a 2007) e a dívida privada (1998 e 2003), segundo dados do Global Economic Prospects (2006) e do World Bank (2008).

As observações expostas acima são fundamentais porque revelam que após 1990 as remessas dos trabalhadores emigrantes passaram a exercer um papel importante no comportamento do setor externo e no desenvolvimento interno das economias altamente dependentes dos recursos internacionais. Por este motivo, Solimano (2003, p. 11) afirma que “a importância econômica das remessas dos emigrantes vai além das limitadas interpretações estatísticas, frequentemente induzidas ou sugeridas pelos balanços de pagamentos oficiais”. Para tanto, o autor acrescenta que a preocupação com a mensuração e análise dos impactos dessas transferências monetárias nas economias receptoras vem se tornando cada vez mais importante porque revela a contribuição do setor da emigração para o desenvolvimento dos países de origem.

Na literatura sobre as remessas dos trabalhadores emigrantes fica evidente que esses recursos contribuem para aumentar a disponibilidade das reservas internacionais de um país, melhorar o desempenho do balanço de pagamentos, estimular a entrada de outras fontes de financiamento das atividades econômicas e, em muitos casos, para muitas famílias residentes no país de origem significa a mais importante fonte de acesso à cidadania. Esta constatação exprime a essência desta tese porque uma parcela significativa da renda disponível em Cabo Verde é originária dos recursos enviados pelos emigrantes.

Mas qual é a relação desses recursos com o desenvolvimento econômico e social de Cabo Verde? Como reconhecer, potencializar, direcionar e estimular da melhor forma possível o uso adequado das remessas para gerar impactos desejados, reduzindo a vulnerabilidade externa e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade da trajetória da economia cabo-verdiana? Quais são as políticas, estratégias e as recomendações institucionais ou econômicas que potencializam não só a

manutenção desses fluxos, mas também os efeitos multiplicativos, por exemplo, para Cabo Verde?

Esta tese procura abordar essas questões e a necessidade de um reconhecimento institucional da contribuição desse setor no desenvolvimento nacional e, por isso, torna-se urgente incorporar, a economia dos emigrantes nas grandes “opções do plano” de desenvolvimento do arquipélago. Por isso, acrescentamos que as remessas dos emigrantes só têm importância econômica e institucional se existirem nos países de origem, os canais e os mecanismos estruturais modernos que absorvem e direcionem esses recursos para investimento, geração e ampliação da renda, combate à pobreza e à fome.

Assim, relacionar o desenvolvimento de um país como Cabo Verde com a entrada de capitais externas, especialmente com as remessas dos emigrantes, significa não só enfatizar a própria importância desses recursos para o exercício da cidadania de milhares de famílias residentes no arquipélago, mas também destacar a audácia e a imperatividade com que os agentes econômicos, especialmente o Estado, deveriam se posicionar em relação a esses recursos e, com isso, usá-los como um instrumento de desenvolvimento. Ou seja, é necessário compreender, direcionar e integrar as remessas como uma estratégia ou um componente capaz de impulsionar o desempenho das variáveis internas, tais como, renda², poupança, investimento, consumo, desenvolvimento do setor financeiro nacional e, por fim, a remoção da fome, da pobreza e desigualdade regional e local.

O processo de desenvolvimento da economia cabo-verdiana, historicamente, sofre com as restrições estruturais endógenas, tais como, condições naturais, já que o país é constituído por territórios insulares; chuvas irregulares e produção agrícola reduzida; restringidas condições financeiras do estado e do setor privado para investimentos em projetos estruturais de longo prazo; ausência de riquezas, exceto sol, vento e pessoas; e, por fim, a precária capacidade interna para investimento na infra-estrutura e setores estratégicos, tais como, o turismo, a energia, a agricultura, a pesca, o transporte, a educação, entre outros.

² Neste contexto, em caso de uma relação entre as remessas dos emigrantes e o desenvolvimento econômico, via aceleração dos investimentos e consumo, é possível explicar a perspectiva do crescimento econômico de Cabo Verde, a partir da relação do setor da emigração.

Também as barreiras externas fazem-se presentes na dinâmica da economia cabo-verdiana, tais como: dívida externa, alta dependência da ajuda externa, déficits comerciais persistentes ao longo da história, déficits permanentes no balanço de pagamentos, condições institucionais insuficientes para a atração dos investimentos externos diretos, dentre outras. Logo, fica manifesto que historicamente a conjugação das limitações endógenas e exógenas constitui o principal empecilho que afeta não só o desenvolvimento econômico, mas também impede o aparecimento de qualquer iniciativa própria e estratégica para superar a própria debilidade da economia cabo-verdiana.

Tabela 1- Crescimento PIB e PIB per capita, 2002-2007³

Indicador	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Crescimento Real do PIB (variação percentual anual)	4.9	4.7	4.3	6.5	10.8	6.9
Crescimento Real per capita do PIB (variação percentual anual)	3.0	2.3	2.5	4.6	8.8	5.0

Fonte: Ministério das Finanças e Administração Pública, FMI e estimativas do staff (Apud Banco Mundial 2008, p. 6)

A despeito dos diversos obstáculos, Cabo Verde vem apresentando, desde 1990, alguns avanços econômicos, sociais e institucionais, se comparado com a maioria dos países do continente africano. Assim, cabe averiguar: apesar de Cabo Verde ser um país pequeno, insular e com limitadas condições estrutural, por que apresentou uma taxa média de crescimento anual do PIB de 6,3% entre 2002 e 2007 (Tabela 1)? Ou de 4% entre 1990 e 2007? Existem, no âmbito oficial, várias explicações para esse desempenho, tais como:

- os esforços do setor público, tendo como implicação a elevação da dívida;
- a abertura econômica e financeira dos anos 1990, esta focada na privatização das empresas públicas, especialmente, o setor financeiro;
- a expansão do setor do turismo⁴; e, por fim,

³ Os dados de 2006 são estimativas preliminares. Dados de 2007 representam as projeções.

- a ajuda externa, a partir dos projetos de reformas econômicas e institucionais, financiadas pelo Banco Mundial (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI), nos anos 1990 e 2000.

Sem menosprezar a importância dos esforços do setor público, das privatizações e da ajuda externa, esta tese procura problematizar o desempenho da economia cabo-verdiana, a partir do setor da emigração⁵, mais especificamente, a relação entre os recursos enviados pelos emigrantes e o desenvolvimento econômico e social do país. Deste modo, além das questões já mencionadas, outras são importantes para reforçar e complementar a problematização a que propomos, ou seja: em termos de impactos e/ou efeitos econômicos e sociais, as remessas dos trabalhadores emigrantes possuem a mesma importância para o desenvolvimento nacional, se comparada com a ajuda externa e o investimento externo direto?

A discussão que se levantará nesta tese refere-se ao setor da emigração, especialmente, indagando como as remessas dos trabalhadores emigrantes contribuem para o desenvolvimento e, por outro lado, avaliando as iniciativas que poderão potencializar e institucionalizar esses recursos como importante instrumento de desenvolvimento socioeconômico de Cabo Verde.

Quanto ao período de análise, toma-se como referência a independência de Cabo Verde (1975) até 2007. Essa fase é essencial porque apresenta o marco institucional do país ao romper com a metrópole colonial e, no segundo momento, a abertura política e democrática (multipartidarismo) dos anos de 1989/1990, além de se caracterizar pela ampla abertura comercial e financeira, pelas privatizações e pela intensa mobilidade da mão-de-obra para as economias desenvolvidas como a Europa Ocidental e os EUA⁶.

⁴ “O rápido crescimento económico de Cabo Verde baseia-se principalmente no investimento público e privado direccionado ao desenvolvimento de infraestruturas e turismo. Em 2006, as receitas do turismo representaram 19 por cento do PIB, enquanto em 2002 representaram apenas 10 por cento. O sector do turismo tem também promovido o crescimento noutros sectores, de forma mais notável no sector da construção, transportes, telecomunicações e serviços financeiros” (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 6).

⁵ Emigrante: aquele que sai de país de origem para residir, permanentemente ou temporariamente, em outro país, com a intenção de buscar trabalho e/ou residência.

⁶ Após os anos de 1980, houve um intenso deslocamento dos cabo-verdianos para a Europa Ocidental e Nordeste dos EUA à procura de melhores condições de vida.

Por isso, Buch, Kuckulenz e Manchec (2002, p. 3) acrescentam que a mobilidade dos trabalhadores emigrantes para as economias mais desenvolvidas é importante para o aumento das remessas aos países de origem, que de certa forma foi benéfica, em termos de volume transacionado, para Cabo Verde.

Nesse contexto, segundo dados do World Bank (2008), as remessas dos emigrantes para Cabo Verde saíram dos US\$ 24 milhões em 1977 passando por US\$ 59 milhões em 1990 e alcançando US\$ 139 milhões em 2007, registrando um crescimento em torno de 470% entre 1977 e 2007. Mas, se comparado ao período 1990 e 2007, o crescimento foi em torno de 135%, superando assim, os 111% de crescimento da média enviada, no mesmo período, aos países do norte e leste da África.

As remessas dos trabalhadores emigrantes cabo-verdianos sempre foram referenciadas, tanto pelo governo e instituições nacionais (Bancos Privados; Banco Central, INE⁷) quanto pelos organismos internacionais (Banco Mundial; FMI; UNESCO; União Européia) como sendo importante para o desenvolvimento do país. Essa observação sempre foi direcionada em favor do Estado cabo-verdiano porque, para o mesmo, as remessas (monetárias e/ou bens) representam uma das principais fontes da tributação.

Igualmente, tributar as remessas dos bens dos emigrantes cabo-verdianos e estimular os investimentos estrangeiros diretos parece um contra-senso porque, se os investimentos realizados pelos estrangeiros são percebidos como choques positivos (RATHA, 2003) e isentos de qualquer tributação, pergunta-se:

- i) por que tributar as remessas dos emigrantes que são capitais oriundas do exterior e de baixa vulnerabilidade por serem independentes das crises financeiras internacionais?;
- ii) por que razão o Estado cabo-verdiano não cria condições institucionais específicas que facilitem a canalização desses recursos para investirem em setores estratégicos do país?;

⁷ INE (Instituto Nacional de Estatística) de Cabo Verde.

- iii) por que razão não modernizar as ações políticas de cooperação externa que valorizam os esforços e promovam a integração dos emigrantes cabo-verdianos na Europa e nos EUA, já que eles são os responsáveis pela duplicação das remessas para Cabo Verde?

Essas e outras questões são relevantes para qualificar a proposta de pesquisa, cuja problemática fundamenta-se na contribuição das remessas dos trabalhadores emigrantes para o desenvolvimento do país, apesar da existência de poucas políticas inter-relacionadas que valorizem não só os esforços dos emigrantes, mas também que contribuam para uma melhor integração dos mesmos no estrangeiro. Já, em nossa compreensão, a existência de uma política pública que reconheça as RTE como uma importante variável de afetação ao PIB (via investimento, consumo, poupança e desenvolvimento do setor financeiro), além de ser um instrumento no combate à fome, à pobreza e às desigualdades regionais e locais, possibilita que a contribuição dos emigrantes para o desenvolvimento de Cabo Verde passe a desempenhar um papel catalisador na economia nacional.

A problemática da pesquisa envolve, também, os seguintes pontos: ausência de uma política de valorização das remessas, já que ainda persiste, por parte do Estado cabo-verdiano, um tratamento marginal (e/ou passivo) do setor da emigração; e, finalmente, ausência de política e ação institucional mais ativa nos países receptores dos emigrantes cabo-verdianos, com o objetivo de reforçar a integração dos mesmos e potencializar a multiplicação das remessas. Por este motivo, é fundamental delinear o que denominamos de recomendações institucionais das organizações (e instituições) para a redefinição e rearranjo das políticas em torno do setor da emigração, este acoplado ao desenvolvimento do país.

A hipótese que se pretende testar é que as RTE têm impactos positivos no crescimento econômico de Cabo Verde. No entanto, apesar da contribuição do setor da emigração para o desenvolvimento nacional (expansão do consumo das famílias; educação; redução da pobreza; combate à fome; desenvolvimento do mercado de construção civil; desenvolvimento e modernização do mercado financeiro, este oferecendo diversos produtos para trabalhadores emigrantes e seus familiares, entre outras), os emigrantes cabo-verdianos ainda carecem de uma

atenção que associe sua contribuição com o desenvolvimento do país. Portanto, na nossa compreensão, o setor em questão precisa de uma valorização econômica, política e institucional por parte do Estado cabo-verdiano.

Quanto ao objetivo geral, procura-se testar a hipótese de que as RTE contribuem para o crescimento econômico de Cabo Verde, tendo como foco verificar os impactos macroeconômicos entre 1975 e 2007. Por isso, é fundamental a formulação dos seguintes objetivos específicos:

- i) pesquisar o setor da emigração e seus fundamentos econômicos, sociais, políticos, institucionais e analisar os impactos para os países de origem e receptores;
- ii) apresentar elementos teóricos que reforçam a relação entre as remessas dos emigrantes e o desenvolvimento econômico e social nos países de origem;
- iii) examinar, através de modelo econométrico, os impactos (ou contribuições) das remessas para o desenvolvimento econômico de Cabo Verde e, relacionar, em termos da importância para a economia do país, as remessas à ajuda externa e ao investimento estrangeiro; por fim,
- iv) delinear algumas recomendações que reforçam a urgência da definição de novos arranjos econômicos e institucionais para dinamizar, ainda mais, os impactos desses recursos no desempenho da economia cabo-verdiana.

A metodologia de pesquisa utilizada nesta tese abrange os objetivos específicos mencionados anteriormente. Assim, a tese será organizada, além da introdução, em três capítulos seguintes. No segundo capítulo, “Fenômenos Migratórios: Aspectos Teóricos e a “Diáspora Cabo-Verdiana” são delineados os fundamentos econômicos, sociais e institucionais da emigração, ou seja, visa esboçar uma revisão bibliográfica sobre a história da emigração e/ou mobilidade internacional de mão-de-obra, as causas, consequências, fluxos e discursos oficiais.

No terceiro capítulo “Remessas dos Trabalhadores Emigrantes e o Desenvolvimento Econômico”, são apresentadas as teorias econômicas sobre as remessas. No quarto capítulo “Contribuição das Remessas dos Trabalhadores Emigrantes: Evidências para a Economia Cabo-Verdiana”. A metodologia que se pretende desenvolver é a aplicação de um modelo econométrico com o objetivo de estimar a relação entre as remessas dos emigrantes e o crescimento do PIB.

Ainda, no quarto capítulo serão delineados aspectos da dependência e vulnerabilidade da economia cabo-verdiana. E por fim, ao observar as evidências empíricas que refutam a importância desses recursos privados e externos na economia cabo-verdiana, será delineada uma estratégia que, em caso de direcionamento e canalização das remessas, poderá despertar, reforçar e consolidar o setor da emigração como significativa opção econômica e social do país⁸ na construção das bases do desenvolvimento.

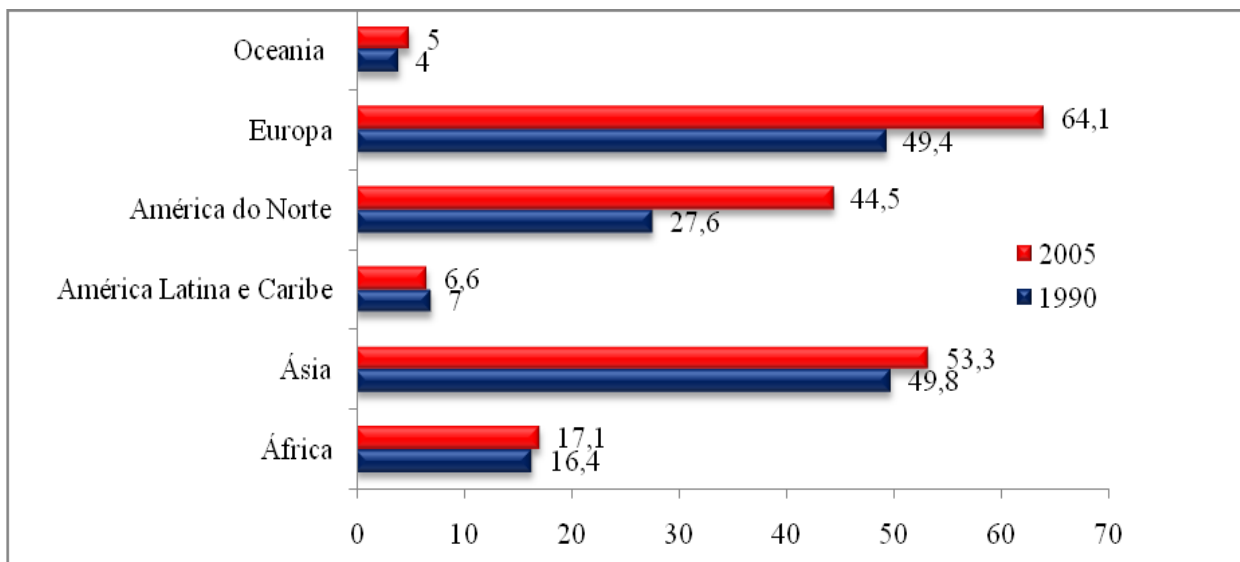
⁸ Por projeto e políticas econômicas entende-se um conjunto de políticas governamentais (Governo Central) e municipais que contribua para promover o emprego efetivo dos rendimentos enviados, a Cabo Verde, pelos emigrantes, gerando emprego, renda e bem-estar social e, por outro lado, um importante instrumento para a superação das disparidades no arquipélago.

2 FENÔMENOS MIGRATÓRIOS: ASPECTOS TEÓRICOS E A “DIÁSPORA CABO-VERDIANA”

Neste capítulo analisaremos a mobilidade global dos migrantes, as teorias associadas ao fenômeno migratório e a história da emigração cabo-verdiana e, por fim, esboçaremos uma análise da “*Diáspora*” no contexto da globalização.

Segundo dados do Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) publicado em 2006, o fluxo migratório mundial subiu de 154,8 milhões em 1990 para 190,6 milhões de pessoas em 2005, representando uma taxa de crescimento de 23,6%. Desse fluxo migratório, por exemplo, em 2005, mais de 115 milhões (60,6%) dirigiam-se para países mais desenvolvidos, ao passo que cerca 75,2 milhões (39,4%) aos países em desenvolvimento. Isso significa que, exceto na América Latina e Caribe, houve um crescimento do fluxo imigratório em todas as regiões, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1: Fluxo Migratório Global, 1990 - 2005



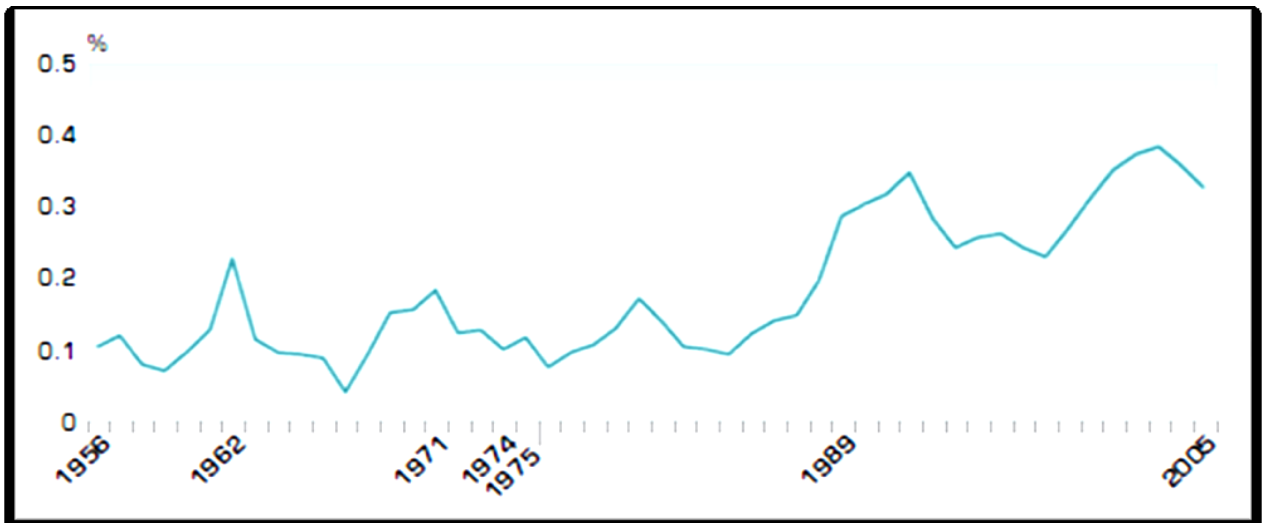
Fonte: Autor, baseado nos dados do relatório da ONU (2006).

Em relação à contribuição regional para a composição do fluxo global, em 2005, a migração para a Europa, a Ásia e os EUA alcançaram 33,63%, 27,96 e 23,35%, respectivamente,

ao passo que a participação da África, América Latina e Caribe e Oceania, representaram, concomitantemente, cerca de 8,97%, 3,46% e 2,62%. A Ásia aparece como sendo o segundo maior destino das pessoas, fato que se deve a inclusão do Japão, um país considerado desenvolvido. Essa ressalva é importante porque, em termos de tendência, os dois maiores destinos migratórios são os países da União Européia e os EUA, forçando assim a criação de mecanismos regulatórios de gestão doméstica do fluxo imigratório nesses países.

Neste trabalho, a expressão mecanismos regulatórios significa frisar a existência, nos países anfitriões, de políticas e ações voltadas para o setor migratório. Mesmo não sendo o foco deste trabalho, é importante acrescentar que, na concepção de Meyers (2000) e Lahav (2004), as políticas regulatórias dos fluxos dos imigrantes envolvem um conjunto de ações institucionais e legais que, em geral, em nossa ponderação, servem de parâmetros para a aplicação das políticas seletivas e admissionais em relação aos cidadãos estrangeiros. Essas políticas seletivas abrangem não só a concessão ou não de autorização de residência permanente ou temporária, mas também compreende aspectos relacionados à política de naturalização e, por conseguinte, a permissão da nacionalidade aos indivíduos estrangeiros, tornando-os cidadãos nacionais com pleno acesso à cidadania.

Gráfico 2: Migração líquida nos países da OCDE, 1956 - 2005 (em % da população)



Fonte: KEELEY (2009, p. 28).

Tomando como referência os dados em Keeley (2009, p. 28), a migração líquida (imigração menos a emigração), em termos percentuais da população dos países da OCDE⁹ vem crescendo suavemente de 1956, com momentos de pico nos anos de 1960, 1990 e 2000 e de baixa nos anos de 1950 e 1970 (Gráfico 2). Deste modo é evidente que as migrações¹⁰, em termos gerais, estão relacionadas a um conjunto de ações econômicas, sociais, políticas e institucionais que, direta ou indiretamente assola países/locais/regiões ao longo dos séculos XIX e XX.

Mas, em sentido restrito, para os especialistas em migrações internacionais, a multiplicação das mobilidades migratórias ocorridas, por exemplo, ao longo do século XX, foram causadas tanto pelas guerras mundiais, regionais e locais, quanto pelos conflitos e/ou disputas políticas, intolerância religiosa, questões étnicas, disputas territoriais, ambições separatistas, entre outras. Por isso, complementando esta observação, o Professor Ortega¹¹ (2007, p. 1), ao discursar no Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações, afirma que

a emigração foi, para os europeus, um desafio, mas converteu-se eventualmente numa solução para os múltiplos problemas da Europa moderna: as guerras, a fome, a perseguição política”. (...) “com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall e o desenvolvimento do processo de integração europeia, a Europa ocidental começou um novo processo de consolidação e de crescimento econômico que altera profundamente os fluxos migratórios.

Deste modo, os conflitos apontados motivaram e apressaram, ao longo do século XX, o fenômeno migratório global que, por sua vez, revelou suas complexidades, tendências e desafios, remetendo assim, para a construção de novas políticas e estratégias mais eficazes para incorporar e compreender a própria dinâmica migratória. Por outro lado, são desenvolvidas novas políticas e

⁹ “The increasing role of migration in economic growth and development and the importance of international co-operation make the OCDE a natural forum, and the best laboratory, for the analysis of the many facets of international migration.” Angel Gurría, OCDE Secretary-General (speech in Lisbon, September 2007) Apud Keeley (2009, p. 16).

¹⁰ Conceitos relacionados à migração: emigração se refere às pessoas que deixam um país para residir em outros países, por período curto ou longo ou permanente; imigração refere-se à entrada de pessoas em determinado país; migração internacional ou somente migração, na literatura, refere-se tanto a emigração quanto a imigração, dependendo dos elementos incorporados na análise sobre a migração; migração permanente se manifesta quando as pessoas migram para novas regiões/cidades/países/locais com o objetivo de permanecer e procurar desenvolver novas realizações; migração temporária, ao contrário de permanente, as pessoas pretendem migrar e realizar tarefas ou trabalhos temporários, com o objetivo de alcançar objetivos propostos e voltar para as regiões/cidades/países ou locais de origem; migração líquida é a diferença entre imigração e emigração.

¹¹ Deputado no Parlamento Europeu. Professor da Universidade Complutense de Madrid.

ações práticas que minimizem as intolerâncias geradas, especialmente, em torno da mobilidade e migração internacional dos indivíduos e/ou grupos, que neste trabalho, em termos da abordagem teórica, dividiremos em duas grandes correntes: a “migração forçada” e a “migração espontânea”.

Essa subdivisão é importante porque a migração envolve múltiplas questões, causas e consequências. Por isso, nas últimas décadas, a migração passou a ser uma das preocupações das diversas instituições internacionais, conforme destaca o próficio do relatório da GCIM¹² (2005, p.8):

as migrações internacionais são hoje uma prioridade na agenda política mundial. À medida que a magnitude, âmbito e complexidade da questão têm vindo a aumentar, os Estados e outras partes interessadas têm vindo a aperceber-se das dificuldades e das oportunidades que as migrações internacionais representam. Em todas as partes do mundo há agora uma maior consciência de que os benefícios econômicos, sociais e culturais das migrações internacionais têm de ser mais eficazes, e que as consequências negativas dos movimentos transfronteiriços podem ser mais bem resolvidas.

Portanto, nas acepções do relatório da GCIM (2005) fica expressa a necessidade de compreender a complexidade do fenômeno migratório e, ao mesmo tempo, o quão importante é agregar, por exemplo, as remessas monetárias e sociais com o desenvolvimento dos países de origem dos emigrantes. Para isso, é necessário atentar para uma nova percepção sobre o setor da emigração.

Na centésima décima terceira (113) assembléia da união inter-parlamentar, realizada na cidade de Gênova, Zentella & Schiesser (2005), ao discursarem sobre Migração e Desenvolvimento, afirmaram que a migração internacional é um processo complexo com características dinâmicas, irreversíveis, históricas¹³ e, por este motivo, sujeita a preocupações e interpretações distintas, isoladas e, por vezes, radicais.

¹² Criado em 12/2003 por Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, a Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (19 elementos originários de varias partes do mundo), com o objetivo de formular uma resposta coerente, completa e global à questão das migrações internacionais. Foi solicitado: um amplo debate entre os Estados e outros intervenientes acerca das migrações; que analisasse as falhas nas abordagens políticas atuais sobre migrações; que examinasse as inter-relações entre as migrações e outras questões globais; e, que apresentasse recomendações adequadas ao Secretário-Geral da ONU, aos governos e às outras partes interessadas.

¹³ “In the second half of nineteenth century and the first decades of the twentieth, the major migratory flows were concentrated in two main currents that were opposed to each other: one was the free transit of Europeans that played

Fica manifesto que os discursos oficiais (e não oficiais) contra os emigrantes são resultados produzidos, geralmente, através da incompreensão histórica da importância do próprio setor migratório no desenvolvimento econômico e social, tanto dos países anfitriões quanto dos países de origem. Por isso, é importante analisar não somente as causas da emigração, mas também, as potenciais contribuições que a mesma poderá proporcionar aos países pobres e em desenvolvimento. Nesse contexto, Zentella & Schiesser (2005, p. 1) acrescentam que:

A common understanding exists that poverty and the lack of economic prospects, and the related disparities in income levels, employment possibilities and social well-being, are two of the main root causes. The lack of good governance and the existence of human rights violations and discrimination in the countries of origin are other important root causes.

Atualmente, as migrações internacionais são preocupações e, por isso motivam pesquisa e estudos nas diversas áreas de conhecimento. Também, são objetos de vários estudos, tais como, demográfico, sociológico, antropológico, cultural, laboral, jurídico, diplomático, econômico, político, étnico, de gênero, entre outros. Por exemplo, a sociologia moderna, no que tange ao gênero, vem destacando a migração das mulheres (ou mão-de-obra feminina) no contexto da migração internacional, mercado de trabalho, relações familiares, transformações nas relações patriarcais, entre outras.

Essas subáreas de análises surgiram nos anos 1970 e foram importantes para compreender não só a mobilidade internacional feminina e as transformações, por exemplo, nas estruturas familiares, mas também a sua vivacidade dentro das diferentes diásporas espalhadas pelo mundo. Nesse caso, os diversos estudos especializados são motivados não só pela complexidade e heterogeneidade das migrações internacionais, mas também pela própria importância que o setor vem recebendo após os anos 1990.

Também, na sequência torna-se relevante ilustrar que somando as apreciações anteriores a própria possibilidade de construção de um novo arranjo dentro do novo espaço de cooperação

an important role in the economic convergence of certain regions of the Old and New Worlds; the other consisted in movements by labourers of various origins, especially Asians, Who moved to tropical areas. Their displacement, on many occasions forced, resulted in an increase of socio-economic inequality in the international environment". Zentella & Schiesser (2005, p. 1).

global e institucional constitui um dos motivos para a multiplicação das agendas de pesquisas, visando, por sua vez, o aprofundamento da relação entre a migração e o desenvolvimento econômico dos países pobres e em desenvolvimento conforme aponta, a seguir, Vitorino (2006, p. 6)¹⁴:

A crescente relevância que as migrações desempenham no contexto internacional, a celeridade com que a mobilidade global se altera nos nossos dias devido à globalização, a necessidade de encontrar soluções para as experiências dramáticas de pessoas que deixam os seus lares e países em busca de uma vida melhor caindo nas mãos dos traficantes, fazem com que o nexa entre as migrações e o desenvolvimento seja, mais do que nunca, uma peça essencial no *puzzle* das migrações globais.

A relação existente entre migração, desenvolvimento socioeconômico e institucional, assim como o comportamento dos padrões e/ou níveis de mobilidade internacional, passa não só pela necessária potencialização dos alicerces originários da própria economia dos emigrantes, mas também pela eficácia das novas estratégias e ações que visam a minimização e/ou extinção das externalidades negativas¹⁵, tais como, a xenofobia, o racismo, a segregação, a violência contra os imigrantes, a criminalização da imigração e dos imigrantes, entre outras e, ao mesmo tempo, que multiplica o aprofundamento das relações entre o país de origem e a diáspora.

Analisar a importância da emigração no desenvolvimento socioeconômico significa, necessariamente, abordar as novas ações, estratégias e políticas de cooperação institucionais que visam não só ao aperfeiçoamento dos mecanismos de integração dos imigrantes, mas também às mudanças e à modernização das ações institucionais, políticas e econômicas nos países de origem para facilitar, deste modo, uma participação mais ativa da diáspora¹⁶ no desenvolvimento do país origem. Mais adiante, neste capítulo, retomar-se-á à discussão sobre a relação entre a “diáspora” e desenvolvimento dos países de origem. A seguir, vamos delinear algumas abordagens teóricas da migração.

¹⁴ Antonio Vitorino (Comissário do Fórum Gulbenkian Imigração) e Monica Goracci (Chefe de Missão da OIM em Portugal.) In (nota introdutória) Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP (2006, p. 6).

¹⁵ Se a imigração é um fenômeno novo para a Península Ibérica, não é novo para o resto da Europa. O que é novo é a consciência europeia da existência do novo fenômeno migratório e a reação social e política que a intensificação dos fluxos da imigração está a provocar (ORTEGA, 2007, p. 1).

¹⁶ Não existe uma definição com que todos concordem sobre o termo “diáspora”, nem um reconhecimento legal desse termo. O termo é, portanto, contextual relativamente a cada país/região. In Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP (2006, p. 33).

2.1 Abordagens Teóricas da Migração

As discussões teóricas sobre o fenômeno migratório são, em geral, isoladas. Por este motivo, nesta tese, vamos esboçar algumas abordagens uma vez que não existe uma teoria geral sobre o fenômeno migratório. Portes (1997, p. 810) revela que qualquer teoria geral sobre as migrações internacionais terá que responder não só às várias questões implícitas da migração, mas também suscitar pressuposições explicativas em torno do processo migratório, além de congrega previsões e tendências associadas às diversas preocupações¹⁷ resultantes da própria dinâmica migratória. Nesse contexto, o autor deixa transparecer que elaborar uma teoria geral para explicar o fenômeno migratório é algo pouco provável por causa da característica multidisciplinar dessa área de pesquisa.

Em consentimento com Portes (1997), podemos acrescentar que uma teoria geral da migração, além de coerente e bem fundamentada, terá que incorporar e explicar, ao mesmo tempo, os impactos decorrentes dos fatores microeconômicos e macroeconômicos tanto no desenvolvimento das economias de origem dos migrantes quanto nas economias anfitriões desses indivíduos, somando as diversas questões e preocupações sociais e institucionais presentes e provenientes não só da dinâmica migratória, mas também, das relações intergovernamentais. Isto denota que as questões migratórias abrangem os indivíduos e os governos nacionais que, por sua vez, buscam desenvolver ações e políticas públicas não só para a regulação dos fluxos migratórios, mas também para responder às causas e às demandas geradas em torno desse fenômeno.

Por causa da complexidade em torno das questões e fenômenos migratórios, elaborar uma teoria geral da migração significa, por sua vez, limitar-se a um nível de abstração complexa e pouco operacional. Sendo assim, em nossa percepção, o que é possível é a existência de teorias e agendas de pesquisa analíticas e, em alguns casos, de previsões focalizadas nos aspectos e estudos específicos, tais como impactos e/ou discussões econômicos, sociais, políticos e

¹⁷ Deste modo, Portes (1997) aponta as seguintes questões, como fundamentais na construção de uma teoria geral: Quais são os fatores que explicam as diferenças observadas entre Países-Nações nos fluxos migratórios internacionais? Quais são os fatores individuais e locais presentes que determinam as diferenças de propensões a emigrar entre os diferentes países de origem dos emigrantes? E, por fim, quais são os fatores que explicam as diferenças de acolhimento dos imigrantes nos países anfitriões?

institucionais geradas pela migração; restrições, políticas e ações direcionadas à migração; intensidade dos fluxos e as implicações locais e regionais; e, por fim, novas ações e políticas geradas pelo processo migratório.

Por este motivo, propor-se-á, neste capítulo, subdividir a análise do fenômeno migratório nas seguintes abordagens: Marxista e Neo-marxista; Neoclássica; Versão *Brain-Drain* e *Brain-Gain*; e, por fim, *Social Network*.

2.1.1 Migração Forçada – Versão Clássica e Neo-Marxista

A sociologia foi uma das primeiras áreas de conhecimento que debateu as preocupações sobre a mobilidade e/ou migração dos indivíduos, com destaque especial para Kant, Durkheim e Weber, enquanto que Malthus e Marx procuraram, de forma específica, associar a migração com o modo de produção capitalista.

Na acepção clássica, em geral, a Migração é percebida e analisada como consequência da queda da Fisiocracia¹⁸ (sistema fisiocrata) e surgimento do novo processo de desenvolvimento baseado na industrialização e urbanização ocorridas ao longo dos séculos XVIII e XIX. Também, associada ao processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, a expansão e/ou conquista de novos territórios – as colônias ultramarinas – estimulou a chamada migração internacional da mão-de-obra, especialmente, para o nordeste dos EUA.

Malthus (1983) deixa transparecer que a mobilidade internacional da mão-de-obra, mais especificamente, o fenômeno emigratório, representa uma consequência do capitalismo industrial

¹⁸ “Fisiocracia significa governo da natureza. Foi o primeiro sistema científico em economia a substituir o empirismo dos mercantilistas. Representa o individualismo econômico, gerador do liberalismo capitalista. Conforme Weber, “não se pode considerar como ciência o conjunto de preceitos de política prática que surgiu nos séculos XVI e XVII e conhecido, comumente, pelo nome de mercantilismo”. A partir do século XVII, com a doutrina dos fisiocratas, é que a ciência econômica foi constituída num conjunto de leis, operando-se a sua definitiva constituição. Afirmava os fisiocratas a existência de uma ordem natural, reguladora dos fenômenos econômicos. Declarando tal ordem providencial, isto é, que a vida econômica se organiza e reorganiza automaticamente, daí deduziram a sua primeira contribuição de vulto – o não intervencionismo do Estado na vida econômica, que iria transformar-se no célebre lema dos clássicos: *laissez-faire, laissez-passer*” (GASTALDI, 2005, p. 49).

porque este, além de gerar a riqueza, por outro lado não consegue frear a multiplicação da pobreza e miséria, mesmo na presença de superprodução. Isso demonstra que emigrar mesmo que temporariamente, para outras regiões do mundo, representa uma forma de fugir da pobreza e miséria (metrópole Inglaterra) já que a população crescia geometricamente, enquanto a riqueza aritmeticamente conforme destaca Malthus (1980, p. 284)

Calcula-se que a população da Ilha esteja por volta de 7 milhões e admitiremos que a atual produção corresponda ao sustento de tal número. Nos primeiros 25 anos a população seria de 14 milhões e, sendo também o alimento duplicado, os meios de subsistência se igualariam a esse crescimento. Nos próximos 25 anos a população seria de 28 milhões e os meios de subsistência apenas se equiparariam ao sustento de 21 milhões. No período seguinte a população seria de 56 milhões e os meios de subsistência apenas suficiente para metade desse número. E no término do primeiro século a população seria de 120 milhões e os meios de subsistência somente seriam equivalentes ao sustento de 35 milhões, o que deixaria uma população de 77 milhões totalmente sem recursos.

Deste modo, na aceção do autor fica expressa que a migração para outras regiões do mundo é causada pela fome e miséria produzida no então período do desenvolvimento industrial, representando assim, um processo forçado, como mostra a seguir,

Uma grande emigração envolve necessariamente um ou outro tipo de inconveniência para o país que foi abandonado. Poucas pessoas deixarão suas famílias, suas relações, seus amigos, e a terra natal para se estabelecer em regiões estrangeiras, desconhecidas, sem que persistem fortes causas de constrangimentos no país em que se encontram ou sem a esperança de que haja grandes vantagens no lugar para onde estão indo (MALTHUS, 1983, p. 284).

Portanto, na percepção do autor, o fenômeno emigratório além de envolver questões familiares – estas são importantes para explicar a própria dinâmica migratória – também abrange questões econômicas para explicar a subsistência dos indivíduos, já que a população possui uma taxa de crescimento geométrico, ao passo que a produção de riqueza possui um crescimento aritmético. Isso corrobora que o constrangimento, para Malthus (1983), reside exatamente nessa desproporcionalidade entre crescimento da população e a produção de bens na economia, forçando assim, a emigração dos indivíduos.

A migração, em Marx apud Hunt (2005, p. 222), é vista como um processo decorrente da coerção dos governos (Inglaterra, França, Irlanda) sobre os camponeses e pequenos proprietários, uma vez que estes foram obrigados a abandonar as suas terras por causa das ambições industriais, e, por sua vez, transformar-se na classe trabalhadora proletária, esta considerada uma das mais importantes mudanças econômicas e sociais ocorridas na Europa após o ano de 1500, conforme revela a afirmação de Hunt (2005, p. 14):

[...] entre as mais importantes estavam aquelas que criavam uma classe trabalhadora sistematicamente privada do controle sobre o processo de produção e forçada a uma situação em que a venda de sua força era a única possibilidade de sobrevivência [...]. O século XVI ‘marca a tênue linha divisória entre a ordem feudal decadente e o sistema capitalista que surgia.

Deste modo, podemos estabelecer uma relação entre o surgimento da classe trabalhadora e migração. Nesse caso, em Marx (apud HUNT, 2005), o surgimento do fluxo migratório, diferentemente do Malthus, é resultado da combinação do deslocamento forçado dos camponeses e da prática do sistema de *enclosures*, um método violento, cruel e desumano.

O sistema de *enclosures*, iniciado no século XIII, nas acepções de Hunt (2005, p. 15), “atingiu seu ponto máximo nos séculos XV e XVI, quando, em algumas áreas, de três quartos a nove décimos dos habitantes foram expulsos do campo e forçados a buscar sustento nas cidades”. Também, no século XIX, o sistema além de destruir os “laços feudais remanescentes”, criou “uma força de trabalho sem terra, sem quaisquer ferramentas ou instrumentos de produção, apenas com a força do trabalho para vender”.

Assim, fica expressa que a regra de *enclosures*, por sua vez, impeliu, de forma obrigatória, os camponeses e pequenos proprietários à migração: essa migração para as cidades significava mais trabalho para as indústrias capitalistas, mais homens para os exércitos e marinhas, mais homens para colonizar novas terras e mais consumidores ou compradores potenciais de produtos (HUNT, 2005, p. 15).

Na concepção de Marx (apud HUNT, 2005), tanto a coerção dos governos quanto a ação dos capitalistas¹⁹, visando criar uma massa de trabalhadores livres e aptos para vender a sua força de trabalho, está associada ao fenômeno migratório forçado, assim como ao trabalho forçado e, por vezes, desumano. Durkheim (apud COSTA, 2005) relacionou a migração interna para as cidades com a crise do setor econômico rural. Nesse caso, a crise e o abandono do campo e o surgimento das cidades forçaram a migração em massa.

Deste modo, partindo da concepção do fato social de Durkheim (1978) tanto a crise quanto a migração representam fato social, onde este é definido como “experimentado pelo indivíduo como uma realidade independente e preexistente”. Segundo Durkheim (1978, p. 92) “é um fato social toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior”; ou ainda “que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais”. Três características compõem o fato social em Durkheim (1978, p. 87):

- “ação coerciva que exerce ou é suscetível de exercer sobre essas mesmas consciências”, ou seja, a força dos fatos exerce influências sobre os indivíduos e, com isso, leva-os à conformação com as regras sociais coletivas e não individuais;
- “a sua exterioridade em relação às consciências individuais”, ou seja, as regras sociais, as leis e os costumes existem e atuam sobre os indivíduos, independentemente da vontade, desejo e opinião dos indivíduos, mostrando assim que os fatos sociais além de exercer um poder coercitivo, também sua vivência é exterior às consciências pessoais; e, por fim,
- a “*generalidade*”, isto é, o “fato social generaliza-se por ser social, mas não é social porque se generaliza”.

¹⁹ “O sistema capitalista pressupunha uma classe operária sem propriedades e uma classe capitalista rica. Marx deu o nome de ‘acumulação primitiva’ ao processo histórico real através do qual essas duas classes tinham sido criadas” (HUNT, 2005, p. 222).

Partindo das três características do fato social, fica evidente que o fenômeno migratório representa fato social que, independentemente da sua especificidade, causa, consequências e dinâmicas adquiridas ao longo do tempo, pois contém elementos “coercitivos”, tais como, o aparecimento das cidades e a crise do setor rural, obrigando o deslocamento dos indivíduos em diversos países, sociedades e regiões. Por outro lado, é evidente a presença de “generalidade” de Durkheim (1978) no fenômeno migratório já que envolve também as questões sociais, ou seja, generaliza-se porque a emigração é um fato social.

As abordagens neo-marxistas, também identificadas pelo paradigma histórico-estrutural (1950-1970/80) da migração, têm origem nas acepções de Marx, ao afirmarem que a migração é movida pelo poder de capital industrial e financeiro dos países centrais, cujo objetivo é a manutenção do processo colonial de exploração da mão-de-obra meditada no contexto de dominação centro x periferia, nações ricas x nações pobres, norte x sul.

Neste caso, verifica-se a manutenção de uma estrutura de dependência econômica historicamente constituída, onde os novos países (ex-colônias) continuam sendo os grandes fornecedores, em geral, de mão-de-obra para as antigas metrópoles. Partindo dessa ressalva, Ortega (2007, p. 2) afirma que,

[...] durante a colonização do mundo pelos europeus, o capital e o trabalho deslocaram-se para os territórios coloniais. A emigração europeia para a América e o resto do mundo foi uma resposta à necessidade de desenvolver as terras virgens e de aproveitar os recursos naturais dos territórios colonizados. Quando a mão-de-obra forçada²⁰ dos nativos americanos se tornou escassa, recorreu-se à emigração forçada, com o envio dos condenados, como aconteceu na Austrália, mas também em outros lugares, com o envio de escravos caçados como bestas no continente africano.

Essa análise está relacionada à teoria da dependência formada pela estrutura dual centro x periferia, com características perversas de desenvolvimento econômico extremamente desigual entre países centrais e países considerados subdesenvolvidos²¹. De Haas (2008, p. 7) afirma que a

²⁰ O trabalho forçado, na percepção de Ortega (2007, p. 2), “foi sempre um elemento importante do desenvolvimento econômico das grandes culturas com sucesso econômico no Egito, na Mesopotâmia, na Grécia ou em Roma. Para obter os escravos, os povos mais desenvolvidos dotavam-se de um poder militar para fazer prisioneiros de guerra necessários para efetuarem os trabalhos mais duros nos campos, nas minas e na navegação marítima”.

²¹ Influenciada pelas raízes intelectuais da economia política marxista, a análise histórico-estrutural (estruturalismo) emergiu não só para contrapor as análises funcionalistas neoclássicas, mas também, para difundir a ideia de que a

abordagem do paradigma histórico-estrutural de desenvolvimento aborda a migração de uma forma radical, não contribuindo assim para a modernização dos países subdesenvolvidos. Por isso, Cardoso (2004, p. 16) acrescenta que esta abordagem está centrada nas “[...] estruturas subjacentes às manifestações visíveis, que só são epifenômenos”, explicitando, por sua vez, a essência da teoria da dependência e a marginalização característica dentro do centro da estrutura geopolítica mundial dos anos de 1960 até meados dos anos de 1980.

Meyers (2000, p. 1248) aponta cinco elementos que aproximam a abordagem neo-marxista de Marx, no que tange ao fenômeno migratório. São eles:

- “that labor immigration is a structural part of capitalism and serves the capitalist ruling class. Therefore, capitalists have encouraged migration between countries of uneven development throughout capitalist development, and labor migration is expected to grow in the long term”;
- “fluctuations in the economic cycle and unemployment rates influence immigration in the short term. Governments halt or even reverse immigration during times of economic recessions in order to prevent these recessions from turning into crises of capitalism”;
- “the interests of different segments of the capitalist class with regard to immigration diverge according to whether they belong to monopoly capital or to capital invested in industries with lower rates of profit. While the former prefer regularization of immigration, the latter hire illegal immigrants who can be exploited to a greater degree, or try to promote immigration even during times of prolonged unemployment”; and, finally,

distribuição dos poderes econômicos e políticos são desiguais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (centro-periferia), reforçando assim a contínua tendência à disparidade da atuação das classes sociais, uma vez que o acesso aos recursos é desigual – ou seja, as diferenças e as desigualdades entre centro e periferia reforçam as heterogeneidades econômicas e sociais.

- “most Marxist writers focus on the capitalists' role in promoting or limiting immigration, with no substantial role assigned to the unions. But some writers criticize the unions' tendency to oppose migrant workers, arguing that such exclusionary policies divide and weaken the working class”.

Partindo das observações de De Haas (2008) e Meyers (2000), fica explícito que a abordagem neo-marxista histórico-estrutural elucidada a presença das desigualdades estruturais e econômicas entre, por exemplo, as antigas metrópoles e colônias ou entre as regiões representa um estímulo aos movimentos migratórios.

Também, percebe-se que o próprio nível da dominação produzido durante o período colonial é, por si só, um dos principais fatores que explicam o aprofundamento das diferenças²² de desenvolvimento econômico, sociais e institucionais entre os países. Assim, por causa dos diferentes níveis de desenvolvimento entre as economias, a mobilidade se torna um fato econômico e institucional dentro da dinâmica capitalista moderna. Portanto,

According to Marxist theory, society is divided into two classes: the capitalists/bourgeoisie and the proletariat/working class. An individual's class position is determined by his relationship to the means of production. Immigration is the result of the "submission of the worker to the organization of the means of production dictated by capital," and of the "uneven development between sectors and regions and between countries (CASTELLS, 1975 apud MEYERS, 2000).

Neste caso, estimular a migração, por parte das economias capitalistas, significa, por exemplo, a manutenção da oferta da parte de mão-de-obra para o funcionamento da economia. Então, fica claro que o estímulo da migração de mão-de-obra tem um componente cíclico para as economias capitalistas, ou seja, em períodos de recessão econômica, países desenvolvidos utilizam todos os mecanismos disponíveis para inibir o crescimento do mercado de trabalho para os imigrantes.

²² Por sua vez, essa diferença de desenvolvimento serve de fator – não necessariamente principal (a nosso ver) – para a migração da mão-de-obra das ex-colônias para os grandes centros do capitalismo mundial (ex-metrópoles).

Na análise neo-marxista, fenômenos e/ou fatos ocorridos após os anos 1950 foram incorporados para reforçar os laços históricos presentes em relação à abordagem marxista. Deste modo, um modelo de imigração desenvolvido mais intensamente na Alemanha foi criticado pelos neo-marxistas. Com o surgimento, na antiga República Federal de Alemanha (ou Alemanha Ocidental) e na Suécia, o fenômeno conhecido por “*guest workers*”, este desenvolvido nos anos de 1950, 1960 e 1970, que na literatura, em geral, denomina-se de Modelo de “*Guest workers*” para os migrantes²³.

Segundo a OCDE (2007, p. 3), “*guest workers*” são, geralmente, trabalhadores imigrantes de baixa qualidade, contratados diretamente pelos empregadores ou por canais de recrutamento, sem proteção institucional e nem social – mesmo na presença da crescente demanda alemã, por exemplo, por mão-de-obra para a sua reconstrução no pós-guerra. A OCDE (2007, p. 200) caracteriza esse fluxo específico de migrantes para Alemanha como temporária²⁴ e, por este motivo, os mesmos eram extremamente vulneráveis às manifestações, ações e políticas anti-imigrantes.

Na Alemanha, representavam a maioria dos migrantes – 950.00 em 1956 e 2,6 milhões em 1973 (KEELEY, 2009) – trabalhavam no setor de metal mecânico (mais de 40%), setor de construção (12%), têxtil (11%) e, menos que 15% trabalharam no setor de serviços em contraste como os 40% dos nativos, no período. Esse modelo, segundo a OCDE (2007, p. 200), se deve ao fato de que, ao contrário da outras economias européias, tais como, a França, Bélgica, Holanda e Inglaterra, a Alemanha não possuía colônia que pudesse ter fornecido a mão-de-obra.

Isso significa explicitamente que as colônias eram os centros fornecedores da mão-de-obra para as economias centrais. Assim, por causa da inexistência de colônias, a Alemanha foi forçada a negociar vários tratados de recrutamento – “*guest workers*” – para aliviar a escassez da mão-de-obra, com os seguintes países: Itália (1955); Grécia (1960), Espanha (1960), Turquia (1961), Marrocos (1963), Portugal (1964), Tunísia (1965) e Iugoslávia (1968).

²³ [...] one of the major developments in migration in the post-war years was the emergence of the “guest worker”. As western Europe rebuilt itself in the years after the war, countries like France, Belgium, Switzerland, the Netherlands and others actively recruited workers from less economically advanced parts of the continent and further afield. Some came to do purely seasonal work, such as grape picking; others came on longer contracts to work in key industries, like car manufacturing (KEELEY, 2009, p. 25).

²⁴ Esses migrantes se tornaram permanentes, representando, atualmente, cerca de 60% da mão-de-obra migrante na Alemanha (OCDE, 2007).

Para os neo-marxistas, “*guest workers*”, apesar da presença da liberdade como característica fundamental desse modelo de mão-de-obra, outras características, tais como, a redução dos custos sociais do salário e a negação dos direitos cívicos a trabalhadores estrangeiros, são peculiaridades presentes que reforçam a importância, para o capital, do fluxo da mão-de-obra migrante. Porém, percebe-se o uso da mão-de-obra imigrante como forma de minimizar os custos de produção e, ao mesmo tempo, ampliar a oportunidade para a maximização dos lucros no capitalismo moderno e, por conseguinte, gerar o crescimento econômico nos países anfitriões.

Ao longo dos anos, o sistema “*guest workers*” tornou-se insustentável por causa do apelo nacionalista e popular contra a presença dos trabalhadores estrangeiros, estes, sistematicamente agredidos como responsáveis pelos seguintes roubos: emprego, habitação, benefícios, bem estar; entre outros. Por isso, a partir dessas manifestações contra os imigrantes, várias instituições governamentais dos países centrais procuraram desenvolver leis/legislações e políticas em torno da imigração. Também, por outro lado, começaram a surgir as primeiras organizações e instituições de defesa dos emigrantes/imigrantes.

2.1.2 Migração Espontânea – Versão Neoclássica

As contribuições sociológicas de Kant e Max Weber contribuíram para o surgimento de uma abordagem alternativa da migração proposta por Marx e Neo-marxistas. Para Kant (1795)²⁵, numa percepção sociológica e contrária às percepções posteriores de Marx, afirma que o direito a livre mobilidade dos indivíduos constituiu uma espécie de direito humano, semelhante ao direito à propriedade privada da terra.

A contribuição de Kant é contrária às práticas desenvolvidas pelo Estado-Nação e está associada à noção da inviolabilidade do direito de livre circulação das pessoas,

²⁵ Treatise on *Eterne Peace*.

independentemente das causas, estabelecendo, assim, uma relação entre a migração internacional e os “*world citizens*”²⁶. Assim sendo, fica perceptível que, para Kant, a migração, seja ela interna e/ou internacional, é um processo natural e individual e, deste modo, não resulta de um processo forçado como alegam Malthus e Marx. Por isso, Costa (2005, p. 97-98) acrescenta que

Para a sociologia positivista, a ordem social submete os indivíduos como força exterior a eles. Para Weber, ao contrário, não existe oposição entre indivíduo e sociedade: as normas sociais só se tornam concretas quando se manifestam em cada indivíduo sob a forma de motivação. Cada sujeito age levado por um motivo que é dado pela tradição, por interesses racionais ou pela emotividade. O motivo que transparece na ação social permite desvendar o seu sentido, que é social na medida em que cada indivíduo age levando em conta a resposta ou a reação de outros indivíduos.

Para Max Weber, a mobilidade dos indivíduos não pode ser associada às efeitos e/ou aos elementos “*coercitivos*” do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, mas sim, trata-se de uma manifestação aleatória e fundamental para estimular e explicar a formação de novas classes sociais, assim como novos grupos étnicos. Em Max Weber, diferentemente de Durkheim e mais próximo às significações de Kant, percebe-se a presença de um comportamento racional no fenômeno migratório como uma especificidade individual e própria do indivíduo que, como agente econômico e social munido da dinâmica própria, tem aspiração, por exemplo, na formação de um novo grupo étnico e/ou classe social.

Aliás, Max Weber deixa transparecer a importância da ação social do indivíduo, ou seja, “este representa o agente social que dá sentido a sua ação, estabelecendo a conexão entre o motivo da ação, a ação propriamente dita e seus efeitos” (apud COSTA, 2005, p. 97). No entanto, as apreciações de Kant e Max Weber foram fundamentais para a disseminação das correntes que, providas de argumentos neoclássicos, tendem a advogar em favor da “abordagem espontânea da migração”.

A migração, na abordagem espontânea, representa um fator essencial capaz de promover o equilíbrio entre a oferta e demanda por trabalho entre as diferentes regiões. No contexto neoclássico, o processo migratório é fundamental porque promove a equalização dos preços,

²⁶ Portanto, para Kant essa percepção é importante para compreender a relação entre a globalização e o processo migratório, por intermédio de “*world citizens*”.

resultando, assim, na convergência entre os salários das diferentes regiões. Ainda, nessa abordagem outros fatores, tais como, acesso à educação, cultura, condições de vida, oportunidade de emprego, entre outras, são incorporados na função utilidade do indivíduo.

Castles & Miller (2003, p. 22)²⁷ destacam a convergência ou equilíbrio econômico-espacial entre as regiões de renda baixa e as de rendas elevadas, através da mobilidade dos indivíduos – essa ressalva é fortemente influenciada pelos fundamentos neoclássicos de equilíbrio estável. Nessa ponderação, os migrantes são considerados típicos indivíduos neoclássicos, ou seja, agentes individuais, racionais, possuem liberdade de escolha, acesso completo à informação e que tomam sempre as melhores decisões, estas de acordo a capacidade de análises do custo-benefício em torno da mobilidade.

Por isso, as análises de cunho neoclássico sobre a tomada da decisão de migrar, em geral, apontam essa decisão como uma função diferencial da renda, por exemplo, per capita esperada entre as duas regiões/cidades/países (origem e anfitrião dos migrantes). A combinação dessas variáveis é importante porque afetam o grau de integração e interação dos indivíduos, por exemplo, na região/país/cidade anfitrião e, por conseguinte, segundo as contribuições neoclássicas sobre a migração, imprescindível na redução dos riscos e incerteza implícitos dentro do processo e dinâmica do fenômeno migratório.

Os estudos de Ravenstein (1885) foram uma das primeiras tentativas de formalização teórica sobre o fenômeno migratório, realizada em plena revolução industrial inglesa. A pesquisa do autor, aplicada na Grã-Bretanha, além de mostrar a relação entre migração e desenvolvimento como algo inseparável, fundamentou-se nos fatos e peculiaridades observadas entre os vários grupos migratórios e tinha como objetivo elaborar uma teoria geral capaz de explicar, analisar e caracterizar os fluxos migratórios.

²⁷ Para Castles e Miller (2003) a convergência, por exemplo, da renda e trabalho entre as regiões de origem e do destino do migrante, passa necessariamente por um conjunto de questões que, segundo os autores, são importantes para compreender não só a dinâmica migratória e, ao mesmo tempo, o próprio equilíbrio estável, este alicerçado nas premissas neoclássicas. São as seguintes questões: até que ponto as alterações dos fatores econômicos, demográficos, sociais e políticos influenciam e criam nos indivíduos a necessidade de migrar para outras regiões? Que fatores ou variáveis determinam oportunidades e acessos, para os migrantes, nas regiões/cidades/países anfitriões? Quais são as estruturas institucionais, políticas e sociais existentes propícias para regular não só a migração, mas também, a integração dos indivíduos? De que forma a emigração contribui para as transformações ou alterações da origem? Entre outras.

A abordagem de Ravenstein (1885) resultou na elaboração das leis de migração de Ravenstein²⁸. Também conhecida como leis empíricas da migração. A pesquisa incorporou as seguintes variáveis: sexo, condições econômicas, nível do desenvolvimento tecnológico, distância, entre outras.

Quadro 1: Leis de Migração de Ravenstein

1.	The majority of migrants go only a short distance.
2.	Migration proceeds step by step
3.	Migrants going distances generally go by preference to one of the great center of commerce or industry.
4.	Each current of migration produces a compensating counter-current.
5.	The natives of towns are less migratory than those of rural areas.
6.	Females are more migratory than males within the country of their birth but males more frequently venture beyond.
7.	Most migrants are adults: families rarely migrate out of their country of birth.

Fonte: Ravenstein (1885, p. 198-199).

Para Ravenstein (1885), o fenômeno migratório, em termos da importância analítica, só tem sentido quando, de fato, existe a mobilidade populacional das regiões de poucas oportunidades para locais com maiores oportunidades. Nessa circunstância, ao afirmar que a escolha e/ou decisão dos migrantes é determinada pela distância entre as zonas rurais e as diversas cidades, o autor deixa transparecer a presença de um comportamento determinístico da distância em relação à migração.

No entendimento do autor, o fluxo migratório, do período, apresenta as seguintes características: curta distância, por etapas, ou seja, antes de chegar aos grandes centros comerciais e industriais, os migrantes passam por cidades de pequeno e médio porte; o desenvolvimento tecnológico e as inovações no setor de transporte como sendo um facilitador e intensificador dos fluxos migratórios, por vezes, diretamente das regiões rurais para os grandes

²⁸ Essas leis são influenciadas por preceitos determinísticos no que tange as causas e as decisões de migrar do indivíduo ou grupo.

centros comerciais e industriais; a maioria dos migrantes é adulta e mulheres²⁹ e as famílias raramente emigram para outros países; por fim, as causas principais das migrações são as econômicas³⁰.

A pesquisa de Ravenstein (1885), para muitos especialistas em migração, apesar de não constituir um modelo por não possuir uma estrutura formal, serviu de base para influenciar pesquisas sobre as desigualdades de crescimento nas economias modernas. Aqui fica explícita a tese de que a presença dos diferentes níveis do processo de desenvolvimento serve de motivação para migrar, ou seja, esta além de ser individual é influenciada, em grande parte, pelas condições econômicas. Novamente, fica explícita que na abordagem neoclássica, o fenômeno migratório é importante para alcançar o equilíbrio entre a oferta e demanda por salários entre as diferentes regiões/cidades/países.

Numa percepção crítica, delegar ou afirmar que o equilíbrio, nessas condições, entre sociedades, países/regiões desenvolvidas e as sociedades em desenvolvimento, depende da mobilidade migratória – mais especificamente, da migração da mão-de-obra – significa debelar as outras importantes causas da mobilidade do indivíduo e, por conseguinte, da migração. Por isso, partindo das observações das “Leis de Migração de Ravenstein”, Lee (1966) que procurou somar suas contribuições ao desenvolver uma estrutura de análise que aborda e/ou inclui uma variedade de fatores que explicam ou influenciam a mobilidade espacial dos indivíduos – em Lee (1966), a abordagem teórica sobre a migração é fundamentada a partir de uma estrutura Push-Pull.

Para Lee (1966), tanto as condições econômicas quanto pessoais são fundamentais para explicar o fluxo migratório e, por este motivo, dividiu esses fatores em duas forças: as forças consideradas de “atração” (Pull), ou seja, aquelas que têm o poder e a capacidade de atrair os indivíduos; e, as forças consideradas de “exclusão” (Push), isto é, aquelas que têm a capacidade

²⁹ A “lei da distância” em Ravenstein (1885) aponta que, em geral, as mulheres aspiram migrar para regiões/cidades mais perto do local de origem, ao passo que os migrantes homens tendem a realizar viagens para regiões longínquas. Também, nas ilustrações do autor, observa-se a presença de uma relação existente entre a distância e o local de origem do emigrante e/o imigrante. Por exemplo, tomar decisões de migrar para as regiões/cidades/países mais distantes significa, por outro lado, a presença de maiores dificuldades de integração social e de acesso às informações, que, por sua vez, geram maiores custos econômicos e psicológicos – estas dificuldades e, conseqüentemente os custos, é fundamental porque, segundo o autor, são determinantes quanto ao grau de incerteza da relação entre o migrante e região/cidade/país de origem.

³⁰ O autor, apesar de reconhecer a importância das questões econômicas como determinantes das migrações, também, aponta que outros fatores como a distância, sexo, transporte, entre outras, são catalisadores no processo migratório e, por isso, suas contribuições serem para explicar a dinâmica migratória no período.

de expulsar, impedir e afugentar os indivíduos, estas interpretadas dentro do processo migratório. Mas Lee (1966) – usando os modelos característicos Push-Pull – procurou diagnosticar e explicar as causas da migração através dos fatores e/ou forças³¹ presentes tanto na região /cidade/país receptora quanto na de origem³².

Partindo da conjugação de forças Push-Pull, é importante elucidar que numa concepção mais restrita podemos afirmar que os migrantes são indivíduos que, na maioria dos casos, desenvolvem habilidades e capacidades adaptativas e de sobrevivência às novas culturas e hábitos, sem renegar suas origens, por causa das condições e da intensidade das forças supracitadas. Barrie Stevens, Anna Di Mattia e Pierre-Alain Schieb (2009, p. 19) afirmam que “[...] a frequent criticism of the push-pull approach is that it oversimplifies by ignoring inter-linkages and feedback effects, understating the dynamics of ageing relations, and failing to integrate conceptual advances such as network theories”.

Ao abordar uma análise sobre as causas da migração através dos modelos característicos Push-Pull, as diversas críticas são inevitáveis. Por exemplo, esses enfoques não apontam e nem diferenciam os limites de Push e nem o início de Pull e, deste modo, transmitem a sensação de que é um único fenômeno - mas não é. Por isso, no atual contexto, vários especialistas vêm apontando que as políticas relacionadas à mobilidade internacional devem ser desenvolvidas

³¹ Tomando como referência o período após a Primeira Guerra Mundial, podemos acrescentar que, as várias disputas territoriais, as inúmeras guerras regionais, a presença de regimes ditatoriais, as disputas étnicas e intolerância religiosa, as falências e crises econômicas, desastres naturais, as epidemias, falta de oportunidades de emprego e aumento do desemprego, entre outras, são variáveis que podem ser consideradas de exclusão (PUSH) uma vez que, direta ou indiretamente, obrigaram ou forçaram os indivíduos, as famílias e, por vezes, a população de uma determinada região, a abandonarem os seus locais e, por sua vez, forçadas à procura de melhores condições de sobrevivência que, em muitos casos, só foi possível encontrar no estrangeiro. Quanto às forças que representam Pull, podemos acrescentar as melhores oportunidades de educação e acesso ao conhecimento; emprego e renda; condições políticas, estruturais e institucionais favoráveis; atividades culturais, mesmo na presença de diferenças culturais em relação à origem; melhores condições de vida; entre outras. Portanto, esses fatores múltiplos são importantes para explicar o fluxo migratório, opondo-se à abordagem linear de Ravenstein (1885).

³² Segundo Lee (1966) as forças competem entre si e chegam a um equilíbrio mais ou menos uniforme. Esse equilíbrio, na concepção do autor, é resultado, por exemplo, tanto das forças Push-Pull verificadas nas regiões/cidades/países do destino dos migrantes quanto as observadas nas regiões/cidades/países de origem desses indivíduos – neste caso, o equilíbrio revela a supremacia de uma das forças, ou seja, as que incentivam e facilitam a migração ou as que limitam e impedem a mobilidade dos indivíduos. Por isso, é importante delinear que o equacionamento ou o equilíbrio dessas forças Push-Pull pode contribuir não só para as transformações no próprio fluxo migratório (ambiente), esta representando uma versão mais agregada (macro), mas também, podem acarretar as mudanças nos motivos individuais, ou seja, uma percepção com o indivíduo (micro).

tanto nos países de origem – para minimizar ou remover as causas – quanto nos países anfitriões, isto porque as condições e as causas que estimulam as migrações são diferentes entre os países³³.

Lewis (1954) afirma que a existência de uma característica dual do sistema econômico no período é uma das principais causas ou estímulos para a migração dos indivíduos, por causa da existência do excesso e, por vezes, abundância da oferta e demanda de mão-de-obra no setor agrícola (setor não capitalista rural) e no setor industrial e comercial urbano (setor capitalista urbano), respectivamente.

Ao resumir a dualidade em setor não-capitalista rural e setor capitalista urbano, Lewis (1954) tenta demonstrar, de forma tácita, que a existência de desequilíbrio, desigualdade e/ou níveis diferentes de desenvolvimento e, por isso, a mobilidade dos indivíduos desempenha uma função importante porque promove o equilíbrio e/ou a convergência entre os dois setores, ao transferir espontaneamente o excedente da oferta de mão-de-obra de um setor superavitário para outro setor deficitário – ou seja, o comportamento espontâneo do fenômeno migratório é impulsionado pela presença de mercados deficitários e superavitários da mão-de-obra.

Partindo desse contexto dual, far-se-ão duas observações importantes: primeiro, a dualidade econômica como fundamental para promover o equilíbrio entre, por exemplo, as diferentes economias; e, segundo, a presença de características automatizadas e linearizadas na transferência da mão-de-obra, talvez sem custos de transporte, associada ao desenvolvimento econômico automático.

Essas observações são importantes porque para Lewis (1954) a existência da oferta ilimitada da mão-de-obra é significativa para explicar o desenvolvimento econômico, uma vez que, por exemplo, a expansão da produtividade no setor capitalista urbano industrial e comercial moderno contribui para a expansão da produção dos bens e serviços e para o aumento do emprego e renda (neste caso, o salário). Nesse contexto, essa oferta da mão-de-obra afeta, de forma linear, automático e positivamente o setor não-capitalista rural. Este, geralmente, segundo

³³ Essa ressalva não pode ser interpretada de forma isolada e nem como uma ação política complementar, mas sim, deve ser observada dentro do contexto da existência de diferentes causas da migração e, por isso, é fundamental compreender que as forças que estimulam migrações não podem ser confundidas com as que desestimulam a mobilidade.

o autor, de baixa produtividade marginal – observação que é criticada, posteriormente, por Harris e Todaro (1970).

Segundo o autor, devido à baixa produtividade marginal no setor agrícola, influenciada pela existência do excesso da oferta de mão-de-obra, em caso da retiradas de alguns trabalhadores do setor agrícola não haveria nenhum efeito na produção total. No entanto, segundo Lewis (1954), a um salário constante do setor urbano, a curva da oferta da mão-de-obra é considerada perfeitamente elástica, demonstrando, por sua vez, que o comportamento salarial nos centros urbanos em relação ao setor rural é infinito. Também, por hipótese, o autor acrescenta que todos os lucros³⁴ resultantes do crescimento e expansão industrial são reinvestidos e, por conseguinte, leva a um aumento no estoque de capital na economia³⁵.

Ranis e Fei (1961), ao examinar as deficiências apresentadas por Lewis (1954) para explicar a migração dos indivíduos, afirmam que: migração não é causada e nem induzida por desemprego e subemprego do setor rural³⁶; a produtividade marginal zero no setor não-capitalista rural não foi, até então, comprovada e confirmada empiricamente; e, por fim, a migração aos centros urbanos e periféricos persiste mesmo em face dos recursos urbanos inadequados e do desemprego. Apesar disso, as críticas e as observações dos autores revelam as limitações das análises neoclássicas fundamentadas nos modelos duais que, em muitos casos, não incorporam outras variáveis importantes para explicar a dinâmica ou o fenômeno migratório.

Harris e Todaro (1970) afirmam que é um consenso e fato consumado na história econômica que, normalmente, desenvolvimento econômico foi associado com a transferência gradual e contínua de agentes econômicos do setor agrícola tradicional para os centros urbanos industriais. Porém, nessa afirmação, os autores tentam minimizar a contribuição de Lewis (1954) sobre as causas da migração, e acrescentam – de forma enfática – que no modelo existe uma contradição central, ou seja, assumir e associar, implicitamente, a combinação da taxa de

³⁴ Todaro (1969) aponta que, nos casos onde os lucros são reinvestidos em mão-de-obra e na economia, há limitados espaços para duplicar o capital existente e, neste caso, a hipótese da transferência automática e linear da mão-de-obra não pode ser verdadeira.

³⁵ Para o autor, uma expansão do estoque de capital na economia é fundamental porque aumentaria a produção total no setor industrial urbano, induzindo, por sua vez, o deslocamento positivo da curva da demanda marginal por mão-de-obra, em troca da curva da demanda – isto, segundo Lewis (1954), implica uma taxa de crescimento (o bastante) do setor urbano/industrial para afastar o desempregado do setor de subsistência.

³⁶ Os autores reconhecem que o emprego é uma variável importante na tomada de decisão do indivíduo para migrar.

transferência da mão-de-obra e a taxa de criação de emprego no setor capitalista industrial moderno, como proporcional à acumulação de capital na economia moderna, parece não constituir a verdade porque as pesquisas, por sua vez, mostram que não existe nem sequer a relação entre abundância da mão-de-obra no setor rural e abundância de emprego nas cidades³⁷.

Outra crítica direcionada ao modelo de Lewis (1954) está relacionada à presença de um mecanismo moderno que promove a competitividade no mercado de trabalho, garantindo, assim, a existência de salários reais no setor urbano até um ponto onde a oferta excedente da mão-de-obra suporta. Igualmente, para Harris e Todaro (1970), na maioria dos países do terceiro mundo o aumento dos salários, no período, não são resultados da competitividade promovida pelos mecanismos desenvolvidos pelo mercado de trabalho, mas sim, os salários aumentam, ao longo dos anos, por causa da presença de fatores institucionais, tais como, a participação ativa dos sindicatos, a participação das multinacionais, cargos administrativos no setor público, entre outros.

As contribuições de Harris e Todaro (1970), também conhecido como modelo H-T, foi, sem dúvida, uma das primeiras tentativas formais para explicar, de forma sistemática, o fluxo migratório em pleno período do capitalismo industrial. O modelo surgiu a partir da crítica direcionada às contribuições de Lewis (1954) e, originalmente, procurou explicar a dicotomia entre o contínuo processo migratório das regiões/zonas rurais para os grandes centros urbanos, apesar da presença cada vez mais crescente das taxas de desemprego nesses centros industriais. Contudo, fica implícita que o modelo H-T apresenta de um modo geral, dois setores, ou seja, rural-urbano, apesar de abordagem distinta das demais contribuições.

Também, cientes das limitações das abordagens “Push-Pull” e, levando em conta a mobilidade interna dos indivíduos, H-T afirma que, para compreender o fenômeno migratório, é fundamental alterar e aproximar os desníveis salariais não só observando os diferenciais de renda (salário) vigente, no momento, nos dois setores, mas também, é imprescindível levar em conta o diferencial de renda esperada nos dois setores, isto é, o diferencial de renda ajustado com a

³⁷ Para Todaro (1969), os economistas (no período) parecem mais propensos em concordar que as hipóteses do excesso da mão-de-obra no setor urbano sejam empiricamente mais válidas do que a hipótese apresentada por Lewis (1954) sobre o excesso da mão-de-obra no setor não capitalista rural. Todaro (1969) constata que nos países do terceiro mundo a migração rural-urbano vem crescendo apesar do crescimento nas taxas de desemprego urbano.

probabilidade de encontrar um emprego no setor urbano industrial³⁸. Portanto, o modelo H-T procura centralizar as suas análises nos motivos econômicos da migração, ou seja, tenta explicar como a migração responde a diferenças de rendas (salários) esperadas, se comparada às vigentes nos dois setores³⁹.

A formulação modelar, $M_t = f(W_u - W_r)$, segue demonstrando, assim, a presença de dois setores econômicos, onde M_t representa o número de migrantes que se deslocam do campo para a cidade no momento t , e em função f das diferenças dos salários/rendas W_u urbana e W_r rural. O salário esperado do setor urbano é o salário atual no momento t a uma determinada probabilidade de encontrar emprego, ou seja, $W^*u = pW_u$ onde $p = (E_u)/(E_u + U_u)$, com E_u representando uma taxa de emprego no setor urbano e U_u desemprego, também, na cidade.

Como os migrantes têm as mesmas oportunidades de obter emprego no setor urbano, então W^*u pode ser identificado, simplesmente, como salário a dada taxa de desemprego urbano. Também, Harris e Todaro (1970) acrescentam que, a qualquer momento, a decisão de migrar depende de três fatores: gap do salário urbano; taxa de desemprego urbano; e, por fim, a responsabilidade e capacidade de respostas dos potenciais migrantes em relação às oportunidades de emprego.

A migração em momento t , a uma determinada taxa h de resposta de potenciais migrantes, pode ser formulada da seguinte forma: $M_t = h(pW_u - W_r)$. Na presença de $W^*u > W_r$, a migração rural-urbano vai continuar e, só termina quando a própria migração forçar a queda do salário do setor urbano de tal forma que $W^*u = W_r$. Mas, se ocorrer $W^*u < W_r$, a migração passará a ser urbano-rural, ou seja, inversa.

Em H-T a migração está em função das diferenças salariais esperadas, ao longo do tempo, entre os dois setores da economia associadas não só à probabilidade de encontrar emprego, mas também da capacidade de resposta dos migrantes dadas as oportunidades encontradas. Assim, o

³⁸ Nessa ressalva, a renda esperada não só depende das médias salariais em vigor, mas também, da probabilidade de encontrar emprego.

³⁹ Quais são as hipóteses do modelo H-T? Migrantes são racionais porque sempre tomam decisões que maximizam seus ganhos futuros; setor urbano tem melhores empregos; migração interna no período industrial; pleno emprego (ou próximo de pleno emprego), mas, admite essa limitação por causa da existência de alta taxa de desemprego; migrantes, fazendo parte da mão-de-obra urbana, tem oportunidades iguais de obter empregos disponíveis; entre outras – no entanto, o modelo H-T deixa transparecer que os migrantes, dotados de informações completas e racionalidade, percebem que os diferenciais ou desníveis salariais existentes e, as expectativas para melhores salários futuros, dadas as condições de mercado, são estímulos para a tomada de decisão de migrar.

modelo reforça que a decisão de migrar, apesar de estar mais diretamente relacionada ao nível da taxa de desemprego existente no setor urbano, por outro lado deixa transparecer que a qualificação dos migrantes é fundamental para aproveitar as oportunidades de emprego – ou seja, a qualificação fortalece a capacidade de resposta h dos potenciais migrantes.

Os autores acrescentam que os ganhos potenciais deveriam ser equilibrados com outros fatores, tais como, o custo de oportunidade da migração, os custos de viagem (deslocamento), desemprego (mesmo que seja temporário e flexível), instalação/integração no destino e custos psicológicos da migração. Essa observação é importante porque revela as outras faces da migração, ou seja, os custos subentendidos nesse processo e, por isso, a importância da presença de redes sociais e institucionais capaz de contribuir para a minimização dos riscos e, ao mesmo tempo, contribuir para a integração e socialização dos migrantes nos destinos.

Observa-se que os fatores considerados *pull*, historicamente, foram tratados de forma elementar, excluídos de uma política, por exemplo, que estimula à imigração como aconteceu em relação à Austrália, Alemanha, entre outras. Por isso, Mayda (2005) acrescenta que teorias que derivam das abordagens neoclássicas tendem a supor *wage-pull* para ser o principal determinante de migração, sendo esta associada à política de atração da mão-de-obra imigrante, por exemplo, alemã dos anos de 1950, 1960 e 1970.

Mayda (2005) também acrescenta que pesquisa empírica tende a reforçar aquela expectativa de que *economic pull factors* são o motor dominante e que *push factors* não têm nenhuma importância determinante na migração – deste modo, a seguir, vamos delinear as mais recentes abordagens que, baseadas nos fundamentos neoclássicos, tentam analisar a migração, levando em conta não só os ganhos/retornos, mas também a própria restrição imposta pela política de imigração desenvolvida nos países anfitriões que, em geral, representa os custos da migração na tomada das decisões dos indivíduos.

Williamson e Hatton (2002, p. 5) apresentam uma teoria de migração, onde variáveis desempenham uma pressão migratória. No modelo simples, em geral, a decisão individual i ($i = 1 \dots n$) pode ser expressa como $d_i = w_{f,i} - w_{h,i} - z_i - c > 0$, onde h (país de origem), f (país anfitrião), $w_{f,i}$ representa os ganhos esperados no estrangeiro enquanto $w_{h,i}$ os ganhos no país de origem, z_i representa o diferencial de compensação do indivíduo em favor de h , enquanto c é o custo direto

de migração – nesta análise aparecem os custos de migração que, em geral possuem um tratamento limitado na literatura sobre migrações, especialmente as migrações internacionais.

Aplicando Logaritmo Neperiano (LN) na função $d_i = w_{f,i} - w_{h,i} - z_i - c$ para medir a utilidade da função, Williamson e Hatton (2002, p. 5) observam que o indivíduo i tem mais probabilidade de migrar se os ganhos são maiores que os baixos salários oferecidos no seu país⁴⁰. Também, na concepção dos autores, existe uma relação negativa entre migração e a idade do indivíduo i porque a vida útil remanescente se torna mais curta – ou seja, dado um determinado incentivo, a imigração será maior quanto os mais jovens⁴¹ e qualificados ou habilitados forem os migrantes, uma vez que estes estarão aptos para trabalhar. Por isso, no modelo acrescenta-se que os indivíduos, nos países de origem, têm níveis de conhecimento indexados $s_{h,i}$ com uma média μ_{sh} e covariância σ_{sh}^2 .

Quanto aos ganhos, no país do destino e de origem do indivíduo, são ordenados da seguinte forma: $w_{f,i} = \alpha_f + \beta_f s_i$; $w_{h,i} = \alpha_h + \beta_h s_i$, onde μ_{wf} , μ_{wh} , σ_{wf} , σ_{wh} representam as médias e as variâncias, respectivamente. Substituindo a equação $w_{f,i} = \alpha_f + \beta_f s_i$; $w_{h,i} = \alpha_h + \beta_h s_i$ em $d_i = w_{f,i} - w_{h,i} - z_i - c$, obter-se-á $d_i = \alpha_f - \alpha_h + (\beta_f - \beta_h) s_i - z_i - c$ que, por sua vez, revela que a migração tende a aumentar quanto maior for o nível de qualificação dos indivíduos⁴². Assim, a taxa de migração do país de origem para o destino pode ser expressa⁴³ como $D = 1 - \Phi(-\mu_{wf} + \mu_{wh} + \mu_z + c)/\sigma_d$, onde, μ_z é a média de z_i ; σ_d é o desvio padrão de d_i ; e, Φ é a função distribuição acumulativa de padrão normal. Como σ_d é a função das variações da distribuição de ganhos da origem e do destino, as variáveis σ_{wf} e σ_{wh} representam as taxas de migração, sendo que estas dependem da distribuição dos ganhos/retornos.

Williamson e Hatton (2002, p. 7) observam que não existe efeito distinto para o nível médio de qualificação μ_{sh} neste modelo. Porém, a renda ou os ganhos no destino, muitas vezes

⁴⁰ Neste caso, o diferencial z_i dos ganhos compensa, por exemplo, se os custos de migração forem fixados.

⁴¹ Aqui, percebe-se a presença de mecanismo de seleção dos migrantes que, por exemplo, foram práticas conhecidas nos países desenvolvidos da Europa e, datada dos anos de 1950 a 1980 – atualmente, as políticas de seleção dos imigrantes estão ressurgindo na União Européia.

⁴² Mas uma observação presente no modelo de Williamson e Hatton (2002, p. 6) mostra que, mesmo na presença de alta qualificação dos migrantes, esta poderá ter um efeito contrário, ou seja, poderá reduzir o fluxo migratório dos quadros superiores para economias desenvolvidas. Portanto, para os autores, essa tendência só é possível se os ganhos/retornos para esses indivíduos qualificados forem superiores nos países de origem ($\beta_h > \beta_f$) – nesse caso, a seleção dos migrantes é negativa; e, ao contrário, ou seja, alta qualificação e ganhos maiores no país destino em relação à origem, seleção dos migrantes seria positiva ($\beta_f > \beta_h$).

⁴³ s_i e z_i têm distribuição normal (Borjas, 1989 apud Williamson e Hatton, 2002).

usados em estudos empíricos, é, normalmente, a média de todos os trabalhadores do destino e não a renda média que seria recebida pelos trabalhadores do país de origem, se empregados no destino. O primeiro pode ser escrito como: $w_{wf} = w_{wf}^* - \beta_f (\mu_{sf} - \mu_{sh})$ onde, w_{wf}^* representa a renda média dos trabalhadores no destino e μ_{sh} o nível de qualificação média. Substituindo $w_{wf} = w_{wf}^* - \beta_f (\mu_{sf} - \mu_{sh})$ na equação $D = 1 - \Phi(-\mu_{wf} + \mu_{wh} + \mu_z + c)/\sigma_d$, então níveis de habilidade relativas importarão com um efeito que reflete o retorno a habilidades no destino.

Os autores deixam transparecer que grande parte da literatura sugere que fatores não econômicos são importantes na tomada das decisões de migrar. Também, os autores acrescentam que as redes sociais estabelecidas na diáspora são essenciais para reforçar as decisões de migrar, mas, por outro lado, não pode ser interpretada como alternativas em termos de inserção no mercado de trabalho no destino.

Neste modelo, esses fatores⁴⁴ são representados por z_i , estes, em geral, provenientes e influenciados pelas ações e relações prévias desses indivíduos nos países de origem. Mas, uma característica importante das decisões de migrar é a presença das políticas que restringem às imigrações, tais como, os níveis de exigências legais, grau de regulação e ações institucionais desenvolvidas nos países receptores, afetam as decisões de migrar. Por exemplo, Williamson e Hatton (2002) apontam dois tipos de ações que, de forma peculiar, são essenciais porque limitam às imigrações: quotas ou restrições quantitativas por país de origem; e/ou, seleção dos imigrantes de acordo com algumas características⁴⁵.

Ao mesmo tempo, os autores acrescentam que a reunificação familiar e a seleção por habilidade são os dois elementos significativos da política de imigração. Nesse caso, levando em conta a presença dos custos de migração, a decisão do indivíduo pode ser representado pela função $d_i = w_{f,i} - w_{h,i} - z_i - c^* + v_i$, onde o custo fixo de migração c foi modificado para c^* , para incluir os custos impostos pela política de imigração e, por fim, o termo adicional v_i reflete a redução dos custos de imigração associados com peculiaridades individuais.

⁴⁴ Os autores identificam que esses fatores são influenciados pelos níveis de relações entre o migrante e os familiares, chamados de efeitos de parentesco.

⁴⁵ Para os autores, as duas ações podem aumentar os custos de imigração, sendo que a primeira torna-se visível através da formação de filas e, no segundo caso, os custos implícitos associados às características pertinentes e/ou relevantes.

Portanto, se os indivíduos possuem parentes próximos no país do destino, então isso irá aumentar o valor de v_i . Mas, se a política de imigração for seleção por habilidade e/ou qualificação profissional, então v_i será uma função representativa do nível de escolaridade do migrante – no entanto, a taxa agregada da migração passa a depender do nível de conhecimento, independentemente dos efeitos sobre os ganhos tanto nos países de origem quanto nos países anfitriões dos imigrantes.

Por fim, partindo da percepção dos autores, é possível evidenciar que na medida em que aumentam os custos impostos pela política de imigração dos países desenvolvidos, reduzem-se os impactos da luta contra a pobreza⁴⁶ nos países subdesenvolvidos por causa da queda, por exemplo, não só das remessas monetárias dos emigrantes, mas também das influências sociais e institucionais – estas variáveis são proeminentes para explicar o desenvolvimento.

2.1.3 Migração: *Brain Drain* e *Brain Gain*

Discussões teóricas envolvendo o fenômeno migratório e a mobilidade de capital humano⁴⁷, apesar de implicitamente destacadas nas acepções neoclássicas e neo-marxistas, recentemente vêm recebendo destaques especiais, uma vez que envolvem questões complexas e indissociáveis ao processo de globalização econômica e financeira. Isso gera não só percepções distintas na literatura sobre o próprio fenômeno migratório, mas também, contradições⁴⁸ sobre as

⁴⁶ Assim, dado \hat{c} (fixo e normalizado) limita os custos, a proporção restrita da população seria $P = \Phi\left(\frac{-\mu s + \hat{c}}{\sigma s}\right)$ onde, quanto maior a renda média e menor o desvio padrão da renda, menor a proporção de potenciais migrantes que serão limitadas a pobreza. É evidente que a restrição a pobreza não é independente da decisão de migração e seria mitigado pelo relaxamento das restrições de crédito, mas o canal mais importante para relaxar a restrição de crédito é provável que seja, segundo os autores, por intermédio das RTE.

⁴⁷ “What is human capital? In simple terms, human capital refers to the learning, skills, knowledge and attributes – including health and personality characteristics – of individuals and national workforces... From the national perspective that can mean spending on schools and colleges; from the individual perspective, it can mean spending money on course fees and sacrificing the chance to earn money by remaining on in college or university. Such investments yield returns – for economies, in the form of higher productivity and growth, and for individuals, in the form of higher incomes” (KEELEY, 2009, p. 96).

⁴⁸ A presença das divergências é fundamental porque representam pontos de afetação em relação às políticas de imigrações desenvolvidas e praticadas pelos países anfitriões. Por exemplo, nos últimos vinte anos, determinados

recomendações políticas, econômicas e institucionais dos organismos internacionais em relação às políticas migratórias.

Massey et al (1998), apud De Haas (2008), apontam que a abordagem histórico-estruturalista percebe a migração não só como intrínseca ao processo de acumulação capitalista, mas também como uma das principais condições de desigualdades de comércio entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, além de uma estratégia usada para evitar o envelhecimento populacional nos principais centros econômicos e financeiros.

No entanto, fica subentendido que a migração, por si só, não gera condições *à lá* teoria neoclássica de desenvolvimento equitativa entre diferentes países e regiões, mas sim pode ser analisada como uma variável não só importante para o desenvolvimento de uma região – por exemplo, a contribuição das RTE – mas também, o aprofundamento da diferenciação econômico entre países anfitriões e de origem do migrante.

Para reforçar ainda mais essas proposições, é importante acrescentar que nas políticas de estímulo à formação e qualificação dos jovens oriundos de países pobres e em desenvolvimento encontram-se presentes não só os objetivos educacionais e de cooperação (Alban⁴⁹), mas também de forma subentendida é possível evidenciar outros aspectos, tais como, *brain drain* (fuga de cérebro), *brain waste* (desperdício de cérebro), *brain gain* (ganho do cérebro) e *brain trust* (confiança de cérebro).

Ainda, no âmbito institucional essas preocupações envolvendo fluxo de cérebros carecem de análises e debates mais aprofundados das instituições (ou organismos) internacionais e dos

setores da economia dos países desenvolvidos – E.U.A., Canadá, Luxemburgo, Suíça, União Européia, entre outros – vêm enxergando nos imigrantes qualificados e especializados uma importante fonte de conhecimento técnico que, aplicada em vários setores, contribuem não só para a expansão e desenvolvimento econômico, mas também são essenciais para a conquista de novos mercados.

⁴⁹ “O Programa Alban tem como objetivo principal reforçar a cooperação entre a União Européia e a América Latina na área do Ensino Superior e engloba estudos de pós-graduação e de formação de alto nível para profissionais, futuros quadros daquela região, em instituições ou centros na União Européia. Uma maior abertura do Ensino Superior Europeu a pós-graduados e a profissionais latino-americanos através das bolsas Alban contribuirá para melhorar as suas competências profissionais e acender a melhores oportunidades de emprego nos seus países de origem. A educação/formação na União Européia terá lugar no âmbito de projetos de mobilidade envolvendo universidades, centros e institutos de formação superior e outras organizações, incluindo empresas interessadas na formação ou requalificação profissional superior dos seus quadros”. (In <http://www.programalban.org> Acessado dia 25 de fevereiro de 2010).

governos para agregar e modernizar a política da migração, minimizando os efeitos negativos e maximizando o retorno tanto para países de origem quanto anfitriões dos emigrantes.

Lowell (2002, p. 2) afirma que as discussões sobre as causas e implicações de *brain drain* iniciaram-se em 1967, com os debates nas Nações Unidas sobre as perdas dos profissionais qualificados ocorridas nos países pobres e em desenvolvimento. Nesse período, as discussões giravam em torno do indivíduo que, após a formação – esta, geralmente feita nos países desenvolvidos – não retornam aos países de origem, permanecendo assim nos países desenvolvidos. Por essa razão, foram propostas, ao longo da década de 1970, algumas políticas e resoluções que obrigaram o retorno dos estudantes.

Nos anos 1980, segundo Lowell (2002, p. 2), as discussões foram dissipadas e, de certa forma, esquecidas nos anos de 1990. Após essa década, apesar de limitada, as discussões sobre *brain drain* voltaram, mas, os países desenvolvidos continuam estimulando e usufruindo da mão-de-obra qualificada⁵⁰ e especializada oriunda dos países pobres e em desenvolvimento. Por conseguinte, nas discussões recentes sobre a importância do capital humano (dito *brain*) no fenômeno migratório (1980-2007), percepções analíticas distintas são, talvez, basicamente para explicar a complexidade do setor em questão.

Por exemplo, para os países pobres e em desenvolvimento, em geral, no que tange ao capital humano, as políticas de imigração dos países desenvolvidos contribuem para o aprofundamento de *brain drain*, ou seja, a migração dos quadros e indivíduos altamente especializados para os países economicamente mais avançados; ao passo que *brain gain*, na literatura sobre o fluxo migratório, significa a entrada desses indivíduos nos países desenvolvidos.

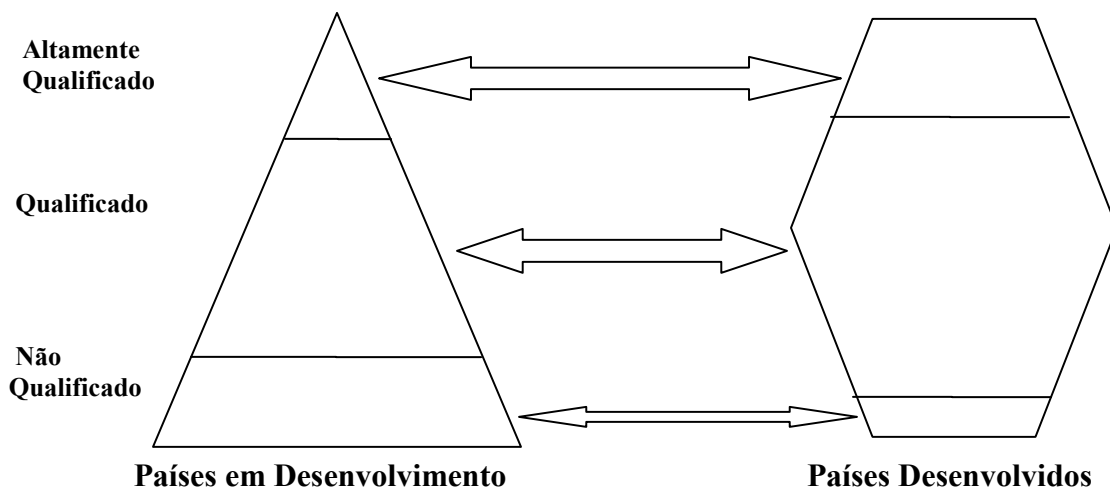
Portanto, diante da incapacidade política, tecnológica, econômica e institucional – por parte dos países pobres e em desenvolvimento – em expandir políticas de formação, qualificação e valorização do capital humano e/ou quadros altamente especializados, a tendência é a perda

⁵⁰ Em contrapartida, debates e discussões mais acalorados resultaram na disseminação de comportamentos, e por vezes extremistas, contra não só os imigrantes de baixa qualificação, mas também, contra a imigração em geral.

desses profissionais que, em geral, procuram usufruir das melhores condições de trabalho, segurança e bem-estar social e familiar⁵¹.

Segundo Borjas (1985), para aproveitar essas oportunidades nos países anfitriões, os migrantes tendem a investir na formação e qualificação profissional – tais como conhecimento e aprendizagem da língua, cultura, métodos e estratégias de gestão empresarial e negociações, entre outras. Essas qualificações são essenciais para agregar ao estoque de capital humano dessas economias e, ao mesmo tempo, passível de contribuir para o desenvolvimento dos países de origem através dos diversos mecanismos de transferência desses conhecimentos (e informações) – na concepção de Borjas (1985), os economistas chamam essas formas de investimento de assimilação econômica⁵².

Figura 1: Fluxo de migrações internacionais por categorias de qualificação (ou habilidade)



Fonte: Baseado em Lowell (2002, p. 4).

⁵¹ Em geral, a literatura sobre a emigração associa *brain drain* às condições econômicas, políticas e sociais dos países, além das oportunidades geradas nos países desenvolvidos.

⁵² Nesta tese, a assimilação econômica, por parte dos migrantes, representa um processo dinâmico que, ao mesmo tempo é fundamental para a expansão do estoque do capital humano das economias anfitriões, mas também, contribua para o desenvolvimento das economias de origem através da diáspora, esta como uma importante fonte – dentro do contexto das remessas – de P&D&I, de desenvolvimento de conhecimento e de transferência de tecnologias. Page e Plaza (2005, p. 24-25) afirmam que Japão, Coreia do Sul e Taiwan (China) são exemplos de países que usaram a diáspora não só como fonte de conhecimento e desenvolvimento econômico, mas também como estratégia para a internacionalização das respectivas economias nacionais, ao promover e desenvolver políticas de retorno, estímulo e valorização dos estudantes formados no estrangeiro ou estabelecendo redes de intercâmbios de conhecimento com esses estudantes residentes no exterior.

A figura 1 demonstra o que Lowell (2002, p. 4) chama de anatomia básica de *brain drain*. Este fluxo expõe a grande mobilidade da mão-de-obra qualificada e especializada para as economias desenvolvidas, associado à oferta das melhores condições salariais e de trabalho. Esboça também a crescente tendência para o desenvolvimento e propagação de políticas migratórias focadas na redução da mobilidade de, por exemplo, mão-de-obra não qualificada. Um exemplo recente é a entrada em vigor na União Européia, em maio de 2009⁵³, a chamada “*EU Blue Card*” que tem como objetivo criar as condições institucionais, legais e especiais de entrada e residência dos imigrantes qualificados no bloco europeu⁵⁴.

Em geral, o ‘*EU Blue Card*’, além de semelhança com o *Green Card* (EUA), estabelece condições atrativas para a captação de trabalhadores altamente qualificados, geralmente dos países pobres e em desenvolvimento. Esses estímulos contribuem para a aceleração de *brain drain* uma vez que além de reunificar a família, poderão desfrutar de: melhores condições de trabalho e de remuneração; liberdade de associação; educação, formação e reconhecimento de qualificações; direito a segurança social e pensões; acesso a bens e serviços, habitação, informação e aconselhamento; e livre mobilidade dentro dos limites territoriais estabelecidos pela legislação⁵⁵. Nesse contexto, Skeldon (2009, p. 7 – 8) afirma que

skills in the health sector are seen as essential for the improvement of the basic welfare of any population, and the loss of medical personnel from a developing country is seen as prejudicial to the achievement of this primary development goal. From this point of view, the migration of skilled health professionals is often seen as different from other types of skilled migration.

Segundo a literatura da migração *Brain drain* se deve atualmente à própria dinâmica e forças da globalização, competitividade e expansão econômica baseadas no desenvolvimento (LOWEL, 2002)⁵⁶ da C&T, P&D e TI, assim como a demanda por mão-de-obra altamente

⁵³ IN <http://www.europeanunionbluecard.com>

⁵⁴ À exceção do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca.

⁵⁵ In <http://www.europeanunionbluecard.com> Acessado dia 25 de Fevereiro de 2010.

⁵⁶ Assim, à medida que a inovação tecnológica passou a ser compreendida como fundamental para explicar mudanças e transformações das estruturas econômicas, “*the key event driving this change of events is ongoing increases in skilled emigration from developing countries. That flow was boosted in the 1990s by the streamlining and increase in admission numbers granted to highly skilled immigrants in the traditional receiving countries*” (Lowell, 2002, p. 3).

qualificada. Isso elucida que, “com um sistema semelhante ao Green Card norte-americano, a Blue Card procura cumprir os objetivos econômicos delineados na 'Estratégia de Lisboa' no sentido do crescimento econômico e da criação de empregos através do aumento de trabalhadores qualificados no espaço europeu”.⁵⁷

Nesse contexto, Ortega (2007, p. 2) afirma que “os fluxos migratórios são consequências direta da globalização. A criação de um mercado mundial baseado na livre concorrência e na competitividade dá origem a deslocamentos dos fatores de produção para as regiões de maior competitividade”. Portanto, ao relacionar fluxos migratórios e globalização, o autor destaca que a mobilidade dos trabalhadores também é influenciada pelo nível de conhecimento dos indivíduos e a oportunidade que a própria dinâmica global vem proporcionando. Assim, há medida que são desenvolvidos e aperfeiçoados os mecanismos que facilitem a atração dos jovens especializados e, ao mesmo tempo, proporcionem o bem-estar social, maior é a *brain gain* por parte dos países com melhores condições – geralmente, as economias mais avançadas – e maiores são as preocupações com *brain drain* para os países menos avançados.

Portanto, para os países em desenvolvimento, o processo de *brain gain* se deve a um conjunto de fatores. Mas, nesta tese vamos delinear quatro pontos:

- i) a liberalização precoce das economias pobres e em desenvolvimento dos anos 1990;
- ii) ausência de mecanismos de regulação e de cooperação internacional dos mercados financeiros;
- iii) ausência de condições institucionais, estratégias e políticas adequadas que proporcionam um crescimento e desenvolvimento robusto das economias pobres e em desenvolvimento (com redução drástica da pobreza, fome e marginalização, além de criar condições propícias para os avanços institucionais e inserção internacional);
- iv) a própria ortodoxia (e/ou neo-conservadorismo extremo) econômica e política tanto dos países centrais quanto dos organismos financeiros

⁵⁷ In <http://www.coerencia.pt/index.php?tg=1&id=38>. Acessado no dia 25 de Fevereiro de 2010.

internacionais (exemplo o FMI), aprofundando ainda mais a marginalização desses países (pobres e em desenvolvimento).

Esse contexto é relevante para explicitar por si só a própria *brain drain* e relacioná-la às crises econômicas, financeiras e institucionais ocorridas nos anos 1990 e 2000, afetando, direta ou indiretamente, a mobilidade internacional da mão-de-obra. Estas tensões suscitaram oportunidades e desafios no que tange à migração internacional. Por isso, a preocupação com *brain drain*, *brain waste*, *brain gain* e *brain trust* passou a ser tratada, dentro do setor da migração, como sendo uma questão econômica, social e política porque abrange não só ganhos e perdas de cérebros, mas também a coordenação política e institucional em torno do fenômeno.

Destaca-se que tanto o *brain waste* quanto a *brain trust* estão relacionadas, em geral, com as condições socioeconômicas, institucionais e políticas dos países de origem dos migrantes. Apesar disso, na literatura sobre a migração, essas questões continuam sendo tratadas de forma marginal. Ou seja, sem menosprezar as causas tradicionais e, por vezes, modernas em torno da migração, a nosso ver, na atualidade⁵⁸, este fenômeno está intimamente relacionado com os fatores endógenos, sem minimizar a importância dos aspectos exógenos das respectivas economias.

Em vista disso, é importante salientar que, no âmbito de um projeto de desenvolvimento econômico e social, é necessário desenvolver as estruturas econômicas, políticas e institucionais que visem, a:

- i) fortalecer uma cultura de formação e valorização de capital humano nacional;
- ii) valorizar do indivíduo e a coletividade acoplada ao desenvolvimento socioeconômico;

⁵⁸ Nonetheless, competition among the developed countries is unlikely to lead to restrictive admissions. In fact, it is likely that the global economy and various national policies will combine to further the movement of highly skilled workers from developing to developed countries (LOWELL, 2002, p. 3).

- iii) desenvolver estruturas básicas de P&D e, portanto, a inovação tecnológica, gerando assim as oportunidades aos empreendedores;
- iv) desenvolver políticas e estratégias que facilitam a ampliação e cooperação de investimentos públicos e privados em torno de setores estratégicos da economia;
- v) desenvolver novas alternativas institucionais capazes de tornar o estado como um agente empreendedor, facilitando assim, tanto a expansão do conhecimento na economia, mas também, aumentar o grau de interação e de intercâmbio técnico e tecnológico com as economias mais avançadas; e,
- vi) remover todas as formas endêmicas de corrupção e de apropriação privada dos ativos públicos, através da chamada inovação das instituições e modelos políticos de desenvolvimento; entre outras.

Esses mecanismos são fundamentais para que, a longo prazo, se desenvolvam as condições propícias para a produção de um estoque de capital humano comprometido com o desenvolvimento econômico e social, removendo assim a cultura de *brain waste* (desperdício de cérebro) e, ao mesmo tempo, promovam e disseminem a chamada *brain trust* (confiança no capital humano).

2.1.4 Migração e *Social Network*

O fenômeno migratório, por si só, representa um elemento que, sob o ponto de vista mais restrito, gera externalidade negativa. Isso porque envolve, a priori, a separação familiar, *brain drain* e *brain waste*. Essas preocupações revelam, por sua vez, a ausência de mecanismos que reforçam a cultura de *brain trust*; conflitos sociais e institucionais entre os países de origem e

anfitriões. Portanto, esses constrangimentos evidenciam através das manifestações antimigrantes, dificuldades de integração econômica, social e institucional, entre outras.

Para complementar, Rey Chow (apud ALMEIDA, 2009, p. 67) que os sujeitos contemporâneos que participam desta nova lógica social acabam por se tornarem detentores de uma cidadania transitória, refletindo uma localidade, um “posicionamento” quer seja político, social ou ético que os situa em relação a um contexto espacial específico, mas, contudo, move-diço, efêmero e mutante.

Levando em conta essas externalidades, podemos adicionar que as diásporas, dentro de um contexto global, têm um papel relevante na disseminação das informações e conhecimentos. Essa saliência está intensamente relacionada às inovações nas tecnologias de informação e comunicação. Assim, a formação, o desenvolvimento e a modernização das redes de comunicação na diáspora são proeminentes para auxiliar não só a migração, mas também a própria dinâmica do processo de integração social dos emigrantes nos países anfitriões.

Portanto, o auxílio da diáspora se dá através da divulgação e disponibilidade das informações, trocas de experiências sociais, culturais e políticas dos diferentes países⁵⁹, conforme deixam transparecer Katseli, Lucas e Xenogiani (2006, p. 24):

migrant's networks could play an important role in facilitating remittances and promoting their role as a development tool. Diaspora networks in developed countries can act as lobby groups to improve access to financial services for migrants, both in the destination and their country of origin. Moreover they can contribute to the collection and dissemination of information on the available channels to transfer their savings to their families back home.

As redes de comunicação e informação exercem funções sociais e, por vezes, institucionais, pois, em muitos casos, auxiliam os migrantes em vários processos e são, geralmente, constituídas por organizações não governamentais (ONG'S) ligados direta ou indiretamente às questões dos migrantes. Segundo Kunsch (2007, p. 67):

⁵⁹ [...] o fluxo transnacional de sujeitos e povos além de fronteiras demarcadas fisicamente favorece não somente o questionamento na crença em um conceito unificado de nação, bem como a contestação da possibilidade de existências de identidades fixas que pressuponham noções essencialistas de autenticidade cultural e origem. (ALMEIDA In Topografias da Cultura, 2009, p. 65).

a organização desses agentes que integram a sociedade civil organizada, como movimentos sociais, ONGs, associações, ativistas, grupos de interesses e de pressão, redes sociais, comunidades virtuais, etc., possibilita uma mobilização social em torno de objetivos comuns e em defesa dos direitos humanos e da cidadania, que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Almeida (2009, p. 66), complementa que:

A experiência desses sujeitos em trânsito se revela, portanto, por meio de uma escritura que é freqüentemente descrita em termos da pluralidade, fragmentação, multiplicidade da experiência vivida e, sobretudo, da condição de entre - lugar do sujeito migrante, seja essa uma experiência de alienação (um sentimento de não-pertencimento) ou mesmo de liberação de valores arraigados e experiências culturais (no sentido de que novas afiliações se tornam viáveis pela vivência em trânsito).

Para as comunidades dos imigrantes, questões como direitos humanos, racismo, xenofobismo, entre outras, são desafios que devem ser enfrentados. Nesse sentido, quanto maior a mobilização social, institucional e política, através da disseminação das informações e organização da sociedade civil, maior é o conhecimento global das condições reais e institucionais da diáspora e, por conseguinte, maior é a discussão da importância econômica e social desse setor no desenvolvimento – assim, maior é a probabilidade de desenvolver estratégias, políticas e ações mais propícias para a integração dos migrantes.

Igualmente, destaca-se que a formação das redes sociais contribui, através das suas ações, para reduzir os riscos e custos associados, por exemplo, à imigração e integração dos indivíduos, uma vez que, sendo interconectado ao sistema global (e/ou mundial), tende a adquirir uma dinâmica própria, gerando impactos⁶⁰ sociais e institucionais tanto nos países anfitriões quanto nos países de origem, evidenciando, por sua vez, que uma ação política e institucional

⁶⁰ Para BARRIE STEVENS, ANNA DI MATTIA e PIERRE-ALAIN SCHIEB (2009, p. 20), as redes sociais, ao revelar a interconexão entre os países anfitriões e de origem dos migrantes, podem gerar e transmitir impactos (e/ou efeitos) fortes (strong) ou fracos (weak). Em geral, os autores apontam que os impactos negativos ou fracos ocorrem quando os incentivos para migrar estão focalizados no curto prazo (short-lived), por exemplo, baseada na queda da diferenciação salarial, de forma que o efeito (impacto) secundário da rede, no longo prazo, fica submerso a fatores mais poderosos. Por outro lado, os efeitos da rede social podem ser positivos (fortes) onde há presença permanente de fluxo migratório, independentemente de outros fatores atrativos, desde que contribua para a formação de uma cultura de expectativa positiva nos países de origem.

coordenada é fundamental para fortalecer o setor, ou seja, a migração, como um dos principais instrumentos de desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento.

Todavia, sob o ponto de vista dos impactos gerados pelo fenômeno migratório, é importante ilustrar que, no contexto global, é indispensável a multiplicação das ações em rede visando à aproximação entre o local e o global que, na concepção migratória, significa o desenvolvimento de relações sociais, econômicas e institucionais, estas fundamentais para a construção de um ambiente integrador, articulado e múltiplo. Por isso, Haesbaert (2006, p. 292-293) afirma que:

[...] a rede nunca deve ser tomada como um todo homogêneo e a-histórico... Ela é constituinte de elementos que se diferenciam ao longo do tempo. Assim, somos levados ... a distinguir entre seus pontos ou vértices e suas linhas ou arcos, tanto em relação ao tipo de fluxos que por ela circulam. Eles são fundamentais no entendimento do papel ambivalente das redes, ao mesmo tempo territorializador [quando mais centrípetas ou introvertidas] e desterritorializador [quanto mais centrífugas ou extrovertidas em relação a um determinado território].

Seguindo a perspectiva do autor fica mencionado que o fenômeno migratório, assim como a formação da diáspora, são fatos irreversíveis que se realimentam com a formação da rede, esta fundamental para a construção de novas concepções sobre territórios. Na dinâmica migratória, o território constitui um ambiente imaterial, passível de transformação, conexão e implicações, resultantes do próprio processo migratório, especialmente no que tange, na atualidade, à migração internacional.

Para ilustrar a magnitude dessas transformações, Almeida (2009, p. 66), afirma que “uma consequência relevante do processo de desterritorialização e mobilidade cultural surge no fato de que a lógica bipolar que tem dominado o pensamento ocidental e a geopolítica contemporânea não mais poder ser sustentada diante do movimento de deslocamento humano presenciado nos dias atuais”.

2.2 Cabo Verde: Emigração, Diáspora e Desenvolvimento

Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas, situado na parte ocidental da África (Figura 3 em anexo) a 455 Km da costa do Senegal⁶¹, pertencente à zona sub-saheliana com clima árido ou semi-árido. Com uma extensão territorial de 4.033 Km², o país de origem vulcânica foi descoberto e/ou achado por Diogo Gomes e António De Noli⁶² em 1456, mas o processo de ocupação e colonização, oficialmente é datado de 1460. Usando o sistema de capitânicas hereditárias, o povoamento do arquipélago iniciou-se com o tráfico de escravos da costa africana para a plantação, na ilha de Santiago, das árvores frutíferas, algodão e cana-de-açúcar.

Hernandez (2005, p. 523) aponta que Cabo Verde sofreu um povoamento lento, marcado pela divisão das ilhas em duas capitânicas, sendo que “uma ao sul, com sede na Ribeira Grande, doada a Antonio de Noli, e a outra ao norte, em Alcatrazes, entregue a Diogo Gomes”. A autora informa que, por volta de 1510, no território “havia uma população pequena constituída por portugueses, castelhanos e genoveses, entre outros europeus, concentrados na sua maioria em Santiago”⁶³. Ela complementa revelando que:

Santiago constitui-se predominantemente um entreposto para o comércio de escravos, um ponto de parada onde era cobrado o pagamento de tributos e dízimos à fazenda Real. Para atrair moradores assegurando o povoamento das ilhas, Portugal outorgou em 1466, a ‘carta de Privilégios aos Moradores de Santiago’, concedendo aos donatários o pleno exercício da jurisdição cível e criminal e a prerrogativa de dar o direito de posse e o uso de terras. Além disso, ilhas outorgavam a regalia de receber o dízimo das produções agrícolas. Também conferia aos moradores de Santiago o privilégio de tratar e resgatar escravos nas costas da Guiné, exceção a Arguim, podendo levar as mercadorias que quisessem, menos armas e ferramentas, navios e munições (HERNANDEZ, 2005, p. 523).

Cardoso (2004, p. 23), por sua vez reforça a injusta distribuição dos recursos explorados:

⁶¹ Outros países próximos a Cabo Verde: Gâmbia, Guiné-Bissau e Mauritânia.

⁶² Estes a serviço da Coroa Portuguesa, durante o período da expansão ultramarina.

⁶³ “Também, em pequeno número, em fins do século XV, na ilha do Fogo. As demais ilhas, Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, Sal, Boa Vista, Maio e Brava, só receberam imigrantes mais tarde”.

[...] a forma como foi distribuída a exploração dos recursos do arquipélago, contribuiu bastante para o empobrecimento da grande massa da população, em favor da Coroa e de uma pequena fração da burguesia rural. A comercialização da urzela, do algodão, da panaria, do gado da chamada Fazenda Real, eram domínios exclusivos da Coroa; o fabrico do açúcar e aguardente, o cultivo de cereais, a exploração de transportes inter-ilhas, a tecelagem, a apanha e a venda do sal, a criação do gado, estavam reservados ao grande e médio proprietário. O pequeno proprietário e o povo em geral tinham de se contentar com a agricultura das suas magras courelas ou das arrendadas, das quais tiravam os cereais e tubérculos para poderem sobreviver, podendo igualmente fazer a criação de pequenos rebanhos e vender os excedentes dos cereais aos proprietários abastados ou a navios.

Esse contexto revela, também, que o controle⁶⁴ das principais atividades econômicas por parte da Coroa portuguesa gerou não só o empobrecimento e a submissão da população à condição da miséria, mas também contribuiu para realimentar a própria dificuldade do arquipélago da costa ocidental da África, reforçando assim a ausência de compromisso com o desenvolvimento das ilhas, por mais de 500 anos de ocupação (1460-1975).

No auge do período de tráfico internacional dos escravos, o arquipélago, por intermédio da Cidade de Ribeira Grande⁶⁵ (Ilha de Santiago), tornou-se um importante entreposto comercial de escravos de toda África Ocidental. Assim, por causa da importância geoestratégica (entreposto comercial; aprovisionamento) no período, Ribeira Grande sofreu três grandes ataques realizados, respectivamente, pelos piratas (1541), corsário inglês Francis Drake (1585) e piratas franceses (1712), forçando o abandono da cidade.

Somando aos ataques supracitados, a decretação da abolição do tráfico internacional de escravos em 1876, também, contribuiu, de forma mais incisiva, para a perda da importância do arquipélago até a independência nacional (1975). Após 1975, sabendo das limitadas condições naturais, econômicas e financeiras, o Estado de Cabo Verde procurou desenvolver parcerias

⁶⁴ [...] esse conjunto de medidas foi fundamental para que fossem estabelecidas as estruturas básicas a partir das quais se constituiu e desenvolveu o sistema de dominação nas ilhas. Estabeleceu o regime de propriedade da terra, criou as condições legais para o tráfico negreiro e propiciou mão-de-obra escrava no arquipélago. Estas foram as condições necessárias para formar uma sociedade escravocrata, por um lado, com um reduzido grupo de senhores que, no geral, concentrava a propriedade da terra, o controle da navegação, o comércio e a indústria artesanal e, por outro, a grande maioria dos escravos, trabalhando especialmente na produção de gêneros para o abastecimento de navios e de bens utilizados na compra de negros nas costas da Guiné. No entanto, os 'homens brancos' de Santiago, alguns degradados por razões políticas, religiosas e mesmo por crimes comuns, desrespeitando o arrendamento, continuaram a praticar o escambo e o resgate de escravos nas áreas concedidas a Fernão Gomes, dando origem a vários embates. A Coroa interveio coibindo os abusos e limitando os privilégios dos mercadores pela Carta Régia de 1467 (HERNANDEZ, 2005, p. 524).

⁶⁵ Atualmente, Cidade Velha.

econômicas e políticas com Cuba, China, ex-URSS, Portugal, entre outros, resultando assim, na consolidação dos programas de ajuda externa⁶⁶ que, por muitos anos, representaram as principais fontes de desenvolvimento nacional.

Este processo de abertura representou um avanço para superar não só as severas restrições econômicas internas, mas também foram fundamentais para evitar as drásticas decorrências resultantes, por exemplo, da escassez da chuva. Isso demonstra que o país, historicamente, vem enfrentando grandes dificuldades na procura de alternativas para desenvolver políticas econômicas capazes de dar uma resposta aos seus desafios, principalmente à geração de renda e emprego. Ainda, após a independência nacional, a economia passou a depender do Estado. Nesse contexto, a sobrevivência da população se deve à presença do Estado Cabo-verdiano que, com o endívidamento externo, deu uma resposta, mesmo limitada, à sociedade.

Com a constituição de 1980, apesar desta baseada no regime de partido único, o Estado destacou a educação e a erradicação do analfabetismo como um dos principais instrumentos e estratégias para o desenvolvimento, emancipação política e democratização do país. Nos anos de 1990, iniciaram as grandes reformas do Estado focadas na abertura política, multipartidarismo político, eleições presidenciais, legislativas e voto direto⁶⁷ - mas antes, é importante lembrar que no país vigorava o regime de partido único em Cabo Verde (1975 a 1989).

Essa fase pode ser identificada como sendo um período de transição de uma economia recém independente, com limitações estruturais extremamente desafiadoras para um país em desenvolvimento.

⁶⁶ Por outro lado, é importante acrescentar que alguns pesquisadores afirmam que Cabo Verde pode ser considerado – de 1975 a 1992 – um país socialista/comunista porque os maiores parceiros de desenvolvimento foram China, Cuba e ex-URSS. Essas ponderações, em geral, mostram a ausência de uma análise mais profunda. Pois, apesar de não fazer parte desta tese, é importante ilustrar dois pontos fundamentais que devem ser incorporadas nessa análise: primeiro, o arquipélago de Cabo Verde, este colonizado/explorado/ocupado por 515 anos, após a independência em 1975, foi considerado um dos países recém-independentes mais pobres do mundo, com uma taxa de analfabetismo beirando 100% da população; segundo, Cabo Verde sendo um país miserável e sem recursos naturais abundantes (se comparado a outros países africanos), sempre foi marginalizado (ou seja, não cobiçado) pelas potências industriais ocidentais, apesar da sua situação geográfica; terceiro, partindo das exposições anteriores, quais são as escolhas? quarto, atualmente, países como Cuba e China, além de Portugal, continuam sendo os principais parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde.

⁶⁷ A chegada do Movimento Para Democracia (MPD) ao governo, imediatamente após a abertura política, evidencia o início de um processo que consolidou a sua jovem democracia semi-presidencialista e/ou parlamentarismo moderado. Segundo instituições/organismos internacionais, esse processo e, conseqüentemente, as transformações ocorridas representaram um dos mais qualificados avanços políticos e institucionais presentes no continente africano.

2.2.1 A Emigração e a “Diáspora Cabo-verdiana”

Analisar o fenômeno migratório cabo-verdiano significa compreender as limitações históricas e estruturais da economia e da sociedade cabo-verdiana. Assim, algumas características, tais como a descontinuidade do território nacional, a dispersão populacional⁶⁸, as condições climáticas irregulares, períodos sucessivos de fome⁶⁹, a presença de pequena extensão das áreas produtivas e propícias para a produção agrícola e a ausência de riqueza natural. Ainda, a imposição de sistema de capitánias hereditárias como um modelo de exploração colonial das ilhas nos quinhentos anos da ocupação portuguesa, é variável que, historicamente explicam as enormes dificuldades do país rumo ao desenvolvimento nacional.

Monteiro (2001, p. 146) afirma que, “no início do século XIX, todo o arquipélago vivia na maior decadência e abandono, submetendo as populações a um baixo nível de vida⁷⁰, à base de uma agricultura de subsistência e na dependência da aleatoriedade das chuvas escassas”. Por conseguinte, podemos elucidar que a escassez da chuva, as condições adversas de sobrevivência da população no arquipélago, este arruinado pelas epidemias e fomes, forçaram, inicialmente, a emigração em massa da população cabo-verdiana no século XVIII.

Essas ponderações reforçam assim, a relação histórica entre as condições de vida dos cabo-verdianos no arquipélago e a busca pela sobrevivência que até hoje está presente no senso comum e, por vezes, internalizada na mente de cada cabo-verdian(o)a. Abaixo destaca-se as principais causas da emigração:

⁶⁸ Também é importante acrescentar que a população local, formada durante o período escravocrata, desprovida dos meios de produção e de acesso às melhores condições de vida, sofreu não só com as condições naturais – por exemplo, ausência das chuvas e terras propícias para a prática da agricultura – mas também, sofreram com as doenças subtropicais, as epidemias e os consequentes períodos de fome que assolaram o arquipélago ao longo dos séculos XVII e XIX, até meados do século XX.

⁶⁹ Segundo Cardoso (2004, p. 24), as grandes fomes que assolaram Cabo-Verde ocorreram em : 1833-1834; 1863-1866; 1903-1904; 1910-1912; 1921-1922; 1941-1942; e, 1947-1948. Secas e fomes, a nosso ver, representam as forças principais de expulsão.

⁷⁰ Cardoso (2004, p. 23) acrescenta-se a tudo isto, que a maior parte da população não possuía terra para cultivar: ou trabalhava por conta dos grandes e médios proprietários que detinham a maior parte das terras cultiváveis ou tornava-se renteiro, tomando sob a sua responsabilidade uma porção de terra pela qual se obrigava a pagar uma quota parte anual.

[...] as secas e escassez de colheitas que provocaram a decadência econômica e, à medida que se tornavam mais freqüentes, contribuíam para aprofundar a ruptura do equilíbrio ecológico e para a queda da produção agrícola, as crises internacionais, as guerras mundiais que provocaram um quase abandono pela metrópole e guerras de libertação colonial. As décadas do meio do século foram particularmente atingidas, sendo precisamente neste período que a emigração começou a transformar-se num movimento de relativa amplitude”⁷¹.

Para Andrade (1996), o fenômeno emigratório cabo-verdiano pode ser subdividido em dois períodos, ou seja, antes e após a abolição da escravatura. Neste caso, segundo a autora (1996, p. 180)

[...] até a abolição da escravatura, a emigração parecia representar para as populações livres e para aqueles que eram alforriados – mas privados do acesso à terra ou ao exercício de uma profissão livre – não somente um meio de assegurar a sua subsistência mas também um meio de acesso à propriedade (através das remessas e/ou do regresso ao país), portanto, de mudança na hierarquia social. Após a abolição da escravatura (...) a emigração aparece mais fundamentalmente ligada, por um lado, à insuficiência das terras a serem-lhes concedidas e, por outro, ao processo de proletarização da massa de camponeses e artesãos livres que, com o andar dos tempos, se tinha constituído.

Deste modo, partindo das aceções de Andrade (1996), Monteiro (2001) e Cardoso (2004), fica explícito que, em geral, no primeiro período, a emigração cabo-verdiana está relacionada às condições de vida impostas pelo processo de exploração colonial, ou seja, a população local, em geral, sem acesso a terra, via na emigração uma forma de obter ascensão social e hierárquica no arquipélago.

Posteriormente, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o fenômeno migratório passou a caracterizar-se pela emigração em massa, envolvendo, deste modo, além das condições naturais historicamente presentes, também as limitadas condições econômicas, estruturais e institucionais propícias para oportunizar e/ou gerar emprego e renda suficientes para satisfazer as demandas da sociedade cabo-verdiana⁷². Essa observação é importante porque o fenômeno

⁷¹ Disponível em http://www.mnecc.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=84&Itemid=139 Acessado em Junho de 2010.

⁷² Por exemplo, após meados dos anos de 1980/90, a emigração em massa, especialmente a dos jovens cabo-verdianos, está relacionada às severas dificuldades impostas pelo modelo de desenvolvimento econômico do país, sendo este extremamente dependente da economia semi-periférica portuguesa; não incorpora, no centro dinâmico do desenvolvimento, os potenciais naturais do arquipélago, tais como, o turismo como indústria, a pesca como indústria, o vento como fonte de energia, entre outras, e, por fim, o capital humano cabo-verdiano [homens e mulheres cabo-

emigratório cabo-verdiano pode ser analisado tanto do ponto de vista da abordagem da “migração forçada” quanta a “migração espontânea”, conforme explica Hernandez (2005, p. 529):

[...] outra característica particular de Cabo Verde era a elevada percentagem da população que se deslocava de modo ‘forçado’ ou ‘espontâneo’ para outros continentes devido ao alto grau de dificuldades econômicas, à extrema pobreza e à alta taxa de mortalidade acentuadas nas épocas de secas, pragas e epidemias.

Na literatura sobre a emigração cabo-verdiana, fica explícito que não existe um consenso sobre a periodização adequada para definir as fases da emigração. Mesmo assim, no presente trabalho, vamos subdividir a emigração em quatro períodos. Ou seja, além de incluir, por exemplo, Andrade (1996), Monteiro (2001) e Cardoso (2004), e Góis (2003, p.43), vamos associar a formação da “Diáspora Cabo-verdiana” com o período pós-independência, caracterizada pela emigração em massa dos jovens cabo-verdianos para Europa e aos EUA. Assim, deu-se a formação do Congresso dos Quadros Cabo-Verdianos Da diáspora, uma instituição sem fins lucrativos e busca, através dos seus quadros qualificados, desenvolver políticas e ações de aproximação com o país de origem, além de segmentar as inter e intra-relações na “diáspora”.

Mas antes, é importante questionar o que entendemos por diáspora cabo-verdiana. Para Monteiro (2001, p. 149),

enquanto instrumento analítico para o estudo científico de determinados grupos humanos que, partilhando uma mesma base cultural, religiosa e étnica e um mesmo território de origem se dispersaram por diversos países, o termo ou conceito ‘Diáspora’ tem vindo a ser aplicado às comunidades cabo-verdianas espalhadas pelo mundo, embora a sua utilização tenha estado associada, pelo menos há bem pouco tempo, à dispersão dos judeus exilados ou expulsos do seu território de origem.

verdiano(a)s] como principais agentes de mudança e transformação econômica e social do país. Ou seja, em traços gerais, o desenvolvimento nacional de Cabo-Verde apesar de depender, em grande parte, do setor externo, é importante acrescentar que as potencialidades endógenas são [a nosso ver] as mais importantes fontes de desenvolvimento do arquipélago, desde que incorporadas e percebidas como estratégias para redução da vulnerabilidade externa, redução da pobreza nas ilhas, integração das ilhas e, por sua vez, como centro dinamizador de transformações e mudanças.

Miguel Vale de Almeida⁷³, antropólogo e professor, ao discursar no III Congresso dos Quadros Cabo-Verdianos da Diáspora (p. 69), afirmou que

Diáspora foi, durante muito tempo, o termo usado para descrever a situação peculiar de dois povos sem estado-nação: judeus e armênios. A ideia por detrás da palavra era que esses povos haviam perdido irremediavelmente - e na sequência de uma *expulsão* - a sua terra de origem, tendo, no entanto, construído ou mantido a sua identidade étnica ao mesmo tempo em que eram cidadãos de outros países e portadores das respectivas culturas. Mas, faziam-no de modo transnacional, isto é, vivendo em vários países ao mesmo tempo, mas mantendo redes de contacto entre si, através dos negócios, da religião, do parentesco e da afinidade diaspórica: a terra de origem como grande mito e narrativa de coesão identitária. Esta sua dupla nacionalidade foi também vista como justificadora de desconfianças e perseguições que, ocorridas anteriormente com base na diferença religiosa, se renovaram no século XIX com base no critério de unicidade nacional e cultural.

Já para Sheffer (2003 Apud Orozco, 2006, p. 5):

Diásporas vêm sendo definidos como ‘formações sociopolíticas’, resultado da migração voluntária ou forçada, cujos membros consideram-se da mesma origem etno-nacional e que residem permanentemente como minorias em um ou vários países anfitriões. Membros de tais entidades mantêm contatos regulares ou ocasionais com os familiares, indivíduos e grupos da mesma origem e que residem em outros países anfitriões.

Partindo das ponderações apontadas, algumas características são fundamentais quando deparamos, ao longo dos anos, com a evolução do termo *Diáspora*. Monteiro (2001, p. 149-150) aponta três dessas características como fundamentais:

- i) “dispersão, relativamente diversificada, a partir de um território original, com realce para os processos de migração forçada”;
- ii) “existência de uma memória ético-cultural coletiva partilhada por todos os membros da ‘*Diáspora*’ e transmitida às gerações seguintes”; e, por fim,

⁷³ Praia, de 3 a 6 de Abril de 2002. <http://www.congressocv.org/download/01-Abertura-1-86.pdf> Acesso 16/03/2010.

- iii) “conservação dos laços, reais ou simbólicos, com a terra de origem, dos próprios ou dos antepassados”.

Portanto, essas características, mesmo na ausência de um consenso geral, por causa das adversidades naturais, econômicas e sociais no arquipélago, estão historicamente presentes no fenômeno emigratório cabo-verdiano, ou seja, a dispersão territorial, memória ético-cultural, laços com a origem e, por fim, as transmissões às gerações, são pontos fundamentais que, atualmente, aproximam a *Diáspora* às grandes questões do desenvolvimento nacional cabo-verdiano.

Para estabelecer um conceito da Diáspora Cabo-verdiana, propor-se-á, em termos gerais, que esta é constituída por todos os indivíduos de origem cabo-verdiana que residam no estrangeiro e que, direta ou indiretamente, mantêm laços com a origem e que desejam participar e/ou contribuir para o desenvolvimento econômico, social e institucional do país. Igualmente, neste conceito, propor-se-á incluir todos os indivíduos que, mesmo não sendo de origem cabo-verdiana, possuam relações próximas com o país, demonstrando assim, a disposição em contribuir para o desenvolvimento do arquipélago.

Do mesmo modo, o conceito sugerido neste trabalho sobre a “*Diáspora Cabo-verdiana*” segue de certa forma, a apreciação da “*Diáspora Africana*”. Segundo a União Africana, in “*Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP*” (2005), a Diáspora Africana consiste em pessoas de origem deste continente que vive fora do continente, independentemente da sua cidadania e nacionalidade, e que estão dispostos a contribuir para o desenvolvimento e para a construção da União Africana⁷⁴.

Os primeiros destinos dos emigrantes cabo-verdianos foram em direção aos EUA, por volta do final do século XVII e início do século XVIII. Esse fluxo migratório se deve à pesca da baleia, uma atividade que no período foi importante no território americano, uma vez que o óleo da baleia era usado na iluminação pública, na conservação e tratamento de peles e couros. Deste modo, a relação entre a pesca da baleia, realizada pelos marinheiros americanos, e o início da

⁷⁴ União Africana em 2005 In *Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP – As Diásporas como Agentes de Desenvolvimento*. Seminário dia 6 junho de 2006. Fórum Gulbenkian Imigração.

emigração cabo-verdiana, está exatamente na abundância desse mamífero na costa marítima do arquipélago, levando assim os pescadores norte-americanos, estes denominados baleeiros americanos, a desembarcarem no solo cabo-verdiano.

A emigração cabo-verdiana para os EUA é caracterizada na literatura como sendo “emigração espontânea”⁷⁵. Ou seja, desenvolveu-se, de forma espontânea, num momento, por uma aproximação entre as tripulações das embarcações e a população do arquipélago. Isso se deve à necessidade de fornecimento às embarcações dos bens de primeira necessidade, além do apoio para a produção de óleo no território cabo-verdiano e, num segundo momento, esta aderência se deve ao fato de que, como os marinheiros americanos não aceitavam o baixo salário ofertado pelas companhias, foram contratados cabo-verdianos das ilhas do Fogo e Brava para trabalhar nas embarcações.

Nesses primórdios da emigração não se tem um número exato da quantidade de cabo-verdianos que entraram nos EUA, mas estima-se que: de 1920 a 1945, cerca de 18.629, ou seja, 67,2% de um total de 27.765 emigrantes cabo-verdianos; de 1927 a 1945, em torno de 1.408, representando 14%; e, por fim, de 1946 a 1960, cerca de 538, ou seja, 7,9% de um total de 6.804 emigrantes. No mesmo período da “emigração espontânea”, verificou-se, também, a chamada “emigração forçada” dos cabo-verdianos para trabalharem nas plantações e roças da Guiné e São Tomé e Príncipe. Apesar da inexistência de dados estatísticos exatos da quantidade de emigrantes enviados para trabalhos forçados, estima-se um número considerável, perceptível através das ponderações de Monteiro (2001, p. 147),

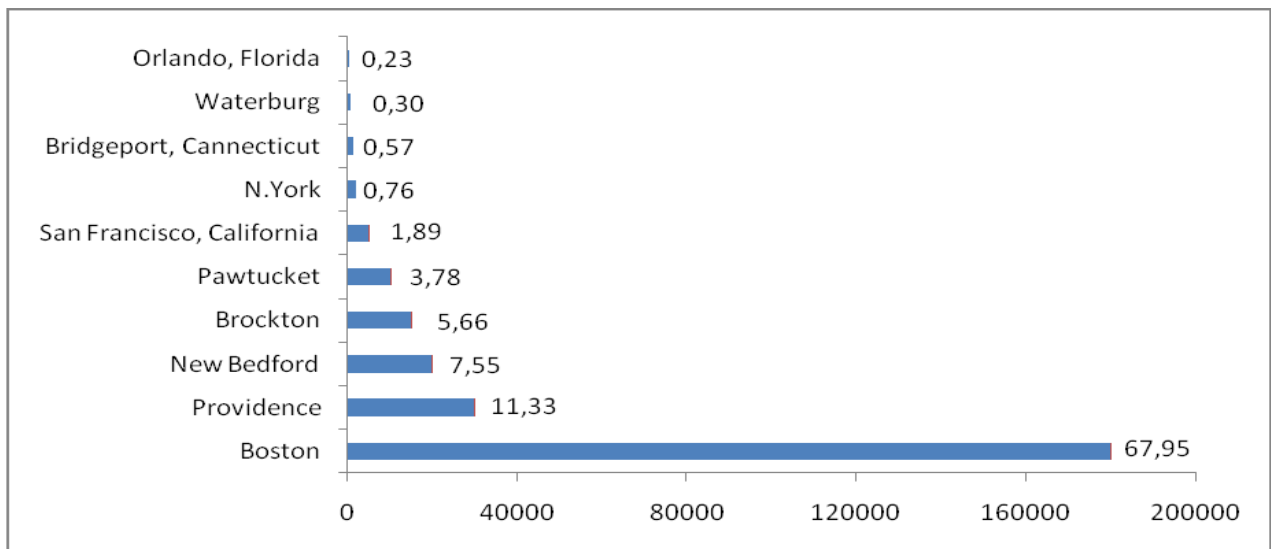
[...] a primeira saída compulsiva de trabalhadores das ilhas de Cabo Verde deu-se com destino à Guiné, na segunda metade do século XVII, numa altura em que o arquipélago constituía, com a Guiné, um feudo da Companhia de Grão-Pará e Maranhão. Volvido cerca de um século, tem-se notícia de outra corrente de trabalhadores cabo-verdianos recrutados sob a capa da lei, desta feita para prestarem serviço nas roças de S. Tomé e Príncipe, em Dezembro de 1863. Em 1904, o governo lançou as bases reguladoras que permitiam a emigração de indígenas contratados para serviços domésticos, industriais e agrícolas com vista a assegurar o fornecimento de mão-de-obra às explorações agrícolas e industriais de S. Tomé e Príncipe.

⁷⁵ As emigrações espontâneas eram fundamentais, já que dinamizavam a economia possibilitando a aquisição de terras, a aplicação em investimentos públicos e o equilíbrio da balança de pagamentos. Além dos ganhos econômicos, as emigrações acarretavam desdobramentos nos níveis social, político-ideológico e cultural, como a mudança dos papéis do homem e da mulher (HERNANDEZ, 2005, p. 529).

Fica evidente que, no período, a emigração cabo-verdiana e as atividades agrícolas em S. Tomé e Príncipe estão relacionadas, principalmente devido à introdução de café e cacau nos anos de 1800 e 1822, respectivamente. Essas culturas valorizaram-se em termos de cotações mundiais e, com isso, deu-se a formação de grandes propriedades as quais, por sua vez, passaram a demandar maior quantidade de mão-de-obra para trabalhar no derrubamento das matas e na preparação das vastas extensões de terra para as culturas. Esses eventos, somando um longo período de estiagem de 1850 a 1866 e a fome de 1863-1866, foram importantes, porque influenciaram a emigração, em massa, para São Tomé e Príncipe.

Segundo os dados do Observatório do Imigrante em Portugal, os emigrantes cabo-verdianos nos EUA, concentraram-se na região de Boston. Esse fenômeno está diretamente ligado às características portuárias e litorâneas dessa cidade. Assim, nos EUA cerca de 67,95% da “Diáspora Cabo-verdiana” residem em Boston.

Gráfico 3: Locais de destino da “Diáspora Cabo-verdiana” nos EUA (em %): 1997-1998



Fonte: Autor, baseado nos dados do IAPE⁷⁶.

⁷⁶ http://www.ic.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=51 No gráfico, a parte horizontal mostra o número de pessoas.

Nas cidades de Brockton, New Bedford, Providence e Pawtucket, concentram-se um número considerável dos emigrantes e dos descendentes cabo-verdianos, isto devido a um processo recente de emigração para os EUA – a emigração em massa dos jovens cabo-verdianos, especialmente os estudantes, iniciada após a independência nacional (1975) e que se acelerou a partir dos anos de 1980 e 1990. Neste trabalho, identificamos essa fase de emigração como um “período pós-independência nacional”, originária especialmente das ilhas de Fogo, Brava, São Nicolau e Santiago (interior).

Retornando aos finais do século XIX e início do século XX, é relevante acrescentar que o arquipélago sofreu mais um revés com impactos negativos para o setor da emigração. Nos anos de 1920, mais especificamente em 1924, foi publicada nos EUA a chamada “Lei das Quotas”, direcionada para limitar a entrada dos estrangeiros no território americano. Com a entrada em vigor dessa lei na década de 1930 e somando as consequências geradas pela depressão econômica e financeira de 1929/30.

Mais uma vez, o arquipélago se deparou com dificuldades⁷⁷, agravando assim, a decadência econômica e conseqüente abandono, em massa, das ilhas. Deste modo, a população cabo-verdiana, em geral, percebeu a emigração como a única alternativa de sobrevivência – por isso, Monteiro (2001, p.148) aponta que “a emigração cabo-verdiana, por muito tempo, funcionou como uma espécie de ‘tábua de salvação’ para muitas famílias”.

Por exemplo, a chamada “*fomi 47*”⁷⁸ e, conseqüentemente, a miséria e a morte em grande escala em Cabo Verde, forçaram a emigração em massa para vários países africanos da costa ocidental. Essa fuga para a costa africana, mesmo na ausência de dados precisos, em termos quantitativos, também foi a grande salvação de milhares das famílias cabo-verdianas, gerando assim, ao longo dos anos, a formação de uma “Diáspora” que, em termos culturais e sociais mantém fortes laços com o país de origem.

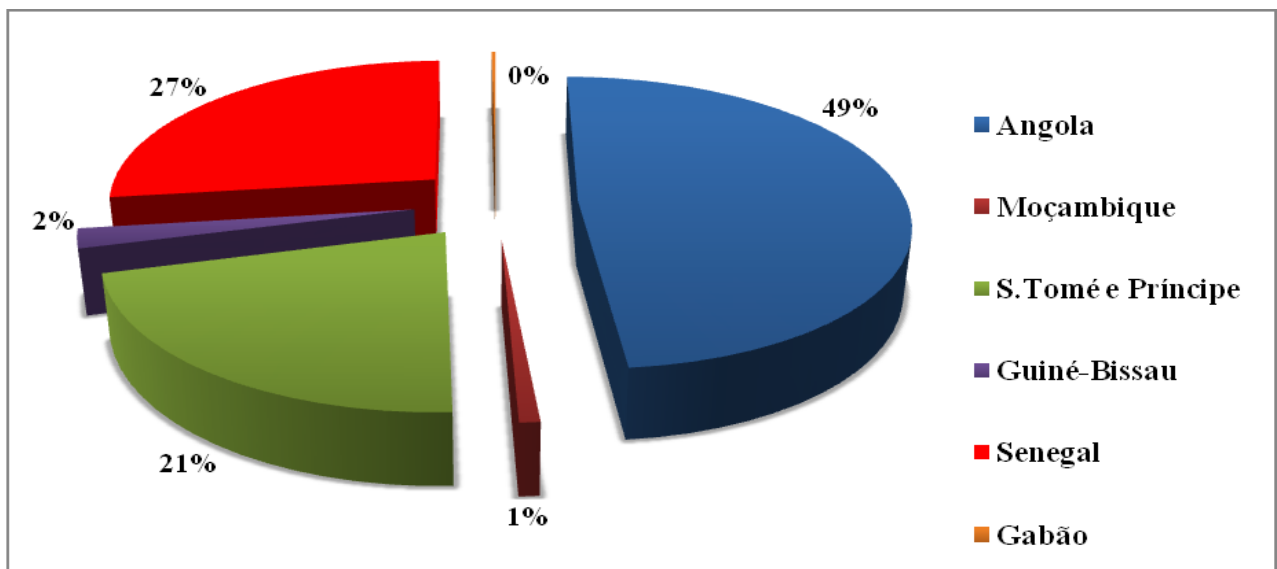
⁷⁷ Isso quer dizer que a emigração cabo-verdiana, desde sempre, está relacionada com as limitadas condições naturais e estruturais do arquipélago; à persistência, até então, das estruturas sociais e/ou políticas arcaicas e exploratórias, estas características de uma sociedade escravocrata – mesmo com o fim da escravatura; os sucessivos períodos de fome, fim do tráfico intercontinental de escravos, leis anti-imigrantes nos EUA, consequências da crise dos anos trinta, a segunda guerra mundial, entre outras.

⁷⁸ Referente ao período de fome de 1947 que assolou a população cabo-verdiana – especialmente, nas ilhas de Santiago e S. Antão.

Estima-se que, a maioria dos cabo-verdianos que emigraram para Guiné-Bissau é originária da ilha de Santiago; e que, de 1920 a 1945, cerca de 2.247 emigraram para Guiné-Bissau, representando assim, 8,1% do total de emigrantes no período; de 1927 a 1945, 1.197 emigrantes (11,8%); e, por fim, de 1946 a 1960, em torno de 901 emigrantes, ou seja, 13,2%.

Ao observar o gráfico 4, percebe-se que Angola, Senegal e São Tomé e Príncipe⁷⁹ foram importantes rotas do fluxo emigratório cabo-verdiano para o continente, mesmo na presença de impactos e conseqüências indesejáveis verificadas, por exemplo, em São Tomé e Príncipe⁸⁰ “os maus tratos, as injustiças, os castigos corporais, os abusos dos patrões e dos capatazes, as doenças e a péssima alimentação, marcaram profundamente a consciência dos cabo-verdianos que tiveram a triste sorte de conhecer as roças de São Tomé” (CARDOSO, 2004, p. 27).

Gráfico 4: Países de Destino da “Diáspora Cabo-verdiana” na África Ocidental – 1997-1998



Fonte: Autor, baseado nos dados do IAPE⁸¹.

⁷⁹ A ação interesseira e conjugada dos roceiros de São Tomé, dos responsáveis administrativos em Cabo Verde e do Governo Central de Lisboa, permitiu que esta corrente migratória se mantivesse até 1970 em prejuízo muitas vezes de outras correntes migratórias de maior interesse (CARDOSO, 2004, p. 26).

⁸⁰ Estima-se que: de 1920 a 1945, cerca de 1.523 (5,5%) cabo-verdianos emigraram para São Tomé e Príncipe; de 1927 a 1945, 133 emigrantes (1,3%); e, por fim, de 1946 a 1960, em torno de 2 emigrantes, ou seja, 0,1%. Esses dados não incluem o período da emigração forçada. A maioria dos emigrantes cabo-verdianos são originários das ilhas de Santiago e Santo Antão. Atualmente, cerca de 20.000 emigrantes e descendentes cabo-verdianos residem neste país.

⁸¹ http://www.ic.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=51

Em termos da “Diáspora Cabo-verdiana” no continente africano, segundo os dados do Observatório do Imigrante, Angola⁸² concentra quase a metade dos emigrantes e descendentes cabo-verdianos, sendo que a grande maioria reside em Luanda (29.000), Benguela (10.000), Lubango (3.000), Moxico (2.000), Huambo (1.000) e Beira (200); em Guiné-Bissau (2000); em Moçambique (800)⁸³; e, Gabão (2000)⁸⁴.

Em Senegal⁸⁵ residem cerca de 25.000 cabo-verdianos e descendentes, os quais se concentram na capital Dakar. São originários das ilhas de Santiago e São Vicente e, no período, eram geralmente carpinteiros, pedreiros, trabalhadores dos portos e dos municípios na área de limpeza. Também nesse fluxo emigratório para Dakar encontravam-se os marinheiros que tentavam emprego nas grandes embarcações, especialmente, em momentos da perda da importância do Porto Grande da ilha de S. Vicente na costa ocidental da África.

Para ilustrar o grau de evolução e integração da “Diáspora Cabo-verdiana” no Senegal, toma-se como referência as palavras de Daniel Neves⁸⁶, ao discursar no Congresso Dos Quadros Cabo-Verdianos da Diáspora (2002, p. 98-99):

- i) “o campo da cultura e o da política constituem dois aspectos fundamentais para a avaliação do nível de inserção social dos indivíduos numa sociedade. Ora bem, com a mesa assim posta, pode-se dizer que a comunidade cabo-verdiana responde positivamente a estes dois requisitos, cuja consecussão se regista a diferentes níveis. Vários casos se avultam da participação e liderança nos partidos políticos, destacando-se um caso paradigmático de um cabo-verdiano da segunda geração, de fecundia proverbial que dirige um partido político. Na magistratura se nos depara um e outro exemplo de segunda geração que atingiu funções de relevo pois que, presidiu até há bem pouco tempo o Supremo Tribunal de Justiça. No domínio da advocacia, vários compatriotas pleiteiam com argúcia e cujos depoimentos autorizados apontam para uma fraca incidência de criminalidade da nossa comunidade e, nisto corroborados pelas repetidas declarações públicas das autoridades senegalesas. No campo da saúde, um número significativo de farmaceuticos e um maior número de escolápios, exercendo em quase todas as especialidades, cirurgia, medicina, ginecologia, dermatologia, cardiologia, oftalmologia, etc. e, alguns até, fazendo parte do corpo docente da Universidade”;

⁸² Originários das ilhas de Santiago e Santo Antão.

⁸³ Originários das ilhas de Santiago e Santo Antão.

⁸⁴ Originários da ilha de Santiago.

⁸⁵ Dakar e Gâmbia estimam-se os seguintes dados da quantidade dos emigrantes: de 1920 a 1945, cerca de 1.428 (5,1%); de 1927 a 1945, 1.772 (17%); e, de 1946 a 1959, cerca de 251 emigrantes, ou seja, 3,7%.

⁸⁶ “O que vamos abordar, considerando o seu aspecto afectivo, reveste, por isto mesmo, de um certo subjectivismo, embora eu tenha acompanhado essa aventura da comunidade cabo-verdiana no Senegal com um longo olhar atento e amoroso”. In III Congresso Dos Quadros Cabo-Verdianos Da Diáspora (2002, p.98). <http://www.congressocv.org/download/01-Abertura-1-86.pdf> Acesso 16/03/2010.

- ii) “A presença dos cabo-verdianos é também visível noutros campos de actividades, tais como directores de empresas, operários especializados e, também, sector bancário, sem esquecer o domínio do desporto, tanto na prática, como na liderança de várias federações, temos cá uma segunda geração que foi a primeira mulher presidente de uma federação”;
- iii) “Evidentemente, a grande maioria está ligada ao mundo laboral, sem perder de vista, porque não há bela sem senão, a enorme taxa de desemprego que, como sabemos é o apanágio dos nossos tempos. De qualquer maneira, nestes quarenta anos de independência do Senegal, as segundas gerações deram, incontestavelmente, um pulo qualitativo e quantitativo decuplicando, sem a mínima dúvida os seus quadros”;
- iv) “Tratando-se do segundo ponto que é analisar de que forma a comunidade mantém a sua identidade cultural ao longo das diferentes gerações, tenho por mim que o cabo-verdiano que desembarcou com o seu baluchon às costas e que conservou intacto ou quase a sua cultura, duradouramente exemplificada pela prática das tradições (crioulo, música, culinária, batuque, carnaval, romaria de São João, guarda cabeças) que constituem o nosso abundante acervo cultural, soube transmitir às segundas gerações este património e de que maneira. Posto que os movimentos associativos e afins são hoje em dia liderados, na sua grande maioria, pelos cabo-verdianos descendentes. Em contraponto Cabo Verde do pós independência foi pouco a pouco deixando de ser a terra inóspita que escorraçou os seus filhos, obrigando-os a ir mourejar na terra longe para passar a ser a mamãe-terra, um regaço acolhedor na qual o filho pródigo vislumbra o refúgio mítico recheado de esperanças que tanto acalentou. Tanto mais que as missões diplomáticas, os organismos internacionais e estrangeiros de origens diversas que passam por nossas ilhas, de regresso ao Senegal, não poupam comentários laudativos”.

O que mais chamou atenção na literatura sobre a emigração cabo-verdiana foi que, após a implantação da “Lei das Quotas” nos EUA, surgiu uma nova onda, nos anos de 1940, da “emigração espontânea”, nesse caso para a Europa. Assim, deu-se o início da emigração, em massa, dos cabo-verdianos para este continente, mais concretamente para Portugal, Holanda, Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Antiga Alemanha Ocidental, entre outros.

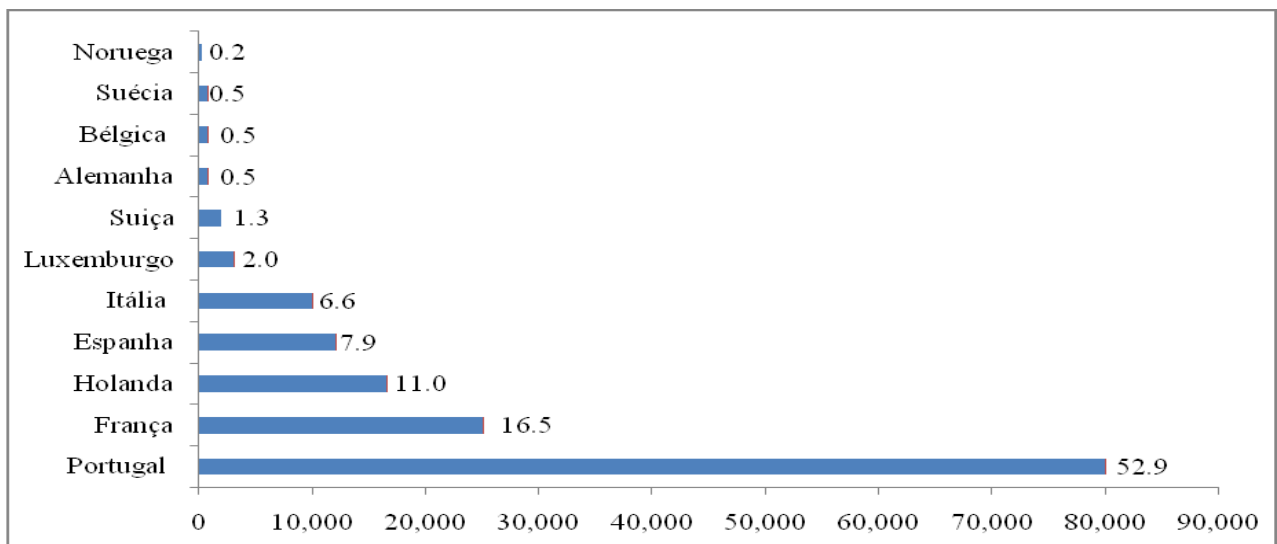
Isso ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente, de 1946 a 1973, resultando no que ficou conhecida por “*êxodo rural*”, em referência à grande quantidade de emigrantes que, por causa dos efeitos da chamada *fomi 47*, oportunidades de emprego na reconstrução da Europa, e, por fim, os diversos problemas enfrentados durante o processo da luta pela independência nacional, abandonaram os seus lares não só para fugir da fome, da miséria e da insegurança, mas também, à procura de melhores condições de vida.

Assim, estima-se que, de 1920 a 1945, emigraram cerca de 1.232 cabo-verdianos para Portugal, representando 4,4% do total dos emigrantes; de 1927 a 1945, 3.336 (33%); e, de 1946 a

1959, cerca de 3.933, ou seja, 57,8% do total no período, reforçando, deste modo, Portugal como o principal destino dos emigrantes do arquipélago entre 1927 e 1959.

Na fase em que Cabo Verde se encontrava sob o domínio da metrópole portuguesa e especialmente na década de 1950, a emigração para Portugal se deve, em geral, às oportunidades educacionais para que os estudantes das colônias portuguesas na África pudessem frequentar os estudos universitários. Por isso, muitos dos jovens cabo-verdianos e das colônias portuguesa na África, após o término dos estudos liceais e universitários, passaram a residir em Portugal, estimulando, por sua vez, o deslocamento em massa dos jovens para frequentar os estudos nas universidades portuguesas. Por este motivo, por muitos anos (1950 a 1980), Portugal tornou-se um dos maiores centros de acolhimento dos estudantes e emigrantes cabo-verdianos.

Gráfico 5: A Comunidade Cabo-verdiana (em %) na Europa Ocidental: 1997-1998



Fonte: Autor, baseado nos dados do IAPE⁸⁷.

Partindo dos dados do Observatório do Imigrante, apresentado no gráfico 5, num total de 150.000 emigrantes e descendentes que compõem a “Diáspora Cabo-verdiana” na Europa (1997-1998), cerca de 52,92 % residem em Portugal. Por sua vez, em termos municipais, mais de 80% desses emigrantes em Portugal residem em Lisboa.

⁸⁷ http://www.ic.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=51

A tabela 2 (a seguir) evidencia que Cabo Verde possui uma das maiores comunidades de emigrantes em Portugal. Em 1980, representava 41% do total, mas foi ultrapassado pelo Brasil em 2006. Portugal, apesar de ser um centro de destino para milhares dos emigrantes cabo-verdianos, também servia de ponto de passagem para outros países da Europa, especialmente, para a Holanda, França, Itália e Luxemburgo. Mesmo assim, após a Revolução de Abril de 1974 e a independência nacional (1975), a migração cabo-verdiana para Portugal, especialmente, para Lisboa e região metropolitana, contribuiu para a formação da maior comunidade e descendentes dos cabo-verdianos na Diáspora:

[...] o estatuto jurídico dos cabo-verdianos em Portugal modificou-se, uma vez que o Decreto-lei nº 308A/75 de 24 de Junho determinou a perda da nacionalidade portuguesa dos naturais das ex-colónias lusas em África que não fossem descendentes de portugueses (nascidos em Portugal continental e ilhas adjacentes) até ao terceiro grau. Isto implicou que os cabo-verdianos passaram a ser considerados cidadãos estrangeiros, com excepção daqueles que residiam em Portugal há mais de cinco anos à data de 25 de Abril de 1974 ou dos que conseguiram manter a nacionalidade portuguesa com base no artigo 5º do decreto atrás mencionado (casos especiais que, frequentemente, passavam por ligações à administração colonial ou à prestação de serviço nas forças armadas portuguesas nos antigos territórios ultramarinos. (HORTA e MALHEIRO, S/D⁸⁸).

Tabela 2: Emigrantes de Cabo Verde Residentes em Portugal: 1980, 2000 a 2006

1980			2000			2006		
Nacionalidade	(a)	%	Nacionalidade	(a)	%	Nacionalidade	(b)	%
Cabo Verde	21.022	41	Cabo Verde	47.093	23	Brasil	73.975	17
Espanha	6.597	13	Brasil	22.202	11	Cabo Verde	68.163	16
Brasil	3.608	7	Angola	20.416	10	Ucrânia	42.765	10
USA	3.072	6	Guiné-Bissau	15.941	8	Angola	33.705	8
Reino Unido	2.648	5	Reino Unido	14.096	7	Guiné-Bissau	24.550	6
Alemanha	1.959	4	Espanha	12.229	6	Reino Unido	19.761	5
Venezuela	1.705	3	Alemanha	10.385	5	Espanha	16.611	4
Angola	1.482	3	USA	8.022	4	Alemanha	13.870	3
Canada	754	1	Saõ Tomé e Príncipe	5.437	3	França	9.733	2
Outros	7.903	16	Outros	51.766	25	Outros	133.993	31
Total	50.750	100	Total	207.587	100	Total	437.126	100

Fonte: Autor. A partir Sabino e Peixoto (2008, p. 14)⁸⁹

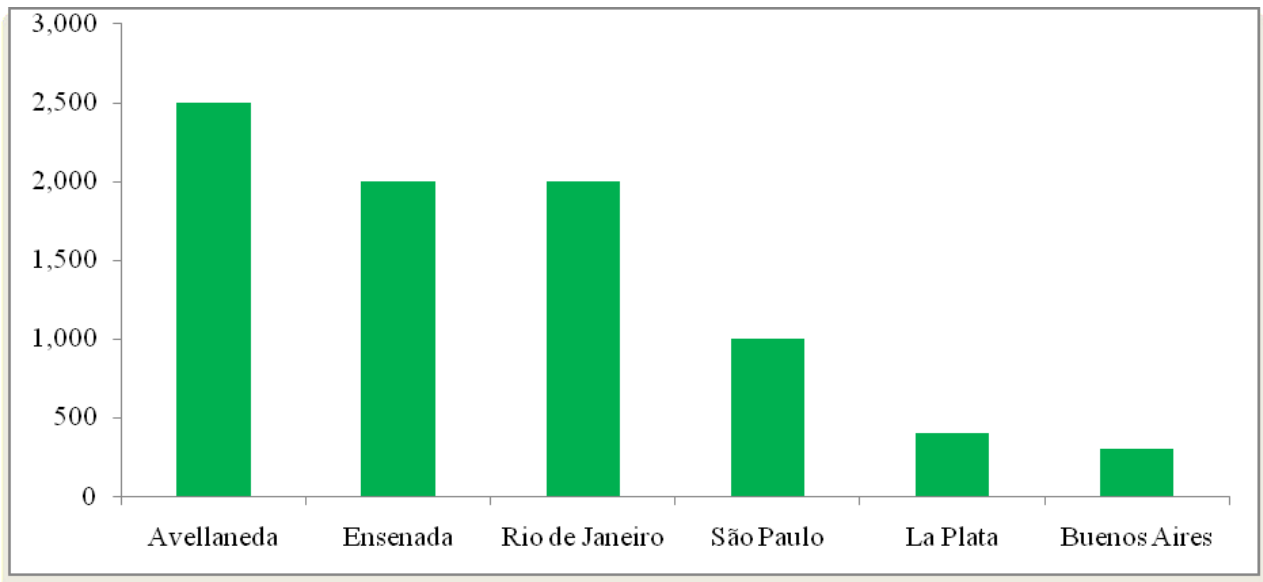
⁸⁸ S/D: Sem Data.

⁸⁹ a) Autorização de residência; b) Autorização de residência e visto de longa duração, incluindo os novos e as renovações.

Na década de 1980, após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), houve uma nova fase da migração, em massa, dos cabo-verdianos para trabalhar nos setores que multiplicaram os investimentos em Portugal – construção civil, urbanização, saneamento, indústria e serviços, entre outras. Nesse contexto, a demanda por mão-de-obra cabo-verdiana se tornou imprescindível e a emigração para Portugal dos indivíduos de baixa⁹⁰ qualificação profissional foi um fenômeno marcante até meados dos anos 1990.

Também é importante acrescentar que a economia portuguesa nesse período, absorveu um grande número de emigrantes cabo-verdianos qualificados – professores, médicos, empresários, juristas, entre outros – que se formaram nas instituições portuguesas e europeias, mas que não retornaram ao país de origem. Não existem dados confiáveis, mas estima-se que são dezenas de milhares espalhados por toda Europa. No período da entrada em vigor da “Lei das Quotas” nos EUA, verificou-se um deslocamento do fluxo emigratório dos cabo-verdianos para a América do sul, mais concretamente para Argentina, Brasil e Uruguai.

Gráfico 6: A “Diáspora Cabo-verdiana” na América do Sul: 1997-1998



Fonte: Autor, baseado nos dados do IAPE⁹¹.

⁹⁰ Para trabalhar nos seguintes setores: construção civil; comércio; limpezas urbanas; atividades domésticas; entre outros.

⁹¹ http://www.ic.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=51

Atualmente, somando emigrantes e descendentes cabo-verdianos, estima-se que 8.000 residem na região do MERCOSUL, sendo que mais de 50% na Argentina – Buenos Aires, Ensenada, Avellaneda, La Plata. A maioria dos emigrantes cabo-verdianos, na década de 1930, era originária das ilhas de São Antão e S. Vicente, mas, após os anos de 1990, outras ilhas participaram na formação da “Diáspora Cabo-verdiana”, especialmente no Brasil – em torno de 3000 pessoas, tanto emigrantes quanto descendentes concentrados nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar da inexistência de dados oficiais, existem em outras regiões do Brasil um número pequeno de emigrantes cabo-verdianos e descendentes.

2.2.2 “Diáspora” Versus Desenvolvimento no contexto da Globalização

A percepção da importância da diáspora no desenvolvimento dos países de origem é datada dos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990. Assim, o relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005) da ONU deixa transparecer a importância que as diásporas têm no desenvolvimento econômico dos países de origem. Também destaca que a veemência do reforço desse setor, na prática, depende de um conjunto de ações, políticas e estratégias de cooperação institucional desenvolvidas nesses países. Por isso, Katseli, Lucas e Xenogiani (2006, p. 25) afirmam que:

The development impact of migration depends not only on migration patterns but equally on the capacity of sending countries to adjust successfully to international migration. This capacity depends in turn on the active engagement of migrants themselves as well as on incentives, institutions and policies of sending countries.

Para reforçar a relação entre a diáspora e os países de origem, Robinson (2002 Apud Orozco, 2006, p. 6) delineou três pontos fundamentais e complementares às percepções implícitas nos relatórios já apontados. São as seguintes inserções:

- *development by the diáspora*, esta relaciona-se ao uso de redes formada no estrangeiro, incluída a mobilização social, desenvolvimento dos negócios e culturais;
- *development through the diáspora*, referindo-se às diversas formas de conexões e difusões das informações e conhecimentos que a diáspora pode proporcionar para o desenvolvimento tanto da comunidade emigrada, mas também as comunidades nos países de origem;
- *development by the diáspora*, refere-se às ramificações de “os fluxos de ideias, dinheiro e apoio político ao país de origem”.

Para economias pobres e em desenvolvimento, a percepção tardia da importância do envolvimento da diáspora no desenvolvimento econômico e social se deve à existência de dois artificios impeditivos considerados importantes. Primeiro, refere-se ao próprio debate sobre a migração e desenvolvimento que, em geral, até 1990, focalizava mais nas abordagens políticas e sociológicas. Por exemplo, De Haas (2008), especialista em migrações internacionais, compara os debates⁹² sobre a migração com o comportamento de um pêndulo, revelando assim, as várias facetas adquiridas ao longo do tempo.

Todavia, após os anos de 2000, debates econômicos, políticos e institucionais contribuíram para a multiplicação das visões sobre a relação entre migração e desenvolvimento econômico, com envolvimento da diáspora. Portanto, atualmente as discussões são centralizadas na contribuição não só do setor da emigração em geral, mas também, e em específico, a contribuição das RTE. Ou seja, preocupações com as estruturais econômicas e sociais, os custos

⁹² Sabendo da complexibilidade e restrições existentes, De Haas (2008, p. 6) organiza as discussões teóricas de migração e desenvolvimento nas seguintes correntes: antes de 1973 – developmentalist optimism; essa corrente, nesse período, instigava as análises na transferência de capital como um importante instrumento para o desenvolvimento dos países de origem dos migrantes; 1973 - 1990 – estruturalistas pessimistas, neo-marxistas pessimistas e ceticismo; ou seja, essas correntes focalizaram suas abordagens sobre o crescimento da descrença em torno da contribuição da migração para o desenvolvimento dos países de origem, preocupações com brain drain, políticas de integração e discussões sobre a migração em grande escala; e, por fim, 1990 - 2001 – pesquisas empíricas, estas influenciadas pela NELM; nesse período, persistem ceticismo em relação à importância do setor da migração nas transformações econômicas e sociais dos países pobres e em desenvolvimento; as pesquisas sobre as políticas contra a imigração são importantes focos da escola NELM. Após 2001 – múltiplas publicações e visões positivas sobre a relação migração e desenvolvimento, ou seja, a contribuição das RTE e envolvimento da diáspora, brain gain, entre outras.

de transações, o papel do Estado e das instituições, a governança corporativa, as políticas de cooperação no âmbito transnacional, entre outras, são relevantes para clarificar e potencializar não só o direcionamento das RTE, mas também ao envolvimento da diáspora no desenvolvimento dos países de origem⁹³.

Quanto ao segundo artifício ou restrição que, a nosso ver, revela a percepção tardia da seriedade da diáspora no desenvolvimento dos países, por exemplo, de origem dos emigrantes, se deve ao fato de que, nas comunidades emigradas, a classe intelectualmente influente era constituída por elites políticas que não difundiam e nem disseminavam as ideias e as ações de aproximação entre a diáspora⁹⁴ politizada e o desenvolvimento dos países de origem. Por isso, não existia uma consciência dessas elites da contribuição econômica (até início dos anos 2000) das diásporas no desenvolvimento econômico e social dos países de origem.

Na interpretação de Robinson (2002 Apud Orozco, 2006, p. 6) torna-se imprescindível para delinear não só a importância da diáspora quanto à origem, mas também para a necessidade de desenvolver os mecanismos que facilitam as interconexões entre as várias comunidades, por exemplo, de emigrantes da mesma origem existentes em várias partes do mundo. Dessa forma, quanto maior as interconexões entre as comunidades e/ou diásporas, maior é a possibilidade da participação e do envolvimento mais ativo do setor nas mudanças e/ou transformações econômicas, sociais e institucionais dos países de origem.

Nesse contexto, conjugar as forças do setor da migração com o desenvolvimento das economias em desenvolvimento à luz das novas perspectivas, segundo Peixoto⁹⁵ (2006, p. 13-18), é essencial e acrescenta:

[...] acontece, porém, que as mudanças sociais, de que as migrações são um exemplo, exercem um efeito de retroação sobre os indivíduos e as instituições. Neste sentido, em lugar de termos ganhos e perdas estáticas, poderemos avançar para uma nova situação onde se tentem reequilibrar contextos. Foi por esta razão que, sobretudo a partir dos

⁹³ Portanto, a percepção do envolvimento da diáspora, por parte dos países, por exemplo, de origem dos emigrantes, é recente.

⁹⁴ [...] Diásporas são migrantes internacionais que, apesar de afastados dos seus países de origem, continuam a ser de alguma forma parte da sua comunidade de origem. Câmara dos Comuns no Reino Unido (Sexto Relatório de Sessão 2003-4, Volume 1 Apud Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP – As Diásporas como Agentes de Desenvolvimento. Seminário 6 junho de 2006. Fórum Gulbenkian Imigração.

⁹⁵ ISEG: Instituto Superior de Economia e Gestão (da Universidade Técnica de Lisboa, UTL).

recentes anos 1990, se começou a ganhar consciência que podem existir alguns ganhos universais nas migrações. Desde sempre, sabe-se que elas constituem um ganho para o migrante individual (e sua família) e para o país de recepção; mas o país de origem foi sempre considerado perdedor. Se conseguirmos, porém, minimizar os custos e maximizar os benefícios das migrações, e se conjugarmos as políticas relacionadas com a migração com as políticas de desenvolvimento, as migrações econômicas podem ser um jogo com múltiplos vencedores.

Nesta afirmação, fica evidente que no contexto da globalização, esta geradora de ganhos e perdas, é importante que países que possuam uma comunidade de emigrantes significativa como a de Cabo Verde, deve estar ciente da importância das remessas econômicas e sociais nas mudanças e transformações que podem ocorrer no país. Essas mudanças são importantes para o desenvolvimento do país de origem e, por isso, após os anos de 1990, a chamada “economia dos emigrantes” ganhou força por causa dos impactos que geram no desenvolvimento. Martin (2007, p. 7) complementa esta percepção, apontando que:

[...] as diásporas desempenham, também, um papel importante no estímulo ao desenvolvimento para além das transferências de remessas. Migrantes frequentemente formam associações para levantar e remeter fundos para o desenvolvimento da infraestrutura, saúde e programas de educação e atividades de geração de renda em suas comunidades de origem (Nossa tradução).

Nesse contexto, é importante conjugar os esforços e as políticas que visam maximizar os benefícios que tanto as Remessas dos Trabalhadores Emigrantes quanto a contribuição da “Diáspora” podem gerar para o desenvolvimento econômico e social. Sendo assim,

Integrating migration considerations into national development strategies is a prerequisite for enhancing the capacity of sending countries to adjust and to profit from international migration. In designing such strategies, governments need to involve and actively consult migrants and their associations. Engaging diaspora networks into the design of development strategies at home can bring about important political and economic benefits for the sending country as the experience of many OCDE countries has amply demonstrated (Ireland, Portugal, Greece); it may also, in the medium term, enhance the transfer of ideas and technology to the home country from abroad, and encourage return. For countries where emigration is a prominent feature, development and second-generation poverty-reduction strategies need to bear in mind the implications of migration for macroeconomic policies, human resource management, education policies, investment and regional programmes. Policy makers should take into account the migration dimension in all these policy domains (KATSELI, L.T.; LUCAS, R.E.B. e XENOGLIANI, T., 2006, p. 25).

Uma forma de qualificar ainda mais a relação entre a “Diáspora Cabo-verdiana” com o país de origem, poderá ser apreciada no discurso, a seguir, proferido por Dr. Manuel Faustino⁹⁶ no III Congresso dos Quadros Cabo-verdianos da Diáspora – Praia, 3 a 6 de Abril de 2002⁹⁷ (ANEXO M).

⁹⁶ Ex-Ministro da Saúde de Cabo Verde; Ex-Ministro da Educação de Cabo Verde.

⁹⁷ <http://www.congressocv.org/download/01-Abertura-1-86.pdf> Acesso 16/03/2010. p. 32 a 35.

3 REMESSAS DOS TRABALHADORES EMIGRANTES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O objetivo deste capítulo é delinear, após uma breve análise sobre os conceitos das RTE, a relação existente entre a Economia dos Emigrantes (ou setor da emigração) e desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento, os quais os maiores beneficiários desses recursos privados e externos. Ainda neste capítulo além de analisar algumas relações com o intuito de compreender a dimensão e importância das RTE, também vamos abordar alguns dos principais modelos econômicos das RTE no item revisão da literatura.

Remessas dos trabalhadores emigrantes (RTE), em termos gerais, podem ser definidas como o envio de recursos pelos emigrantes aos países de origem. Esses recursos são, geralmente, subdivididos em remessas de bens e financeiras líquidas que, na percepção de El-Sakka (1997), representam uma proporção da renda enviada por emigrantes aos seus países de origem. Nesse contexto, fica especificado que as RTE são de origens externas e identificadas como transferências unilaterais⁹⁸ (remessas privadas), essenciais para o crescimento e desenvolvimento econômico.

Giuliano e Marta Ruiz-Arranz (2005, p. 31) apontam que as remessas são subdivididas em três itens no IMF's *Balance of Payment Statistics Yearbook* (BOPSY): remessas dos trabalhadores, compensação dos empregados e transferências dos migrantes. As remessas de trabalhadores⁹⁹ representam, segundo BOPSY, parte de conta corrente subcategoria transferências correntes e definidas como transferências monetárias enviadas pelos trabalhadores residentes no estrangeiro há mais de um ano.

Compensações dos empregados¹⁰⁰ representam ganhos brutos dos trabalhadores residentes no estrangeiro por um período inferior a um ano. Esses ganhos salariais e outros benefícios

⁹⁸ Para Caves (2001, p. 278), as transferências unilaterais constituem uma subconta do BP. Essa subconta consiste em subvenções governamentais (ajuda externa) e de remessas privadas (de trabalhadores emigrantes para suas famílias, de pensões para pessoas aposentadas que vivem no exterior). As transferências aparecem na conta corrente e não na conta de capital porque não criam nenhuma obrigação de reembolso futuro, como ocorre com um empréstimo.

⁹⁹ Código 2391 do IMF's Balance of Payment Statistics Yearbook (BOPSY).

¹⁰⁰ Código 2310 do IMF's Balance of Payment Statistics Yearbook (BOPSY). Pertence à Conta Corrente e subcategoria renda (salário).

(dinheiro ou em espécie) envolvem trabalhadores sazonais e algumas outras categorias como, por exemplo, o pessoal de embaixada e outras instituições.

Por fim, as transferências dos migrantes¹⁰¹ representam as transferências líquidas realizadas pelos migrantes (indivíduos) e destinadas aos países de origem. Neste caso, os migrantes são indivíduos que não têm residência fixa, ou seja, deslocam-se de uma economia para outra, à procura de melhores empregos e condições de vida nos países estrangeiros.

Chami et al (2008, p. 8), ao realizar pesquisa preliminar dos dados, afirmam que “compensações dos empregados” e “transferências dos migrantes” são fluxos que possuem comportamentos diferentes que as “remessas de trabalhadores”. Isto porque, segundo os autores, estes últimos, apesar de importantes, carecem de elementos teóricos que demonstrem uma clara ausência das incertezas e, por sua vez, não sujeitos às fortes flutuações em termos de volumes transacionados aos países de origem, se comparadas às remessas dos trabalhadores.

Os próprios conceitos apresentados anteriormente pelo BOPSY levam-nos a delinear que as RTE são importantes para explicar a contribuição (ou impactos) desses fluxos para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, se comparadas às “compensações dos empregados” e “transferências dos migrantes”. Este ponto é fundamental, pois ajuda a especificar por que crescem os interesses e a importância das pesquisas que analisam os impactos das RTE e não as “compensações dos empregados” e “transferências dos migrantes” nas economias receptoras desses recursos.

Na literatura sobre as remessas, desenvolver metodologia padronizada de apuração e registro internacional desses fluxos é um desafio a ser superado. Portanto, padronizar os registros e as demonstrações (esforços de BOPSY) dessas remessas, além de facilitar as análises comparativas entre vários países, também poderá contribuir para a medição dos impactos econômicos e sociais nas economias receptoras.

Por isso, Coss (2006, p. 37) afirma que desenvolver esforços para a uniformização dos registros (a organização, a coleta, a compilação) facilita não só a realização de estudos comparativos entre várias economias em desenvolvimento, mas também pode contribuir para a

¹⁰¹ Código 2431 do IMF's Balance of Payment Statistics Yearbook (BOPSY). Pertence à Conta Capital e subcategoria transferência de capital.

evolução dos próprios conceitos e valorização do uso desses recursos privados. A formação de grupo constituído por Eurostat¹⁰², departamento estatístico de FMI e uma divisão da ONU (denominado TSG)¹⁰³ em janeiro de 2005, segundo Coss (2006), mostra os esforços para a reformulação e enquadramento¹⁰⁴ conceitual sobre as remessas.

Apesar de conceitos e comportamentos distintos, na prática, ou seja, em termos da importância para países receptores desses recursos, os conceitos supracitados tendem a convergir e, neste caso, apreciamos a definição de El-Sakka (1997) que, de certa forma, representa uma síntese das aceções posteriores apresentadas por Ratha (2003), Giuliano e Marta Ruiz-Arranz (2005); e, remessas totais proposta por UN TSG (apud Coss, 2006, p. 37).

Logo, devido às dificuldades da separação dos dados das remessas de trabalhadores, compensações dos empregados e as transferências de migrantes e, com o objetivo de facilitar a análise dos dados para a economia em análise – neste caso, a economia cabo-verdiana – nesta tese adotar-se-á o conceito das RTE como sendo parte das Transferências Monetárias (privadas, individuais, coletivas) enviadas aos países de origem, realizadas pelos empregados, trabalhadores e indivíduos nacionais residentes no estrangeiro¹⁰⁵.

Para clarificar o conceito proposto, fica expresso que as RTE além de representarem transferências das remunerações (ou montante de riqueza) que os trabalhadores emigrantes enviam para os seus países de origem, também compreendem que esses fluxos podem ser individuais ou coletivos. Assim, as remessas individuais podem ser definidas como uma parcela da renda enviada pelos emigrantes aos familiares, enquanto as remessas coletivas são montantes

¹⁰² Statistical Office of the European Communities.

¹⁰³ Subgroup on the Movement of Natural Persons.

¹⁰⁴ As remessas de trabalhadores foram incorporadas às "transferências pessoais" ou remessas pessoais, incluindo, assim, todas as transferências correntes, em dinheiro (ou em espécie) realizado (ou recebidas) por famílias residentes para outras famílias não residentes. Já a compensação líquida de empregados mantém o mesmo conceito que compensação de empregados, enquanto as "transferências de migrantes" foram deslocadas para a conta capital do balanço de pagamento. Mas a grande novidade proposta por UN TSG e adotada pela INF Committee on Balance of Payments Statistics foi, sem dúvida, a inclusão de um novo agregado denominado de remessas totais. Estas representam o somatório da compensação líquida de empregados (ou compensação de empregados) e transferências correntes (em dinheiro ou em espécies) pagável por setores residentes para setores não residentes (ou para famílias não residentes) e instituições sem lucro que servem as famílias (NPISH), e recebível por famílias residentes e NPISH de qualquer setor não residente.

¹⁰⁵ Na presente tese, os trabalhadores podem ser residentes há mais de um ano ou por período inferior a um ano. Também, para o efeito de análise, não levaremos em conta se os indivíduos são residentes legais ou ilegais nos países estrangeiros. Essa observação é importante porque os volumes transacionados, segundo os dados do World Bank (2008), não especificam se são remessas dos trabalhadores que residem legal ou ilegalmente nos países estrangeiros.

arrecadados pelas instituições e/ou associações ligadas ao setor da emigração (sem fins lucrativos) e doados para a realização de projetos sócio-econômicos nos países de origem.

O conceito proposto aproxima-se da acepção em Ratha (2003), que conceitua as remessas dos trabalhadores como somatórios das compensações dos trabalhadores, remessas de emigrantes e transferências de migrantes. Também, em termos práticos, o conceito das RTE proposto nesta tese aproxima-se da metodologia que o Banco Mundial vem adotando para mensurar o volume transacionado para vários países. Por exemplo, a publicação do World Bank (2008) mostra, exatamente, as remessas como sendo o somatório líquido das compensações dos trabalhadores, remessas de emigrantes e transferências de migrantes.

3.1 Remessas dos Emigrantes, Diáspora e Desenvolvimento Econômico

Partindo do conceito das RTE proposto nesta tese, podemos explicar algumas características que são essenciais para entender a própria relação, significação e importância desses recursos externos nas economias receptoras, dando assim uma dimensão mais oportuna e dinâmica do termo. A primeira característica trata da remessa como parte da renda privada, diferente da ajuda oficial¹⁰⁶, de origem externa e, portanto, fundamental para o desenvolvimento econômico. Por isso, neste subitem, procuramos demonstrar a relação que existe entre esses recursos e desenvolvimento das economias receptoras dos mesmos.

A segunda característica diz respeito aos aspectos sociais dessas transferências, identificadas por remessas sociais e/ou culturais. As remessas sociais e/ou culturais, segundo Levitt (1996), são influências de comportamentos, valores, princípios e práticas organizacionais que os emigrantes adquirem e transmitem de forma sistemática e intencionalmente aos países de

¹⁰⁶ Remessas diferem de ajuda oficial (este é a transferência de governo para governo, ou das instituições oficiais para governos). As remessas dos emigrantes estão compostas de numerosos e pequenos montantes enviados entre indivíduos privados. Assim, o que diferencia as remessas dos emigrantes da ajuda oficial e fluxos de capital privados é a presença de relações familiares.

origem através de fluxos de bens e serviços, meios de comunicação, visitas familiares periódicas, entre outras. Para ser mais específico, Levitt (1996) analisa as remessas sociais e/ou culturais através de sistemas normativos, tais como: boa governança, valores e crenças, aspirações de mobilidade social, gênero, formas de comportamento, identidade e participação comunitária.

Estes aspectos, na percepção do autor, são importantes porque influenciam nas ações práticas, tais como os exercícios organizacionais, modos de participação em grupos cívicos e participação coletiva. Deste modo, percebe-se que as RTE, especialmente as remessas sociais e/ou culturais, são fundamentais, dentro de um contexto de mudança e transformação econômica e social, desde que não signifique a remoção dos hábitos, costumes, normas e manifestações culturais dos países de origem. Igualmente, fica evidente que esses fluxos são importantes porque ajudam na construção de novas percepções que, por outro lado, poderão estimular as melhorias e as inovações culturais¹⁰⁷, sociais, institucionais e econômicas dos países de origem do emigrante.

A terceira característica são as causas envolvidas nas RTE, ou seja: por que razão os emigrantes enviam parte de suas rendas para seus familiares, nos países de origem? Por conseguinte, analisar as motivações das remessas reforça não só a compreensão do crescimento das RTE após os anos 1990, mas também ajuda a explicar a baixa vulnerabilidade¹⁰⁸ das mesmas às crises e/ou instabilidades internacionais.

A quarta característica desses fluxos monetários está relacionada aos canais de transferência, os quais podem ser formais e/ou informais. Estas peculiaridades, embora recebam tratamentos mais específicos no sentido de associar o informal à ilegalidade e o formal à legalidade, é importante porque a literatura sobre as RTE contribui para clarificar a própria diferenciação da dinâmica desses fluxos entre os vários países, além de poder evidenciar dificuldades e os custos de transações existentes nesse mercado.

Freund e Spatafora (2005) definem remessas informais como todos os tipos de serviços de transferência monetária que não envolvam contratos formais e, por conseguinte, difíceis e por

¹⁰⁷ A cultura é imprescindível porque ajuda na identificação dos problemas básicos da sociedade e, por outro lado, ajuda a encontrar respostas e soluções a partir de leis, normas, valores, práticas, entre outras. Também, é através da cultura que torna-se possível repensar as normas, os valores, entre outras, visando ao próprio avanço da sociedade.

¹⁰⁸ Ratha (2003) reforça que a baixa vulnerabilidade das remessas dos trabalhadores emigrantes se deve ao fato de que as decisões dos emigrantes de enviar parte da sua renda ao país de origem são menos afetadas pelas crises financeiras internacionais, se comparadas às decisões dos investidores privados que, de um modo geral, em momentos de crise reduzem, ao máximo, a mobilidade dos recursos para as economias em desenvolvimento.

vezes improváveis de serem registrados nas contas nacionais das economias receptoras. Estes canais informais¹⁰⁹ se baseiam, especialmente, nas relações pessoais tais como mensageiros, amigos e parentes. Os canais formais¹¹⁰ das RTE, segundo os autores, incluem serviços de transferência monetária oferecidos por bancos, agências postais de correios, instituições financeiras não bancárias e agências para operação de transferência de dinheiro como Western Union¹¹¹ e Moneygram¹¹².

A quinta peculiaridade são os impactos que as RTE proporcionam nas economias receptoras e dependentes desses recursos externos. Essas rendas representam, em muitos casos, a única fonte, por exemplo, para o consumo de bens e serviços, poupança, investimento, educação, bem-estar familiar, entre outras. Isso significa que, para muitas famílias dos países pobres e em desenvolvimento, as remessas dos emigrantes contibuem para a redução da pobreza rural, acesso á educação básica e superior, desenvolvimento humano, investimentos, formação de poupança familiar, entre outras, conforme ilustra a afirmação a seguir,

International migration contributes to economic growth and poverty reduction in the migrant-sending country through three channels: changes in the labour supply, induced changes in productivity, and remittances (Policy Coherence for Development: Migration and Developing Countries Apud KEELEY, 2009, p. 114).

Somando à afirmação de Keeley (2009), Addy, Wijkstrom e Thouez (2003) acrescentam que os benefícios das transferências dos emigrantes são fundamentais porque contribuem para a

¹⁰⁹ An efficiency standpoint, a large share of informal remittances in economy suggests that rents to banks and money transfer providers in the official market are very large, and there may be simple ways to improve competition and increase the remittances received (Freund e Spatafora, 2005).

¹¹⁰ [...] may be positive externalities from using formal channels (and especially financial institutions such as banks) to transfer money, including increased access to credit and the use of financial institutions for savings (FREUND E SPATAFORA, 2005).

¹¹¹ A Western Union Company, sob a Western Union, Orlandi Valuta e marcas Vigo, toca as pessoas ao redor do mundo, com aproximadamente 430 mil localizações de agentes em 200 países e territórios. Estamos nos tornando uma parte integrante da estrutura das comunidades locais em toda parte. Nunca houve uma maior demanda por nossos serviços. Centenas de milhões de pessoas vivem atualmente fora dos seus países de origem e utilizamos serviços da Western Union para permanecer ligado às suas famílias e pátrias. Estamos empenhados em trazer o nosso serviço para todos os cantos do mundo. (Tradução). In http://corporate.westernunion.com/global_organization.html. Acessado dia 20 de Julho de 2010. Western Union é muito mais do que simplesmente mandar dinheiro. Todos os dias nós ajudamos as pessoas a se conectarem com os entes queridos ao redor do mundo, oferecendo uma maneira rápida, confiável e conveniente meio de transferência de dinheiro. In <http://corporate.westernunion.com/services.html>

¹¹² In <http://www.moneygram.com/MGICorp/CompanyInformation/index.htm> Acessado dia 20 de julho de 2010.

melhoria na distribuição da própria renda nacional, além de colaborar para a melhoria da qualidade de vida das famílias. Partindo das ponderações dos autores, podemos delinear que uma das principais variáveis que explicam a relação entre a diáspora e o desenvolvimento econômico é a relação familiar implícita nas RTE. Assim, surgiram na literatura sobre as remessas os modelos microeconômicos que procuram explicar as causas e/ou motivações das RTE aos países de origem.

Ratha e Mohapatra (2007, p. 1), complementando as considerações de Addy, Wijkstrom e Thouez (2003), asseguram categoricamente que estes fluxos de capitais são tão importantes para países em desenvolvimento que os governos nacionais não deveriam taxá-los. Ao contrário, segundo os autores, deveriam desenvolver mecanismos e estruturas de intermediações financeiras internas que facilitem não só as transferências, mas também direcioná-las para investimentos específicos na economia, gerando emprego, renda e crescimento econômico e social.

Portanto, direcionar esses capitais e/ou recursos para investimentos internos significa desenvolver estruturas internas e modernas que reforçam e potencializam os resultados econômicos e sociais desejados, através de um uso adequado das RTE. Assim, tanto o bom uso desses recursos quanto o resultado esperado depende não só do contexto econômico e político mais amplo¹¹³, mas também da própria percepção dos agentes econômicos, especialmente do Estado, em torno da importância das RTE.

Por isso, El-Sakka (1997), Solimano (2003), Addy, Wijkstrom e Thouez (2003), Ratha e Mohapatra (2007) e Chami et al (2008) deixam transparecer que as RTE, para muitos países pobres e em desenvolvimento, constituem uma das mais importantes fontes de poupança externa e são fundamentais para explicarem desenvolvimento econômico e social porque potencializa a melhoria no padrão de vida das famílias dos emigrantes, nas regiões rurais e população em geral, além de contribuir para alterações nas estruturas econômicas dos países em desenvolvimento.

Segundo autores, como Furtado (1961, p. 115), este é o próprio conceito de desenvolvimento, ou seja, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de

¹¹³ Ratha e Mohapatra (2007).

determinada coletividade”. Também, Furtado (1968, p. 3) reforça que “a teoria de desenvolvimento trata de explicar, numa perspectiva macro, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social”.

Após a Segunda Guerra Mundial, diversas economias procuraram estimular não só o crescimento¹¹⁴, mas também o desenvolvimento econômico, este entendido como um processo de transformação das estruturas econômicas, políticas e institucionais visando alcançar, a médio e longo prazo, os níveis e padrões de desenvolvimento econômico e social dos países industrializados e/ou desenvolvidos. Mas atingir os altos níveis desejados de desenvolvimento depende de um conjunto de condições internas de cada país, tais como recursos naturais, cultura, história, educação, entre outras. Por outro lado, e não menos importante, desenvolver estruturas e capacidades endógenas que valorizem a absorção dos recursos externos constitui um dos principais desafios dentro do processo para alcançar um padrão elevado de desenvolvimento econômico e social.

Para ser mais específico, é imprescindível revelar que, no atual contexto de globalização e relações de interdependência¹¹⁵, o desenvolvimento econômico de um país, especialmente os países pobres e em desenvolvimento, depende não somente das condições supracitadas, mas também da capacidade institucional e social que promove, firmemente, as parcerias estratégicas que geram mudanças necessárias nas estruturas econômicas endógenas, gerando, assim, a expansão das atividades produtivas e, ao mesmo tempo, a remoção das desigualdades, pobreza e fome.

Por este motivo, a economia da emigração (e/ou setor da emigração), usando as RTE como parâmetro de medição dos impactos, vem se tornando cada vez mais importante na e para a

¹¹⁴ Crecimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado, e que o desenvolvimento é o mesmo fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que conclui o referido setor especializado (FURTADO, 1983, p. 79).

¹¹⁵ Relações de Interdependência, conhecido, também, pelo Paradigma da Interdependência, segundo BEDIN et al, (2004, p. 14), é um modelo teórico, sem negar a importância dos Estados tidos como atores internacionais, que põe em evidência, contudo, a força das empresas transnacionais e as crescentes interações econômicas, sociais, técnicas e culturais estabelecidas entre as diversas sociedades nacionais, cujo resultado escapa do controle dos governos, fragmentando os Estados, cuja lógica é tornar as Relações Internacionais em um sistema, no qual, esse tipo de interação cooperativa assume mais valor que as relações conflituosas e não integradas [...].

construção das bases do desenvolvimento econômico e social das economias pobres e em desenvolvimento, especialmente os países altamente dependentes desses recursos.

Partindo da visão de que os recursos externos são relevantes para o desenvolvimento econômico, o significado das RTE não pode ser interpretado como uma simples transferência financeira para países de origem dos emigrantes. Pelo contrário, nesta tese, esses fluxos serão analisados e compreendidos dentro de um contexto dinâmico que envolve a interconexão entre as políticas econômicas, sociais e institucionais dos países receptores. Portanto, o objetivo é explicar não só a importância da existência e/ou desenvolvimento das condições econômicas, políticas e institucionais propícias para elucidar a contribuição das RTE, mas também entender a hipótese que quanto melhor o uso desses recursos, por parte das economias receptoras, maior é a perspectiva de construção e reformulação das bases de crescimento e desenvolvimento econômico e social, visando a superação do atraso estrutural da economia.

Deste modo, a relação entre a diáspora e o desenvolvimento econômico dos países receptores dessas remessas não se deve pautar exclusivamente na análise do volume transacionado, mas também, na capacidade estrutural que os países receptores possuem para absorvê-los e canalizá-los para gerar impactos positivos na economia. Por isso, De Haas (2007a, p. 25 apud De LA GARZA, 2008, p. 188), além de reconhecer a importância do setor da emigração no desenvolvimento dos países receptores, acrescenta que

However, regardless of the total value in remittances that a state's resident might receive, remittances alone can not independently generate economic growth or state-wide sustainable development nor independently trigger economic growth or solve structural problems like an unstable political environment, bad economic policy, insecurity, or corruption.

Partindo da afirmação do autor, fica evidente que esclarecer a importância RTE é explicar os impactos econômicos e sociais que os mesmos recursos proporcionam nos países de origem dos emigrantes. Mais uma vez é importante acrescentar que os efeitos positivos nas economias receptoras e dependentes desses fluxos dependem de um conjunto de estruturas, estímulos e políticas públicas e privadas que potencializam a geração de emprego, investimentos, renda e bem-estar social.

Ou seja, países com estruturas econômicas, sociais e institucionais que promovem segurança política, institucional e econômica às RTE, tendem a desempenhar um papel importante para o desenvolvimento econômico. Caso contrário, fica explícito que os efeitos tendem a ser negativos, ou seja, menos crescimento e desenvolvimento, mais insegurança, mais corrupção, entre outras.

Solimano (2003) revela que as RTE têm um papel estratégico para o desenvolvimento econômico, uma vez que são indispensáveis para a ampliação da poupança¹¹⁶ e, por conseguinte, à formação de capital nacional. Então, percebe-se que as RTE têm uma função macroeconômica¹¹⁷ porque contribuem para a ampliação dos investimentos na economia dos países receptores.

[...] as remessas dos emigrantes, cujas origens se baseiam nos mercados externos, são fundamentais para o desenvolvimento das finanças porque, além de contribuir para o fluxo financeiro internacional, são essenciais para complementar as poupanças das economias nacionais e, conseqüentemente, na formação de capital (SOLIMANO, 2003, p. 7).

Desenvolver alicerces estruturais que potencializam os efeitos das RTE nas economias em desenvolvimento depende da própria importância que os agentes econômicos a ela atribuem. Neste cenário, fica evidente que, no atual contexto da globalização, há necessidade de desenvolver estratégias inovadoras associadas à maximização desses fluxos financeiros. Por isso, em nossa explanação, uma das estratégias políticas e institucionais é associar o desenvolvimento econômico do país à diáspora, alargando, assim, os alicerces para expansão dessas rendas originárias do exterior e, por conseguinte, contribuir para oportunizar as novas estratégias de crescimento econômico das economias pobres e em desenvolvimento.

¹¹⁶ Poupança é a parte da renda nacional ou individual que não é utilizada em despesas, sendo guardada e aplicada depois de deduzidos os impostos. Há vários fatores que estimulam a poupança, destacando-se a ocorrência de taxas de juros elevadas e de expectativas negativas quanto aos rendimentos futuros (SANDRONI, 2007, p. 673).

¹¹⁷ Solimano (2003, p. 11) aponta que, o significado econômico das remessas dos emigrantes freqüentemente é visto somente no contexto do comportamento de balanço de pagamento dos países. Mas acrescenta que o conceito mais importante está nos impactos econômicos e sociais que estas transferências podem causar nos países receptores. Por exemplo, o impacto das remessas sobre o crescimento das economias receptoras desses fluxos financeiros tem uma externalidade ou efeitos não só na poupança e investimento, mas também tem impacto no curto prazo sobre a demanda agregada através da expansão do consumo.

[...] the new policy interest in Diasporas¹¹⁸ reflects a broader concern with globalization, and specifically the very recent appreciation of the volume of remittances to developing countries by emigrant workers and their descendents. Remittances, however, are far from being the only vehicle for Diaspora influence on the incidence of poverty in their home countries. For many countries, the Diaspora are a major source of foreign direct investment (FDI), market development (including outsourcing of production), technology transfer, philanthropy, tourism, political contributions, and more intangible flows of knowledge, new attitudes, and cultural influence [...] (NEWLAND, 2004, p. 4).

Segundo Newland (2004), a importância atribuída às diásporas no desenvolvimento recente dos países se deve, também, à ponderação atribuída às RTE que, além de importante e eficiente estratégia de combate à fome e pobreza¹¹⁹, por outro lado, representam uma extraordinária fonte de transferências de conhecimentos tecnológicos, do desenvolvimento turístico, dos avanços institucionais, entre outros. Essas transferências, segundo Levitt (2001) e Newland (2004), se dão através novos de novas atitudes, comportamentos, conhecimentos, reprodução dos laços culturais, políticos, econômicos e institucionais entre os residentes e a Diáspora.

Por isso, Gammeltoft apud Chimhown, A.; Piesse, J. e Pinter, C. (2003, p. 2) reforça que however, it is not only cash remittances that are sent to households and community projects although most empirical studies on the poverty impacts have tended to be narrowly defined and restricted to formally transmitted monetary assets rather than physical and social assets. Entendemos que existe uma relação entre a diáspora e os países de origem dos emigrantes.

Essa relação não se restringe, exclusivamente, à transferência de conhecimento, influência social e cultural (costume, atitude e comportamento), mas também através dos impactos econômicos e sociais gerados por intermédio das RTE que, por sua vez, servem de canais para a reprodução de laços econômicos, políticos e institucionais entre a Diáspora e países de origem dos trabalhadores emigrantes.

¹¹⁸ G. Sheffer (1986 apud NEWLAND, 2004, p. 7), “Modern Diasporas are ethnic minority groups of migrant origins residing and acting in host countries but maintaining strong sentimental and material links with their countries of origin - their homelands.”

¹¹⁹ Remittances have a direct impact on poverty reduction, since they tend to flow directly to poor (although not necessarily the poorest) households and are used primarily for basic needs such as food, shelter, education and health care. The common observation that remittances are not used for “productive” investment misses the point that poor households rationally give priority to these basic needs, which represent an investment in human capital as well as needed consumption. Spending on basic needs also has a multiplier effect in the community (NEWLAND, 2004, p. 8).

Portanto, fica evidente que agregar novas estratégias políticas e econômicas, que potencializam ainda mais os impactos econômicos sociais das RTE nos países em desenvolvimento, significa desenvolver e absorver as novas ideias, propostas e recomendações que promovem uma política de desenvolvimento nas comunidades locais e regionais dos países receptores desses recursos externos.

3.2 Remessas Globais dos Trabalhadores Emigrantes (RGTE): Análise Comparativa

As RTE representam uma importante alavanca de crescimento econômico porque envolvem transferências privadas de bilhões de US\$. Essas transferências mundiais, realizadas pelos canais formais e/ou informais, segundo o World Bank (2008)¹²⁰, tiveram um crescimento médio de 10% a.a. entre 1990 e 2007. Em 2007, segundo dados do World Bank (2008), o volume global transacionado girou em torno de 355 bilhões de US\$, representando assim, uma expansão de 418% (Gráfico 7, a seguir) em relação a 1990.

Entre 1990 e 2007, apesar das crises econômicas e financeiras¹²¹ que eclodiram nas economias emergentes¹²² e, por conseguinte, afetaram os fluxos de capitais para essas economias,

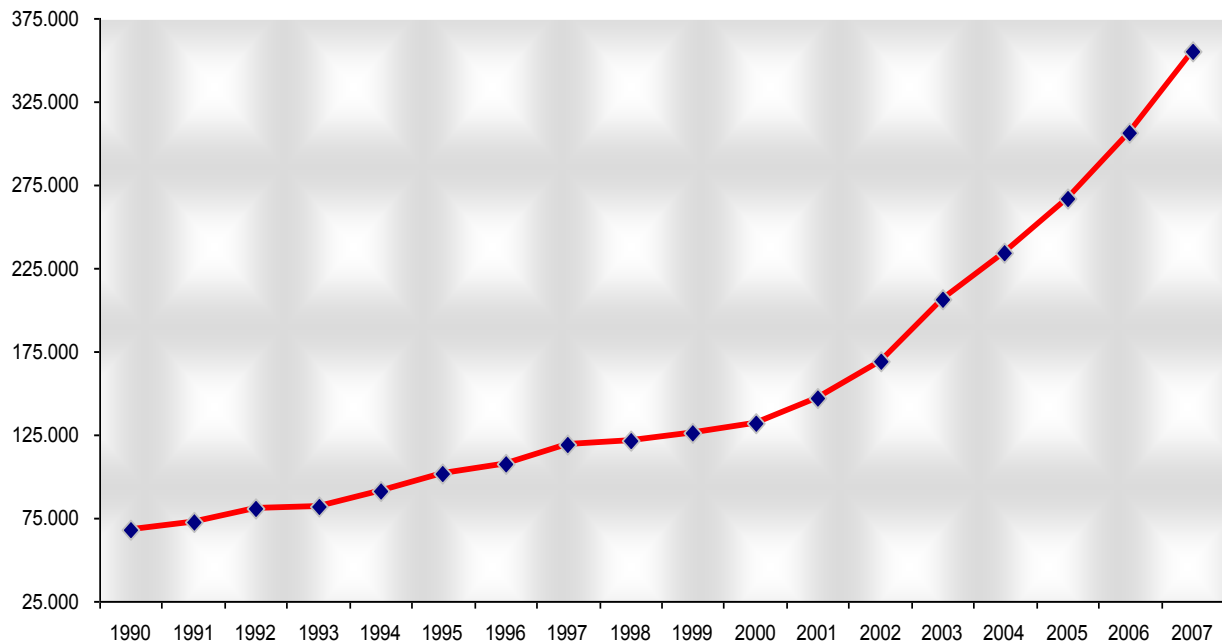
¹²⁰ No World Bank (2008) foram usados 210 países como base de pesquisa, classificados por grupos de renda e por regiões. Grupos de Renda: LIC (Low Income); LMC (Lower Middle Income); UMC (Upper Middle Income); HIC (High Income). Por regiões: EAP (East Ásia & Pacific); ECA (Europe & Central Ásia); LAC (Latin American & Caribbean); MNA (Middle East & North África); SAS (South Ásia); SSA (Sub-Saharan África); OEC (High Income: OCDE); e, NOC (High Income: non OCDE).

¹²¹ Remittances may also support development by contributing to stabilizing the economy, as occurred during the financial crises in Mexico in 1995 and in Indonesia and Thailand in 1998. Their stability also is likely to diminish the probability of investors pulling their money out of particularly troubled states (World Bank, 2006, p. 5)

¹²² In Tavares, P.V. e Filho, E.B. da S. (2009, p. 141 – 173). O Colapso Cambial Mexicano (1994/95): fatores importantes que também contribuíram para a crise foram: i) a rápida explosão do crédito bancário ao setor privado, atingindo aproximadamente 51% do PIB em 1994 (as concessões de empréstimos não tinham um critério adequado de avaliação de riscos, nem havia por parte do Estado um mecanismo de controle interno para fiscalizar os altos volumes colocados à disposição do governo); ii) o aumento do endividamento dos bancos mexicanos no exterior, cujo passivo elevaria-se de US\$ 8 bilhões em 1991 para US\$ 15,5 bilhões em 1994 (WORLD BANK, 2001); iii) o aumento nas taxas de juros nos EUA, com reflexo negativo sobre os investimentos externos no México; iv) a expansão de déficit fiscal em virtude da proximidade de eleições presidenciais; e v) diminuição do ingresso de capitais externos face à crescente instabilidade política do país; Crise do Sudeste Asiático (1997): Especialistas

as remessas globais dos emigrantes mantêm uma tendência crescente mesmo na presença de algumas quedas nas taxas de crescimentos anuais em relação à média verificada nos anos de 1991, 1993, 1996, 1998, 1999 e 2000¹²³. Contudo, entre 2002 e 2007, a média das taxas de crescimento das RGTE ultrapassou os 15%, chegando assim, aos 22% em 2003, ou seja, US\$ 206 bilhões em 2003 se comparada a US\$ 169 bilhões de 2002.

Gráfico 7: RGTE¹²⁴ entre 1990 e 2007 – em US\$ milhões



Fonte: Autor, baseado em World Bank (2008).

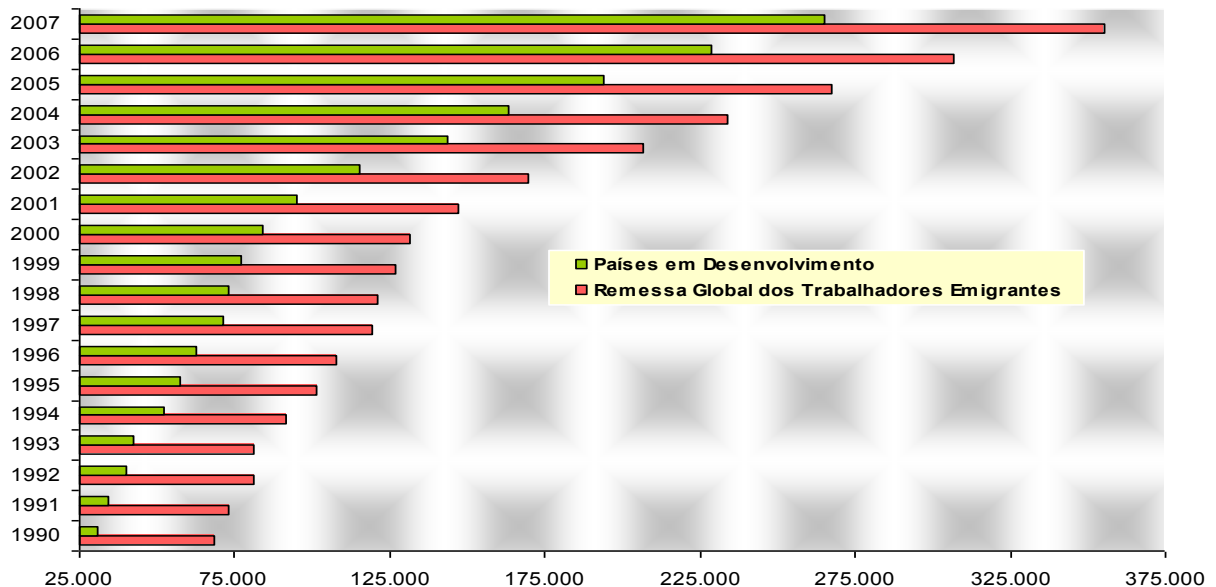
apontaram causas distintas para o colapso do sistema financeiro asiático: i) inconsistências entre as práticas do sistema financeiro internacional e as instituições e políticas macroeconômicas dos países afetados, especialmente na condução do processo de liberalização financeira; ii) rápido endividamento dos agentes privados, com um forte descasamento entre suas posições (receitas prejudicadas pela queda nas exportações e superestimadas pela inflação no preço dos ativos reais); e, iii) débitos de curto prazo em divisas externas. Em virtude da desatenção a esses problemas, a política de aperto fiscal e monetário preconizada pelo FMI teria causado, segundo Radalet e Sachs (1998), “um efeito contrário ao pretendido, ou seja, ampliado a queda das moedas locais, dado o agravamento do quadro recessivo corrente e prospectivo”. Argumentam que as restrições creditícias e o aprofundamento do quadro recessivo só tenderiam a dificultar o reequilíbrio das posições ativas e passivas dos agentes endividados, deteriorando ainda mais o estado de confiança dos investidores na recuperação da região.

¹²³ Taxas de Crescimento abaixo da Média: 1991 (6%); 1993 (1%); 1996 (6%); 1998 (1%); 1999 (5%); e, 2000 (4%).

¹²⁴ Remessas Globais dos Trabalhadores Emigrantes.

A tendência do crescimento das RTE para os países de origem reforça a hipótese da existência de baixa vulnerabilidade desses fluxos que, segundo Ratha (2003), está associada às decisões dos trabalhadores emigrantes, estas pouco afetadas pelas crises internacionais. Mas, por outro lado, e complementando a observação de Ratha (2003), é importante acrescentar que outros fatores contribuíram para o desempenho das RTE. Por exemplo, a década de 1990 foi marcada pela queda do muro de Berlim, intensa abertura econômica e financeira, privatização, desenvolvimento dos mercados de capitais, avanços nas telecomunicações, formação de blocos econômicos e, por fim, a chamada globalização.

Gráfico 8: RGTE e RTE para Países em Desenvolvimento: 1990-2007 US\$ Milhões



Fonte: Autor, baseado em World Bank (2008)

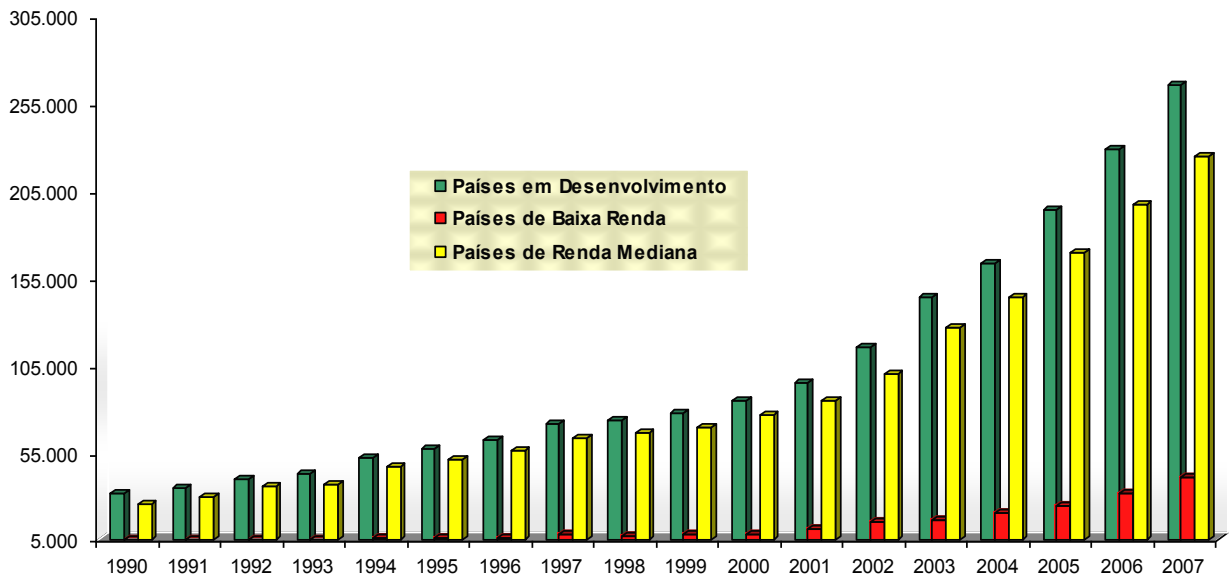
Esses fenômenos, além de marcantes na década de 1990, contribuíram não só para a ampliação e surgimento de novos mercados, mas também para a intensificação da mobilidade internacional da mão-de-obra e, por conseguinte, o crescimento das remessas dos trabalhadores emigrantes, mesmo na presença constante de manifestações políticas e institucionais contra os emigrantes nos países desenvolvidos (ver Gráfico 8). Portanto, sem a intenção de simplificar a importância desses acontecimentos da última década do século XX entendemos que os fatos por

si só não determinam deliberadamente a multiplicação das RTE. O que ajuda a explicar o desempenho desse fluxo são as motivações implícitas nas remessas, a importância atribuída e os impactos que os mesmos proporcionam nos países de origem.

Como mostra o Gráfico 8, do total das remessas globais dos emigrantes, entre 1990 e 2007, em média 61% foram destinados aos países em desenvolvimento. Entre 2000 e 2007, a média do volume transacionado, para países em desenvolvimento, alcançou 70% do total global sendo que, em 2007 atingiu 75%, ou seja, US\$ 265 bilhões de um total de US\$355 bilhões.

Segundo o World Bank (2008), em 2007 as RGTE representaram: 0,7% do PIB mundial; 0,2% do PIB da OCDE; 2,6% do PIB das economias dos países da África Subsaariana; 2% do PIB das economias em desenvolvimento; 4,6% do PIB das economias latino-americanas e Caribe; e 6% do PIB das economias em desenvolvimento de renda baixa. Ainda, segundo os dados, 16% (57 bilhões de US\$) das RGTE foram para os países do BRIC¹²⁵ e, por outro lado, 25% (89 bilhões de US\$) desses recursos externos foram enviadas para os chamados países emergentes¹²⁶.

Gráfico 9: RTE para Economias em Desenvolvimento versus Níveis de Renda



Fonte: Autor, baseado em World Bank (2008).

¹²⁵ Brasil, Rússia, Índia e China.

¹²⁶ África do Sul, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, México, Rússia e Turquia.

Chami et al (2008) apontam que o crescente interesse pela pesquisa dos impactos¹²⁷ das RTE nas economias em desenvolvimento deve-se a três aspectos fundamentais: o volume dos fluxos relativos ao tamanho das economias; a probabilidade que estes fluxos continuarão a crescer no futuro por causa da tendência da globalização; e, por fim, o fato de que estas RTE são distintas da ajuda oficial e fluxo de investimento externo¹²⁸ porque, de um modo geral, proporcionam impactos econômicos nas economias receptoras.

O Gráfico 9 mostra a diferença entre os montantes das remessas enviadas aos países em desenvolvimento, sendo estes subdivididos em países de renda baixa e países de renda mediana. A maioria dos países africanos pertence, segundo o World Bank (2008), ao grupo de países de renda baixa¹²⁹, com exceções de Angola, Cabo Verde, Camarões, Lesoto, Namíbia e Tunísia que pertencem a LCM¹³⁰; Botsuana e Gabão, pertencentes ao UCM¹³¹.

A maioria dos fluxos das remessas é destinada às economias asiáticas, latino-americanos e do Caribe, consideradas economias em desenvolvimento com rendas médias. Portanto, pode-se fazer a seguinte indagação: o que explica a diferença entre os volumes das RTE destinados à Ásia e à América Latina e Caribe, se comparados a outras regiões e/ou países em desenvolvimento?

O Gráfico 10 descreve a distribuição, em termos regionais, das RTE, com destaque para o crescimento dos fluxos desses recursos para a América Latina, o Caribe e a Ásia. Entre 1990 e 1993, as RTE para os países africanos eram, em média, 40% do total das remessas enviadas para as economias em desenvolvimento. Cerca de 77% do total (entre 1990 e 2007) das remessas anuais para a África são destinadas para os países do norte e leste, sendo que entre 1990 e 1995, essa percentagem era, em média, 85%.

¹²⁷ [...] these features suggest that remittances macroeconomic effects are likely to be substantial and sustained over time and may have unique implications for policymakers in recipient countries (CHAMI et al, 2008, p. 3).

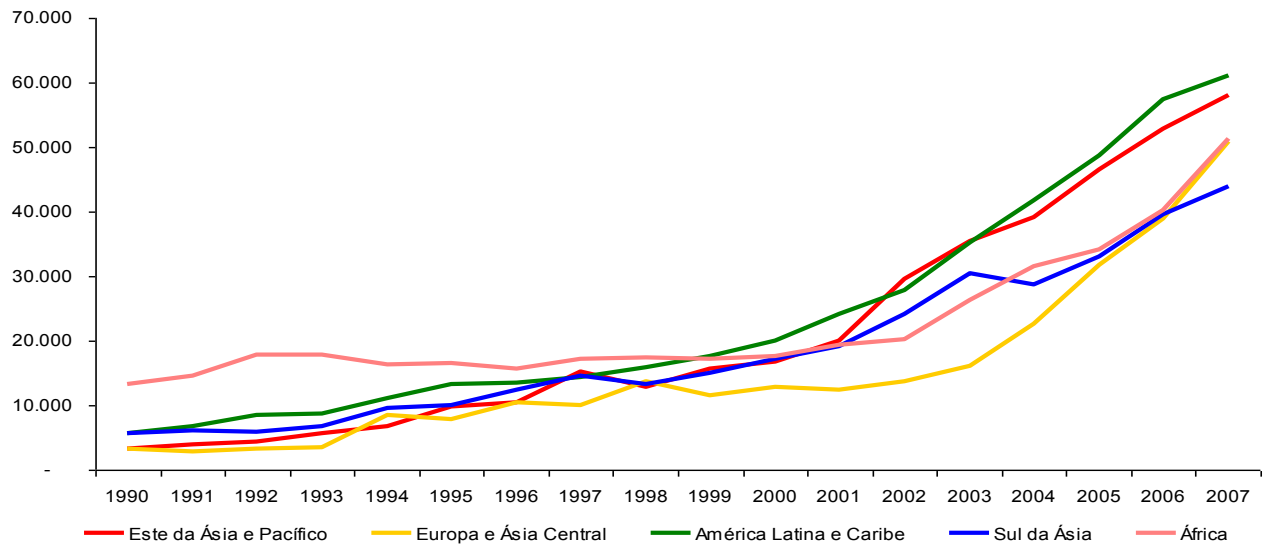
¹²⁸ CHAMI et al (2008), “[...] there are key distinctions between remittances and other international flows, and while it may be convenient to view remittance flows through the same lens as official aid and private capital flows, there are good reasons to believe that remittances behave differently and, in turn, have different economic impacts. The widely accepted definition that prevails in the literature is that remittances are unrequited, nonmarket personal transfers between households across countries”.

¹²⁹ Também são incluídos países como: Afeganistão, Banglades, Haiti, Coréia do Sul, Mianmar, Nepal e Paquistão.

¹³⁰ Lower Middle Income (Países de Renda Média Baixa).

¹³¹ Upper Middle Income (Países de Renda Média Alta).

Gráfico 10: RTE versus Distribuição por Regiões (1990-2007): em US\$ Milhões



Fonte: Autor, baseado em World Bank (2008).

Em 1994, com a multiplicação e crescimento das RTE para a Ásia, o continente africano passou a representar somente 31,4%. Assim, os recursos enviados para os países asiáticos, especialmente, leste e sul, saíram de 34% do total em 1995 para 40% em 2000, 40% em 2006 e 38% em 2007. Quanto às remessas para a América Latina e o Caribe, passaram de 18% em 1990 para 25% em 2004 (2005 e 2006) e 23% em 2007.

Mas o que mais chama atenção sobre a América Latina e o Caribe (gráfico 10) é o comportamento consistente que, em média, se mantém em torno de 20% entre 1990 e 2007. Isso significa que, tanto o crescimento das RTE para Ásia quanto para a América Latina e o Caribe pode ser explicado não só pela quantidade dos emigrantes que estas regiões possuem nas diásporas, mas também pela qualificação dessa mão-de-obra, grau de relações familiares com a origem, nível de integração dos emigrantes nos países receptores, qualidade de uso desses recursos e as relações institucionais entre os países¹³².

Então, nota-se que, pela exposição anterior, torna-se simplista relacionar economias mais populosas como China e Índia, com os volumes das RTE. Nesse contexto, é importante explicar o

¹³² Além destes aspectos, reforçamos novamente, como já foi mencionada anteriormente, que a existência nos países de origem de um conjunto de políticas públicas que estimulam e facilitam o ingresso desses capitais pode ser determinante para a manutenção do desempenho do referido fluxo para as economias em desenvolvimento.

significado, a dinâmica e os impactos efetivos dessas remessas nas economias em desenvolvimento – efeitos que não podem ser interpretados somente pela quantidade da população que os países possuem nas diásporas, mas pelas políticas que estimulam as transferências e usos desses recursos nos países de origem.

Deste modo fica cada vez mais importante a percepção, por parte dos agentes econômicos das economias em desenvolvimento (como já foi dito anteriormente), de que esses fluxos constituem uma das oportunidades para fortalecer a formação do capital nacional, promovendo, assim, as reformas das estruturas econômicas, políticas e institucionais, capazes de fomentar uma nova política econômica e social coerente que interage com a diáspora, intensificando os fluxos para os países de origem.

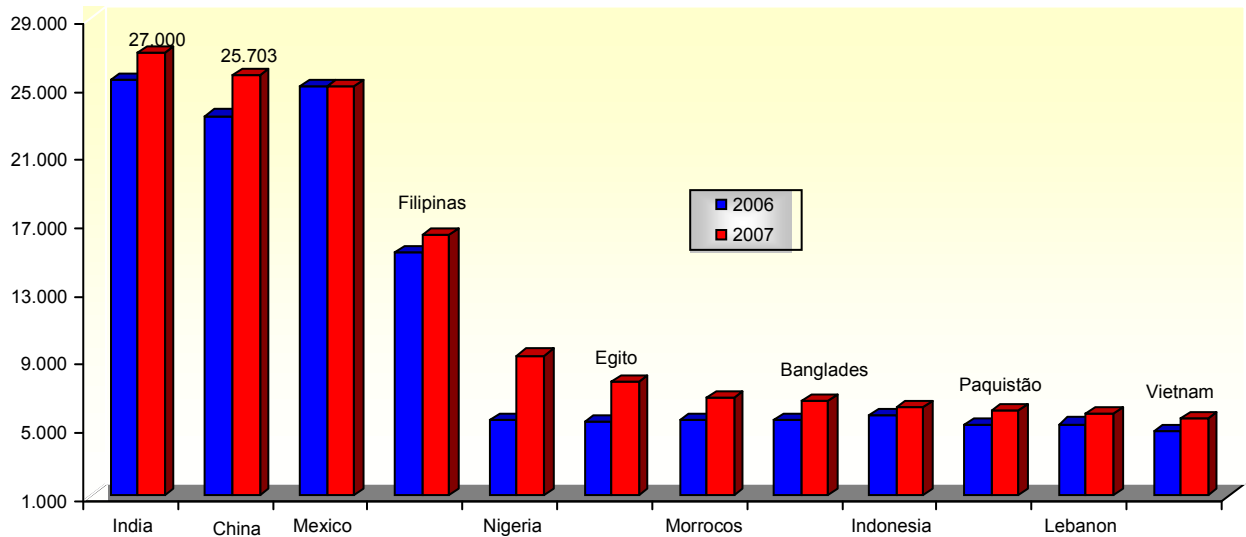
Por isso é imprescindível, nesta nova economia¹³³, a presença de um Estado empreendedor, indutor e desenvolvimentista¹³⁴. O Estado, neste caso, passa a ser solução e não um problema, ou seja, uma solução que depende de uma percepção dinâmica da função do Estado dentro da nova estrutura capitalista, esta enraizada intensivamente nas dinâmicas internas (endógenas), nos fluxos internacionais de capital, globalização produtiva e, por sua vez, sujeita a impactos negativos derivados das crises internacionais.

Para Evans (1996), abordar a questão desenvolvimentista significa trazer para a discussão elementos institucionais, onde a participação do Estado envolve não só a capacidade de programar políticas que reforçam as transformações institucionais, mas também de desenvolver a capacidade administrativa, promover crescimento de capital industrial nacional e, por fim, capaz de estimular uma combinação de enraizamento e autonomia dentro de um contexto global.

¹³³ Quando se expressa, neste trabalho, uma nova economia, significa um novo ambiente para o desenvolvimento econômico, onde variáveis econômicas, políticas, sociais, tecnológicas e institucionais se interrelacionem na formação de um conjunto de alicerces fundamentais para reforçar a própria dinâmica e sustentabilidade da economia. Neste trabalho, apesar da interação entre as variáveis supracitadas, as inovações tecnológicas e institucionais representam pontos fundamentais, mas por outro lado, é possível afirmar que tanto o desenvolvimento tecnológico quanto institucional demanda outras variáveis e interações, especialmente, quando ela (a inovação) é provocada. Por esta razão, Chang (1994) procura ampliar o debate sobre as dimensões da política econômica, a partir das discussões em torno da política industrial, tecnológica e institucional, como forma de evidenciar que esses são instrumentos fundamentais do desenvolvimento econômico, onde o Estado tem uma função preponderante nesse processo cada vez mais dinâmico.

¹³⁴ Em resumo, o Estado desenvolvimentista, para Evans (1996), é um Estado que participa no desenvolvimento econômico ao criar estruturas institucionais propícias.

Gráfico 11: Principais países receptores das RTE: 2006 e 2007, em US\$ milhões



Fonte: Autor, baseado em World Bank (2008).

Newland (2004, p. 4) alega que os efeitos mais imediatos das RTE são provavelmente vindos das estratégias desenvolvidas nos países receptores desses recursos, ao buscarem a maximização desses fluxos familiares e, por outro lado, usufruírem, dentro do contexto da globalização financeira, das novas oportunidades de crescimento. Assim, o Estado tem um papel importante para potencializar não só a entrada, mas também desenvolver políticas internas para estimular o melhor uso dessa renda externa, gerando emprego e renda e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico e social.

A autora mencionou, ainda, algumas políticas associadas à contribuição das Diásporas¹³⁵ para o desenvolvimento e redução da pobreza¹³⁶. Por exemplo, para potencializar as RTE na economia, Taiwan associou a política de “*Brain Trust*” com a atração do capital humano da

¹³⁵ The Diaspora are variously seen as sources of financial flows, economic opportunities, technology transfer, political support, progressive attitudes, and a good image of the home country (NEWLAND, 2004, p. 9).

¹³⁶ [...] The poorest countries are not positioned to take advantage of many kinds of business investment, but millions of poor people in countries that are more technologically sophisticated might benefit from the multiplier effects of Diaspora investment. However, the most wretched countries are those that have been suffering the effects of protracted armed conflict and bad or non-existent governance. What the poverty-stricken in Sierra Leone, Somalia, Liberia, Haiti, and Sudan (to name just a few) need, above all, is peace, and then progress toward the construction of an economic climate that will encourage emigrants to make social and economic investments in their countries of origin [...] (NEWLAND, 2004, p. 5).

Diáspora. A China, como o gráfico 11, é o segundo país, no ranking de 2007, a usufruir das RTE, perdendo somente para a Índia.

A Índia, em 2007, tornou-se o primeiro país no *ranking* (Gráfico 11) a receber os recursos dos emigrantes graças ao uso do *Multi-Pronged Model* (NEWLAND, 2004, p. 5), ou seja, a combinação, por exemplo, de investimento direto, aquisição em portfólio, transferência de tecnologias, abertura econômica e políticas de oportunidades para a Diáspora. Assim, as RTE de 2,4 bilhões de US\$ em 1990 ultrapassaram 25 bilhões de US\$ em 2005 (World Bank, 2008), chegando a 27 bilhões de US\$. Gupta (2005, p.3) considera esse aumento como sendo um importante instrumento na redução substancial do déficit em conta corrente nos últimos anos, além de um dos fluxos mais estáveis no balanço de pagamento da Índia.

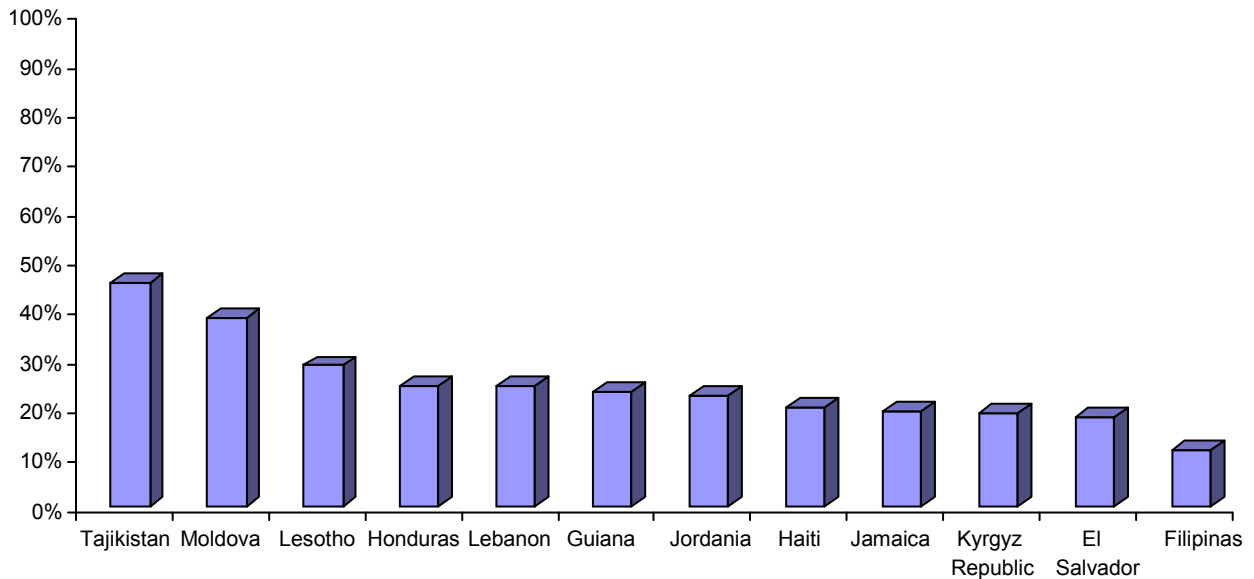
O volume transacionado para a Índia demonstra que há necessidade de uma percepção mais apurada dos recursos externos originários da emigração, percepção essa integrada ao desenvolvimento econômico do país com o uso de projetos, políticas e estratégias internas associadas às novas oportunidades harmonizadas pela globalização, reforçando a importância de um Estado empreendedor. Quanto ao México, líder no *ranking* de 2005 e terceiro em 2007 (gráfico 11), Newland (2004, p. 4) aponta que:

... Mexico's attempts to use federal programs to promote collective remittances and to make the sum of individual household remittances greater than the sum of their parts are now being widely imitated in Central American and Caribbean countries with large overseas populations. The local focus of many of these programs gives them a direct connection to the poor, but the outcome is also dependent on improvement in macro-economic conditions. Poor infrastructure (physical and financial), underdeveloped markets, corruption, and a poor investment climate confine the potential of remittance-focused strategies to the immediate receivers....

Pode-se, ainda, verificar que, para países beneficiários e altamente dependentes desses capitais externos, desenvolverem estudos e pesquisas para apurar, mensurar e sistematizar os impactos econômicos e sociais é importante, porque, além de expressar a real contribuição da Diáspora no desenvolvimento nacional, ajuda na elaboração e aplicação de decisões econômicas e institucionais relacionadas ao setor da emigração. Por este motivo, especialistas e estudiosos da

emigração e remessas chamam atenção para um aspecto fundamental ao analisar os impactos desses recursos nas economias receptoras. Ou seja, o efeito multiplicador.

Gráfico 12: RTE/PIB das 12 Economias em desenvolvimento, 2007 (%)



Fonte: Autor, baseado em World Bank (2008).

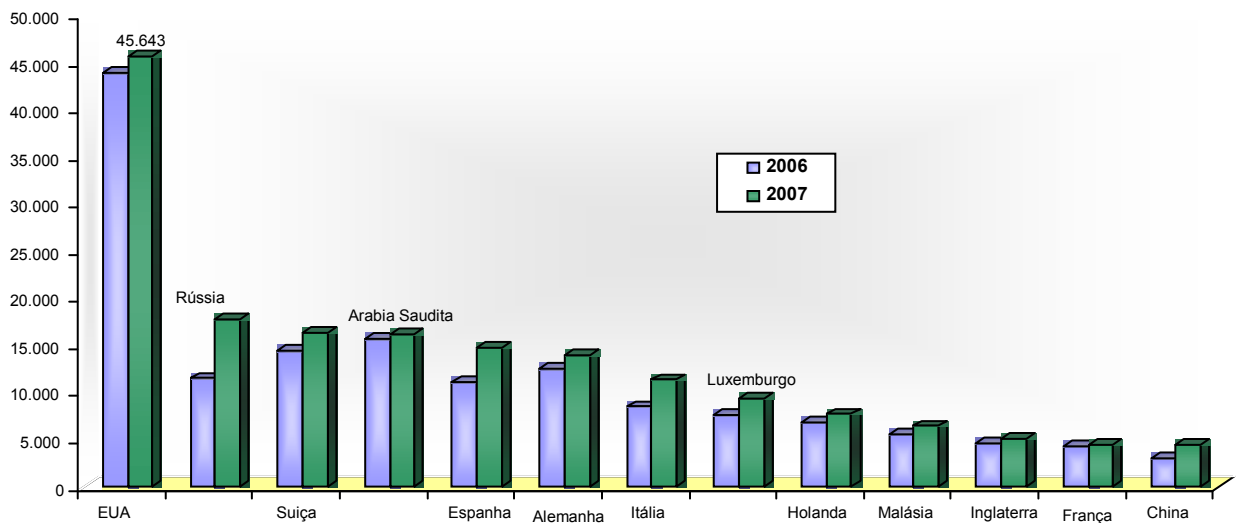
Ratha e Mohapatra (2007) alegam que as RTE, ao proverem recursos às famílias pobres, também desenvolvem um efeito multiplicador indireto, além de efeitos macroeconômicos, sobre a pobreza e bem estar social. Esta influência sobre a pobreza e bem-estar se deve ao fato de que as remessas dos trabalhadores emigrantes não sofrem os problemas de governança, se comparadas aos fluxos de ajuda tipicamente oficiais.

Os E.U.A. (gráfico 13) lideram o envio das RTE com US\$ 45,643 bilhões em 2007 (US\$ 44 bilhões em 2006), representando 25% do total das remessas no ano as quais, por outro lado, representam cerca de 0,3% do PIB dos EUA em 2007. A Rússia aparece em segundo lugar no *ranking* ao enviar em 2007 os US\$ 18 bilhões, correspondente a 1,4% do PIB.

Países como a Suíça (US\$ 16 bilhões, 3,4% do PIB), Arábia Saudita (US\$ 16 bilhões, 4,3% do PIB), Espanha (US\$ 15 bilhões, 1 % do PIB), Holanda (US\$ 8 bilhões, 1 % do PIB) e Malásia (US\$ 6 bilhões, 3,7 % do PIB) foram fundamentais para o desempenho das remessas dos

trabalhadores em 2007. Em geral, os países da OCDE (gráfico 13) com as exceções da Arábia Saudita, Rússia e Malásia, são os que mais enviaram¹³⁷ recursos para os países em desenvolvimento, enquanto a União Européia, como bloco econômico, lidera no envio dos recursos, superando todos os outros blocos econômicos isoladamente.

Gráfico 13: Países que mais enviaram Recursos ao Exterior: 2006 e 2007, em US\$ milhões



Fonte: Autor, baseado em World Bank (2008)

As remessas dos trabalhadores emigrantes (RTE), os investimentos estrangeiros diretos (IED)¹³⁸ e a ajuda oficial para o desenvolvimento (ODA), apesar de diferenças conceituais, em geral, representam recursos externos. Com isso, a finalidade desses recursos externos, em termos gerais, parece caminhar na mesma direção, ou seja, contribuir para o desenvolvimento econômico dos países receptores.

¹³⁷ Também é importante acrescentar que o Fundo Monetário Internacional (FMI) não desagrega fluxo de remessa por fonte de dados por países ou destino, por isso não é possível distinguir com precisão o montante das remessas saídas dos países, por exemplo, desenvolvidos para os países de origem dos emigrantes.

¹³⁸ Para OCDE (1998), o IED pode ser definido como “o capital investido com o propósito de aquisição de um interesse durável em uma empresa e de exercício de um grau de influência nas operações daquela empresa”. Ou seja, o IED é quando um agente externo adquire um direito de propriedade e de controle no país estrangeiro, cuja forma mais evidente se dá quando uma empresa multinacional transfere fundos com o objetivo de financiar a expansão das atividades, por exemplo, de uma subsidiária num determinado país.

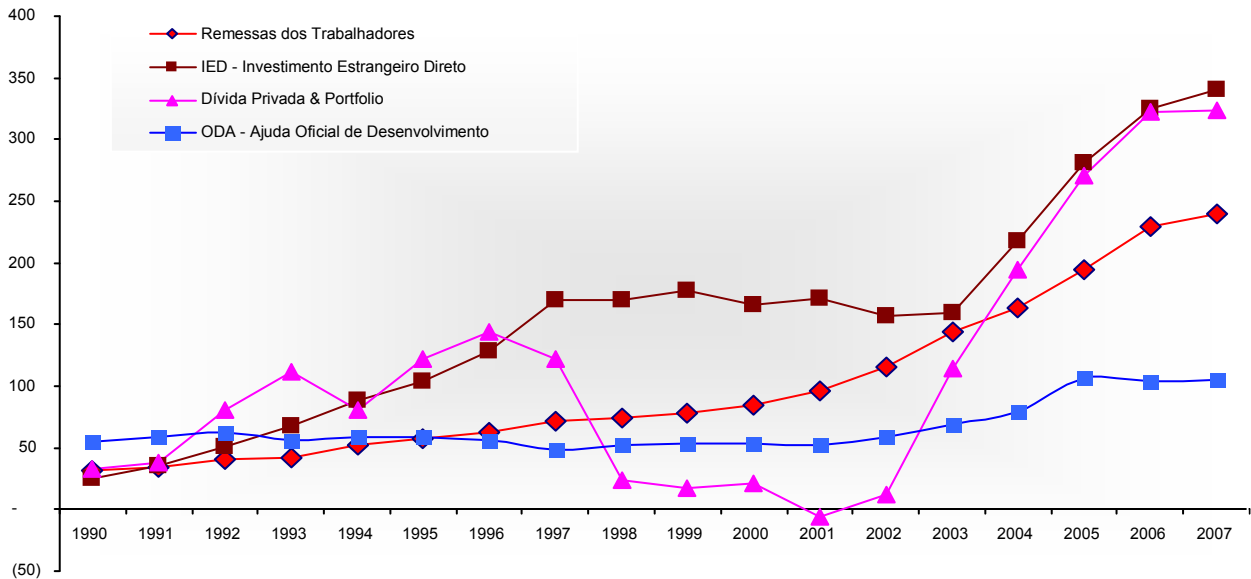
Por isso, Williamson (1973, p. 98) destaca que os fluxos internacionais de capitais são relevantes para explicar o desempenho da economia, uma vez que contribuem para aumentar a capacidade produtiva do país e, ao mesmo tempo, gerar novas oportunidades de inovações e modernizações das estruturas produtivas – nesse ponto, na nossa interpretação, nem sempre os recursos externos são benéficos para o desenvolvimento endógeno, por exemplo, das economias pobres e em desenvolvimento. Pois, esses recursos, em geral, procuram melhores remunerações, mas em caso de qualquer instabilidade, migram para economias consideradas mais seguras.

A expansão, por exemplo, do IED para as economias em desenvolvimento se deve não só às inovações tecnológicas e produtivas ocorridas no sistema capitalista nos finais dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990. Estas dizem respeito à desregulamentação financeira, internacionalização das estruturas produtivas, expansão do comércio, formação dos blocos de integração econômica e financeira, além da formação de mercados competitivos globais – mas também, pelo crescente reconhecimento da importância econômica, política e institucional das economias dos países emergentes (Brasil, Índia, China, Rússia, África do Sul, México, entre outras) no contexto global, reafirmando um importante papel destas economias na construção, modernização, expansão e regulação do novo sistema capitalista de produção e financiamento global e sistêmico.

A expansão dos fluxos de capitais, no contexto da globalização econômica e financeira, vem facilitando a diversificação das fontes de financiamento das atividades produtivas na economia mundial, especialmente nos países em desenvolvimento. Com isso, após 1990, verificou-se o aumento da afluência desses capitais em direção aos países em desenvolvimento, com destaque especial para os IED e as RTE.

Os IED são considerados fontes proeminentes para a expansão dos investimentos produtivos, mas nos últimos anos vem crescendo a atenção para os fluxos das RTE, não só por causa do montante enviado aos países pobres e em desenvolvimento, mas também devido às contribuições econômicas e sociais proporcionadas nos países receptores desses recursos externos e privados.

Gráfico 14: Fluxo de capitais para economias em desenvolvimento: 1990 e 2006: US\$ bilhões



Fonte: Baseado em Global Economic Prospects (2006) e World Bank (2008).

Segundo o Gráfico 14, as remessas dos trabalhadores emigrantes, após 1990, apresentaram um crescimento sustentável se comparadas, por exemplo, com o investimento estrangeiro direto e a ajuda oficial para o desenvolvimento. A taxa de crescimento das remessas dos trabalhadores emigrantes não apresentou, em nenhum momento no período 1990-2007, um comportamento cíclico, se comparada a dos outros fluxos de capitais e, em alguns casos, superando em termos de volumes transacionados as ajudas oficiais de desenvolvimento (1995 a 2007) e a dívida privada (1998 e 2003).

O comportamento da dívida privada nesse período pode ser considerado cíclico e influenciado pelo efeito sistêmico das crises financeiras e econômicas internacionais, tais como, 1993 a 1994, crises do Sistema Monetário Europeu, crise do México; 1997 a 2001, crise asiática, crise cambial brasileira, crise da economia Argentina, atentado terrorista nos EUA e as conseqüentes invasões americana no Afeganistão e Iraque e, por outro lado, as recorrentes tensões diplomáticas internacionais por causa da nova agenda externa do Governo Bush¹³⁹.

¹³⁹ The doubling of recorded remittances over the last five years is a result of better measurement of flows, increased scrutiny since the terrorist attacks of September 2001, reduction in remittance cost and expanding networks in the

No atual contexto econômico e competitivo do sistema capitalista, os fluxos internacionais de capitais desempenham três funções essenciais, tais como: mecanismos de adequação do balanço de pagamentos; financiamento de projetos de crescimento e desenvolvimento econômico; e, por fim, mecanismos de transmissão das instabilidades econômicas e, por sua vez, de promoção da estabilidade econômica. Por isso, Katseli, L.T; Lucas, R.E.B. e Xenogiani, T. (2006, p. 23) acrescentam que

Remittances are usually counter-cyclical: they tend to rise under unfavorable economic conditions to compensate for lost revenues in the case of adverse agricultural yields, natural disasters, or negative economic hazards thus serving as insurance against risk. In some cases however, they do complement rising incomes in the home countries.

É imperativo reforçar que as flutuações, as tendências e a amplitude dos fluxos internacionais de capitais, afetam as diretrizes da política econômica dos países e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico. Por isso, é importante o desenvolvimento e modernização das estruturas (econômicas, sociais e institucionais) internas de absorção e aplicação dos recursos externos para que se maximizem os impactos positivos em diversos setores produtivos.

3.3 Revisão da Literatura sobre as Remessas dos Trabalhadores Emigrantes

O objetivo principal deste capítulo é esboçar uma revisão bibliográfica das principais contribuições econômicas sobre os estudos das RTE desenvolvidos após 1950. Nos anos de 1950 e 1960, a literatura se limitava em analisar os benefícios monetários proporcionados pelo setor da emigração graças à ampla transferência de capital. Nesse contexto, as próprias pesquisas, discussões e preocupações sobre o fenômeno da emigração internacional servem de parâmetro

industry, depreciation of the dollar, and growth in the global migrant stock and incomes (RATHA e MOHAPATRA, 2007, p. 2).

para explicar a própria limitação dos estudos e das teorias no que tange não só à complexidade, mas também à dinâmica e aos impactos no desenvolvimento econômico.

Entre 1970 e início dos anos de 1980, persistiram limitados estudos sobre as RTE já que, nesse período, surgiram pesquisas que tentaram demonstrar aspectos negativos do setor da emigração para o desenvolvimento econômico, ao contribuir para manter os países no subdesenvolvimento. Esta conotação foi difundida por pouco tempo, mas o suficiente para ilustrar que, em termos de produção intelectual, estudos e análises sobre o setor da emigração eram limitados.

Nos meados de 1990 a literatura passou a focalizar a contribuição microeconômica, trazendo à tona, assim, a importância desses fluxos monetários para o desenvolvimento econômico. Nesse período, para explicar a importância desses recursos para o desenvolvimento das economias, as pesquisas procuravam analisar as principais causas ou motivações para o envio dos recursos pelos trabalhadores emigrantes. Essas preocupações estão na base da realização de inúmeras pesquisas para explicar os impactos econômicos.

Na literatura econômica sobre as remessas dos emigrantes, a maioria dos autores aponta duas causas ou motivações como sendo essencial para explicar o desempenho crescente desses recursos em direção, por exemplo, às economias pobres e em desenvolvimento. A primeira causa é a que se identifica por comportamento “altruísta” do emigrante. Esta se deve ao fato de que existe uma preocupação com laços familiares e, por este motivo, ele procura nas remessas monetárias e sociais uma forma de criar as condições para o bem-estar da família que reside no país de origem.

Essa observação é importante porque se por um lado podemos associar as remessas com o bem-estar familiar, por outro lado é imperativo acrescentar que a atitude altruística do emigrante revela não o padrão do comportamento das remessas, mas também o grau de relacionamento familiar com os países de origem, conforme revela, a seguir, Orozco, Lowell e Schneider (2006, p. 1):

Migrant remittances to their country of birth are one of the most visible developmental effects of migration. There is evidence that they alleviate poverty at the household level in some countries by helping to fund schooling, reducing child labor, increasing family health and expanding durable goods ownership. Remittances can form a ‘family welfare

system' that can help smooth consumption, alleviate liquidity constraints and provide a form of mutual assistance.

Os autores deixam transparecer que comportamento atitude altruísta do emigrante contribui para o aumento¹⁴⁰ das remessas desde que as famílias residentes no país de origem, além de usufruírem desses recursos para aumentar seu bem-estar, através do aumento da escolaridade, melhoria da saúde e aumento do consumo de bens duráveis, também procuram investir parte desses recursos para gerar uma nova fonte de renda familiar, garantindo, assim, as condições de sustentabilidade financeira. Também é importante acrescentar que tanto “*investment opportunities*” quanto “*inheritance*” são comportamentos que estão implícitos na ação altruística do emigrante, já que este visa ao bem-estar econômico, social e financeiro da família. Segundo mostram Orozco, Lowell, and Schneider (2006, p. 3):

[...] In the case of altruism, the remitter cares primarily about the well being of the family in his/her country of birth. Thus, it can be said remitting behavior as altruism is acting to increase the income, consumption, or standard of living of someone else, even to the detriment of one's own standard of living.

Diferentemente do comportamento altruístico, a motivação *self-interest* dos emigrantes expõe que a emigração é percebida como uma oportunidade ou um incentivo para auferir, por certo período de tempo, das condições econômicas e financeiras proporcionadas pelas economias receptoras, uma vez que oferecem melhores condições financeiras se comparadas às economias pobres e em desenvolvimento.

Solimano (2003, p. 12) aponta que o comportamento egoísta se dá quando os emigrantes usam as remessas como uma estratégia e oportunidade de valorização econômica e financeira através dos investimentos e compras dos ativos nos seus países de origem. Esses ganhos são

¹⁴⁰ Mas, quando, por exemplo, o emigrante atinge um nível de desenvolvimento profissional e pessoal (melhores empregos e salários; plena integração; entre outras), o mesmo toma a decisão de trazer a família e, com isso, diminui o montante das remessas que antes eram enviadas para o país de origem. Para complementar esta observação, Orozco, Lowell, e Schneider (2006, p. 2) afirmam que “integração Econômico e social, ou seja, a reunificação familiar, pode reduzir a probabilidade e/ou a quantidade de remessas enviadas ao exterior. Educação, o que facilita a integração, também é esperada para reduzir comportamento das remessas” (nossa tradução). Também, é importante acrescentar que, enquanto muitos emigrantes tomam as decisões de trazer as famílias para residir no estrangeiro, outros, por exemplo, tomam decisões, após a aposentadoria, de retornar aos países de origem e, com isso, mantém, em geral, o fluxo das remessas.

evidentes, uma vez que as taxas de retornos são mais altas se comparadas às dos países desenvolvidos, mesmo na presença de maiores riscos.

A análise do comportamento egoísta se baseia na hipótese de que os emigrantes, em geral, possuem um nível de formação técnica e/ou superior e, por isso, supõe-se que têm maior probabilidade de auferir de melhores empregos e renda nos países receptores dos emigrantes. Essa observação, apesar de relevante para a compreensão dos fluxos das remessas dos trabalhadores, parece ser limitada porque, em geral, os emigrantes são indivíduos com baixa qualificação profissional (absoluta, mas não relativa).

Na presente tese, utiliza-se, metodologicamente a regressão múltipla envolvendo variáveis macroeconômicas para explicar os impactos econômicos das remessas dos emigrantes no desenvolvimento econômico e social de Cabo Verde. Para tanto, é fundamental delinear uma revisão da literatura contemplando algumas abordagens microeconômicas e macroeconômicas das RTE. Dentre essas, em geral, as duas principais correntes são, respectivamente, a *New Economic of Labor Migration (NELM)*, viés neoclássico) e a Keynesiana.

3.1.1 *New Economic of Labor Migration (NELM)*: Viés Neoclássico

Entre 1970 e 2000, a NELM tornou-se a corrente dominante nas pesquisas, discussões e modelagens sobre a economia da emigração. As principais teorias microeconômicas sobre as RTE são, na maioria, baseadas nas causas e/ou motivações¹⁴¹ das remessas como parâmetro para explicar o comportamento desses fluxos para os países de origem dos emigrantes.

Por isso, as principais abordagens microeconômicas¹⁴² sobre as RTE são originárias da NELM e, entre os vários autores, destacamos as contribuições de Stark e Bloom (1985) e Lucas e Stark (1985) para a consolidação da NELM. Estes acabaram por influenciar e estimular várias

¹⁴¹ Rapoport e Docquier (2005) acrescentam que nas abordagens microeconômicas sobre as RTE coexistem, ao nível teórico, uma variedade de motivos que, por sua vez, mostra a inexistência de exclusividade para explicar o comportamento das remessas, dificultando, assim, a comprovação empírica.

¹⁴² As análises se fundamentam nas questões motivacionais das RTE.

pesquisas até a atualidade, ao afirmar, no trabalho que originalmente foi escrito em 1975 e publicado dez anos depois, que:

At a theoretical level, migration research has expanded the domain of variables that seem to impinge upon and are affected by spatial labor supply decisions; it has highlighted the role of wider social entities and interactions within them in conditioning migration behavior; it has identified new linkages between migration as a distinct labor market phenomenon and other labor market and non labor market phenomena; and it has contributed to our understanding of the processes of economic betterment and development.

Nesse contexto, percebe-se que a relação entre emigração, decisões dos indivíduos e a evolução das RTE são as variáveis que passaram a explicar a importância do fenômeno emigratório nas transformações econômicas e sociais dos países em desenvolvimento. Por isso, os mesmos autores acrescentam que as pesquisas sobre a “economics of labor migration” confirmaram a “usefulness of old and well-established models of labor migration”, como um importante instrumento capaz de contribuir para estimar os comportamentais da economia da emigração.

Assim, contribuiu-se para promover debates não só em torno das grandes questões da emigração, mas também as próprias políticas e estratégias que os fluxos das RTE proporcionam, por exemplo, na remoção da pobreza e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico – aqui vale lembrar que Stark e Bloom (1985) jamais evidenciaram, ao longo do artigo, a existência de qualquer exclusividade das escolas de pensamento em relação à economia dos emigrantes.

Na literatura sobre a emigração e RTE, o texto de Stark e Bloom (1985) tornou-se uma das principais referências na NELM. Isso porque foi um dos primeiros trabalhos que identificou o que os autores chamam de “the frontier of research in this area”. Segundo eles, nesta fronteira de pesquisa incluem-se não só tópicos relacionados às novas demandas, desafios e oportunidades da emigração, mas também assuntos que relacionam a economia da emigração e desenvolvimento econômico e social nos países de origem dos emigrantes. Por este motivo, após a década de 1980, as conclusões de Stark e Bloom (1985) impulsionaram a multiplicação de pesquisas que visavam analisar as causas e os impactos das RTE, especialmente nas economias altamente dependentes desses recursos externos.

Stark e Bloom (1985), ao contribuírem para a evolução e surgimento de novos modelos para explicar a importância da emigração e das RTE, partiram das seguintes hipóteses: pessoas emigram na procura de melhores condições; desigualdade de renda gera tendência à emigração; trabalhadores têm características heterogêneas, estas afetadas pela hipótese da existência de informação e conhecimento (ou habilidade) imperfeita, entre outras. Portanto, tanto a procura de melhores condições de vida quanto a presença de informações imperfeitas são fundamentos que demonstram, implicitamente, a presença de variáveis microeconômicas e comportamentais nas RTE¹⁴³.

Outras contribuições importantes na literatura sobre as remessas dos emigrantes aos países de origem, e complementar a Stark e Bloom (1985), são os trabalhos desenvolvidos por Lucas e Stark (1985), Funkhouser (1995) e, mais recentemente, Rapoport e Docquier (2005) - todas essas abordagens focalizam nas decisões dos agentes, tanto o emigrante quanto as famílias dos mesmos. Também os trabalhos de Glytsos (2002), Bertoli (2005) e Huang e Vargas-Silva (2005) revelam as contribuições ou impactos macroeconômicos das RTE.

3.1.1.1 Lucas e Stark (1985)

Os autores, mesmo reconhecendo a importância da emigração no desenvolvimento econômico e social, afirmaram que não existe uma teoria sistemática que explica com precisão e contundência o comportamento desses fluxos porque existem poucas evidências estatísticas sobre os determinantes das RTE. Por isso, na visão dos autores, as motivações das RTE não são exclusividade das atitudes e comportamentos altruísticos dos emigrantes. Para eles, o mais importante é identificar as possíveis contribuições desses recursos e, para isso, é necessário

¹⁴³ Neste ambiente, Stark e Bloom (1985) explicam que os padrões das remessas são influenciadas e explicadas, da melhor forma, através de um contrato temporal entre o emigrante e a família, destacando assim um comportamento puramente altruístico. Também, neste contrato far-se-á a presença de contrato “*self-enforcing*”, este refletindo e podendo afetar o comportamento das RTE para as economias em desenvolvimento.

pesquisa e análise sobre os impactos na dinâmica econômica dos países receptores como forma de explicar a importância real das RTE.

Lucas e Stark (1985), ao aplicar a pesquisa em Botswana para identificar e explicar as motivações das RTE e, por sua vez, determinar o comportamento e/ou os níveis (padrões) dos fluxos individuais desses recursos para as famílias do país africano, usaram na formação do modelo variáveis como determinantes de fertilidade, matrimônio, divórcio, entre outras. O objetivo é analisar como as remessas dos emigrantes impactam na distribuição de renda e nos arranjos familiares e intra-familiares. Os autores utilizaram, na pesquisa, os conhecimentos e contribuições antropológicas e sociológicas do país¹⁴⁴.

Segue-se, como hipótese inicial que se uma pessoa declara que um emigrante típico gosta de remeter recursos aos familiares, não emerge nenhuma proposição testável. Mas, segundo Lucas e Stark (1985), podem ser obtidos resultados altruístas derivados da utilidade U_m (esta como consequência da utilidade de partida/emigrar) e utilidade posterior presumida (esta dependente do consumo per capita, C_h). Assim, suponha que o emigrante maximiza a sua própria utilidade com respeito ao montante remetido (r) é: $u_m = u[c_m(w-r), \sum a_h u(c_h)]$, onde¹⁴⁵: w representando a renda do emigrante; c_m o seu próprio consumo; a_h são pesos de altruísmo relacionados a vários membros familiares; e, n é o tamanho da família.

A função utilidade de consumo per capita é $c_h = c[y + r/n, n]$, onde y como renda per capita das famílias antes de remessas. O consumo per capita aumenta com o aumento da y disponível para as famílias e, por sua vez, pode variar de acordo com o tamanho das famílias e comportamento no consumo. Também a um determinado nível de r para maximizar¹⁴⁶ sujeito a c_h , chega-se a $r = r(w, y, n)$. Assim, partindo da concepção de que a preocupação do emigrante com a família é revelada em função da utilidade u_m e, por sua vez, a função utilidade familiar

¹⁴⁴ However, a far richer array of predictions emerges from a model of tempered altruism or enlightened self-interest in which remittances are one element in a self enforcing arrangement between migrant and home (LUCAS and STARK, 1985).

¹⁴⁵ Com $h=1$ até $h=n$. Ou seja, o somatório vai de $h=1$ a $h=n$.

¹⁴⁶ Implicitly, this treats w and y as given. In particular, the migrant is assumed neither to work harder nor to accept worse working conditions with higher pay in order to remit, and no moral hazard is involved in the sense of the home group's reducing effort.

sendo bem comportadas, duas características ou propriedades fundamentais das RTE estão presentes na equação: $\partial r/\partial w > 0$ e $\partial r/\partial y < 0$ ¹⁴⁷.

Partindo dos dados de the National Migration Study of Botswana, 1978-79 (NMS), Lucas e Stark (1985) procuraram estimar a seguinte função¹⁴⁸

$$\begin{aligned} r = & \beta_0 + \sum^{149} \omega_i w_i + \alpha_1 y + \alpha_2 n + \\ & + \epsilon_1 e + \epsilon_2 e_j + K_1 k + \\ & + K_2 ks + K_3 kp + \delta_1 d + \delta_2 b + \delta_3 bd + \delta_4 t + \\ & + \delta_5 id + \Phi_1 f + \Phi_2 h + \Phi_3 v + \sum^{150} z_i t_i + \mu m; \end{aligned}$$

Lucas e Stark (1985) chegaram às seguintes conclusões:

- i) somente altruísmo não parece ser uma explicação suficiente das motivações para remeter (pelo menos não em Botsuana), mas isto não nega que altruísmo possa ser um componente importante ou até mesmo crítico;

¹⁴⁷ Assim, fica explícito que os sinais tanto na variação ou no comportamento do montante das remessas (r) em relação à variação da renda do emigrante (w) quanto em relação à renda per capita das famílias antes das remessas (y), dependem da presença do que os autores chamam de dês(economias) de escala no consumo, taxa de diminuição na utilidade marginal das famílias consumidoras e a existência de preferência específica para um subconjunto de grupo familiar.

¹⁴⁸ Onde: r = log das remessas mensais em dinheiro e espécie; w = dummies para rendas ou salários mensais mais salários de self-employment líquidos do emigrante; y = log da renda gerado pelo grupo de família por unidade de consumidor; n = log número de unidades de consumidor da família (adultos = 1, crianças = 5); e = anos de educação completada pelo emigrante; j = um dummy igual a um se o emigrante fosse um membro desta família quando jovem; k = um dummy igual a um se a família possui mais de 20 cabeças de gados; s = um dummy igual a um para os filhos e filhas da família; p = um dummy igual a um para cabeça da família e o cônjuge; d = um índice para continua seca local; b = lod de número de gado possuído; l = log de acres de colheita; f = um dummy igual a um se feminino; h = um dummy igual a um se cabeça da família; v = um dummy igual a um se cabeça de criança ou do head's spouse; t = break-points em uma função linear piecewise para duração de ausência (anos); e m = statistical hazard rate.

¹⁴⁹ Com i=1 até i=3. Ou seja, o somatório vai de i=1 a i=3.

¹⁵⁰ Com i=1 até i=5. Ou seja, o somatório vai de i=1 a i=5.

- ii) o desempenho das RTE tende a crescer se o nível da educação, nas próprias famílias, for maior, ou seja, o nível de escolaridade e o fluxo desses recursos se comparada a outros fatores; e,
- iii) nas RTE, a relação entre o emigrante e a família é *enforced* (obrigatório).

Também, para clarificar as conclusões obtidas, Lucas e Stark (1985) mencionam duas questões fundamentais: como compreender a relação *enforced* entre o emigrante e a sua família? Por exemplo, se os custos da educação estão presentes antes da emigração, por que razão ou quais os motivos que o emigrante tem ao enviar parte da renda para a sua família? Assim, a partir dessas indagações os autores apontaram três motivos altruístas ou individuais do emigrante:

- i) aspectos e aspirações da herança;
- ii) canais de investimento no setor rural onde as famílias passam a desempenhar um importante papel de agente econômico; e
- iii) procurar desenvolver formas de sustentabilidade após o retorno do emigrante ao país de origem.

Portanto, tanto Stark e Bloom (1985) quanto Lucas e Stark (1985) apontam que fatores como herança, investimento local e familiar, educação e outros fatores estão implícitos nas decisões e motivações das RTE que, por sua vez, são fundamentais para qualificar o comportamento altruístico do emigrante.

3.1.1.2 Funkhouser (1995)

Funkhouser (1995) ao afirmar que as RTE têm um papel importante no desenvolvimento econômico porque representam uma das principais fontes de capitais externos, acrescenta que: “Remittances are also an input into household decision-making, affecting labor supply, self-employment, and even fertility”. A ponderação de Funkhouser (1995) mostra que pesquisas em torno das RTE envolvem, além das discussões sobre as decisões familiares, aspectos relacionados ao mercado de trabalho e, por fim, o comportamento da taxa de natalidade. Por conseguinte, fica explícito que variáveis relacionadas às condições familiares e mercado de trabalho são fundamentais porque afetam a dinâmica da emigração.

Funkhouser (1995) reconhece também a limitada importância dada aos estudos sobre os impactos das RTE na vida dos familiares residentes nos países de origem, o que justifica, segundo as observações do autor, a existência de poucas evidências sobre os determinantes das RTE individuais e/ou porque padrões das RTE variam de um país para outro. Assim, por causa das reduzidas pesquisas sobre a importância das RTE para as economias beneficiadas, Funkhouser (1995) desenvolveu um estudo cujo objetivo é identificar e testar a presença de comportamento altruístico como uma das principais motivações dessas transferências para os países de origem dos emigrantes.

O autor tomou como exemplo dois países pequenos para examinar os determinantes das RTE: El Salvador e Nicarágua. Nesses países, assim como, na República Dominicana, Jamaica e Haiti, segundo Funkhouser (1995), as RTE têm um importante papel no desenvolvimento econômico e social.

Levando em conta os dados de São Salvador¹⁵¹ e Manágua¹⁵², o autor afirma que o primeiro recebe, por família, uma média de duas vezes mais RTE se comparada à capital da Nicarágua - US\$ 119 a US\$ 45 mensais. Por isso, acrescenta que é importante identificar o papel das variáveis características e explicar as diferenças nos níveis das RTE, ou seja, “the difference is explained by differences in the behavioral coefficients and by differences in the self-selection

¹⁵¹ Capital de El Salvador.

¹⁵² Capital da Nicarágua.

bias of those who remit out of the pool of emigrants between the two countries” (FUNKHOUSER, 1995).

Ao procurar desenvolver¹⁵³ e testar o modelo de comportamento das RTE fundamentado nas motivações altruístas, o autor revela as seguintes predições¹⁵⁴ testáveis do modelo:

- ι) Emigrantes com potencial de renda mais elevada¹⁵⁵, enviam mais renda para os países de origem;
- ιι) Familiares de renda baixa recebem mais remessas (valores/montante)¹⁵⁶;
- ιιι) RTE deveriam aumentar tanto com o grau de proximidade entre o emigrante e os membros familiares como com as intenções do migrante para retornar;
- ιιιι) RTE deveriam diminuir com o número de outras RTE para as mesmas famílias; e,
- ιιιιι) A freqüência das remessas deveria depender da comparação entre o fator de tempo-desconto dos emigrantes e o perfil de seus ganhos (salários) no estrangeiro.

¹⁵³ Quanto aos dados usados, Funkhouser (1995) aponta que: (a) para El Salvador, utilizou os dados de uma pesquisa aplicada por Segundo Montes no Central American University em El Salvador em 1987, nos quais foram examinadas as motivações para migração e remessas de 1.287 famílias em El Salvador. Os estudos contêm informação de, aproximadamente, 2.112 emigrantes (dados sobre relação familiar, ano de emigração, status de mercado de trabalho nos Estados Unidos, condições de vida nos EUA, status legal nos EUA, desejo de voltar a El Salvador, dados das remessas enviadas, entre outras); (b) Para a Nicarágua, um questionário suplementar sobre emigração e RTE foi realizado em dezembro 1989 em Encuesta de Coyuntura, uma pesquisa familiar trimestral na cidade de Manágua administrada pelo Instituto nicaraguense de Estadísticas e Censos (INEC), uma agência de governo. Os dados de Nicarágua contêm informação sobre 1.525 famílias e somente informação básica sobre 768 emigrantes. Em ambas as fontes de dados, são levandada informação sobre famílias dos não-emigrantes.

¹⁵⁴ Revelam os interesses a probabilidade de remeter e o montante das remessas.

¹⁵⁵ Medido por status de trabalho (emprego) ou variáveis de capital humano.

¹⁵⁶ É associado com uma utilidade marginal mais alta da renda adicional para a família. Como a utilidade da família de não-emigrante entra na função de utilidade do emigrante, a renda mais baixa das famílias no país anfitrião será associada com remessas mais altas.

Funkhouser (1995) acrescenta, por sua vez, que o emigrante é capaz de avaliar a sua própria utilidade e a da família que reside no país de origem. Assim, a seguir a função utilidade (e separada) entre os dois agentes, na forma de:

$$U(U_m, U_h) = U_m(C_m) + V[U_h(C_h), Z],$$

onde, U_m representa a utilidade do emigrante; U_h a utilidade da família no país de origem, cada qual dependendo do consumo, c_m e c_h ; somente com $U'_m > 0$, $U'_h > 0$, $U''_m < 0$, e $U''_h < 0$. Assim, Funkhouser (1995) expressa que a utilidade do emigrante U , depende da relação entre o emigrante e os familiares, esta representada pelo vetor Z .

Inicialmente, o autor assume que toda renda no país onde reside o emigrante é consumida. Deste modo, o emigrante maximiza uma função de utilidade vitalícia separável na qual o padrão de salários esperados é conhecido. Portanto, a

$$MAX_{Rt} U_m = \sum U_m(C_{mt}) [1/(1+\delta_w)^t] + V[U_h(Y_{ht} + RTE_t + N_{ht}\check{R}_t), Z] (1/(1+\delta_v)^t)$$

sujeito a:

$$C_{mt} + RTE_t = W_{mt} + I_{mt} = 0^{157}; e,$$

$$W_{mt} = \alpha + \beta X_m + \tau_1 E_{mt} + \tau_2 E_{mt}^2 + C_{mt} = 0$$

onde: C_{mt} representa o consumo do emigrante no momento t ; a renda dos familiares, no momento t , é o somatório da renda obtida (ganha) no país anfitrião; Y_{ht} representa as remessas recebidas do emigrantes (RTE_t); e, as remessas recebidas de outros emigrantes membros da família (esta depende do número de emigrantes N_{ht}) e a média das remessas por \check{R}_{ht} .

As rendas dos Emigrantes W_{mt} variam ao longo do tempo e somente com a acumulação de experiência e integração no país de destino¹⁵⁸. E, as duas condições $[1/(1+\delta_w)^t]$ e $(1/(1+\delta_v)^t)$

¹⁵⁷Aqui o emigrante não pede emprestado e nem empresta.

representam as taxas de desconto aplicadas para própria utilidade e utilidade doméstica do remetente, respectivamente. Assim, essas duas taxas poderiam se diferenciar, na versão do autor.

Partindo da restrição imposta na equação $C_{mt} + RTE_t = W_{mt} + I_{mt} = 0$, em cada período, o emigrante aloca o salário (renda) w (não salário) I , para consumo ou remessas. A restrição $W_{mt} = \alpha + \beta X_m + \tau_1 E_{mt} + \tau_2 E_{mt}^2 + C_{mt} = 0$ define a estrutura de recompensa no país de destino para um emigrante com o vetor característico X_m . Assim, a Condição de Primeira Ordem (CPO) para um nível positivo de remessas no momento t é:

$$-U'_m [1/(1+\delta_w)]^t dRTE + \partial V/\partial U_h (U'_h) [1/(1+\delta_v)]^t dRTE = 0$$

À margem, o aumento da utilidade por causa do crescimento da renda no país anfitrião afeta exatamente as RTE compensando a queda na utilidade própria do consumo mais baixo resultado daquela transferência. Considerando que uma solução de canto é possível, isto conduz a um modelo de regressão censurado ou um modelo de *self-selection*. Em qualquer caso, a expressão de forma reduzida para a variável latente que determina participação em comportamento de remessa é $RTE^*_t = RTE^*(\delta_u, \delta_v, X_m, E_{mt}, I, Y_{ht}, N_{ht}, \check{R}_{ht})$, onde X representa capital humano, o qual determina o salário na equação $\alpha + \beta X_m + \tau_1 E_{mt} + \tau_2 E_{mt}^2 + C_{mt} = 0$ – no modelo censurado, esta equação determina também o nível das RTE.

No *self-selection model*, os coeficientes que determinam remessas positivas são geralmente diferentes dos coeficientes que determinam o nível das remessas:

- i) quando $\delta_u > \delta_v$, o emigrante adia remessas e o perfil do tempo da parcela da renda do trabalhador emigrante é *unambiguously up wards loping*;

¹⁵⁸ Quando aumenta o salário do emigrante por causa do acúmulo das experiências no mercado de trabalho, a utilidade marginal positiva de renda adicional na família de não-emigrante indica que remessas aumentam ao longo do tempo. Porém, isto poderia ser contrabalançado por taxas de desconto que favorecem o próprio consumo no futuro em relação ao consumo no país anfitrião.

- ii) quando $\delta_u > \delta_o$, os próprios valores de consumo futuro do emigrante são maiores que a utilidade do restante da família no futuro e os perfis das RTE são ambíguos. Se a estimação de consumo próprio futuro é bastante grande, as RTE poderiam declinar com o passar do tempo.

Quanto aos dados da pesquisa, Funkhouser (1995) mostra que, em muitos casos, os resultados são iguais para El Salvador e Nicarágua que, de certa forma, estão engajados com as proposições (predições) do modelo, ao revelar que os emigrantes que estão trabalhando têm maior probabilidade de enviar parte da sua renda aos familiares, se comparados com os emigrantes que não estão trabalhando. Surpreendentemente, segundo Funkhouser (1995), a educação, em geral, tem uma relação negativa com a probabilidade de remeter recursos, mas, por outro lado, no universo de quem remete recursos aos familiares, educação tem maior probabilidade no que tange à afetação, em termos quantitativos, às RTE.

Para El Salvador, nem sexo nem idade explicam significativamente o fluxo das remessas para os familiares. Mas, ao contrário, na Nicarágua, idade é negativamente correlacionada com ambos os sexos (masculino e feminino) na decisão de enviar as remessas. A relação familiar se mostrou importante, pois parentes próximos (pai; mulher; filho), para o caso de El Salvador, são significativamente mais propensos a enviar dinheiro se comparados a outros graus de parentesco ou relações familiares (tios, primos, sobrinhos, entre outras). Para a Nicarágua, os coeficientes das variáveis para características domésticas são consistentes com os resultados para El Salvador.

Funkhouser (1995) identificou a relação entre os níveis das RTE e o tempo que os emigrantes residem nos EUA. Esta relação mostra que, com o passar do tempo e por causa da própria utilidade, os emigrantes se posicionam mais a favor da vinda dos familiares (ao país anfitrião dos emigrantes) em vez de permanecerem nos países de origem. Mas, para o caso de Nicarágua, este comportamento se diferencia do El Salvador. Pois os efeitos do preconceito de *self-selection* são mais fortes no caso nicaragüense. Famílias que trabalham na Nicarágua tendem a receber baixas RTE se comparadas às outras famílias receptoras – mas, os emigrantes das famílias mais adultas possuem menos probabilidade para enviar (ou/e enviar menos) remessas; entretanto, estes coeficientes não são estatisticamente significantes.

Funkhouser (1995) apontou que a probabilidade mais elevada das remessas entre os emigrantes de El Salvador permanece devido a diferenças nos parâmetros de comportamento da função decisão salvadorenha para enviar. O autor ainda faz a seguinte comparação: se os nicaragüenses adotassem a equação de comportamento de El Salvador, as proporções das RTE aumentariam de 37.1% a 43.5%; enquanto, se os salvadorenhos adotassem a equação de comportamento nicaragüense, as proporções das RTE cairiam de 50.4% a 35.6%.

A diferença em *self-selection* explica o nível de remessas. Níveis das RTE, no período pesquisado, são \$119 mensais para San Salvador e \$56 mensais para Manágua. Todavia, contando pela *negative self-selection* nestes dados, o verdadeiro nível das RTE seria \$165 para San Salvador e \$183 mensais para Manágua. Portanto, a diferença principal entre os padrões das RTE salvadorenhos e nicaragüenses está nos coeficientes de comportamento e no padrão de *self-selection*. Isto poderia refletir hostilidade política ou separação de família entre os mais capacitados para enviar renda aos familiares. Assim, respondendo a esta *self-selection*, as equações das remessas entre El Salvador e Nicarágua parecem semelhantes.

3.1.1.3 Rapoport e Docquier (2005)

Rapoport e Docquier (2005) desenvolveram uma abordagem cujo objetivo é explicar, de forma simples, a relação entre os emigrantes e os familiares. O modelo apresenta as seguintes características: dois agentes que representam as unidades de decisões: m identificado por emigrante; e, h representa a família¹⁵⁹ receptora das RTE e residente no país de origem; U representa a utilidade; I renda antes de transferência; C é o consumo; e, por fim, T é a quantidade das remessas enviadas pelos emigrantes para as suas famílias ou indivíduos.

Para expressar o comportamento altruísta, Rapoport e Docquier (2005) utilizaram o trabalho desenvolvido por Stark e Bloom (1985). Segundo os autores, esses trabalhos tornaram-se

¹⁵⁹ A família representada por Rapoport e Docquier (2005) pode ser um indivíduo ou um grupo de indivíduos.

importante porque revelam o comportamento altruísta tanto unilateral quanto mútuo entre os agentes m (emigrante) e h (família). Por exemplo, países com baixas taxas de crescimento e desenvolvimento econômico, instabilidades e/ou crises políticas e institucionais, significam que oferecem poucas condições e oportunidades de emprego e renda para os seus cidadãos, forçando assim as famílias a enxergar¹⁶⁰ na emigração uma oportunidade de emprego, renda e bem-estar social.

Outra característica importante é que, segundo Rapoport e Docquier (2005), cada agente tem a utilidade U^i , onde $i = m, h$. A Utilidade é afetada pela felicidade (ou *ophelimity*) derivada do próprio consumo $V(C^i)$, com $V' > 0$ e $V'' < 0$ e utilidade do outro. A utilidade pode ser expressa pela média ponderada destes dois elementos, com $0 \leq \beta^i \leq 1/2$, demonstrando assim, o grau individual de altruísmo:

$$U^m(C^m, C^h) = (1 - \beta^m)V^m(C^m) + \beta^m U^h(C^h, C^m) \quad \text{Equação 1}$$

$$U^h(C^h, C^m) = (1 - \beta^h)V^h(C^h) + \beta^h U^m(C^m, C^h) \quad \text{Equação 2}$$

Resolvendo as equações 1 e 2 em $V(C^i)$, obtém-se:

$$U^m(C^m, C^h) = (1 - \gamma^m)V(C^m) + \gamma^m V(C^h) \quad \text{Equação 3}$$

$$U^h(C^h, C^m) = (1 - \gamma^h)V(C^h) + \gamma^h V(C^m) \quad \text{Equação 4}$$

onde,

$$\gamma^m = [\beta^m(1 - \beta^h)/(1 - \beta^m\beta^h)] \quad \text{Equação 5}$$

e

¹⁶⁰ Tanto por parte do emigrante (m) quanto por parte das famílias residentes (h) nos países de origem. Por este motivo, as decisões quanto à emigração cabe aos familiares. Portanto, a emigração é motivada pelas condições econômicas, sociais e institucionais dos países.

$$\gamma^h = [\beta^h (1 - \beta^m) / (1 - \beta^m \beta^h)] \quad \text{Equação 6}$$

Assim,

$$0 \leq \gamma^m \leq 1/2 \quad \text{Equação 7}$$

e

$$0 \leq \gamma^h \leq 1/2 \quad \text{Equação 8}$$

Partindo da equação 3, podemos reescrever a função utilidade do emigrante. Mas antes, é importante diferenciar o consumo do emigrante C^m e o consumo das famílias dos emigrantes C^h . O consumo do primeiro é a diferença entre a renda antes das remessas I^m e o montante transferido T para as famílias, ou seja, $C^m = I^m - T$. Quanto ao consumo das famílias dos emigrantes, calcula-se através da seguinte soma: $I^h + T$. Então, a função utilidade do emigrante é:

$$U^m (C^m, C^h) = (1 - \gamma^m) V (I^m - T) + \gamma^m V (I^h + T) \quad \text{Equação 9}$$

Maximizar a equação 9 em relação ao termo T , tem-se a seguinte condição da primeira ordem:

$$-(1 - \gamma^m) \cdot \partial V / \partial C^m + \gamma^m \partial V / \partial C^h \leq 0 \quad \text{Equação 10}^{161}$$

¹⁶¹ Com igualdade para $T > 0$.

Rapoport e Docquier (2005), ao descartar a possibilidade de transferências negativas dos emigrantes m aos familiares h e, $V(.)=ln(.)$, tentam determinar a remessa ótima dos emigrantes, dada pela:

$$T^* = \text{Max} \{ \gamma^m I^m - (1 - \gamma^m) I^h, 0 \} \quad \text{Equação 11}$$

$$\text{com, } \partial T^* / \partial I^m > 0 ; \partial T^* / \partial I^h < 0 ; \partial T^* / \partial \beta^m > 0 ; \partial T^* / \partial \beta^h < 0$$

Rapoport e Docquier (2005) observaram que o aumento das remessas¹⁶² através do comportamento altruístico e, ao mesmo tempo, a queda de renda das famílias, representa uma forma interessante de grau de altruísmo. Este é o resultado clássico onde, desde que m sabe que h (enquanto sendo altruístico para ele) é prejudicado quando a renda de m está em queda, há menos transferência mútua que altruísmo unilateral – ou seja, o menos altruístico é h para m , o mais ele recebe.

Os parâmetros altruísticos β^m e β^h não são observáveis, e aqueles outros possíveis motivos predizem que a quantia transferida aumentaria com a renda do migrante. Para os autores, há implicação para testar o comportamento altruístico uma vez que as RTE não podem aumentar com a renda da família. Na visão dos autores, outros motivos estão implícitos para explicar o comportamento altruístico das RTE.

Segundo Rapoport e Docquier (2005), a observação da hipótese pura de altruísmo consiste, por exemplo: aumento de um dólar na renda do emigrante, junto com um dólar da renda das famílias receptoras das remessas, deveria aumentar a quantidade das transferências em, exatamente, um dólar. Na seqüência, as derivadas das transferências de renda deveriam satisfazer a seguinte condição:

$$\partial T / \partial I^m - \partial T / \partial I^h = 0 \quad \text{Equação 12}$$

¹⁶² Ou transferências altruísticas.

Uma importante consequência¹⁶³ da igualdade apresentada na equação 11 está relacionada à distribuição de consumo que, segundo os autores, deveria ser independente da distribuição de renda. Assim sendo, fica explícito que o motivo altruísta das RTE, na visão dos autores, foi assumido em termos gerais, contrariando, assim, as outras explicações possíveis de serem formalmente testadas.

3.3.2 Versão Keynesiana das Remessas dos Trabalhadores Emigrantes

Neste subitem, procuramos apresentar alguns modelos macroeconômicos inspirados na tradição keynesiana e de longo prazo. Assim, os modelos a seguir procuram explicar a importância e os impactos das RTE para o desenvolvimento econômico. Por isso, na literatura recente sobre as remessas dos trabalhadores, várias indagações vêm estimulando novas pesquisas e a construção de novas agendas e recomendações políticas e econômicas para melhorar o uso desses recursos externos para proporcionar melhores resultados nas economias receptoras.

3.3.2.1 Glytsos (2002)

Glytsos (2002) procurou analisar o impacto das RTE sobre o consumo, investimento, importação e exportação nos cinco países mediterrâneos selecionados (Egito, Grécia, Jordânia, Marrocos e Portugal)¹⁶⁴. A partir dos fundamentos keynesianos, o autor construiu um modelo

¹⁶³ Importante para explicar a motivação altruística, mas, segundo os autores, raramente provado empiricamente.

¹⁶⁴ Glytsos (2002): In Egito, remittances have been at times higher than the sum of foreign exchange from oil exports, the Suez Canal dues and tourism, and exceed considerably merchandise exports (by 45 per cent in 1993); in Morocco remittances ranged in the last decade between 5.5 - 8.0 per cent of GDP. As a proportion of merchandise

econométrico simples para estimar, de forma linear, quais são os efeitos multiplicadores que as RTE geram, para as economias selecionadas, a curto e longo prazo.

Glytsos (2002) ao reconhecer a relevância de pesquisas que demonstram a contribuição das RTE para a redução da pobreza e, ao mesmo tempo, a importância e os efeitos na distribuição de renda das economias em desenvolvimento, também, acrescentaram que entre 1960 e 2000 “systematic quantitative or econometric work on the macroeconomic effects of remittances is very limited”. Esta afirmação revela que, nesse período, as pesquisas sobre as RTE eram centradas no volume (e/ou montante) transacionado e não sobre os diferentes efeitos positivos no desenvolvimento econômico e social. Por isso, Glytsos (2002, p. 2) ilustra a seguinte preocupação:

to what extent could country differences be justified by different conditions, and to what extent could they result from the lack of concrete empirical analysis, hiding perhaps some uniformities among countries and leaving enough room for speculation and judgmental propositions?

Para responder a questão, o autor usou um modelo macroeconômico (viés keynesiano) para estimar não só os efeitos das RTE, mas também a distribuição temporal destes efeitos nas diversas variáveis macroeconômicas essenciais para explicar o desenvolvimento econômico¹⁶⁵. Por isso, o objetivo é estimar os efeitos da demanda por RTE sobre algumas variáveis macroeconômicas que estão relacionadas com as mudanças de curto prazo e, por sua vez, compreensivos para o desenvolvimento da economia no longo prazo.

Cabe indagar, quais são as variáveis selecionadas por Glytsos (2002) para explicar a importância das RTE e, ao mesmo tempo, os efeitos das mesmas no desenvolvimento econômico dos cinco países? As variáveis endógenas: Consumo Privado (C); Investimento (I) incluindo a variação do estoque; Importação (M) de bens e serviços não-fatores; e, Y, representando uma espécie de renda nacional composta por Produto Interno Bruto e montante das RTE. Assim,

exports, remittances reached in some countries high levels in recent years: Jordan 84.0 per cent; Morocco 41.0 per cent. In most of the labor exporting countries mentioned in this paper, the volume of remittances increased greatly over the last 20 or so years.

¹⁶⁵ Glytsos (2002): Developing economies are particularly concerned with growth and structural change. A major objective of labor exporting developing countries is to widen the basis of economic activity, raise competitiveness and reduce their dependence on injections of foreign resources.

inicialmente o modelo¹⁶⁶ é representado por uma estrutura de consumo, de investimento e de importação. Deste modo, são essas as estruturas¹⁶⁷ das funções:

$$C_t = \alpha_0 + \alpha_1 Y_t + \alpha_2 C_{t-1} \quad \text{Equação 1}$$

onde C representa o consumo privado em momento t . Assim, a supracitada função, segundo o autor, é auxiliada por duas diferentes hipóteses de defasagem distribuída, ou seja, as expectativas adaptativas e modelo de ajustamento parcial. Essas hipóteses são fundamentais para estimar os efeitos de curto e longo prazo da renda sobre o consumo¹⁶⁸.

$$I_t = \beta_0 + \beta_1 Y_t + \beta_2 K_{t-1} \quad \text{Equação 2}$$

onde K_{t-1} representa o estoque defasado de capital e Y a renda. Nesta equação assume-se que I , além de corresponder ao investimento privado, também está relacionado com os lucros das empresas. Por sua vez, os lucros possuem uma relação positiva com a renda nacional e negativa com o estoque de capital. Segundo Christ (1966) apud Glytsos (2002), há algum estoque desejado de capital que oriente os empresários a atividades de investimento. Portanto, a equação investimento tem uma relação positiva com a renda e negativa em relação ao K_{t-1} , permitindo assim um tempo t de investimento para ajustar a esse estoque.

$$M_t = \gamma_0 + \gamma_1 Y_t + \gamma_2 Y_{t-1} + \gamma_3 M_{t-1} \quad \text{Equação 3}$$

¹⁶⁶ Modelo keynesiano com perspectiva dinâmica (GLYTSOS, 2002).

¹⁶⁷ Segundo Glytsos (2002), o modelo contém as seguintes características: ser orientado pela demanda; be aggregate enough to have room for a number of different countries, offering comparable estimates and setting aside detailed individual or sectoral characteristics; satisfazer (e/ou obter) um padrão mínimo de aceitação econométrica; e, por último, além de aceitáveis fundamentos teóricos são compatíveis com os resultados das economias pesquisadas.

¹⁶⁸ Glytsos (2002, p. 5): This equation seems to satisfy our criterion for a model suitable for developing countries, where various uncertainties are present concerning income changes, with the component of remittances generating, as we noted, considerable income fluctuations. This is more true for certain of the MENA countries that are under some kind of transition, given their efforts to move to privatization and the liberalization of their economies, having joined the World Trade Organization and signed agreements with the European Union for liberalizing trade.

Em relação à equação de importação¹⁶⁹, partiu-se da hipótese de ciclo de vida desenvolvido por Ando e Modigliano apud Glytsos (2002, p. 6), incorporando a influência da renda e da riqueza. Os coeficientes da equação 3 podem ser expressos, em termos teóricos, da seguinte forma: $\gamma_1 = \lambda$, $\gamma_2 = (\delta - r) - \lambda$ e $\gamma_3 = 1 - (\delta - r)$, onde $(\delta - r)$ representa a riqueza.

Na função importação, se $(\delta - r) > 0$, γ_2 pode ser menor ou maior a zero, dependendo em $(\delta - r)$ ser menor ou maior ao parâmetro γ_1 – ou seja, a renda defasada afetará as importações positivamente (ou negativamente) se a propensão marginal a importar, em relação à riqueza atual $(\delta - r)$, for superior (ou inferior) à propensão marginal a importar em relação à renda atual (γ_1). O coeficiente defasado da importação (γ_3) será positivo, uma vez $(\delta - r) < 1$.

O modelo, além das três supracitadas equações, possui, também, uma função identidade que inclui a variável RTE. Assim, a função é expressa da seguinte forma:

$$Y_t = C_t + I_t + G_t + X_t - M_t + RTE_t \quad \text{Equação 4}$$

Na equação 4 foram introduzidas as variáveis exógenas, a seguir: K, representando somatório do investimento nacional bruto¹⁷⁰; G, como gasto de consumo do governo; X, representando as exportações de bens e serviços de não-fatores; e, RTE deflacionadas pelo IPC. Essas variáveis são importantes para determinar a característica dinâmica do modelo, ou seja, esta surge com a introdução de variáveis endógenas defasadas. Logo, a relação entre variável endógena e todas as variáveis predeterminadas no sistema de equações pode ser ilustrada, através da combinação, da seguinte forma:

$$V_{it} = \pi_0 + \pi_1 C_{t-1} + \pi_2 Y_{t-1} + \pi_3 M_{t-1} + \pi_4 K_{t-1} + \pi_5 G_t + \pi_6 X_t + \pi_7 RTE_t \quad \text{Equação 5}$$

¹⁶⁹ Glytsos (2002, p. 6): For the countries investigated, imports make up a relatively high proportion of consumption, to which the life-cycle hypothesis may apply more than it does to domestically produced very basic goods. Variable M_{t-1} carries the effect of past incomes on current imports, indicating adaptive expectations.

¹⁷⁰ Como proxy de estoque de capital; período entre 1969 e 1998.

onde, V representa quaisquer das variáveis endógenas C , I , M , Y . Os parâmetros¹⁷¹ π 's representam derivadas parciais das variáveis endógenas V_i com relação a qualquer variável predeterminado Z , ou seja, $\partial V_{it}/\partial Z_{it} = \pi_i$. Portanto, as derivadas parciais da equação 5 correspondem a $\Delta V = \pi \Delta Z$, sendo que π representa o multiplicador chamado de “impacto multiplicador”. Neste caso, π ilustra a magnitude dos efeitos diretos e indiretos de uma mudança em qualquer Z variável predeterminado sobre qualquer variável V endógena, num primeiro momento (ou ano) de mudanças em Z .

Na sequência, ou seja, nos anos posteriores, o modelo ilustra a natureza dinâmica através das variáveis dependentes defasadas na forma de multiplicadores provisórios distribuídos no tempo que, por sua vez, tende ao equilíbrio de longo prazo, o qual depende da existência de determinadas condições de convergência.

The sum of interim multipliers gives therefore the opportunity of evaluating the overall exogenous effects of remittances on the three endogenous variables of the model. More specifically, the dynamic nature of the model allows the possibility of estimating short- and long-run effects of changes in remittances and tracing the time path and the speed of these effects (PAVLOPOULOS, 1966 Apud GLYTSOS, 2002, p. 7).

Utilizando os dados anuais¹⁷² de 1969 a 1998, o modelo foi estimado através dos dois estágios de mínimos quadrados e aplicado individualmente para os países¹⁷³ selecionados. E os resultados, na maioria dos casos, foram significativos. A variável dependente e defasada nas equações de consumo e importação foi significativa, confirmando a hipótese de comportamento permanente da renda em todos os países e a presença de efeitos de distribuição de tempo da demanda para consumo e importações.

¹⁷¹ A estimativa dos parâmetros π 's pode ser alcançada diretamente através da OLS da equação 5.

¹⁷² In Glytsos (2002): dados obtidos a partir do International Financial Statistics Yearbook do FMI: 1992, 1995, 1999; Balance of Payments Statistics Yearbook: 1975, 1982, 1990, 1995, 1999; e, estão expressos em moeda local e em preços constantes de 1995.

¹⁷³ In Glytsos (2002, p. 7): Egito and Jordan have generally temporary migrants in the oil-rich Arab States, Morocco has mostly permanent migrants in Europe, particularly in France and the Southern European relatively more advanced countries, Greece and Portugal, members of the European Union, have more or less permanent migrants in Germany and France but also in overseas territories.

We may therefore detect a remarkably uniform performance of these different in several respects countries, with their particularities reflected in the magnitude and not the nature and significance of the various structural responses of the model (GLYTSOS, 2002, p. 8).

A propensão marginal a consumir, no curto e longo prazo, são expressas respectivamente, por $\partial C_t/\partial Y_t$ e $\partial \hat{C}_t/\partial Y_t = \partial C_t/\partial Y_t [1/(1 - \partial C_t/\partial C_{t-1})]$, sendo que C demonstra o equilíbrio de longo prazo ($C_t = \partial C_{t-1}$). Assim, os resultados mostram que o efeito da mudança da renda sobre o consumo no ano corrente é quase idêntico no Egito, Grécia e Portugal [com Propensão Marginal a Consumir (PMC) = 0,30], enquanto que na Jordânia a PMC é igual a 0,20 e no Marrocos o efeito é maior, com PMC igual a 0,60.

Quanto ao comportamento dos gastos derivados de um aumento da renda, o autor observou que existe uma uniformidade e/ou identidade tanto a curto quanto a longo prazo, em pelo menos quatro países pesquisados, sinalizando assim a mesma velocidade em termos de desenvolvimento nas duas direções opostas: maior despesa no ano corrente gera uma nova demanda, podendo induzir maior produção (ou mais importação ou inflação); mas também significa menor poupança adicional no período corrente, com possíveis efeitos negativos sobre a produção (lado da oferta). Ou seja,

Since remittances are part of disposable income, their influence on the economy is reflected in this behavior... For the time being, we may conclude that all countries behave in a permanent income perspective and all but one adapt rather uniformly their consumer spending in the face of income increases (GLYTSOS, 2002, p. 9).

Quanto às importações, a propensão marginal a consumir é baixa no curto prazo no Egito, na Grécia e em Portugal. Mas, no curto prazo, tanto o Egito quanto a Grécia têm uma alta propensão marginal a consumir. Isto ilustra que a preocupação imediata dos consumidores nesses países é aumentar o seu consumo que naturalmente inclui os bens importados. Ainda, segundo o autor, duas posições extremas foram observadas nos resultados. Na Jordânia, no curto prazo, a propensão marginal a consumir (PMC) é 0,241; a propensão marginal a importar (PMM) é 0,397; mas, no longo prazo, a PMM é igual a 1,481. E, no Marrocos, no curto prazo a PMC é 0,562 e a PMM é 0,071; mas, no longo prazo, a PMM é igual a 0,168.

O sinal negativo da renda defasada na equação de importação para o Egito, a Grécia e a Jordânia, demonstra de acordo com nossa hipótese teórica, uma hesitação de liquidar ativos para a compra de importações. Assim, ao contrário, outro ponto importante é o resultado positivo e significativo do coeficiente de importação defasado nos países pesquisados. Isso ilustra uma forte influência de expectativas adaptativas na compra de importados.

Para finalizar, a seguir apontamos, de forma resumida, outras conclusões ilustradas por Glytsos (2002), tais como: podem-se observar grandes flutuações, no curto e longo prazo, dos multiplicadores das remessas para todas as quatro variáveis entre os países; também diferentes padrões dos efeitos distribuídos de uma mudança de remessas; o impacto dos multiplicadores das remessas sobre todas as variáveis, exceto investimento no Egito, é positivo tanto no curto quanto no longo prazo; mas, apenas os efeitos negativos (presença de multiplicadores provisórios) em Marrocos para o consumo e renda; nos países do Oriente Médio, Egito e Jordânia, os efeitos sobre o consumo são mais atrasados do que em outros países, talvez por causa da maior incerteza sobre a sustentabilidade dos fluxos das remessas; e, ao contrário, os gregos, os marroquinos e os portugueses são mais ansiosos para aumentar imediatamente o seu consumo, isto, provavelmente, porque eles têm uma experiência mais estável de fluxos de RTE na Europa; o efeito imediato das remessas sobre o investimento incluindo habitação é elevado em Marrocos (impacto multiplicador de 1,23) e moderada em outros países e pequeno no Egito.

Em todas elas o efeito sobre o investimento e sobre as importações esgota no primeiro ou segundo ano; e, finalmente, no curto prazo, tanto o multiplicador de renda quanto a soma dos multiplicadores dos componentes do rendimento e o aumento das RTE variam entre países, entre 0,95 e 2,80 para o Egito e Marrocos. A longo prazo, o multiplicador cumulativo varia entre 1,50 e 4,06 no Egito e na Grécia.

3.3.2.2 Bertoli (2005)

Bertoli (2005) procurou explicar a importância das RTE na economia equatoriana. Em geral, a autora desenvolveu um modelo para relacionar as remessas dos emigrantes com as principais variáveis de crescimento, tais como, investimento doméstico, demanda, crédito, entre outras.

Algumas características (BERTOLI, 2005, p. 32) da economia equatoriana são incluídas no modelo porque, segundo a autora, contribuem para identificar os efeitos das RTE sobre a demanda e a oferta agregada na economia doméstica. Portanto, a dolarização da economia, a determinação externa de taxa de câmbio, a variação da base monetária motivada pelas RTE e variação constante das reservas cambiais são os elementos característicos importantes no respectivo modelo linear de Bertoli (2005)¹⁷⁴.

O modelo parte das seguintes equações¹⁷⁵: (1) $Y_t = C_t + I_t + (X_t - M_t)$: esta representa a identidade macroeconômica de uma economia aberta, excluindo o gasto do governo; (2) $C_t = c(Y_t + RTE_t)$: representando o consumo privado, este em função da produção nacional total (Y_t) e remessas dos trabalhadores emigrantes (RTE_t); (3) $I_t = I_0 + dY_t - ei_t$: a equação investimento mostra que existe uma relação positiva entre o aumento dos investimentos e o aumento nos níveis de atividade econômica, mas, por outro lado, aponta para uma relação negativa entre investimentos doméstica (I_t) e taxa de juros i_t ; (4) $X_t = X$ (fixas): as exportações são, por hipótese, dadas exogenamente; (5) $M_t = m_1 C_t + m_2 I_t$: importação está em função do consumo e investimento¹⁷⁶; (6) $M_t^d = a(Y_t + RTE_t) - bi_t$: a função demanda por moeda; (7) $M_t^s = 1/\gamma H_t = M_t^d$: condições de equilíbrio no mercado monetário, onde a oferta monetária M_t^s é dada por um multiplicador¹⁷⁷ da

¹⁷⁴ We are aware that the main limitation of this model is that it is a one-sector model, while a two-sector model would probably be better suited to describe the Ecuadorian economy, where a sharp divide can be found between the oil and the non-oil sectors. Nevertheless, we believe that this simple model can provide some clues to answer the questions that have been raised above.

¹⁷⁵ Todos (BERTOLI, 2005) os parâmetros a, c, d, m_1, m_2 e γ , por hipótese, são positivos e menor que 1, ou seja, $a, c, d, m_1, m_2, \gamma < 1$.

¹⁷⁶ Nas equações 4 e 5, segundo BERTOLI (2005, p. 33), não foi incluída a taxa de câmbio porque no Equador, com uma economia dolarizada, esta característica representa uma variável completamente exógena.

¹⁷⁷ The explicit inclusion of a multiplier allows to include the preference for liquid assets of domestic banks in the model (BERTOLI, 2005).

base monetária H_t ; (8) $H_t = H_{t-1} + (X_t - M_t) + RTE_t - BK_t$: esta equação mostra o caráter dinâmico do modelo.

Segundo Bertoli (2005), levando em conta a dolarização da economia equatoriana, o comportamento da base monetária está em função dos limites do comportamento do balanço de pagamentos. Isso demonstra que, numa economia aberta com taxa de câmbio fixa, com limitadas quantidades de reservas internacionais e, por sua vez, com um diferencial elevado de taxas de juros, a autoridade monetária se torna incapaz de prover liquidez na economia. Por isso, o desenvolvimento do modelo de Bertoli (2005) segue dois momentos distintos da conta de capital do balanço de pagamentos, tais como: 1º) assume a hipótese de uma economia fechada, ou seja, a conta capital fechada em relação ao exterior¹⁷⁸; e, 2º) refere-se à hipótese de livre circulação de capital, com taxas de juros domésticas atreladas às taxas de juros internacionais mais um prêmio de risco.

Nesse contexto, para Bertoli (2005), o que interessa é analisar a transição entre os dois equilíbrios, ou seja, da economia fechada à livre circulação. Portanto, como o equilíbrio é determinado através das mudanças¹⁷⁹ no mercado financeiro, a autora focaliza e analisa, no caso do Equador, o impacto das RTE na base monetária¹⁸⁰.

Para determinar o mercado de bens, substitui as equações 2 e 5 na equação 1, obtendo-se a seguinte equação:

$$Y_t [1 - (1 - m_1)c - d(1 - m_2)] = (1 - m_1)c RTE_t + (1 - m_2)I_0 - (1 - m_2)ei_t + X \quad \text{Equação 9}$$

¹⁷⁸ Neste caso, a suposição de uma conta de capital fechada significa que BK_t (equação 8) é igual a zero, ilustrando, de certa forma, que o equilíbrio (fixo) de longo prazo é dado através do equilíbrio estável (fixo) da base monetária ($H_t = H_{t-1}$), desde que, por hipótese, um fluxo constante de RTE determine um correspondente equilíbrio de comércio para manter o balanço de conta corrente

¹⁷⁹ No mercado financeiro, mudanças e inovações são alicerces que vêm reforçando a expansão do setor na economia global. Estas transformações, por outro, geram oportunidades, problemas e desafios para a própria regulação do sistema financeiro, pois este está inserido em um ambiente dinâmico, vulnerável e instável, especialmente para economias em desenvolvimento (BERTOLI, 2005).

¹⁸⁰ A mudança em H_t entre os dois equilíbrios é determinada pela adição dos saldos da conta corrente durante o período de transição.

Para que a equação de bens seja positiva, os parâmetros de $[1-(1-m_1)c-d(1-m_2)]$ têm que ser positivos. Assim, as taxa de juros que garantem o equilíbrio no mercado monetário podem ser obtidas pela combinação entre as equações 6 e 8, ou seja:

$$i_t = 1/b \{ a (Y_t + RTE_t) - 1/\gamma [H_{t-1} + (X_t - M_t) + RTE_t] \} \quad \text{Equação 10}$$

Por outro lado, ao substituir $X_t - M_t$ na equação 10, teremos a seguinte equação de taxas de juros do mercado:

$$i_t = B/A(Y_t) + D/A(RTE_t) + m_2/\gamma A(I_0) - 1/\gamma A(X_t) - 1/\gamma A(H_{t-1}) \quad \text{Equação 11}^{181}$$

Nesse modelo, as equações 9 e 11 representam o equilíbrio entre o mercado de bens (real) e o mercado monetário (financeiro). Assim, com a combinação entre esses dois mercados, podemos chegar à solução do modelo sem transações da conta capital com o exterior, expressa na seguinte equação:

$$\begin{aligned} Y_t &= [1-(1-m_1)c + (1-m_2)(eB/A - d)]^{-1} \{ [1-(1-m_1)c - (1-m_2)eD/A] RTE_t \\ &+ (1-m_2)(1 - em_2/\gamma A) I_0 \\ &+ [1 + (1-m_2)e/\gamma A] X \\ &+ (1-m_2)e/\gamma A (H_{t-1}) \} \end{aligned} \quad \text{equação 12}$$

Assim, partindo da equação 12, para que o impacto das RTE sobre a renda dos países receptoras desses recursos seja positivo, $\partial Y_t / \partial RTE_t > 0$, ou seja, $\partial Y_t / \partial RTE_t = [1-(1-m_1)c + (1-$

¹⁸¹ Com $A = (b + em_2/\gamma)$; $B = (a + m_1c/\gamma + m_2d/\gamma)$; $D = (a + m_1c/\gamma - 1/\gamma)$.

$m_2)(eB/A - d)]^{-1}[1-(1-m_1)c-(1-m_2)eD/A]>0$. O primeiro termo é certamente positivo¹⁸² (BERTOLI, 2005) e, por isso, a preocupação é com o sinal do segundo termo. Ou seja, com as devidas transformações monotônicas do termo $[1-(1-m_1)c-(1-m_2)eD/A]$, chega-se ao seguinte resultado: $[1-(1-m_1)c-(1-m_2)eD/A] = (b\gamma+em_2)^{-1}[cb\gamma(1-m_1) + (e-ea\gamma)(1-m_2) + ce(m_2- m_1)] > 0$ (aqui, uma condição suficiente para que esta equação seja satisfeita é que $m_2 \geq m_1$, neste caso, o impacto das RTE na renda é positivo¹⁸³).

O valor da base monetária completa a solução do modelo. Assim, substituindo as taxas de juros (equação 11) na função demanda por moeda [$M_t^d = a(Y_t + RTE_t) - bi_t$, equação 6], obtém-se a seguinte equação H (base monetária):

$$H=[A-b/\gamma A]^{-1}[(aA-bB/A)Y_t + (aA-bD/A)RTE - (bm_2/\gamma A)I_0 + (b/\gamma A)X] \quad \text{Equação 13}$$

Partindo da equação 13 e substituindo H_{t-1} na equação 12, e fazendo o novo arranjo da equação, chega-se a:

$$Y = [1/(m_1- m_2)c+m_2)]X + [(m_1- m_2)c+(1-m_2)/(m_1- m_2)c+m_2)]RTE \quad \text{Equação 14}$$

Observa-se (equação 14) que o equilíbrio da renda nacional é influenciado pelo desempenho (ou nível) das exportações, pelo fluxo das RTE, pela intenção de consumo e, por fim, pelo comportamento da importação. Fica explícito neste modelo que as RTE têm um papel importante para o desenvolvimento econômico e social, uma vez que têm impacto positivo no equilíbrio da renda dos países receptores. Mas isso, se a variável (tendência a importar) for:

$$m_2 < (1+m_1c)/(1-c) \quad \text{Equação 15}$$

¹⁸² “[...] the condition under which this is true is less strict than that ensures that the model with an open capital account is meaningful ...” (BERTOLI, 2005, p. 34).

¹⁸³ Ao procurar demonstrar que as RTE têm impacto positivo nas economias receptores desses recursos, Bertoli (2005, p. 34) por suposição, acredita que “the assumption that investments have a greater import content than consumption can be safely retained, as it is coherent with what Ecuadorian data evidence”.

Ou seja, um comportamento positivo das RTE terá impacto positivo no nível de equilíbrio de renda do país, se a intenção para importar não exceder a fronteira (ou limite) estabelecida na equação¹⁸⁴. Qual é o impacto das RTE sobre o investimento? Portanto, para responder a questão, algumas transformações e simplificações foram fundamentais. Ao substituir Y (equação 14) em H (equação 13), chega-se a:

$$H = \gamma \left\{ [aem_2 - b(m_1c - m_2d)] \cdot [(m_1 - m_2)c + (1 - m_2)] + [aem_2 + b(1 - m_1c)] \cdot [(m_1 - m_2)c + m_2] \right\} /$$

$$/ \left\{ em_2[(m_1 - m_2)c + m_2] \right\} RTE +$$

$$\gamma \left\{ [aem_2 - b(m_1c + m_2d)] + b[(m_1 - m_2)c + m_2] \right\} / \left\{ em_2[(m_1 - m_2)c + m_2] \right\} X -$$

$$\gamma(b/e)I_0$$

Equação 16

Bertoli (2005) adicionou duas hipóteses ao modelo. A primeira hipótese é: se o equilíbrio da renda for uma função positiva das RTE (a menos que as remessas aumentem a base monetária em equilíbrio) uma condição suficiente é dada pela equação $b < (aem_2)/(m_1c + m_2d)$, significando que a derivada da demanda por moeda em relação à taxa de juros não deveria exceder o limite expresso na referida equação $[b < (aem_2)/(m_1c + m_2d)]$ – pois, como prova, a autora acrescenta que o denominador da $\partial H/\partial RTE$ é sempre positivo¹⁸⁵. Então, pode-se concluir que a hipótese ilustra que as RTE afetam a liquidez e a demanda por moeda se as taxas de juros forem suficientemente baixas, lembrando que a mudança na base monetária entre os dois equilíbrios é igual à soma de transações correntes, no período de transição.

Nesse contexto, segundo Bertoli (2005), a hipótese permite analisar o impacto das RTE na balança comercial – o maior é representado por b; inferior é o ambiente do equilíbrio do mercado

¹⁸⁴ “It has to be noted that the threshold is always higher than 0.5, hence is always satisfied except for the extremely high propensity to import for investment” (BERTOLI, 2005, p. 35).

¹⁸⁵ O sinal da derivada é determinado pelo sinal de numerador (ver equação 16). Observe as quatro condições dentro de parêntese no numerador da equação 16: a terceira e a quarta são sempre positivas; a segunda equação é positiva levando em conta que $m_2 < (1 + m_1c)/(1 - c)$ (equação 15) é satisfeita. Portanto, $b < (aem_2)/(m_1c + m_2d)$ é uma condição necessária para que o primeiro parêntese (numerador da equação 16) seja positivo. Assim, p1 é uma condição suficiente, mas não necessária para que $\partial H/\partial RTE$ seja positiva.

monetário no espaço (Y_t, i_t) . Segundo a autora, isso demonstra que o crescimento do produto nacional é induzido pelas RTE, desde que haja pouca elevação das taxas de juros e manutenção do equilíbrio no mercado monetário – pois, assume-se que $m_2 < (1+m_1c)/(1-c)$ (equação 15) seja satisfeita¹⁸⁶.

Então, fica mencionada que a supracitada hipótese, dada pela equação 15, é uma condição suficiente para que o comportamento positivo nas transações correntes seja em função do crescimento das RTE. Por isso, da função da equação 5 ($M_t = m_1C_t + m_2I_t$) segue-se a seguinte¹⁸⁷ equação (esta com substituições e simplificações apropriadas):

$$\begin{aligned} \frac{\partial M_t}{\partial RTE_t} = & (-\gamma a e m_2 \gamma - m_1 c b \gamma + e m_2) / (e m_2 + b \gamma) - \\ & - \gamma \{ [a e m_2 - b(m_1 c + m_2 d)] / (e m_2 + b \gamma) \} \cdot [\partial Y_t / \partial RTE_t] \end{aligned} \quad \text{Equação 17}$$

O termo $(-\gamma a e m_2 \gamma - m_1 c b \gamma + e m_2) / (e m_2 + b \gamma)$ é menor que a unidade, visto que $m_1 c b \gamma < b \gamma$. Se $m_2 < (1+m_1c)/(1-c)$ é segurado, o termo $\{ \gamma [a e m_2 - b(m_1 c + m_2 d)] / (e m_2 + b \gamma) \} \cdot [\partial Y_t / \partial RTE_t]$ da equação é negativo, sendo que $[\partial Y_t / \partial RTE_t] > 0$ – observa que o termo é multiplicado por $(-\gamma)$. Portanto, pode-se ilustrar que a hipótese proposta por Bertoli (2005) é, também, uma condição suficiente para que $\partial M_t / \partial RTE_t$ seja estritamente menor que a unidade.

Bertoli (2005), ao concluir que o nível de equilíbrio de base monetária é uma função crescente da variável de RTE, ressalva que esta observação não é suficiente para adivinhar qual é a direção ou movimento da curva de equilíbrio do mercado monetário, na presença de um equilíbrio estável alcançado pelo sistema. A autora acrescenta que, em princípio, a equação 11 [$i_t = B/A(Y_t) + D/A(RTE_t) + m_2/\gamma A(I_0) - 1/\gamma A(X_t) - 1/\gamma A(H_{t-1})$] mostra que as RTE podem ter um efeito sobre a curva de equilíbrio contrário ao mostrado pela base monetária se $D^{188} > 0$, e por conseguinte, o efeito global será indeterminado – por isso, ela anuncia a inclusão de uma segunda hipótese no modelo.

¹⁸⁶ The growth of consumption and investment is induces a surge in imports that produces a negative current account balance and thus contracts the monetary base. (BERTOLI, p. 36).

¹⁸⁷ A equação 17 é resultado da manipulação e derivações da equação 5, incluindo a substituição de i_t da equação 11 ($i_t = B/A(Y_t) + D/A(RTE_t) + m_2/\gamma A(I_0) - 1/\gamma A(X_t) - 1/\gamma A(H_{t-1})$).

¹⁸⁸ Lembrar que $D = (a + m_1 c / \gamma - 1 / \gamma)$.

A segunda hipótese consiste no fato de que a taxa de juros que explica o mercado monetário no equilíbrio fixo é uma função decrescente da variável RTE. E, para comprovar a supracitada hipótese, substitui-se a equação 16¹⁸⁹ pelo H_{t-1} na equação 11 (taxa de juros) – esta é a condição para o equilíbrio de mercado monetário. Assim, chega-se ao seguinte equilíbrio estável ou fixo¹⁹⁰: $\partial i_t / \partial RTE_t = \{ [em_2 - b(m_1c + m_2d)].[(m_1 - m_2)c + (1 - m_2)] + [b(1 - m_1c) + (1 - m_1c)em_2/\gamma].[(m_1 - m_2)c + m_2] \} / Aem_2[(m_1 - m_2)c + m_2]$, onde os termos (entre colchetes) do numerador podem: $[em_2 - b(m_1c + m_2d)] =$ positivo (por causa da primeira hipótese); $[(m_1 - m_2)c + (1 - m_2)] =$ positivo; $[b(1 - m_1c) + (1 - m_1c)em_2/\gamma] =$ positivo¹⁹¹; e, $[(m_1 - m_2)c + m_2] =$ positivo.

Isso significa que as RTE são importantes para explicar, via taxas de juros, o comportamento do mercado monetário nas economias receptoras desses fluxos se ou na presença de $D > 0$. Mas, segundo Bertoli (2005), seus efeitos nunca serão suficientes para reverter, para baixo, as pressões advindas pela determinação da expansão, induzida, na base monetária. Deste modo, fica evidente que a condição determinante da expansão da liquidez não é suficiente para explicar a relação das RTE com queda nas taxas de juros das economias receptoras desses recursos.

A autora acrescenta que é necessário distinguir os efeitos de curto e longo prazo nas taxas de juros, resultantes do aumento das RTE. Assim, no curto prazo, usando as equações 9 e 11, chega-se a seguinte equação:

$$\partial i_t / \partial RTE_t = [B(1 - m_1)c / A(1 - m_2)d] + D[1 - (1 - m_1)c - (1 - m_2)d] / A[(1 - m_2)d] \quad \text{Equação 18}$$

Portanto, se D for positivo, a equação 18 torna-se positiva e, como consequência, fica explícito que as RTE têm impactos ou pressão nas taxas de juros. Se $D > 0$, isto é, $(a\gamma - m_1c) < 1$, assim o sinal da equação 18 torna-se duvidoso. Por isso, com as devidas transformações e simplificações da equação 18, chega-se a: $\partial i_t / \partial RTE_t = [(m_2 - m_1)cb + (1 - d)a\gamma + (1 - m_2)d + adm_2\gamma + c -$

¹⁸⁹ $H = \gamma \{ [aem_2 - b(m_1c - m_2d)].[(m_1 - m_2)c + (1 - m_2)] + [aem_2 + b(1 - m_1c)].[(m_1 - m_2)c + m_2] \} / \{ em_2[(m_1 - m_2)c + m_2] \} RTE + \gamma \{ [aem_2 - b(m_1c + m_2d)] + b[(m_1 - m_2)c + m_2] \} / \{ em_2[(m_1 - m_2)c + m_2] \} X - \gamma(b/e)I_0$

¹⁹⁰ Ver todas as transformações do modelo em Bertoli (2005).

¹⁹¹ Torna-se positivo ao incluir o parâmetro de D , levando em conta o denominador comum. Assim, se pode concluir que a derivada de taxa de juros (no equilíbrio) é uma função decrescente das RTE, levando em conta a primeira hipótese do modelo.

$1/(1-m_2)e(b\gamma+em_1)$, onde os termos entre parêntese são positivos; a equação 18 é positiva; impacto negativo, a curto prazo, das RTE sobre a taxas de juros (deveria incluir restrições para apoiar esse impacto (BERTOLI, 2005, p. 37).

Esta última observação, segundo a autora, poderia alterar o equilíbrio estável (fixo), mas a segunda hipótese não é suficiente para reivindicar e garantir a queda na taxa de juros (de equilíbrio) com o aumento das RTE. Por isso, ela acrescenta que restrições adicionais nos parâmetros são importantes para que as RTE baixem a taxa de juros à qual a empresa doméstica pode acessar crédito. A seguir, o modelo procura analisar o impacto das RTE e interação com o mercado de crédito na economia (país receptor das RTE).

Partindo do nível de equilíbrio da renda expresso na equação 14, fica demonstrado que este equilíbrio não é afetado pelo mercado monetário, ou seja, uma alteração no multiplicador monetário não produz nenhum impacto ou efeito no equilíbrio. Esta observação pode ser compreendida através da equação 16: o nível de equilíbrio da base monetária é uma função linear de γ ; e isto implica que o valor de equilíbrio da oferta monetária não é afetado por γ .

Em caso de uma redução ou queda no multiplicador monetário, este induz a uma expansão compensatória na base monetária em equilíbrio oriunda da oferta inalterada da moeda. Por trás da neutralidade do multiplicador da moeda está o seguinte mecanismo: uma contração do multiplicador induz uma elevada influência na taxa de juros e, como consequência, provoca uma redução nos investimentos e, por sua vez, indiretamente, a queda no consumo. Assim, chega-se ao seguinte resultado: queda das importações e a emergência de excesso na conta corrente, sendo que tanto as RTE e as exportações são assumidas como exogenamente dadas.

Bertoli (2005) acrescenta que, em uma economia dolarizada como a de Equador, o balanço de capital fechado determina um aumento na base monetária. Este processo vai até que a oferta de moeda volte ao seu nível de equilíbrio.

Sabendo que o multiplicador monetário produz efeitos de curto prazo, qual é a interação ou impacto com a variável RTE? Deste modo, o coeficiente da RTE (equação 12) é determinado por: $\partial Y_t/\partial RTE_t = [1 - (1-m_1)c + (1-m_2)(eB/A-d)]^{-1} \cdot [(1-m_1)c - (1-m_2)eD/A]$. Com alguns rearranjos, chega-se à seguinte equação $\partial Y_t/\partial RTE_t = [(1-m_1)c - (1-m_2)eD/A] / [(1-m_1)c + 1 - (1-m_2)d + (1-m_2)eB/A]$. Também, é importante lembrar que o parâmetro γ aparece nas combinações de parâmetro A, B e

D. Para demonstrar que um aumento em γ abaixo o coeficiente da variável RTE, basta demonstrar que ambas as derivadas de D/A e B/A , em relação a γ , são positivas.

Assim, obtêm-se: $\partial(D/A)/\partial\gamma = \partial[(a\gamma + m_1c - 1)/(b\gamma + em_2)]/\partial\gamma = [aem_2 + b(1 - m_1c)]/(b\gamma + em_2)^2 > 0$: esta função revela que o numerador é uma função decrescente de γ levando em conta qualquer possibilidade de parâmetro. E, em relação ao denominador, obtêm-se a seguinte função derivada: $\partial(B/A)/\partial\gamma = \partial[(a\gamma + m_1c + m_2d)/(b\gamma + em_2)]/\partial\gamma = [aem_2 - b(m_2d + m_1c)]/(b\gamma + em_2)^2 > 0$ ¹⁹²: a equação desvenda que, levando em conta a mesma condição, o aumento das RTE amplia a base monetária, então o impacto das RTE no nível da renda dos países receptores desses recursos é uma função positiva do multiplicador monetário, isto é, uma função decrescente de γ .

Para concluir, Bertoli (2005) aponta que ao vincular um aumento no influxo das RTE com uma queda no multiplicador monetário, o impacto positivo desses recursos no produto nacional, em curto prazo, é afrouxado. Mesmo assim, acrescenta que as RTE, ainda, servem como determinantes ou estímulos da demanda, mas, por outro lado, a reação da oferta na economia nacional para responder à expansão da demanda agregada é impedida ou limitada pelo estrangulamento ou aperto no mercado de crédito¹⁹³. Assim, a redução do multiplicador monetário¹⁹⁴ impede que as RTE contribuam para a geração e a conseqüente expansão da liquidez na economia.

Qual é o impacto das RTE sobre os investimentos? O modelo de Bertoli (2005) demonstra que as RTE têm impactos positivos na atividade produtiva dos países receptores desses recursos externos, tanto no curto quanto no longo prazo¹⁹⁵. Assim, levando em conta as equações (1) [$Y_t = C_t + I_t + (X_t - M_t)$] e (3) [$I_t = I_0 + dY_t - ei_t$], se comparamos dois equilíbrios fixos (estáveis) distinto – e, o segundo caracterizado por um influxo das RTE que são ∂RTE maior que o primeiro – chega-se à seguinte relação:

¹⁹² Se $b < (aem_2)/(m_1c + m_2d)$ for verdadeira (aceite).

¹⁹³ O aumento da taxa de juros é prejudicial para investimentos (BERTOLI, 2005, p. 38).

¹⁹⁴ Isso poderia ser determinado por um aumento nas reservas voluntárias seguradas por bancos comerciais (Bertoli, 2005, p. 38).

¹⁹⁵ Mas em relação ao mercado monetário ou financeiro, as RTE são importantes para a expansão da base monetária e afetação, negativa, na taxa de juros para qualquer nível de renda dada na economia. Mas o impacto que as RTE produzem na taxa de juros, no equilíbrio estável, é obscuro se a primeira hipótese for a única restrição imposta sobre o parâmetro.

$$\partial Y = c(\partial Y + \partial RTE) + \partial I - \partial M$$

Equação 19

Sabendo que ∂M tem que ser igual a ∂RTE , chega-se a seguinte equação: $\partial Y = c(\partial Y + \partial RTE) + \partial I - \partial RTE$. Assim, reorganizando a mesma, tem-se $(\partial Y + \partial RTE) \cdot (1 - c) = \partial I$. Portanto, como a renda é uma função crescente das RTE, a equação $[(\partial Y + \partial RTE) \cdot (1 - c) = \partial I]$ revela que investimentos são associados positivamente com as RTE. Neste caso, mesmo na presença de uma elevação da taxa de juros no equilíbrio estável, por causa de uma elevação das RTE, estes efeitos nunca podem subjugar o efeito positivo sobre os investimentos, estes determinados pela expansão da demanda agregada.

O modelo de Bertoli (2005) expande a sua análise com a inclusão da hipótese da abertura da conta capital, com taxa de juros da economia doméstica atrelada à taxa de juros do mercado internacional mais um prêmio de risco. Assim, ao incluir a abertura de capital no modelo, a equação 8 não requer que as RTE determinem a correspondente deterioração de balança comercial; assim, como o saldo em conta capital pode envolver ou garantir um balanço positivo da conta corrente.

Então, como encontrar o equilíbrio de mercado? Para o mercado de bens, parte-se da equação (9) $\{Y_t[1 - (1 - m_1)c - d(1 - m_2)] = (1 - m_1)cRTE_t + (1 - m_2)I_0 - (1 - m_2)ei_t + X\}$, e com alguma transformação, obtém-se a seguinte equação: $Y_t = [1 - (1 - m_1)c - d(1 - m_2)]^{-1} [(1 - m_1)cRTE_t + (1 - m_2)I_0 - (1 - m_2)ei_t + X]$. Portanto, com a abertura de capital a taxa de juros não é determinada pelo mercado interno, ou seja, a taxa de juros é uma variável gerada exogenamente e, por outro lado, tem afetação importante na dinâmica do modelo, desde que não haja nenhuma influência atrasada na equação 9. Isto implica que qualquer distinção entre curto e longo prazo desaparece no mercado de bens.

Um choque exógeno da demanda, por causa do aumento do influxo das RTE, produz um ajustamento imediato para um novo equilíbrio. Assim, para atingir um equilíbrio no mercado monetário, a oferta de moeda tem que ajustar a demanda por moeda a qualquer determinada taxa de juros. Neste caso, fazendo uma combinação das equações (6-8), chega-se a uma nova equação de taxa de juros (esta representando uma nova versão da equação 10):

$$i_t = 1/b \{ a(Y_t + RTE_t) - 1/\gamma [H_{t-1} + (X_t - M_t) + RTE_t - BK_t] \} \quad \text{Equação 20}$$

Na equação 20, ao substituir a expressão $(X_t - M_t)$, chega-se à seguinte equação de taxa de juros:

$$i_t = (A/B)Y_t + (D/A)RTE_t + (m_2/\gamma A)I_0 - (1/\gamma A)X - (1/\gamma A)H_{t-1} + (1/\gamma A)BK_t \quad \text{Equação 21}^{196}$$

Até agora pode-se observar que os impactos, sejam ascendentes ou descendentes, das RTE sobre as taxas de juros na economia interna dependem do comportamento ou sinal de D. O nível de equilíbrio de renda é completamente determinado no mercado de bens, enquanto o mercado monetário determina a balança ou equilíbrio da conta capital que é necessária para igualar a oferta e demanda por moeda à taxa de juros internacional corrente.

Portanto, no equilíbrio estável (ou fixo) há uma igualdade $H_t = H_{t-1}$ onde, o comportamento de $[(X_t - M_t) + RTE_t - BK_t]$ está em função da dinâmica da base monetária. Assim, o nível da base monetária que compreende o mercado monetário (ou financeiro) pode ser obtido com a substituição da equação 9 na equação 20, fixando i_t para i_t . Assim, teremos: $i_t = 1/b \{ a \{ [1 - (1-m_1)c - d(1-m_2)]^{-1} [(1-m_1)c.RTE_t + (1-m_2)I_0 - (1-m_2)e i_t + X] + RTE_t \} - (1/\gamma)H \}$. A seguir, com a abertura da conta capital e o alinhamento ou fixação da taxas de juros, teremos o seguinte multiplicador da base monetária:

$$H_t = (b/a\gamma)^{-1} [1 - (1-m_2)d].RTE_t + (1-m_2)I_0 + X - \{ (1-m_2)e + (b/a).[1 - (1-m_1)c - (1-m_2)d] \} i / \\ / [1 - (1-m_1)c - (1-m_2)d] \quad \text{Equação 22}$$

¹⁹⁶ Com $A = (b + em_2/\gamma)$; $B = (a + m_1c/\gamma + m_2d/\gamma)$; $D = (a + m_1c/\gamma - 1/\gamma)$.

A equação mostra que, no equilíbrio estável (fixo), a oferta monetária não depende do multiplicador doméstico da moeda. Igualmente, a base monetária é uma função crescente das RTE. Assim, com a abertura da conta capital, qualquer mudança na base monetária é resultado da soma cumulativa do balanço de pagamento durante o período de transição entre dois equilíbrios – conseqüentemente, as RTE determinam equilíbrios positivos do balanço de pagamento durante a transição.

Para verificar o que acontece com as importações e, por conseguinte, para a conta capital, no equilíbrio estável, considera-se, simultaneamente, as equações 5 e 9. Assim, chega-se à seguinte derivação:

$$\partial M_t / \partial RTE_t = (m_1) \partial C_t / \partial RTE_t + (m_2) \partial I_t / \partial RTE_t \quad \text{Equação 23}$$

Partindo de substituições apropriadas e derivando o coeficiente linear das RTE sobre a renda da equação 9, obtêm-se $\partial M_t / \partial RTE_t = (m_1)c \{ (1-m_1)c [1 - (1-m_1)c - (1-m_2)d] + 1 \} + (m_2)d \{ (1-m_1)c [1 - (1-m_1)c - (1-m_2)d] \}$ e, com a simplificação, a mesma (equação) torna-se $\partial M_t / \partial RTE_t = [m_2cd + (1-d)m_1c] / [1 - (1-m_1)c - (1-m_2)d]$.

O que interessa é verificar se a derivada anterior é maior ou menor a um (1). Primeiro, ou seja, $\partial M_t / \partial RTE_t > 1$, um aumento das RTE determinaria um equilíbrio estável mais baixo da conta capital, obtendo assim, um aumento da entrada de capital. Caso contrário, ou seja, $\partial M_t / \partial RTE_t < 1$ se $m_2 > [c + d - 1 - m_1cd] / [(1-c)d] = [(1-m_1c) / (1-c)] - d^{-1}$. Essa hipótese é sempre conhecida se $(c+d) < 1$, mas requer fortes restrições adicionais para sua validação. Conseqüentemente, podem ser esperadas respostas diferentes de importações para RTE levando em conta as diferentes restrições de parâmetro.

Em geral, não é possível dizer se o saldo da conta corrente está aumentando ou decrescendo em função das RTE no equilíbrio estável, e conseqüentemente se a conta capital piora ou melhora. Nenhuma das restrições de parâmetros que foram empregadas para caracterizar a solução do modelo de uma conta capital fechada é suficiente para determinar se as RTE podem ou não determinar um aumento nas importações que é maior que a própria RTE.

No equilíbrio, como a base monetária tem que ser constante e, conseqüentemente, o balanço de pagamento tem que ser fixado para zerar, o impacto das RTE sobre o balanço de capital é determinado por: $\partial BK_t / \partial RTE_t = 1 - \partial M_t / \partial RTE_t$. Além disso, como já foi mencionado, dependendo do comportamento dos parâmetros, a $\partial BK_t / \partial RTE_t$ pode ser positivo ou negativo. Mas levando-se em conta a equação 22, sabe-se que no curto prazo um aumento nas RTE determina um equilíbrio temporário no balanço de pagamento, assim como a necessidade do aumento da base monetária. Então, para determinar a derivada do BK com relação a RTE, substitui-se a equação 9 na equação 21 (fixando i_t para i_t), obtendo assim:

$$\begin{aligned}
 i_t \text{ (fixo)} = & (A/B) \{ [1 - (1 - m_1)c - d(1 - m_2)]^{-1} [(1 - m_1)cRTE_t + (1 - m_2)I_0 - (1 - m_2)ei_t + X] \} + \\
 & + (D/A)RTE_t + (m_2/\gamma A)I_0 - (1/\gamma A)X - \\
 & - (1/\gamma A)H_{t-1} + (1/\gamma A)BK_t
 \end{aligned}
 \tag{Equação 24}$$

Para obter a derivada de BK em relação às RTE, é necessário trazer BK (equação 24) para o lado esquerdo da função:

$$\partial BK_t / \partial RTE_t = - \{ \gamma D + [\gamma B(1 - m_1)c] / [1 - (1 - m_1)c - (1 - m_2)d] \}
 \tag{Equação 25}$$

A equação descreve a relação entre as RTE e balanço (saldo) de conta capital para manter o equilíbrio no mercado monetário à taxa de juros prevalecente. Verifica-se que $\partial BK_t / \partial RTE_t + \partial M_t / \partial RTE_t < 1$ independentemente dos parâmetros modelo: $\partial BK_t / \partial RTE_t + \partial M_t / \partial RTE_t = [m_2cd + (1 - d)m_1c] / [1 - (1 - m_1)c - (1 - m_2)d] - \gamma D - [\gamma B(1 - m_1)c] / [1 - (1 - m_1)c - (1 - m_2)d]$. E, com a devida simplificação, chega-se a: $\partial BK_t / \partial RTE_t + \partial M_t / \partial RTE_t = 1 - \{ \gamma a [1 - (1 - m_2)d] / [1 - (1 - m_1)c - (1 - m_2)d] \}$ – sendo que o segundo termo do lado direito da equação é claramente negativo. Assim, a deterioração da balança comercial induzida por uma queda das RTE, mais a eventual deterioração da balança (saldo) da conta capital, não pode reverter o efeito positivo temporário produzido por RTE no balanço de pagamento.

A autora conclui que, com a abertura de conta capital, a interação entre as RTE e o crédito interno da economia doméstica é muito mais limitada. Isso se verifica (equação 9) quando uma alteração do multiplicador monetário não tem nenhuma influência sobre o impacto das RTE na renda das economias receptoras desses recursos, assim como o equilíbrio no mercado de bens pode ocorrer independentemente do mercado monetário. Mas uma contração¹⁹⁷ no crédito doméstico, isto é, um aumento no parâmetro γ , produz somente um efeito temporário. Isso se manifesta no balanço de pagamentos.

O saldo da conta capital pode alterar em qualquer direção em resposta ao aumento das RTE. O que pode-se observar, entretanto, é que uma redução do multiplicador monetário reduz o valor de $\partial BK_t / \partial RTE_t$ e, por outro lado, isto faz provavelmente com que um aumento das RTE é satisfeito por uma redução (ou queda) na balança (ou saldo) de capital. Por isso, $(\partial BK_t / \partial RTE_t) / \partial \gamma = (-a) [(1-m_2)d] / [1-(1-m_1)c-(1-m_2)d] < 0$.

Em resumo, para o modelo de Bertoli (2005), a entrada das RTE aumenta investimentos domésticos que, por sua vez, elevam o nível de atividade econômica nas economias receptoras desses recursos – aqui, a expansão das atividades se deve ao fato de que as RTE não geram aumento de taxa de juros na economia do país.

¹⁹⁷ Contribui para a redução da oferta de moeda. Como o mercado de bens não é afetado pelo mercado monetário, consumo e investimento por conseguinte, as importações, não mudam. Por exemplo, um excesso da demanda por moeda [como isto está inalterado em face de uma oferta em queda], para restabelecer o equilíbrio no mercado monetário, o balanço de capital tem que cair, assim aumenta a base monetária e restabelece a oferta de moeda a seu nível de equilíbrio - o ajuste acontece somente em um período, e depois a conta capital reverte a seu nível anterior embora nada mudasse no mercado de crédito doméstico. Assim, uma mudança permanente no multiplicador da moeda determina um impacto que é temporariamente delimitado (BERTOLI, 2005, p. 42).

3.3.2.3 Huang e Vargas-Silva (2005)

Huang e Vargas-Silva (2005), ao estabelecerem uma relação entre as RTE e as condições macroeconômicas tanto dos países anfitriões¹⁹⁸ quanto de origem¹⁹⁹ dos emigrantes, desenvolveram e testaram um modelo para explicar como os efeitos dessas condições econômicas afetam o desempenho das RTE para os países de origem.

Usando *vector error correction model*²⁰⁰ para estudar a supracitada relação, o modelo apresenta dois períodos, mas as remessas são enviadas no primeiro período. Assume-se que a função utilidade do emigrante residente no estrangeiro, no primeiro momento, depende de dois fatores: seu consumo no país anfitrião (c^I); e o consumo das suas famílias nos países de origem (c^*). Huang e Vargas-Silva (2005) apresentam que, no primeiro período, a função utilidade representativa pode ser representada como $U(c^I, c^*)$, com $U_I > 0$, $U_{II} < 0$, $U_2 > 0$, $U_{22} < 0$ e U_I derivada da utilidade de consumo do país de origem do emigrante. Também assume-se que a utilidade U_I é separável aditivamente (additively separable).

O consumo das famílias, segundo os autores, depende da renda e das remessas recebidas (αr). O termo α representa, neste modelo, o custo associado com as transferências – geralmente, $\alpha \leq 1$. O termo r é o montante monetário em dólares que o emigrante envia, mas as famílias recebem apenas uma parcela αr .

Huang e Vargas-Silva (2005) dividiram a renda familiar em dois componentes, tais como: uma parcela da renda familiar que não é susceptível a mudanças nas condições macroeconômicas internas (país origem) y^* ; e a outra parcela da renda familiar πy^* susceptível a mudanças nas políticas macroeconômicas do país Y^* . A variável π (geralmente, $\pi \geq 0$) mostra a relação entre as condições econômicas nos países de origem dos emigrantes e a renda familiar.

¹⁹⁸ Y representa as condições econômicas do país anfitrião; Na pesquisa, o país anfitrião é representado pelos EUA; Y representa por desemprego (em vez de GDP) dos EUA e US CPI.

¹⁹⁹ Variáveis que foram incluídas para representar Y^* (as condições econômicas dos países de origem dos emigrantes, neste caso, o México ou ROW – ROW é uma média ponderada de cinco maiores países receptora de remessas dos EUA; outras variáveis incluídas são: GDP, CPI e taxa de câmbio).

²⁰⁰ Porque estes modelos podem resolver o problema de endogenidade entre remessas e outras variáveis macroeconômicas.

Para os autores, $\pi \geq 0$ significa que melhorias nas condições das economias receptoras das RTE são associadas com as melhorias nas rendas dos familiares dos emigrantes²⁰¹. Então, o consumo das famílias além de ser *additively separable*, é determinado por $c^*[(y^* + \pi Y^*), \alpha\pi]$ onde $c_1^* > 0$, $c_2^* > 0$, $c_{11}^* < 0$ e $c_{22}^* < 0$. Os trabalhadores emigrantes, além de consumirem e enviarem parte da renda, procuram economizar uma percentagem da renda s no país de origem. Ou seja, o emigrante não só procura enviar recursos para os familiares, mas também envia uma parcela para uma conta poupança como forma de segurança financeira futura. Assim, a restrição da renda do emigrante, no período inicial, é dada por:

$$y^1 + vY^1 = c^1 + r + s \quad \text{onde } V \geq 0 \quad \text{equação 1}$$

y^1 é a parcela da renda que, no primeiro momento, não está sujeita a mudanças nas condições macroeconômicas nas economias receptoras dos emigrantes. Mas, vY^1 está susceptível a alterações provocadas pelas mudanças nas condições macroeconômicas, onde v mostra a relação entre a renda dos trabalhadores emigrantes e as condições econômicas do país anfitrião²⁰².

No segundo período, Huang e Vargas-Silva (2005) relevam que os familiares se unem aos trabalhadores emigrantes – ou seja, a própria família acaba emigrando para o estrangeiro. Neste caso, o problema de maximização do emigrante é $\text{MAX}_{c,r,s} U(c^1, c^*) + \beta V(c^2)$, sendo que $y^1 + vY^1 = c^1 + r + s$ e $c^2 = y^2 + vY^2 + (1+i)s$. O termo $V(c^2)$ é a utilidade de segundo período de consumo com $V_1 > 0$, $V_{11} < 0$; e i representa a taxa de juros do país de origem (home country), β um fator de desconto e y^2 e Y^2 tem as mesmas interpretações que y^1 e Y^1 , mas, para o segundo período. A condição de primeira ordem (CPO) para o problema implica que:

$$U_1 = \beta V_1(1+i) \quad \text{equação 2}$$

²⁰¹ O tamanho de π não tem que ser o mesmo para as famílias.

²⁰² Huang e Vargas-Silva (2005), durante a aplicação da pesquisa, usaram variáveis relacionadas a política monetária dos EUA porque estas variáveis podem refletir mudanças futuras esperadas nas condições econômicas do país anfitrião dos emigrantes.

$$\alpha U_2 c_r^* = \beta V_1 (1+i) \quad \text{equação 3}$$

Fazendo uma combinação das equações 2 e 3, podemos obter a derivada de r em relação a Y^1 (renda do país anfitrião): $\partial r / \partial Y^1 = v \beta U_{11} V_{11} (1+i)^2 / D$; onde D é o determinante da matriz da segunda derivada. $D = U_{11} V_{11} (1+i)^2 + \alpha^2 \beta V_{11} (1+i)^2 [U_{22} c_r^* + U_2 c_{rr}^*] + U_{11} \alpha^2 [(c_r^*)^2 U_{22} + c_{rr}^* U_2] > 0$ (para um máximo).

$$\partial r / \partial Y^1 \geq 0 \quad \text{equação 4}$$

Suponha que Y aumenta, a condição econômica do país anfitrião melhora. Nesse contexto, o emigrante envia mais dinheiro para seu país de origem porque sua condição econômica, também, melhorou (ou seja, $v \geq 0$)²⁰³. Também, através da CPO, deriva-se que uma melhoria nas condições econômicas dos países de origem dos emigrantes será seguida por uma diminuição das RTE. A $\partial r / \partial Y^* = -\alpha \pi U_{22} c_r^* c_{y^*}^* [U_{11} + \beta V_{11} (1+i)^2] / D$. Logo,

$$\partial r / \partial Y^* \leq 0 \quad \text{equação 5}$$

A equação (5) é não positiva. Se o emigrante está remetendo parte da sua renda por motivação altruística, ele vai reduzir o montante de recursos transferidos para o país de origem porque a família está melhor fora ($\pi \geq 0$) – ou seja, família unida. Por fim, tem-se:

$$\partial r / \partial i = [-\beta U_{11} \{V_{11} + V_{11} (1+i)s\} / D] \quad \text{equação 6}$$

Mas, devido à ausência de hipóteses adicionais, a equação 6 não pode ser assumida. Isso porque, segundo os autores, têm dois efeitos opostos: 1º) como resultado do aumento das taxas de

²⁰³ Huang e Vargas-Silva (2005): e nós consideramos que consumo das famílias (doméstico) é um bem normal, é isto que nós esperamos.

juros no país anfitrião, o emigrante pode consumir mais no segundo período. Isto tem um efeito positivo sobre as RTE; e, 2º) há um retorno maior da poupança no país anfitrião. Como resultado, o emigrante pode reduzir as remessas para o país de origem e aumentar as poupanças no país anfitrião.

Para terminar, na visão dos autores, o modelo reforça a hipótese de que o comportamento das RTE depende das mudanças ocorridas nas economias dos países receptores dos emigrantes²⁰⁴. Ou seja, um desempenho positivo da economia, por exemplo, nos países desenvolvidos, tem um efeito positivo nas RTE $\partial r / \partial Y^1 \geq 0$. Neste caso, para Huang e Vargas-Silva (2005), as condições macroeconômicas dos países onde se concentram os emigrantes afetam o desempenho das RTE. Por outro lado, as melhorias das condições econômicas nos países de origem dos emigrantes afetam negativamente as RTE $\partial r / \partial Y^* \leq 0$.

²⁰⁴ Os autores chamam atenção pelo uso do desemprego nos EUA em vez do GDP. Isso porque, segundo Higgins *et al.* (2004) apud Huang e Vargas-Silva (2005), "... of the possible social marginalization of the emigrants the unemployment rate is a better reflection of the income generating opportunities of emigrants than the GDP".

4 A CONTRIBUIÇÃO DAS REMESSAS DOS TRABALHADORES EMIGRANTES (RTE): EVIDÊNCIAS PARA A ECONOMIA CABO-VERDIANA

Retomando o objetivo geral desta tese, o presente capítulo procura captar a contribuição do setor da emigração, por meio das RTE, no crescimento e desenvolvimento econômico cabo-verdiano. Antes da apresentação da metodologia, vamos analisar alguns dados da economia cabo-verdiana e, em seguida, elaborar o modelo de regressão múltipla para estimar a relação entre a entrada desses recursos e o crescimento. Por fim, far-se-á uma breve análise dos resultados.

O crescimento e desenvolvimento podem ser explicados através do comportamento das variáveis internas e externas de uma economia. Nesse contexto, quanto maior a relação ou vinculação do desenvolvimento econômico com o comportamento das variáveis internas, maior é a probabilidade da redução da vulnerabilidade da economia em relação aos eventos externos. Por isso, apesar da importância dos setores externos, é essencial que o aprofundamento da relação entre a oferta e a demanda agregada seja de tal forma que, como resultado, possa explicar os níveis de desenvolvimento econômico de um país baseado no comportamento dos fundamentos ou fatores internos e, ao mesmo tempo, menos vulnerável aos eventos externos.

É importante destacar que quanto maior o investimento, o consumo e as políticas (as estratégias, as ações) dos agentes internos na economia cabo-verdiana, maior é a probabilidade da expansão das atividades produtivas para responder às demandas internas e, por conseguinte, menores são os efeitos e/ou impactos negativos originários dos eventos ou das variáveis externas. Isso não significa remover a importância das variáveis externas no crescimento e desenvolvimento nacional, pelo contrário, os investimentos estrangeiros diretos e as outras fontes de financiamentos produtivos são importantes para a geração de emprego e renda.

Assim, é necessário ampliar a percepção de que as variáveis externas são fundamentais para auxiliar o desempenho interno da economia, forçando assim, o desenvolvimento de estratégias e ações conectadas às potencialidades endógenas do país, gerando efeitos sistêmicos e sustentáveis na geração de riqueza. Essa visão é proeminente para o desenvolvimento das ilhas de Cabo Verde.

4.1 Dependência e Vulnerabilidade Externa da Economia Cabo-verdiana

Com a abertura econômica e financeira dos anos 1980 e 1990, esta reforçada pela ideologia neoliberal, diversas transformações econômicas, políticas e sociais contribuíram para a construção de um novo ambiente da economia mundial. Assim, o dinamismo global está associado à nova forma de produção de bens e serviços, interdependência financeira e institucional, envolvendo ações sujeitas a riscos, impactos e efeitos sistêmicos. A partir disso, pode-se afirmar que as transformações dos anos 1980 e 1990 foram alicerçadas na reforma e redução do papel do Estado, privatizações dos ativos públicos, abertura de novos mercados, desregulamentação e aumento do poder das empresas transnacionais e economia de escala, entre outras.

As transformações financeiras e produtivas ocorridas nos anos 1990 foram, em geral, importantes para o aumento da competitividade global, descentralização produtiva, intensificação dos fluxos comerciais, expansão de mercados, formação de blocos econômicos e, por fim, o aumento do fluxo internacional de capital, em especial, os investimentos estrangeiros diretos (IED)²⁰⁵. É Nesse contexto que procuramos compreender de que forma a entrada dos recursos dos trabalhadores emigrantes vem contribuindo para o desenvolvimento de Cabo Verde, apesar da vulnerabilidade externa, conforme mostra, a seguir, a ilustração da Contribuição do Quadro Integrado na Transformação Econômica de Cabo Verde (2008, p. 6):

enquanto o país continua a registrar progresso em várias frentes, Cabo verde continua vulnerável e exposto a choques externos. Os principais aspectos da sua vulnerabilidade são os seguintes: (a) uma pequena economia e não diversificada, com elevado grau de dependência da APD e das remessas dos emigrantes; (b) vulnerabilidade do meio ambiente, com chuvas irregulares e limitadas, conducentes a um alto déficit alimentar estrutural e dependência nas importações; (c) falta de recursos naturais; (d) fragmentação territorial que se traduz em várias ilhas, a maioria das quais apresenta um relevo acidentado, que implicam altos custos de infra-estruturas²⁰⁶.

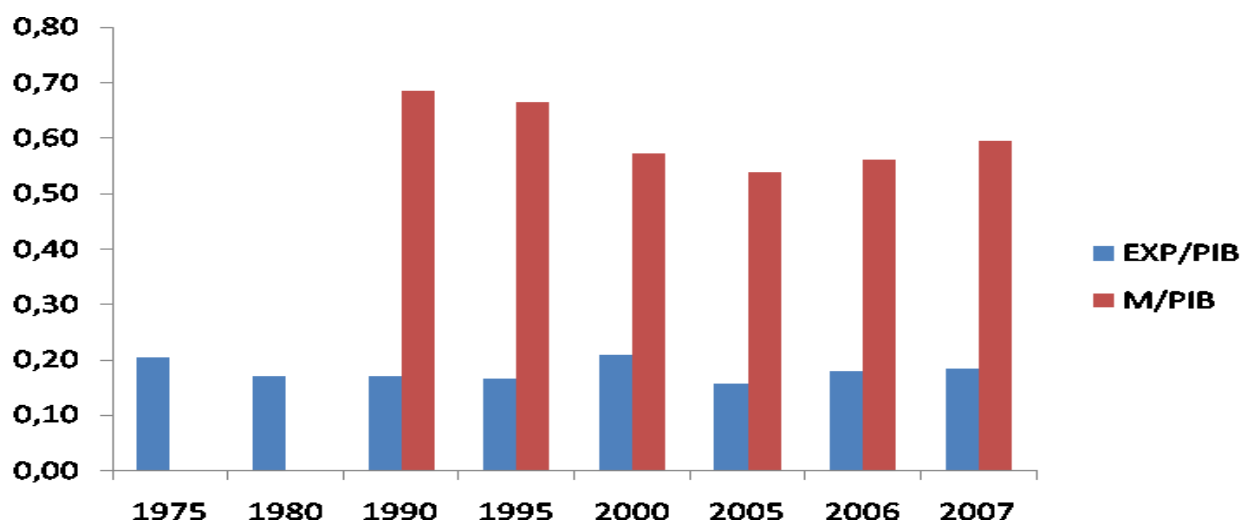
²⁰⁵ “O IED difere do investimento em portfolio (ou carteira) à medida que envolve a propriedade, parcial ou total, do ativo em questão, enquanto que os investidores em portfolio motivam-se pela taxa de retorno sobre o ativo” (OCDE, 1998).

²⁰⁶ Disponível em http://www.integratedframework.org/files/portuguese/CapeVerde_Concept%20Note_2008_port.pdf Acessado dia 21 de Setembro de 2010.

Desde já, é importante acrescentar que a dinâmica da economia cabo-verdiana, segundo as percepções dos agentes econômicos, políticos e institucionais, é quase que totalmente dependente do comportamento do setor externo, tais como as fontes de financiamento, os empréstimos institucionais, as importações dos bens e serviços, os investimentos externos e as remessas dos trabalhadores emigrantes. Sendo assim, pode-se afirmar que a economia cabo-verdiana é vulnerável aos choques externos.

Por exemplo, usando o comportamento da balança comercial, apesar da importância da exportação²⁰⁷ de bens, a importação²⁰⁸ do país, historicamente vem caracterizando o alto grau de vulnerabilidade da economia nacional. Com um PIB de US\$ 117.800.201,62 milhões em 1975, as exportações representavam 20% do PIB e mantiveram uma média de 17% do PIB até o ano de 2007. Mas a importação, em 1990, já alcançava 69% do PIB e, até 2007, manteve uma média de 58% do PIB nacional.

Gráfico 15: Dados da exportação e importação em relação ao PIB de Cabo Verde: 1975-2007



Fonte: Autor. Baseado nos dados da Direção Geral das Alfândegas (Cabo Verde).

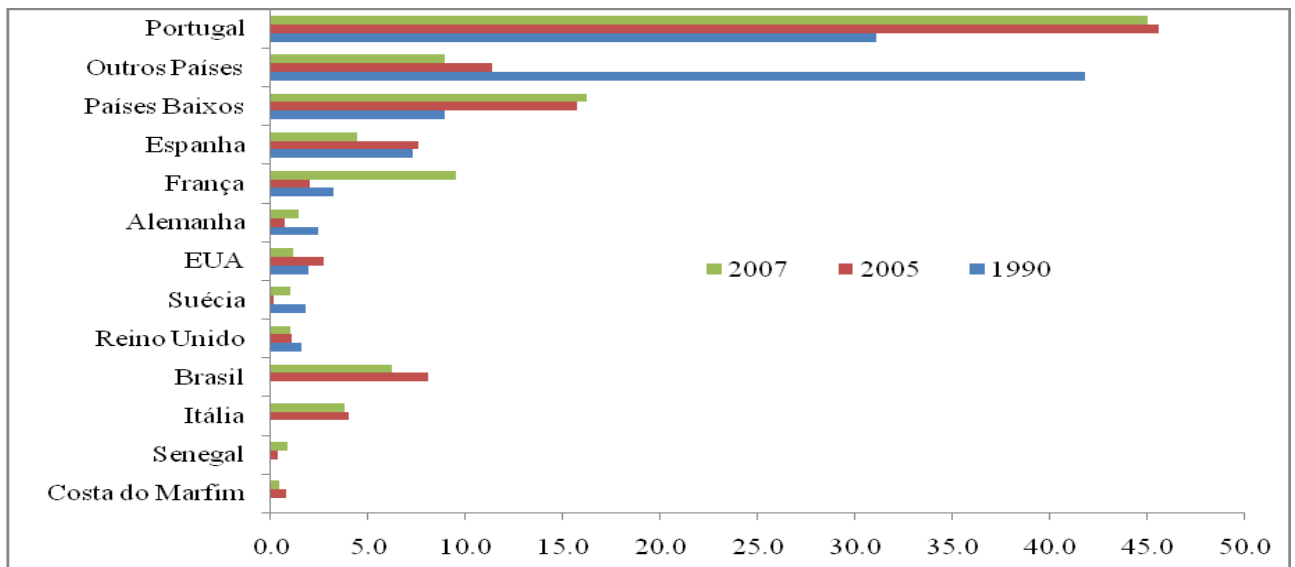
²⁰⁷ Calçados, confecções, pescado, aguardente e licores, café, vinho, peles e couro, diamantes trabalhados, sal, entre outros.

²⁰⁸ Automóveis e acessórios, cimento, ferro, aço, arroz, materiais elétricos, eletrônicos, leite e derivados, tratores e transporte de carga, açúcar, alimentos, medicamentos, aviões, navios, móveis, trigo e grãos, gás propano/butano/natural, petróleo e derivados, máquinas industriais, perfumaria, bebidas, carne bovina e suína, tecidos, telhas e tijolos, asfalto, tomates, fósforos, vidros, materiais de telecomunicações, materiais escolares, entre outros.

Partindo do gráfico 15, fica explícito o comportamento negativo do balanço comercial e, por conseguinte, a manutenção da alta dependência e vulnerabilidade econômica do país após a abertura econômica e financeira dos anos de 1990. Isso demonstra que o modelo e as políticas de desenvolvimento nacional estão estruturalmente dependentes do mercado externo. Por exemplo, o gráfico 16, mostra a origem da importação cabo-verdiana e, por sua vez, revela a participação, em termos percentuais, de cada país.

Em 1990, Portugal (31,1%), Espanha (7,3%) e Países Baixos (8,9%) representavam uma parcela significativa do mercado importador do país. Isso significa que é razoável afirmar que Portugal representa o principal parceiro comercial de Cabo Verde, sendo que, em 2000 e 2007 mais de 50 % e 40% das respectivas importações cabo-verdianas foram provenientes desse país.

Gráfico 16: Participação (%) de cada país na importação cabo-verdiana (milhões de CVE): 1990, 2005 e 2007



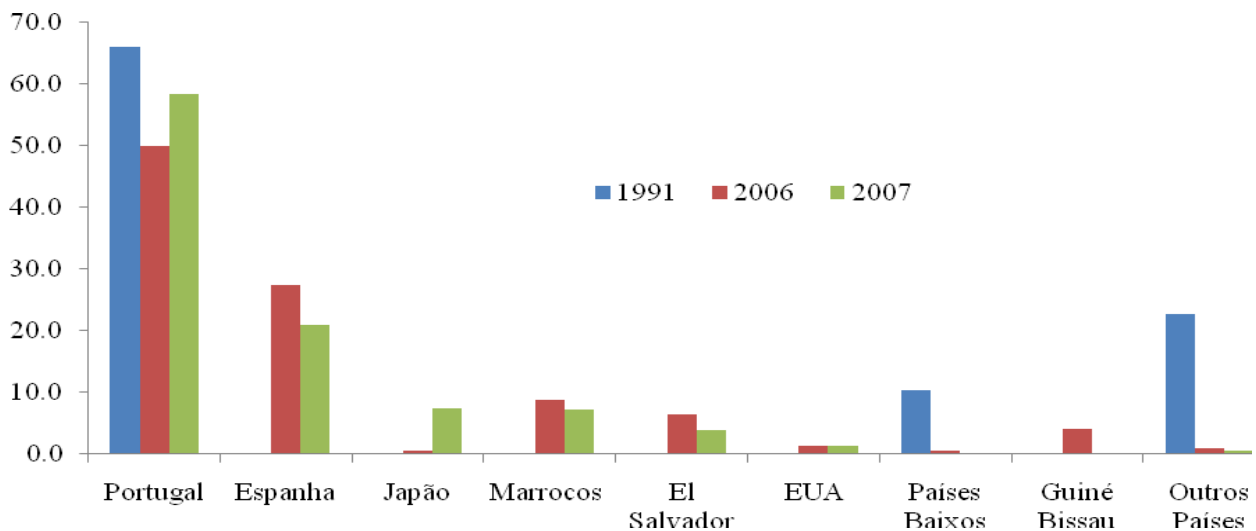
Fonte: Autor. Baseado nos dados da Direção Geral das Alfândegas (Cabo Verde).

Países como França, Espanha e Brasil, nos últimos anos, vêm aumentando suas parcelas de produtos na economia cabo-verdiana, mas, em geral, são tímidas em comparação com a

participação portuguesa. Uma ressalva específica da participação brasileira²⁰⁹ no desenvolvimento econômico e social de Cabo Verde, nos últimos dez anos, é notória essa contribuição, apesar de não refletir nos dados sobre a exportação brasileira para o país africano.

A vulnerabilidade da economia cabo-verdiana aos choques externos está associada não só ao grau de vinculação e dependência econômica em relação à economia portuguesa, mas também à incapacidade institucional interna em perceber que a dinâmica das economias insulares, apesar de dependente dos recursos externos, depende também da capacidade dos agentes econômicos em desenvolver projetos, estratégias e ações de longo prazo vinculadas às potencialidades locais e nacionais.

Gráfico 17: Principais destinos das exportações²¹⁰ cabo-verdianas (em milhões de CVE): 1991, 2006 e 2007



Fonte: Autor. Baseado nos dados da Direção Geral das Alfândegas (Cabo Verde).

Por exemplo, na economia cabo-verdiana, historicamente a captação dos recursos externos é usada para financiar o orçamento do Estado e, com isso, aumentar os gastos públicos

²⁰⁹ Por exemplo, estima-se que do total dos quadros superiores cabo-verdianos formados nas universidades estrangeiras, cerca de 25% a 30% se formaram no Brasil após 1986, através dos programas PEC-G e PEC-PG.

²¹⁰ Excluindo reexportação de Bens.

com o pessoal e altos escalões do governo. Por isso, projetos de investimentos em infraestruturas econômicas para gerar emprego e renda, historicamente, foram negligenciados. Somente após os anos de 1990, o país iniciou um processo de desenvolvimento que ainda demanda enormes esforços face aos diversos constrangimentos presentes na economia nacional.

Para reforçar as limitações estruturais da economia cabo-verdiana e, ao mesmo tempo, o grau de dependência externa, especialmente em relação à economia portuguesa, o Governo Central produziu, em Outubro de 2008, um documento intitulado *Parceria Especial Cabo Verde – UE*, e na seção *Oportunidades, Constrangimento, Desafios e Riscos* (2008, p. 5) deixou transparecer que, apesar dos avanços econômicos e sociais alcançados após a década de 1990, ainda persiste um fraco dinamismo do setor produtivo, uma vez que não existe um espírito empreendedor e as infraestruturas continuam sendo desafios para o desenvolvimento nacional.

Também, o mesmo documento exalta que, mesmo na presença de limitada capacidade interna na dinamização da economia, as variáveis externas são os principais fatores que explicam o crescimento econômico nos últimos anos. Essa revelação do governo de Cabo Verde nos leva a considerar que o próprio Estado não está preparado para, pelo menos, focalizar na política de redução da vulnerabilidade aos choques externos. Isso, sem dúvida, demanda esforços concentrados, tanto em termos econômicos e financeiros quanto políticos e institucionais.

Portanto, remover os constrangimentos que impedem a expansão produtiva dos setores internos associa-se à ideia de que o desenvolvimento socioeconômico de um país como Cabo Verde depende, em grande parte, da capacidade e percepção endógena dos agentes econômicos, associada ao desenvolvimento das estruturas institucionais pós-colonial que visam criar mecanismos de estímulo e valorização não só da produção nacional, mas também que procuram reduzir tanto a dependência quanto a vulnerabilidade externa, conforme revela o Governo de Cabo Verde (apud ONU, 2007, p.7): Cabo Verde tem beneficiado do apoio da Comunidade Internacional desde a independência em 1975 e deve continuar a beneficiar deste apoio para o sucesso da transição que permitiria ao país evitar um retrocesso.

Essa interpretação é fundamental porque fica evidente a volta do velho sistema de desenvolvimento colonial que, em geral, é identificado por neo-colonialismo econômico. Tal

ponderação é perceptível quando analisamos o grau de dependência econômica de Cabo Verde em relação a Portugal, em pleno contexto de globalização.

Por exemplo, apesar de os principais mercados de exportação (conforme o gráfico 17) serem Portugal, Espanha, Marrocos e Japão, a dependência e, conseqüentemente, a vulnerabilidade da economia cabo-verdiana em relação a Portugal tornou-se mais preocupante logo após os anos de 1990, uma vez que no processo da privatização dos ativos públicos nacionais os empresários portugueses foram os que mais se beneficiaram – por isso, em Cabo Verde, os setores bancários, seguros, comércio (importadoras), elétrico nacional, transportes (terrestre; aéreo), telecomunicações, automóveis, pequenas indústrias de bebidas e alimentos, serviços médicos, empresas de confecções e calçados, além de prestação de serviços governamentais²¹¹, entre outros, pertencem (direta ou indiretamente) a empresários portugueses.

Tabela 3: Comércio com os países da CEDEAO (em milhões de CVE): 1995, 2005

Países da CEDEAO	Import. 1995	Export. 1995	Import. 2005	Export. 2005
Benin	18,3	0,0	38,7	0,0
Costa do Marfim	262,2	0,0	302,9	0,0
Gana	0,0	0,0	75,5	0,0
Gâmbia	62,5	0,0	0,0	0,5
Guiné Bissau	12,5	1,6	4,1	3,6
Guiné Conacry	17,2	0,7	23,5	3,0
Libéria	0,6	0,1	161,8	0,0
Nigéria	29,3	0,0	0,0	0,0
Senegal	109,6	0,0	151,8	0,0
Togo	56,9	0,0	0,0	0,0
Total	569,0	2,5	758,3	7,1
Total do Comércio Externo	19.394,4	687,3	38.913,3	1.571,6
Participação de CEDEAO no Comércio Externo (%)	2,9	0,4	0,5	0,5

Fonte: Autor. Baseado nos dados da Direção Geral das Alfândegas (Cabo Verde).

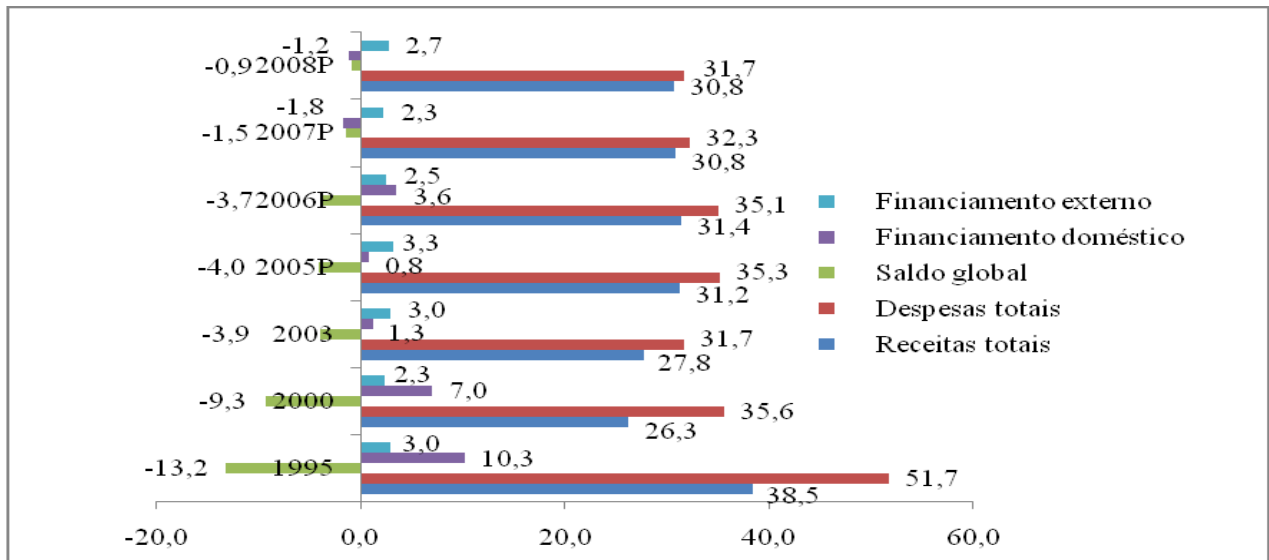
Quanto ao comércio na Costa Ocidental da África, Cabo Verde possui relações comerciais com alguns países pertencentes à CEDEAO. A tabela 3 a seguir mostra que o país, apesar de defender políticas de integração regional, parece cada vez mais distante, em termos comerciais,

²¹¹ Ou seja, a maioria das empresas fornecedoras das compras governamentais é portuguesa.

dos países vizinhos, ou seja, sua participação comercial na região pode ser considerada pouco significativa e decrescente. Benin, Costa do Marfim e Senegal são os principais parceiros comerciais cabo-verdianos da região.

O Relatório de Informação do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o processo da saída de Cabo Verde da categoria dos PMA²¹² destaca a preocupação com a fragilidade da estrutura econômica do país, ao afirmar que “a fragilidade²¹³ da base de produção nacional com custos de produção elevados, a falta de mercados e um sistema de controle de qualidade dos produtos pouco funcional” (ONU, 2007, p. 2), é desafio inrente ao processo de desenvolvimento nacional. Isso demonstra, de certa forma, a incapacidade para aumentar a produção, especialmente a dos bens de consumo. Por sua vez, o referido Relatório reforça que, “Cabo Verde, à semelhança dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), depende grandemente dos recursos externos²¹⁴, que constituem uma das características dos PEID reconhecidas pela comunidade internacional” (ONU, 2007, p. 7).

Gráfico 18: Situação Fiscal e Financiamento da Economia Cabo-verdiana, em % do PIB: 1995, 2000, 2003, 2005, 2006, 2007 e 2008



Fonte: Autor. A partir dos dados do Banco de Cabo Verde (BCV)

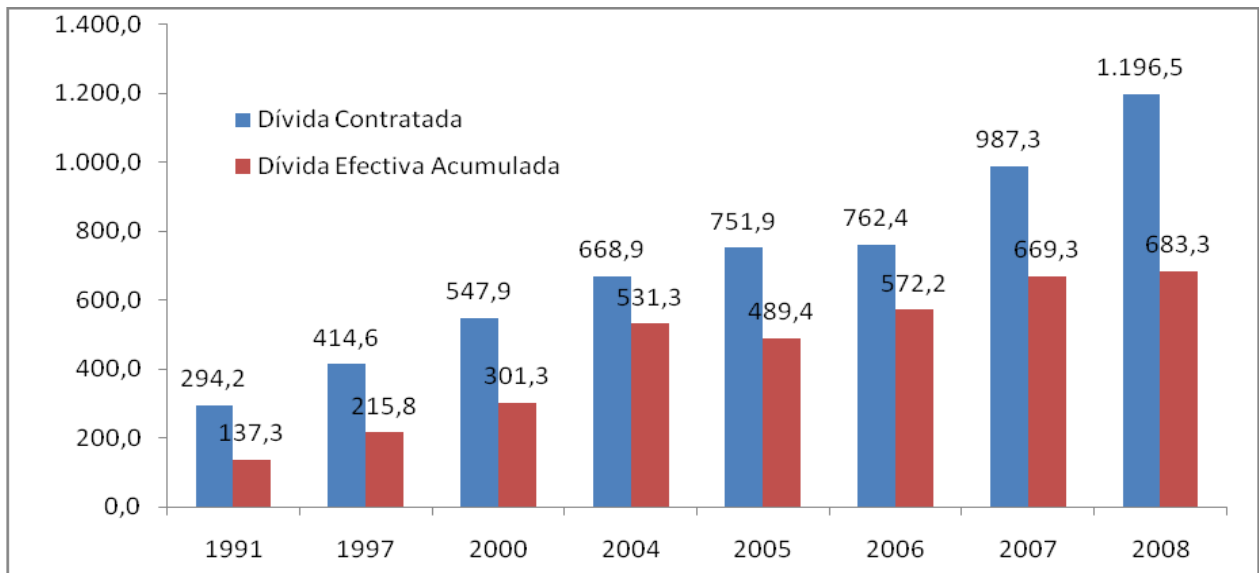
²¹² Países Menos Avançados (PMA).

²¹³ Economia insular, de pequena dimensão, arquipelágica e onde os sectores produtivos agrícolas e industriais são bastante frágeis, o comércio e os serviços representam cerca de 70% da produção interna (ONU, 2007, p. 9).

²¹⁴ Ajuda Pública ao Desenvolvimento, Remessas dos emigrantes e Investimento Directo Estrangeiro.

A situação fiscal demonstra a evolução do grau de dependência externa da economia cabo-verdiana após a década de 1990 (Gráfico 18). Em 1995 as despesas totais representavam 51,7% do PIB, sendo cobertas por receitas totais da ordem de 38,5% do PIB, 3% do financiamento externo e somente 10, 3% do financiamento interno. Isso revela a limitada capacidade interna para financiar o déficit e, ao mesmo tempo, a elevada dependência dos recursos externos. Mas, se comparada aos dados de 2008, percebe-se um equilíbrio entre receitas e despesas, apesar da persistência da dependência externa e queda expressiva na capacidade interna para financiar a expansão econômica.

Gráfico 19: Dívida externa pública total (em US\$ milhões): 1991-2008



Fonte: Direção Geral do Tesouro (DGT) e Banco de Cabo Verde (BCV)²¹⁵

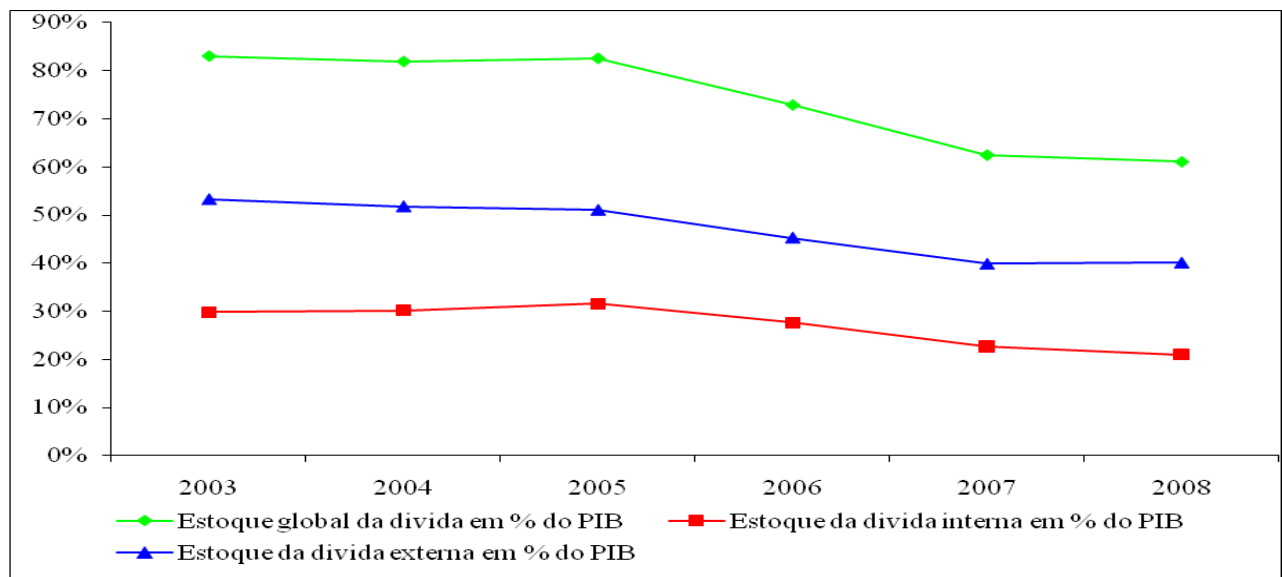
O Gráfico 19 destaca a evolução da dívida externa²¹⁶ de Cabo Verde. Com o objetivo de financiar as atividades econômicas, fica evidente uma alta vertiginosa do saldo da dívida contratada entre 1991 e 2008 (306,71%), apesar de uma breve estagnação entre 2005 e 2006.

²¹⁵ Saldo Acumulado em USD. Ao câmbio do último dia útil do mês de Dezembro.

²¹⁶ Montante (dívida) contratada = Montante (dívida) desembolsada + Montante (dívida) Reembolsada.

Também observa-se uma elevação da dívida efetivamente acumulada²¹⁷, mas em ritmo mais moderado apesar dos impactos nas contas externas. Mas, em relação à evolução do estoque da dívida, o gráfico mostra um comportamento descendente dos estoques total, externa e interna, como percentual do PIB. Por outro lado, percebe-se a dependência do país aos recursos externos, apesar do desenvolvimento de programas e políticas para ampliar as fontes internas de financiamento das atividades econômicas e sociais. Portanto, apesar de apresentar uma tendência de queda entre 2003 e 2008, o estoque da dívida externa continua sendo uma das importantes preocupações da política econômica do Estado cabo-verdiano.

Gráfico 20: Evolução do estoque da dívida (% PIB): 2003-2008



Fonte: Direção Geral do Tesouro (DGT) - Cabo Verde.

Tomando como referência a dívida (líquida) efetiva do ano de 2008, em termos da distribuição, os principais credores internacionais da economia cabo-verdiana são: instituições (credores) multilaterais com 58% do total, sendo que desses 58,9% pertencem ao BM/IDA, 25,8% à FAD, 4,8% à FIDA e 6,3% ao BADEA; credores bilaterais com 15%, onde Portugal possui 81%, 10,5% para Alemanha e 8,1% para o Kuwait; instituições financeiras, responsáveis

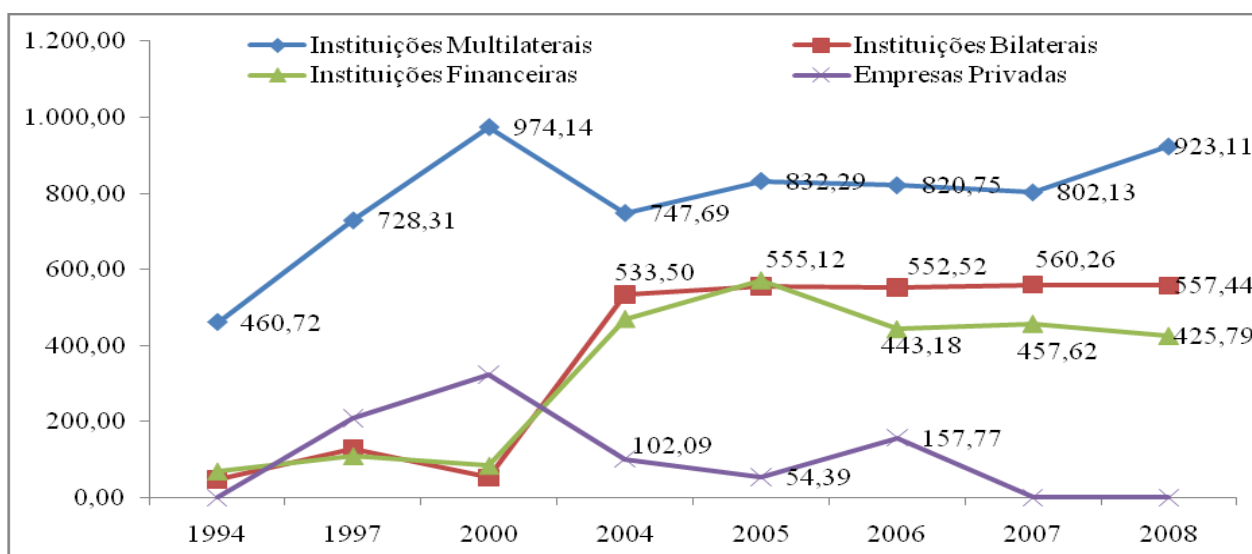
²¹⁷ Dívida efetiva = Montante (dívida) desembolsada - Montante (dívida) Reembolsada. Em 2008, do total da dívida contratada, 65,8% foram desembolsados e 23,3% reembolsados e, por isso, 57,1% do total contratado, representa, de fato, a dívida (líquida) efetiva.

por 6,36 milhões de US\$ (0,9% do total); empresas privadas, 3,08 milhões de US\$ (0,5% do total), sendo que 86,1% desses recursos contraídos junto à SOMEC (Portugal); e, outras representam 25,5% da dívida efetiva total.

Quanto ao pagamento da dívida, os credores multilaterais (48,4%) e bilaterais (29,2%) lideram o *ranking* (conforme o gráfico 21). Mas, quando analisarmos as instituições de uma forma isolada, a distribuição do pagamento da dívida fica: 26,2% para Portugal; 13,1% do BES; 11,4% do BADEA; 10,3% do BM/IDA; 8,8% do FAD; 5,4% do BEI; 4,4% da CGD; 3,1% do Governo de Kuwait; 1,2% da FIDA; entre outras.

Também, se analisarmos esses dados em termos da participação tanto do Estado quanto das empresas de um determinado país, fica evidente que Cabo Verde, em termos dos recursos externos para financiar as suas atividades, depende das instituições portuguesas, ou seja, 43,6% do total da dívida paga em 2008 foram destinadas para as instituições e as empresas portuguesas²¹⁸. Essa observação é fundamental porque mostra o grau da dependência e vulnerabilidade externa da economia cabo-verdiana em relação aos eventos econômicos, institucionais e políticos em Portugal.

Gráfico 21: Pagamentos da dívida por credores (em milhões de CVE): 1994-2008



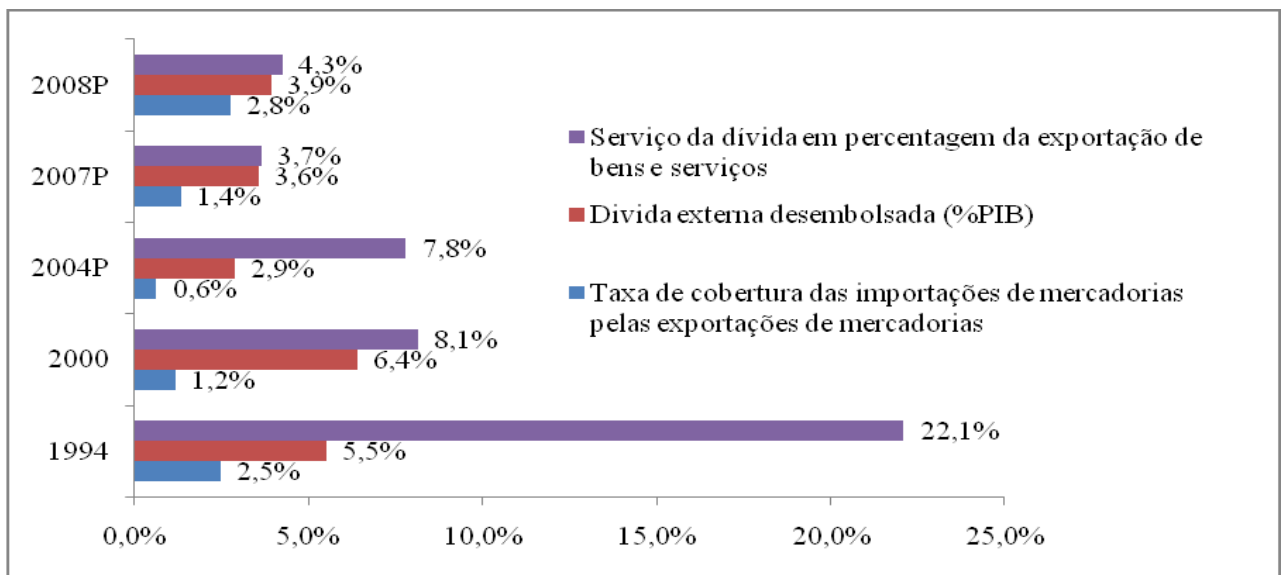
Fonte: Direção Geral do Tesouro (DGT) e Banco de Cabo Verde (BCV).

²¹⁸ Portugal: CGD e BES.

Segundo o Gráfico 21, a dívida externa desembolsada saiu de 5,5% do PIB em 1994 para 3,9% em 2008, acompanhada de uma queda considerável do serviço da dívida em percentagem das exportações de 22,1% em 1994 para 4,3% em 2008. Isso vai ao encontro às reformas desencadeadas na década de 1990, objetivando as novas fontes de financiamento das atividades e desenvolvimento econômico. Partindo das observações mencionadas, fica evidente que para reduzir a vulnerabilidade externa é imprescindível uma reforma do Estado e da economia para que o país desenvolva e crie novas formas de financiamento das suas atividades.

Deste modo, procurar desenvolver mecanismos institucionais e econômicos para perseguir o equilíbrio fiscal e, ao mesmo tempo, aumentar a capacidade interna de financiamento, passou a ser uma das metas de política econômica do país após os anos 2000.

Gráfico 22: Dívida desembolsada, serviço da dívida e taxa de cobertura das importações²¹⁹



Fonte: Autor. Baseado nos dados do BCV.

Por exemplo, apesar das severas restrições estruturais da economia nacional, os avanços fiscais de 2003 a 2008 se devem à implantação da nova matriz tributária que, mesmo em um ambiente de incerteza, contribuiu para a ampliação da base tributária do país. Assim sendo, num

²¹⁹ Em milhões de Escudos cabo-verdianos. Anos 1994, 2000, 2004, 2007 e 2008.

ambiente onde as condições climáticas são extremamente desfavoráveis para a produção agrícola nacional (em média, 7% do PIB), a inexistência, por muitos anos, de setores industriais e de serviços organizados, e, por fim, a dependência, por exemplo, dos IED, RTE, renda do turismo e importação, são alguns dos desafios que afetam a matriz tributária nacional.

As reformas econômicas procuraram associar o desenvolvimento com as fontes de financiamento internas. Mesmo assim, vários constrangimentos ainda persistem e revelam as deficiências que, em nossa compreensão, precisam ser superadas. Por este motivo, e por causa das novas demandas da sociedade, os programas e projetos que visam não só à expansão das atividades produtivas privadas, mas também, à reforma do Estado²²⁰ e à modernização do sistema tributário nacional, passaram a focalizar a administração dos tributos e a elaboração de projetos que visam ampliar a base tributária.

Assim, a década de 1990 foi marcada pela criação de novos impostos²²¹ que substituíram o sistema tributário e fiscal colonial, incluindo novas regras e formas de gestão tributária, acordos de dupla tributação, benefícios fiscais, entre outras. Portanto, entre 1992 e 2004 foram criados, reformulados e aprovados vários itens essenciais, tais como em:

- em 1992/1993, foi aprovado o Código Nacional Tributário, o Código de Processo Tributário e o Imposto sobre Produtos Petrolíferos foram reformulados;
- em 1993/1994, os impostos sobre bebidas alcoólicas e sobre tabacos foram reformulados; em 1995, foram criadas taxas ecológicas sobre embalagens e contentores não reciclados importados;

²²⁰ As reformas das receitas fiscais, patrocinadas pelo FMI, continuam, por exemplo, sobre os impostos sobre rendimentos, selo, patrimônio, imposto sobre transações internacionais e imposto sobre bens e serviços. Essas reformas são importantes porque há necessidade de reforçar a eficácia redistributiva dos impostos sobre rendimentos, trazer a participação dos municípios na tributação imobiliária, de forma a reduzir a sua dependência de transferências da administração Central e, por outro lado, associar as reformas à redução de potenciais conflitos distributivos entre os governos locais e central e, a possível instabilidade governamental no parlamento nacional.

²²¹ “A tributação do consumo visa adaptar a estrutura do consumo à evolução das necessidades do desenvolvimento econômico e da justiça social, devendo onerar os consumos de luxo” (Lei n. 37/IV/92 de 28 de Janeiro. Código Geral Tributário, Capítulo I, Artigo 4º (Impostos), p.4.)

- em 1995/1996, o Decreto-Lei n. 1/96 de 15/01/96 criou o IUR (Imposto Único sobre Rendimento): IUR-PS²²²; IUR-PC²²³;
- em 1998, o IUP (Imposto Único sobre Patrimônio) sobre propriedade imobiliária, sobre veículos automóveis e Transmissão de imóveis, outros bens sujeitos a registro, sobre as “MAIS–VALIAS” resultantes da venda de imóveis e sobre aumento de capitais (operações societárias);
- em 2003/2004, impostos sobre consumos especiais, em substituição aos impostos e/ou reformas sobre bebidas alcoólicas, tabaco e produtos petrolíferos; e, principalmente,
- em 2003/2004, implementação do IVA, com regulamento aprovado pela Lei N. 21/VI/2003 de 14/07.

Quanto à implementação do IVA²²⁴ em Cabo Verde em 2003/2004, este destina-se ao consumidor final e os sujeitos passivos do direito (IVA) são os operadores econômicos que têm mero papel de cobradores por conta do Estado. O IVA é um Imposto Geral de Consumo que incide sobre a generalidade dos bens e serviços, tanto produzidos no país quanto à importação dos mesmos. Entretanto, o IVA, como fonte da receita produtiva, é importante para a gestão/política econômica do país, uma vez que, contribuiu para o alargamento da base²²⁵.

No caso específico de Cabo Verde, com as reformas dos anos de 1990 e, por conseguinte, a busca de novas alternativas endógenas para o desenvolvimento nacional, o IVA trouxe muitos serviços para o sistema e, por outro lado, ao rever isenções fiscais, adaptou-se às condições socioeconômicas do país, apesar de sofrer vários atrasos na sua introdução²²⁶. Essas dificuldades

²²² IUR-PS: Imposto Único sobre Rendimento, Pessoas Singulares (ou seja, pessoas físicas).

²²³ IUR – PC: Imposto Único sobre Rendimento, Pessoas Coletivas (ou seja, pessoas jurídicas).

²²⁴ A discussão sobre implementação do IVA data de 1998/2000, patrocinada pelo FMI, sendo parte do programa de ajustamento. Em 2002/2004, o IVA fazia parte do programa Poverty Reduction and Growth Facility Arrangement.

²²⁵ A ampliação da base de incidência dos impostos indiretos, talvez, foi uma das principais razões para a introdução do IVA em Cabo Verde.

²²⁶ A introdução prevista em 1991, não foi possível por dificuldades técnicas; administração/empresas. Necessidade de formação de uma comissão sobre IVA e reforma tributária em 1999, com assistência do FMI: Planejada para ser implantada em início de 2001. Depois início de 2002. Final de 2002. Início de 2003. E, por fim, só entrou em vigor em Janeiro de 2004.

se devem, talvez, do fato de que a estrutura tributária cabo-verdiana estava mais direcionada à tributação indireta e a introdução do IVA tinha de ser combinada²²⁷ com a reforma integral da pauta de importação e impostos especiais de consumo.

O IVA permite saber o exato conteúdo fiscal do produto, ou seja, a neutralidade do imposto, por exemplo, no comércio internacional é fundamental. Também o IVA proporciona vantagem na administração com: sistema de pagamento fracionado; queda da resistência dos sujeitos passivos; queda na evasão fiscal, porque cada operador tem interesse em obter do respectivo fornecedor a correspondente fatura/doc equivalente para poder exercer direito à dedução. Por isso, um ponto fundamental no sistema IVA é a marcação de preços.

Em 2006 e 2007, os resultados obtidos mostram a necessidade de aprofundar os estudos sobre as finanças públicas, apesar de uma crescente preocupação quanto ao aumento das isenções do IVA. Portanto, com o crescimento do PIB em 6%, mesmo com uma inflação de 5%, as receitas globais do primeiro semestre de 2007 aumentaram 27% em relação a 2006, com uma contribuição maior do IVA, além da contribuição importante do IUR e das receitas das privatizações (Enacol; Soc. Cabo-verdiano de Tabacos; etc).

Mas, de um modo geral, as receitas globais cresceram 27%, com uma contribuição fiscal de 19,7% entre junho de 2006 e julho de 2007. O IUR aumentou 13,6% (IUR-PC); os impostos sobre as transações internacionais aumentaram 11,3%, mas, o IVA aumentou 26,8% (não deduzidos os reembolsos), apesar do imposto de Selo ter aumentado 40%. Por conseguinte, a contribuição do IVA foi relevante para explicar a arrecadação tributária combinada com uma política orçamental disciplinada, aumentando o saldo corrente de 2,5% do PIB em 2006 para 3,2% do PIB no 1º semestre 2007. Com isso, a relação Div/PIB reduziu de 72,7% em 2006 para 69,2% no 1º semestre de 2007, um resultado tímido.

²²⁷ Assim, no que tange às condições específicas para a implementação do IVA, exigia sim as seguintes reformas (e formações): Planejamento do Estado; Criação de estruturas Administrativas Específicas para gestão do IVA, porque o país não tinha experiência na administração de um Imposto Geral sobre Consumo; Preparação e formação empresarial (novo modelo de imposto) trazendo para dentro do sistema indireto muitos operadores econômicos. Também por causa da magnitude, repentina, dos sujeitos passivos do IVA, era necessários as supracitadas reformas, mas, por outro lado, os desafios são cada vez maiores uma vez que a educação (ou a formação) em torno do setor público e, mais especificamente, sobre a tributação e a sua conseqüente importância para a política econômica, ainda carece de acuidade tanto da sociedade quanto das empresas e da instituição Estado.

Para finalizar este subitem é importante acrescentar que o período analisado não revela a eficiência do novo sistema tributário nacional. Pelo contrário, podemos observar que ainda persistem dificuldades estruturais e institucionais na economia cabo-verdiana. Por este motivo, é necessário aprimorar, modernizar e ajustar a estrutura tributária e fiscal visando não só à expansão das fontes de financiamento interna, mas também procurar diminuir a dependência externa.

4.2 Remessas dos Emigrantes e Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA)

Tomando como referência os dados do Banco de Cabo Verde (BCV), entre 2000 e 2008, em média, os depósitos dos emigrantes manteve uma trajetória sustentável em torno de 51% e, por sua vez, no mesmo período, uma razão de 29% (em média) em relação ao passivo total. Em relação às reservas internacionais (líquida), em média, o comportamento dos depósitos dos emigrantes evidencia a sua contribuição para a suavização do balanço de pagamento do país, que representa mesmo assim um comportamento estruturalmente deficitário, como já foi demonstrado anteriormente.

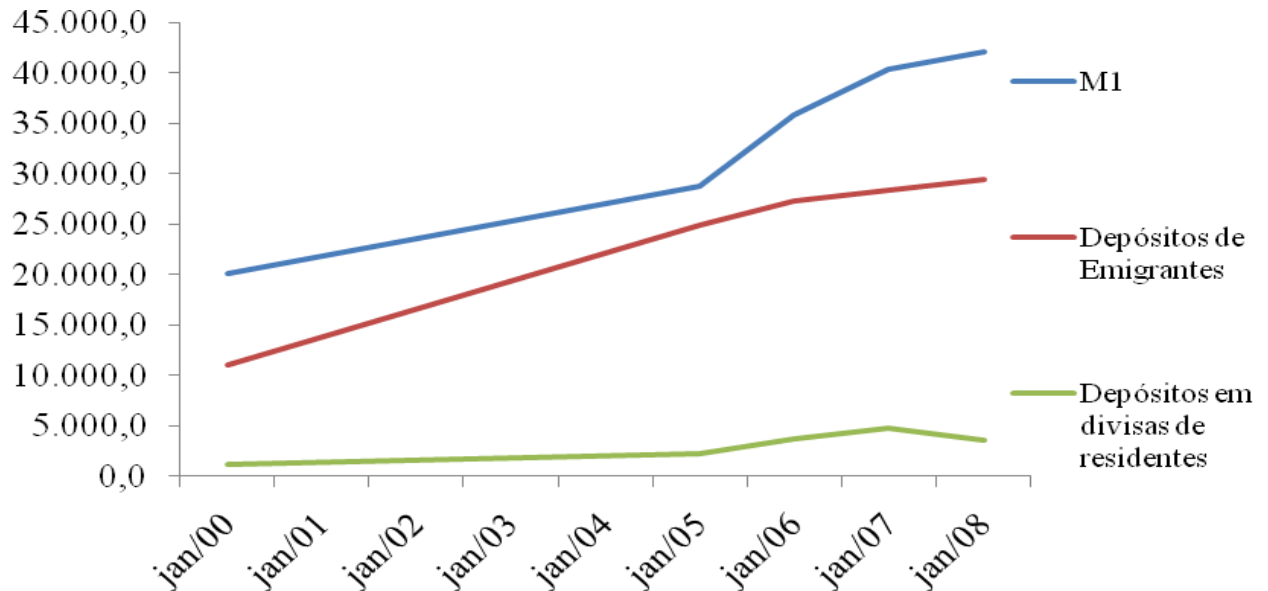
Também observa-se que as remessas e/ou os depósitos dos trabalhadores emigrantes em relação ao crédito à economia vem mantendo um comportamento positivo, ou seja, em 2000, por exemplo, os depósitos de emigrantes representavam 57% do total de crédito à economia, 2006 cerca de 61% e em 2008 44%.

O gráfico 23 mostra a relação entre as remessas dos trabalhadores emigrantes e a expansão monetária em Cabo Verde. Assim, o comportamento ascendente do M1 (moeda em circulação + depósito à ordem M/N)²²⁸ está intimamente relacionado ao aumento dos depósitos

²²⁸ Corresponde a: M1= Papel-Moeda em Poder do Público (PP) + Deposito a Vista (DV) Meios de Pagamento Ampliado.

dos emigrantes cabo-verdianos, ao passo que tanto a poupança e os depósitos (em divisas) dos residentes se mostraram pouco significativos em relação ao M1, entre os períodos 2000 e 2008.

Gráfico 23: Expansão Monetária Face às RTE em Cabo Verde: 2000-2008



Fonte: Autor. Baseado nos dados do BCV.

O M1, na literatura sobre política monetária, representa o primeiro agregado monetário e corresponde aos ativos com liquidez absoluta, que podem prontamente ser usados como poder de compra, e que não rendem juros. Portanto, fica caracterizado que nos últimos anos os trabalhadores emigrantes cabo-verdianos também contribuíram significativamente para a expansão dos agregados monetários, ao enviar os recursos para os familiares.

A Caixa Econômica de Cabo Verde, em Relatório & Contas (2008, p. 37), mostra a evolução dos depósitos (a ordem e a prazo), em milhares de escudos cabo-verdianos, dos emigrantes entre os anos de 2007 e 2008. Para o banco, “os depósitos dos Emigrantes, importantes impulsionadores do crescimento dos depósitos da instituição, têm vindo a registrar, nos últimos dois anos, um crescimento moderado”.

Tabela 4: Depósitos dos emigrantes cabo-verdianos e dos residentes (em mil ECV): 2007-2008

Designação	Realizado 31/12/2007	Realizado 31/12/2008
Residentes		
Depósito à ordem	10.771.817,00	11.800.987,00
Depósito à Prazo	5.361.319,00	6.813.363,00
Bilhetes Tesouro	0,00	390,00
Total Residente (A)	16.133.136,00	19.004.350,00
Emigrantes		
Depósito à ordem	1.077.423,00	1.223.162,00
Depósito à Prazo	6.618.184,00	6.978.959,00
Total Emigrante (B)	7.695.607,00	8.202.121,00
Depósitos Totais (A+B)	23.828.743,00	27.206.471,00

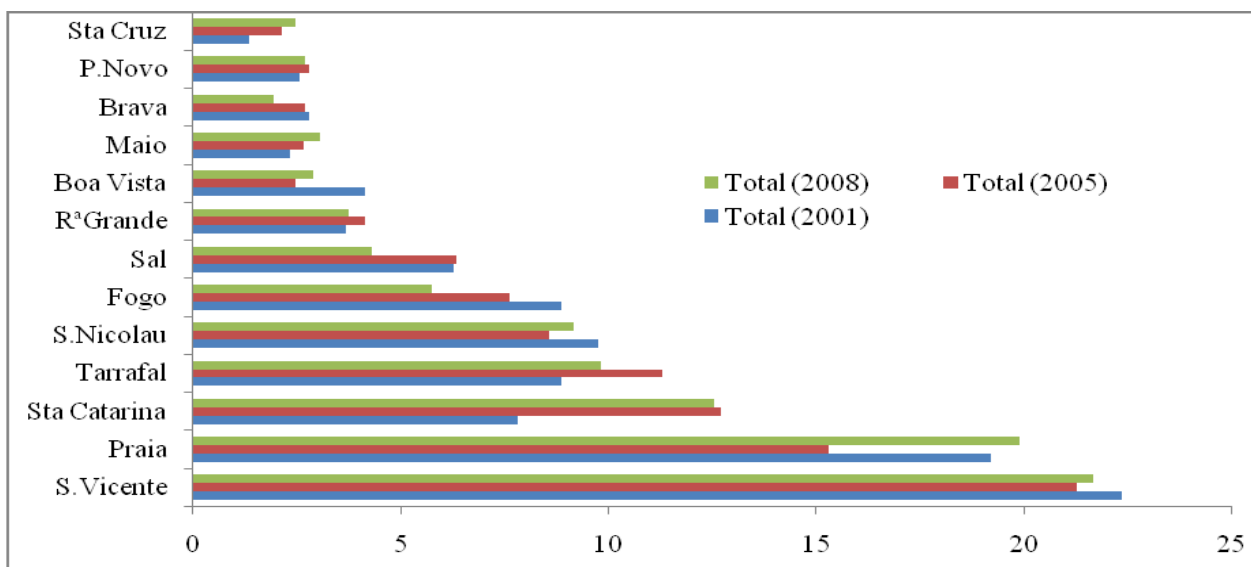
Fonte: Autor. Baseado nos dados da Caixa Económica de Cabo Verde.

Tomando como referência os dados de 31 de dezembro de 2007 e 2008, fica evidente um crescimento de 6,6% no total dos depósitos dos emigrantes cabo-verdianos, entre as quais 13,5% referentes aos depósitos à ordem (ou à vista), ao passo que, para os residentes, a taxa de crescimento de depósito à ordem ficou em torno de 9,6%.

O crescimento dos depósitos à vista dos emigrantes é importante porque são destinados ao consumo dos familiares dos emigrantes e, com isso, estimulam a demanda por bens e serviços na economia nacional. Os recursos dos emigrantes, em média (2007, 2008) situam-se em torno de 31% dos depósitos totais.

Ainda em termos comparativos, apesar de a taxa de crescimento dos depósitos a prazo ser maior nos residentes, ou seja, 27,1% contra um crescimento de 5,5% dos depósitos dos emigrantes é relevante ilustrar que, em termos de volume, os depósitos a prazo dos emigrantes são maiores e representam cerca de 55% e 51% do total desses depósitos, no respectivo banco, entre 2007 e 2008.

Gráfico 24: Distribuição (%) das RTE por Município, Cabo Verde – 2001, 2005 e 2008



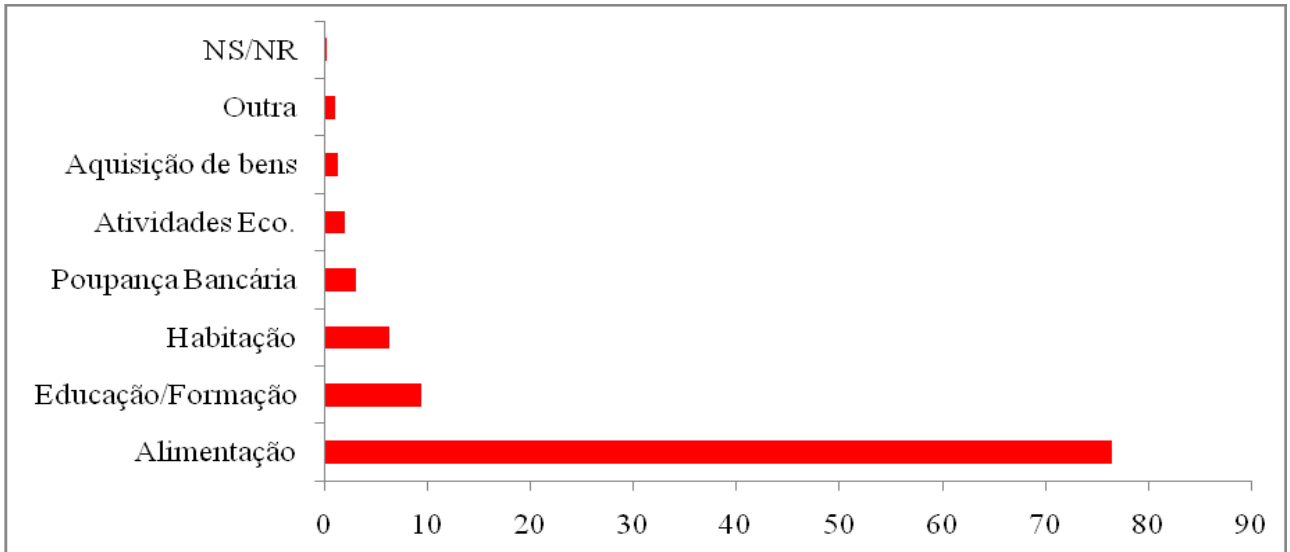
Fonte: Autor. Baseado nos dados do BCV.

Os dados da evolução dos depósitos dos emigrantes revelam entre os municípios do país, as cidades S. Vicente Praia (capital) e Santa Catarina, são as que mais receberam (2001 a 2008) esses recursos externos. Por sua vez, essas remessas foram destinadas para diferentes setores da economia, conforme mostram, a seguir, os dados relativos a 678 famílias pesquisadas na ilha de Santiago.

A pesquisa²²⁹ realizada em Cabo Verde pela Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e a organização Pessoa Como Nós (PCN) foi financiada pela Iniciativa Conjunta de Migração e Desenvolvimento da Comissão Europeia e as Nações Unidas (gráfico 25, a seguir).

²²⁹ Em média, em cada município da ilha de Santiago (10), foram entrevistadas 80 mulheres selecionadas aleatoriamente, com idade entre 36 e 45 anos, sendo que: 28% possuem somente a antiga 4ª classe; 17,3% a 6ª classe; 6,2% o 9º ano do liceu; 5,6% o 12º do liceu; 2,4% curso superior; e, por fim, 31% são analfabetas. Disponível em <http://www.migration4development.org/node/1113> Acessado dia 04/09/2010. O projeto está sendo aplicado e vai até 31/03/2011.

Gráfico 25: Dados sobre a distribuição (em %) e uso das RTE pelos familiares cabo-verdianos: 31/07/2009 – 17/09/2010



Fonte: Autor. A partir dos dados de OMCV e PCN

Ao focalizar as entrevistas nas mulheres chefes de famílias que recebem as remessas, a pesquisa procurou esboçar e sistematizar um conjunto de informações “detalhadas sobre o impacto das remessas dos emigrantes na vida das famílias da ilha de Santiago, em especial das mulheres chefes de família e diagnosticar os fatores inerentes ao envio de remessas do estrangeiro, quais sejam, o seu custo e a sua utilização em % para atender às necessidades de curto e médio prazo”.

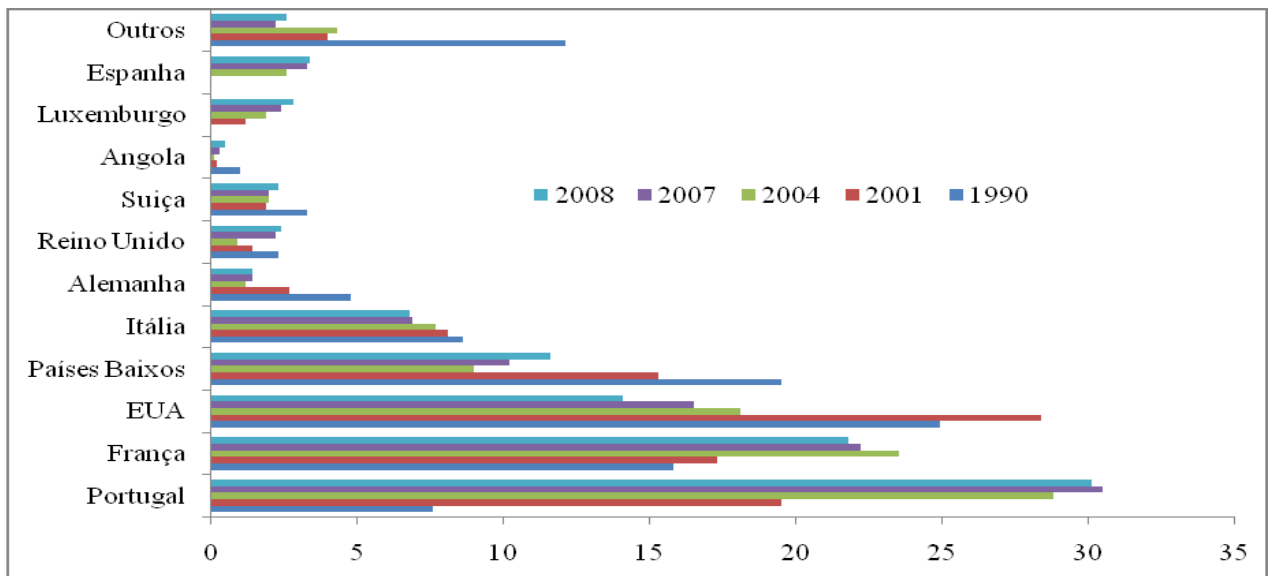
Essas informações são importantes para compreender, como o bom uso desses recursos impulsiona o desenvolvimento local²³⁰ e, por outro lado, potencializa novas oportunidades de investimento, conforme deixam transparecer, a seguir, Katseli, L.T.; Lucas, R.E.B. e Xenogiani, T. (2006, p. 23) [...] Remittances promote economic expansion, by permitting increases in consumption and by generating “multiplier effects” (e.g. when remittance-financed house construction in a village increases income for local carpenters, builders, suppliers of materials,

²³⁰ Por exemplo, o desenvolvimento do município de Santa Catarina (Ilha de Santiago), se deve, sem dúvida, aos recursos dos emigrantes uma vez que esses estimularam a expansão dos setores de construção civil, urbanização, ensino técnico e superior, entre outros, elevando o município ao status de Cidade de Assomada por causa da sua ascensão política e econômica no cenário nacional. Em municípios como Tarrafal (norte da ilha de Santiago) Porto Novo e Ribeira Grande (ilha de Santo Antão); e, ilhas tais como Fogo, Brava e Maio, uma boa parcela das famílias, também, dependem dos recursos enviados pelos familiares emigrantes.

etc.) [...] remittances furthermore often finance expanded education opportunities for the young, especially if women are given greater control over spending patterns in the household.

Observou-se que, em média, cerca de 58% dos emigrantes enviam entre 5.000 e 20.000 ECV. Esses recursos são enviados, na maioria, aos cônjuges (30,1%), filhos (28,9%) irmãos (14,5%), sendo que 68,6% recebem dinheiro e 30,1% dinheiro e encomenda. Também, em termos de frequência, 66,2% das famílias recebem há mais de cinco anos, 23,5% recebem mensalmente, 38,1% de três em três meses e 7,5% de vez em quando. Em resumo, percebe-se que em torno de 90% das remessas dos emigrantes, no caso da pesquisa aplicada na ilha de Santiago, são destinadas para alimentação, educação e habitação.

Gráfico 26: RTE (%) por países para Cabo Verde – 1990, 2004, 2007 e 2008



Fonte: Autor. Baseado nos dados do BCV.

Conforme mostra o gráfico 26, em 1990, 24,9% do total das Remessas dos Trabalhadores Emigrantes (RTE) para Cabo Verde eram originários dos EUA, que concentra a maioria dos emigrantes e descendentes cabo-verdianos na Diáspora. Países Baixos, França, Itália e Portugal, contribuíram com 19,5%, 15,8%, 8,6% e 7,6%, respectivamente, em 1990. Mas, após 2001, Portugal e França passaram a liderar o ranking no envio das RTE para Cabo Verde. Portugal, na

década de 1990 e 2000, também foi um dos principais destinos dos emigrantes cabo-verdianos, já que o país se encontrava em processo de desenvolvimento estimulado pela União Europeia.

Assim, investimentos em obras e construção civil, transporte, saneamento, entre outros, atraíram uma boa parcela de mão-de-obra cabo-verdiana. Também outros fatos, tais como acesso ao ensino universitário, facilidade para a legalização e integração dos imigrantes, entre outros, foram importantes para a afluência dos emigrantes, especialmente, os mais jovens para Portugal. A mão-de-obra cabo-verdiana, historicamente, foi importante na construção de Portugal, especialmente, a cidade de Lisboa e a região metropolitana de Lisboa.

Para terminar este subitem, vamos abordar alguns aspectos sobre a dependência cabo-verdiana da ajuda oficial para o desenvolvimento (ODA). Na literatura econômica, as discussões teóricas em torno da importância desses programas de ajuda para as economias pobres e em desenvolvimento foram influenciadas pelos modelos de desenvolvimento econômico Harrod-Domar, sendo que este, em geral, analisa a possibilidade de transferências para os países pobres e em desenvolvimento. Os modelos obtiveram resultados positivos nos países desenvolvidos, como forma de amenizar as severas condições estruturais, econômicas, sociais e institucionais e, ao mesmo tempo, promover a redução da distância entre países pobres e desenvolvidos.

Em nossa concepção é razoável afirmar que para muitas economias pobres do continente africano, historicamente, os programas de ajuda oficial para o desenvolvimento (ODA), especialmente a de assistência técnica e financeira, foram importantes para as melhorias das condições econômicas e sociais do país. Por exemplo, em 1975, ano da independência nacional, as ODA para Cabo Verde totalizaram US\$ 8,65 milhões, cerca de 7% do PIB; e, em 1980, alcançaram os 43% do PIB, totalizando assim, os US\$ 61,84 milhões. Mas, entre 1990 e 2007, a média anual vem se mantendo em torno de US\$ 120,6 milhões, 8% em relação ao PIB, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde.

O desenvolvimento socioeconômico de Cabo Verde, sem dúvida, é dependente da ODA. Nos anos iniciais do país independente, porém, essas ajudas foram fundamentais na superação da pobreza extrema em que se encontravam as ilhas. Assim, num primeiro momento, como a independência política representa um marco histórico e institucional imprescindível para o desenvolvimento nacional, as ajudas externas e oficiais para o desenvolvimento foram

imperativas para a sobrevivência dos cabo-verdianos perante novos desafios de construção das bases estruturais para responder às aspirações e demandas sociais.

De 1975 a 1990/91, com o país administrado por um governo central sob a forma do regime de partido único (PAICV) formado por um grupo restrito dos combatentes que lutaram (luta armada) pela independência nacional, adotou um modelo de desenvolvimento, praticamente, vinculado à ajuda externa, especialmente, dos países comunistas e/ou socialistas²³¹ e, com isso, um planejamento centralizado pelo Estado.

Nesse período, algumas iniciativas foram importantes, apesar de limitadas, para amenizar o analfabetismo e a pobreza extrema que assolava o país. Essas iniciativas – tais como agricultura de subsistência, programas públicos de emprego intensivo e temporário e, por fim, os programas intensivos de educação primária – foram financiados pela ajuda oficial para o desenvolvimento (ODA) e pelos empréstimos (dívidas) externos do setor público. Por conseguinte, num primeiro momento (1975 a 1992/93), a ajuda oficial para o desenvolvimento (ODA), segundo o Governo de Cabo Verde (apud ONU, 2007, p. 13) foi fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, especialmente no que tange à melhoria da infra-estrutura, busca de equilíbrio no balanço de pagamentos, e financiamento das reformas nos anos de 1990, entre outros.

Deste modo, a sobrevivência e, por sua vez, a melhoria de alguns indicadores sociais como saúde e educação; entre outros, se deve, em grande parte e desde 1975, aos recursos provenientes da ODA os quais, por sua vez, dependem das condições econômicas e institucionais das principais economias mundiais, ou seja, em momentos de crise econômica e financeira há tendência na diminuição da ajuda, financeira e técnica para o desenvolvimento dos países pobres e em desenvolvimento.

Com o fim do regime de partido único (1991/92) e a introdução do regime de multipartidarismo político (PAICV, UCIDI, MPD, PSD, entre outros) com eleições diretas e, por conseguinte, o fim do comportamento centralizador e socialista do Estado cabo-verdiano em

²³¹A ex-URSS, por exemplo, contribuiu na formação dos jovens militares e civis cabo-verdianos, assistências técnicas, entre outras. Quanto a Cuba, este foi, sem dúvida, um dos maiores parceiros do desenvolvimento e formação dos quadros técnicos e superiores cabo-verdianos, especialmente, nas áreas da saúde, ciências sociais e administração pública. Por fim, a China até o momento vem sendo considerado um dos maiores parceiros no desenvolvimento nacional, não só por causa da expansão dos investimentos privados chineses em Cabo Verde, mas também, pela ajuda histórica na construção das infra-estruturas públicas do país.

detrimento da descentralização administrativa (surgimento de prefeituras municipais), é razoável associá-la às influências neoliberais²³² iniciadas nos anos 1980 e às reformas e as transformações proporcionadas pelo fenômeno da globalização econômica e financeira. Deste modo, assim como ocorreram em várias partes do mundo, as reformas econômicas e financeiras empreendidas em Cabo Verde²³³ nos anos 1990 e comandadas pelos organismos internacionais e multilaterais (BIRD e o Fundo Monetário Internacional) seguiram as recomendações do Consenso de Washington.

Em termos gerais, é razoável afirmar que a estratégia do desenvolvimento econômico de Cabo Verde pós-1992/93, na prática, está associada à própria dependência externa, como reforça, de forma implícita, “As Grandes Opções do Plano 1997-2000”, no subtítulo Inserção Dinâmica no Sistema Econômico Mundial, através de três eixos fundamentais, tais como: “a inserção na economia internacional, o setor privado como motor de desenvolvimento e, por fim, o desenvolvimento e a afirmação da cultura²³⁴ nacional”. O plano complementa que:

[...] a realização de tais objetivos passa, antes demais, por uma boa governação. A governação deve pautar-se por princípios de rigor e de transparência e orientar-se para a intensificação da democracia, afirmação da liberdade e da cidadania ... a boa governação deve estribar-se também na estabilidade das grandes variáveis macroeconômicas e na

²³² A privatização pode ser um importante fator de desenvolvimento do sector privado, desde que acompanhada de reformas profundas nos domínios financeiros e da regulação econômica. As privatizações devem realizar-se, porém, num quadro jurídico e regulamentar claro e de gestão rigorosa e transparente, de modo a evitar a simples substituição do monopólio público pelo privado, a garantir a proteção dos direitos e interesses dos trabalhadores e a criar as condições para que o sector privado nacional realmente possa participar (AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 1997-2000, p. 4).

²³³ As reformas econômicas podem ser subdivididas em dois momentos, tais como: num primeiro momento, a redução do papel do Estado na economia, através dos programas de privatização e desregulamentação do mercado; a abertura econômica e financeira; a produção direcionada para as exportações; como foco de crescimento; e, por fim, a estabilização macroeconômica; num segundo momento (após 1998/1999), o desenvolvimento e a implementação (após 2002) de uma estrutura fiscal e tributária, com o objetivo de aumentar a capacidade interna para financiamento de projetos de desenvolvimento nacional, assim como reduzir a alta dependência externa desses recursos.

²³⁴ Será essencialmente através da *cultura* que Cabo Verde poderá dar o seu modesto contributo à “aldeia global”, preservando, enriquecendo e salvaguardando, avisada e adequadamente, a sua identidade. Ciente de que a não preservação e valorização dos traços culturais positivos prejudica o desenvolvimento de Cabo Verde, deve se atribuir particular importância à dimensão cultural do desenvolvimento, integrando-a na planificação, o que implica a definição de uma política cultural global. Com efeito, a cultura é o elemento mais universal no diálogo entre os povos e as civilizações ao longo da história e deve ser tida em devida conta na contextualização do desenvolvimento. A homogeneidade e plasticidade da cultura nacional torna o cabo-verdiano um indivíduo aberto ao mundo, com grande capacidade de adaptação, de aprendizagem, receptivo à absorção de tecnologias, desejoso de se valorizar e com um razoável nível de educação (cultural e de instrução), no contexto africano (AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 1997-2000, p. 7).

boa gestão das finanças públicas, através designadamente de uma política orçamental sadia e equilibrada (AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 1997-2000, p. 3-4).

Portanto, o documento produzido na I legislatura (1991/96) do período do multipartidarismo (democrático) e complementado na II legislatura (1997/2002) representa uma das primeiras iniciativas políticas para a inserção do país (independente) no contexto internacional. Destaca-se a necessidade de desenvolver o setor privado, a orientação para o mercado externo, o desenvolvimento de um conjunto de ações e políticas visando aumentar a capacidade de absorção das oportunidades oferecidas pelo sistema global e, por fim, a construção da infra-estrutura e afirmação cultural visando ao fortalecimento da economia nacional, como afirma a seguir:

[...] a criação de um ambiente institucional, econômico e financeiro que favoreça a iniciativa e os investimentos privados, a realização pelo Estado da sua função reguladora e de prestação efetiva de serviços públicos, a descentralização e a consolidação do poder local democrático, a modernização da administração pública e da administração local autárquica, o reforço do equilíbrio e da equidade regionais, a reforma do Parlamento, a reforma do sector da justiça, a redefinição do papel das forças armadas, o desenvolvimento e a afirmação da sociedade civil devem erigir-se como eixos estratégicos da reforma do Estado (AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 1997-2000, p. 3-4).

Percebe-se que uma das opções do desenvolvimento econômico nacional, após a abertura política e democrática, passa, também, não só pela capacidade de aproveitamento das oportunidades oriundas dos principais parceiros institucionais e/oficiais, mas também, pela capacidade de atrair as empresas estrangeiras a investir em Cabo Verde, conforme revela o documento intitulado *Parceria Especial Cabo Verde – UE* (2008, p. 5), seção *Oportunidades, Constrangimento, Desafios e Riscos*:

[...] após decênios em que a economia foi dinamizada pelas transferências dos emigrantes e pela ajuda externa, Cabo Verde entrou numa nova fase. Os investimentos externos diretos no sector produtivo, essencialmente no turismo, passaram a desempenhar um papel primordial. Se as perspectivas atuais se concretizarem, nos próximos anos a economia de Cabo Verde continuará a desenvolver sob efeito das transferências e dos financiamentos externos.

Atrair investimento estrangeiro direto para o setor do turismo continua sendo uma das importantes opções de desenvolvimento nacional. Mas, por outro lado, é importante acrescentar que no atual ambiente de riscos e crises sistêmicas, criar mecanismos institucionais que direcionem e canalizem todos os esforços para favorecer o setor do turismo como opção básica de desenvolvimento nacional parece limitar outros setores como opções de desenvolvimento.

Para o caso específico da economia cabo-verdiana, o setor do turismo, apesar de importante, ainda é limitado uma vez que o modelo de desenvolvimento adotado não estimula e nem dinamiza outros setores produtivos da economia. Essa observação é importante porque os agentes econômicos que operam no setor são basicamente agentes externos que, em momentos de crises e instabilidades econômicas e financeiras, são mais propensos a reduzir os investimentos na modernização do setor do turismo em Cabo Verde.

Em nossa concepção, o desenvolvimento econômico de Cabo Verde passa pela percepção sistêmica da importância do setor do turismo. Essa observação é fundamental porque desenvolver o setor como uma das opções de desenvolvimento nacional significa a formulação de políticas e ações de longo prazo guiadas por um programa de planejamento articulado com diversos setores da economia nacional.

Fica explícito que é indispensável articular o desenvolvimento do turismo com os demais setores, como cultura, saneamento básico, estradas, portos, aeroportos, agricultura, energia, investimento e desenvolvimento municipal, formação técnica e tecnológica dos operadores turísticos, urbanização, saúde pública, entre outros. Essa articulação parece marginalizada e é preciso repensar a contribuição do turismo na dinamização da economia cabo-verdiana.

Nesse contexto é importante delinear uma crítica aos esboços apontados em “As Grandes Opções do Plano 1997-2000”, no subtítulo Inserção Dinâmica no Sistema Econômico Mundial. Em geral, focalizar as necessidades endógenas de desenvolvimento do arquipélago como sinônimo de inserção internacional, não significa a remoção da dependência e vulnerabilidade externa da economia cabo-verdiana. Assim, desenvolver ações, por exemplo, de parceria com a União Europeia reforça, ainda mais, a incapacidade institucional, política e econômica do país frente aos desafios endógenos de desenvolvimento das ilhas.

4.3 Modelo Econométrico, Caracterização das Variáveis e Estimação

Qual é a contribuição das Remessas dos Trabalhadores Emigrantes para o desenvolvimento de Cabo Verde? Ou seja, de que forma esses recursos influenciam o crescimento, ou o desempenho da economia cabo-verdiana? Neste subitem, procurar-se-á responder essa questão através do uso de um instrumental quantitativo e estatístico como método de pesquisa.

Deste modo, o estudo envolve não só a formulação estrutural do modelo, incluindo as variáveis independentes e dependentes, mas também as coletas e análises dos dados estatísticos, que podem evidenciar a hipótese de causa e efeito. Entretanto, fica explícito que o uso de testes e/ou métodos quantitativos ou econométricos pode auxiliar para a averiguação da hipótese a ser estimada no modelo. Por isso, Lakatos e Marconi (2002, p. 84) complementam, ao afirmar que as pesquisas quantitativas

Consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer um desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação da hipótese [...].

Partindo das aceções dos autores, a técnica que se pretende aplicar é a regressão múltipla cujo objetivo é prever a relação de causalidade em relação à variável dependente a partir do conhecimento de mais de uma variável independente que, neste trabalho, em termos de análise, será focada na captação²³⁵ da relação funcional (CORRAR et al, 2007, p. 133) entre as remessas dos trabalhadores emigrantes (RTE) e o PIB per capita da economia cabo-verdiana²³⁶.

Assim, na concepção de Samuelson, Koopmans e Stone (apud GUJARATI, 2000), a econometria “pode ser definida como a análise quantitativa de fenômenos econômicos concretos, baseados no desenvolvimento simultâneo de teoria e observação, relacionado por métodos de

²³⁵ Proxy da contribuição e/ou os efeitos.

²³⁶ Proxy de crescimento econômico.

inferência adequados”. Já Maddala (S/D²³⁷, p. 3) define a econometria como sendo “a aplicação de métodos estatísticos e matemáticos na análise de dados econômicos com o propósito de dar conteúdo empírico a teorias econômicas e confirmá-las ou refutá-las”.

Diferentemente da economia matemática, a econometria é uma metodologia aplicada que preocupa-se com a qualificação empírica das teorias e/ou modelos econômicos. Portanto, enquanto um modelo econômico é representado por um conjunto de hipóteses que descreve, aproximadamente, o comportamento de uma economia ou setor, um modelo econométrico consiste num conjunto de equações comportamentais derivadas de um modelo econômico, cujos objetivos são: “formulações de modelos econômicos em uma forma empiricamente testável²³⁸; ‘a estimação e o teste desses modelos com dados observados’²³⁹; e, por fim, ‘o uso desses modelos para previsões e propósitos da política econômica” (MADDALA, S/D, p. 4).

A técnica de regressão linear múltipla, segundo Gujarati (2000, p.182) e Pindyck (2004, p. 95), pode ser expressa da seguinte forma: $Y_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_k X_{ki} + \mathcal{E}_i$, onde Y representa a variável dependente; X_2 , X_3 , e X_k são as variáveis explanatórias ou explicativas (ou regressores); \mathcal{E} o termo de erro ou de perturbação estocástico; i é a i -ésima observação²⁴⁰; k é o número de variáveis independentes; $k+1$ o número de coeficientes a serem estimados; β_1 é o termo constante (ou intercepto) da equação e os efeitos sobre a variável dependente quando X_2 , X_3 , e X_k forem igualados a zero; e, por fim, β_2 , β_3 e β_k “são os coeficientes de regressão parcial” (GUJARATI, 2000, p. 183), pois, fornecem o “efeito direto ou líquido da mudança de uma unidade em X_2 , X_3 , e X_k sobre o valor médio de Y” (GUJARATI, 2000, p. 186)²⁴¹.

²³⁷ S/D: Sem Data.

²³⁸ Em geral, há varias maneiras de formular o modelo econométrico a partir de um modelo econômico, uma vez que temos que escolher a forma funcional, a especificação da estrutura estocástica das variáveis e assim por diante. Esta parte constitui a especificação do trabalho econométrico (MADDALA, S/D, p. 4).

²³⁹ Esta parte constitui a inferência do trabalho econométrico.

²⁴⁰ Nos casos de dados de séries temporais, o subscrito t indicará a t -ésima observação (GUJARATI, 2000, p. 183).

²⁴¹ Para estimar um modelo de regressão múltipla $Y_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_k X_{ki} + \mathcal{E}_i$, alguns pressupostos são considerados fundamentais para a obtenção de resultados não-tendencioso. Por isso, hipóteses, tais como, os X são variáveis não-estocásticas, além disso, *não existe nenhuma relação linear exata entre duas ou mais variáveis explanatórias*; o erro tem esperança matemática zero para todas as observações; o termo de erro tem variância constante para todas as observações; erros correspondentes a observações diferentes são independentes e, portanto a não existência da correlação entre eles; e, por fim, o termo de erro tem distribuição normal (PINDYCK, 2004, p. 96), são fundamentais na estimação dos dados através dos métodos de mínimos quadrados (MMQ).

As discussões teóricas e as análises estatísticas servem de parâmetro para a elaboração de modelo empiricamente testável. Por isso, partindo das aceções de Gujarati (2000, p. 182) e Pindyck (2004, p. 95), procuramos esboçar, neste subitem, as variáveis selecionadas para compor o modelo econométrico. Para tal, utilizar-se-á o Produto Interno Bruto (PIB) para representar a proxy de crescimento e, portanto, a variável dependente do modelo; a Formação Bruta de Capital (FBK, como proxy de investimento interno), as Remessas dos Emigrantes Trabalhadores (RTE), a Ajuda Externa Oficial para o Desenvolvimento (ODA), o Investimento Estrangeiro Direto (IED) e as Exportações (X), como sendo variáveis explicativas (independentes) do modelo²⁴².

O modelo proposto pode ser expresso na seguinte equação: $pib_{it} = \beta_0 + \beta_1 fbk_{it} + \beta_2 rte_{it} + \beta_3 x_{it} + \beta_4 oda_{it} + \beta_5 ied_{it} + \epsilon_{it}$, onde: pib_{it} = Produto Interno Bruto; fbk_{it} , representa proxy do Investimento Interno Bruto; rte_{it} = Remessas dos Trabalhadores Emigrantes; x_{it} = Exportação; oda_{it} = Ajuda Oficial para o Desenvolvimento; ied_{it} = Investimento Estrangeiro Direto. Essas variáveis incluídas no modelo, em geral, são consideradas importantes fontes de financiamento econômico para países pobres e em desenvolvimento uma vez que ajudam a amenizar os seguintes problemas estruturais: endividamento externo, déficits comerciais, incapacidade de atração de investimentos diretos e produtivos, desequilíbrios orçamentários e fiscais, entre outros. Esses problemas estruturais são típicos da economia cabo-verdiana.

As variáveis incluídas no modelo foram obtidas na base de dados de National Accounts Aggregates Database da ONU²⁴³ - tabela 5 a seguir. Mas entre 1977 e 1985, devido à inexistência de dados referentes a investimento estrangeiro direto, calculamos os valores com base na taxa do crescimento do PIB desse período. Esse artifício é importante porque é razoável estabelecer a relação entre, por exemplo, o crescimento econômico de um país e a afluência do investimento direto estrangeiro. Isso foi necessário para completar a série de dados e, ao mesmo tempo, fazer uma estimação com um período aceitável de tempo para os efeitos de análise. Também é possível acrescentar que o comportamento do IED apresenta um comportamento volátil na economia cabo-verdiana e, em decorrência, o artifício usado não altera a análise dos resultados esperados.

²⁴² É importante acrescentar que as variáveis selecionadas, em geral, são utilizadas (de forma isolada) em vários estudos sobre as remessas dos emigrantes (GLYTSOS, 2002; CHAMI et al., 2003; FAYISSA e NSIAH, 2008; IQBAL e ZAHID, 1998; BERTOLI, 2005).

²⁴³ <http://unstats.un.org/unsd/snaama/cavailability.asp>

Tabela 5: Dados (em US\$) utilizados na regressão, 1975 - 2007

Ano	PIB	FBK	EXP	RTE	ODA	IED
1975	117,800,201.62	53,666,500.19	24,018,356.12	0	8,650,000.00	0
1976	109,927,249.97	50,035,829.98	22,610,849.84	0	23,970,000.00	0
1977	103,123,694.34	48,202,957.15	21,616,028.44	24,000,000.00	26,060,000.00	-63,824.74
1978	118,701,717.57	55,900,415.06	25,605,669.66	24,000,000.00	35,060,000.00	179,312.63
1979	127,267,384.40	59,283,532.50	27,706,710.76	24,000,000.00	32,480,000.00	91,837.76
1980	142,247,961.52	59,532,170.78	24,286,298.04	40,000,000.00	61,840,000.00	167,439.33
1981	139,479,340.66	63,208,154.21	29,943,731.00	32,000,000.00	48,690,000.00	-27,147.34
1982	140,654,162.86	74,365,279.05	32,242,108.88	26,000,000.00	51,390,000.00	11,847.18
1983	138,509,933.39	67,654,929.50	34,104,367.44	21,000,000.00	56,190,000.00	-21,115.41
1984	132,060,263.03	58,139,975.55	30,064,357.14	21,000,000.00	60,600,000.00	-61,493.44
1985	137,775,514.29	62,115,368.41	31,179,177.50	21,000,000.00	64,390,000.00	59,625.94
1986	190,724,510.50	87,370,482.01	33,572,934.03	28,000,000.00	104,080,000.00	-8,734.00
1987	236,151,289.69	101,861,796.94	42,578,686.51	36,000,000.00	84,460,000.00	2,786,151.00
1988	265,354,008.39	98,460,471.09	44,159,988.90	43,000,000.00	82,390,000.00	597,912.00
1989	268,363,867.20	102,719,888.82	51,418,293.82	48,000,000.00	82,980,000.00	174,023.00
1990	308,047,826.21	134,449,817.70	52,576,465.77	59,000,000.00	105,280,000.00	250,601.00
1991	321,110,981.44	111,377,757.00	52,975,609.76	62,000,000.00	102,000,000.00	1,744,334.00
1992	358,451,429.84	136,358,858.19	61,728,156.08	76,000,000.00	116,480,000.00	450,472.00
1993	361,547,062.21	141,026,729.61	65,033,212.54	76,000,000.00	114,960,000.00	3,644,068.00
1994	409,044,561.36	181,502,610.18	75,159,816.42	85,000,000.00	119,670,000.00	2,128,443.00
1995	490,609,819.57	200,142,262.32	81,568,355.31	106,000,000.00	115,730,000.00	26,180,647.00
1996	504,864,505.78	181,874,721.52	93,031,402.76	100,000,000.00	116,460,000.00	28,528,008.00
1997	493,345,615.86	199,875,147.57	102,035,201.95	76,000,000.00	110,830,000.00	11,576,611.00
1998	525,677,569.21	163,803,295.72	102,234,307.11	74,000,000.00	129,620,000.00	9,039,816.00
1999	596,834,346.55	223,599,456.22	118,130,424.91	79,000,000.00	135,820,000.00	53,318,560.00
2000	539,227,244.18	165,578,017.51	112,816,229.75	87,000,000.00	93,910,000.00	33,424,782.00
2001	563,024,434.46	178,360,865.48	106,537,039.93	81,000,000.00	77,190,000.00	9,112,802.00
2002	620,974,878.82	222,433,447.17	129,807,357.99	85,000,000.00	91,740,000.00	14,806,644.00
2003	813,964,168.21	252,518,685.63	118,796,602.75	108,540,000.00	143,290,000.00	39,255,000.00
2004	924,318,289.44	364,790,135.10	127,964,912.24	113,400,000.00	143,180,000.00	67,590,000.00
2005	1,006,357,658.10	412,685,017.80	158,836,467.98	136,649,000.00	162,140,000.00	16,700,000.00
2006	1,201,639,084.46	516,201,878.62	216,294,840.81	136,600,000.00	138,360,000.00	122,600,000.00
2007	1,456,397,377.60	691,031,692.24	269,232,338.66	138,857,000.00	163,440,000.00	130,290,000.00

Fonte: In <http://unstats.un.org/unsd/snaama/cavailability.asp>

Com o objetivo de buscar uma relação de equilíbrio ao longo das séries temporais²⁴⁴, propomos a transformação da $pib_{it} = \beta_0 + \beta_1 fbk_{it} + \beta_2 rte_{it} + \beta_3 x_{it} + \beta_4 oda_{it} + \beta_5 ied_{it} + \mathcal{E}_{it}$, na seguinte equação logarítmica (log): $\log(pib_{it}) = \beta_0 + \beta_1 \log(fb_{it}) + \beta_2 \log(rte_{it}) + \beta_3 \log(x_{it}) + \beta_4 \log(oda_{it}) + \beta_5 \log(ied_{it}) + \mu_{it}$. Segundo Stock (2004, p. 294) “as séries temporais econômicas frequentemente são analisadas após o cálculo de seus logaritmos”. Isso se deve segundo o autor, a dois motivos:

- i) “[...] é que muitas séries econômicas, tais como o Produto Interno Bruto (PIB), apresentam um crescimento aproximadamente exponencial, isto é, no longo prazo a série tende a aumentar em média determinado percentual ao ano; se for o caso, o logaritmo da série cresce aproximadamente de forma linear”; e, por fim,
- ii) “[...] é que o desvio padrão de muitas séries temporais econômicas é aproximadamente proporcional a seu nível, isto é, ele é bem expresso como um percentual do nível da série; se for esse o caso, então o desvio do logaritmo da série é aproximadamente constante”.

Stock (2004, p. 294) acrescenta que “em qualquer um dos casos, é útil transformar a série de modo que as variações na série transformada sejam variações proporcionais (ou percentuais) na série original, e isso é obtido pelo cálculo do logaritmo da série”. Portanto, a partir dessa transformação, obter-se-á uma distribuição para os dados mais simétricos e próximos da normalidade e estacionariedade, ou seja, que se comporta aleatoriamente em torno da média constante, mostrando um equilíbrio estável.

Assim, com a exceção do IED, todas as variáveis foram linearizadas, cujo objetivo é eliminar a existência de multicolinearidade entre as variáveis (ou uma combinação de variáveis) e

²⁴⁴ Uma série temporal é uma sequência de dados numéricos na qual cada item é associado a um instante particular (MADDALA, S/D, p. 273). Uma análise de vários conjuntos de dados da mesma sequência de períodos de tempo é chamada de análise de séries temporais multivariadas ou, de forma mais simples, análise de séries temporais múltiplas (por exemplo, uma análise com base de dados mensais, as relações entre emprego, nível de preço, oferta monetária, etc cabem na análise de séries temporais multivariada (MADDALA, S/D, p. 273).

a heterocedasticidade (variância do erro não constante) do modelo a ser estimado. Ou seja, estimar os valores das séries em log visa obter as elasticidades das variáveis em relação ao desempenho da economia cabo-verdiana (PIB).

Em geral, usar o mecanismo de transformação logarítmica para séries temporais é importante porque os dados das séries apresentam alguma característica de não-estacionariedade, podendo assim contribuir para uma análise distorcida dos resultados obtidos na estimação. Neste caso, os parâmetros obtidos na regressão do modelo podem manifestar características tendenciosas ou inconsistentes, conforme explicita Stock (2004, p. 303):

[...] a análise de regressão de dados de séries temporais necessariamente utiliza dados do passado para quantificar relações históricas. Se o futuro é igual ao passado, então essas relações históricas podem ser utilizadas para prever o futuro. Mas se o futuro difere fundamentalmente do passado, essas relações históricas podem não ser guias confiáveis para o futuro. No contexto da regressão de séries temporais, a ideia de que as relações históricas podem ser generalizadas para o futuro é formalizada pelo conceito de estacionariedade.

A definição precisa de estacionariedade é de que a distribuição de variáveis de série temporal não muda ao longo do tempo. [...] uma série temporal Y_t é estacionária se a sua distribuição de probabilidade não muda ao longo do tempo, isto é, se a distribuição conjunta de $(Y_{s+1}, Y_{s+2}, \dots, Y_{s+T})$ não depende de s ; caso contrário, diz-se que Y_t é não estacionária. Diz-se que um par de séries temporais Y_t e X_t é conjuntamente estacionário se a distribuição conjunta de $(X_{s+1}, Y_{s+1}, X_{s+2}, Y_{s+2}, \dots, X_{s+T}, Y_{s+T})$ não depende de s . A estacionariedade requer que o futuro seja igual ao passado, pelo menos em um sentido probabilístico (STOCK, 2004, p. 303).

Por isso, é importante a aplicação de teste raiz unitária Dickey-Fuller (ADF) para verificar o comportamento estacionário ou não de uma série temporal – ao aplicar este teste para os dados originais do modelo, as séries foram consideradas não estacionárias em níveis (Tabelas em Anexo), ou seja, aceitam a hipótese nula de raiz unitária para valores originais. Mas, ao aplicar a diferença, as séries, em geral, mostraram-se estacionárias na primeira e/ou segunda diferença (Tabelas em Anexo), rejeitando, deste modo, a hipótese de raiz unitária ao nível de significância de 1%.

Assim, é aconselhável realizar a estimação em diferença e não em nível. Foi transformada a equação $\log(pib_{it}) = \beta_0 + \beta_1 \log(fb_{it}) + \beta_2 \log(rte_{it}) + \beta_3 \log(x_{it}) + \beta_4 \log(oda_{it}) + \beta_5 ied_{it} + \mu_{it}$ na seguinte equação da diferença: $D(\log(pib_{it})) = \beta_0 + \beta_1 D(\log(fb_{it})) + \beta_2 D(\log(rte_{it})) + \beta_3 D(\log(x_{it})) + \beta_4 D(\log(oda_{it})) + \beta_5 D(ied_{it}) + \mu_{it}$. A tabela 5 mostra os resultados da estimação.

Tabela 6: Resultado da Estimação do Modelo, 1978 a 2007

Dependent Variable: D(LOG(PIB))

Method: Least Squares

Sample (adjusted): 1978 2007

Included observations: 30 after adjustments

Newey-West HAC Standard Errors & Covariance (lag truncation=3)

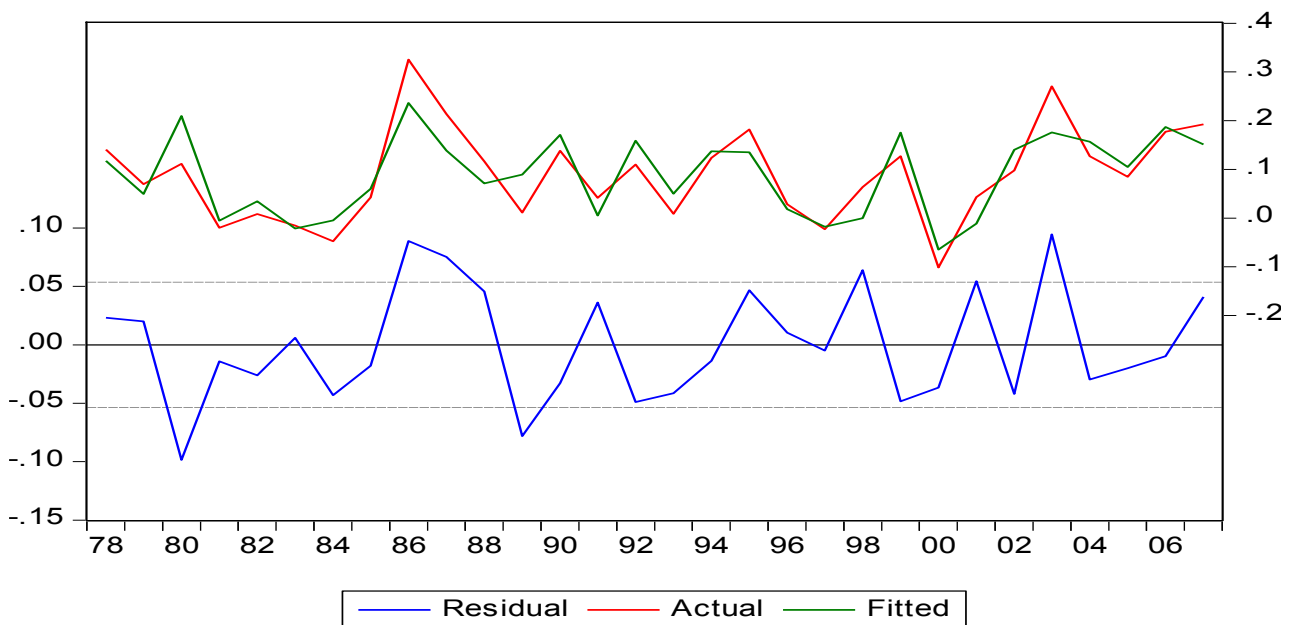
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.035383	0.011659	3.034853	0.0057
D(LOG(EXPORT))	0.116591	0.123726	0.942335	0.3554
D(LOG(FBK))	0.217499	0.071113	3.058522	0.0054
D(LOG(ODA))	0.101077	0.054746	1.846287	0.0772
D(LOG(RTE))	0.242153	0.074276	3.260173	0.0033
D(IED)	7.86E-10	2.90E-10	2.712462	0.0122
R-squared	0.737674	Mean dependent var		0.088260
Adjusted R-squared	0.683022	S.D. dependent var		0.095187
S.E. of regression	0.053591	Akaike info criterion		-2.838006
Sum squared resid	0.068929	Schwarz criterion		-2.557766
Log likelihood	48.57008	Hannan-Quinn criter.		-2.748355
F-statistic	13.49782	Durbin-Watson stat		2.106029
Prob(F-statistic)	0.000003			

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Eviews

Tanto os recursos enviados pelos emigrantes quanto o IED e ODA explicam o desempenho do PIB de Cabo Verde. Mas, em termos comparativos, as RTE têm maior influência, ou seja, por cada 1% das remessas enviadas aos familiares residentes no país, estes recursos geram um impacto de 0,24% no crescimento econômico. No caso específico da economia cabo-verdiana, esse impacto gerado pelas RTE, em nossa compreensão, merece ser explicado através dos efeitos direto e indireto. Esses efeitos devem ser analisados sob o ponto de vista complementar e não excludente.

Mas, partindo dos resultados dos efeitos das RTE no crescimento nos leva a relacionar com os resultados apresentados pelo Relatório de pesquisa comandada por OMCV e PCN (2010), - figura 25 - sendo que cerca de 76,% das remessas são utilizadas no consumo de alimentos, 9,4% na educação, 6,3% na habitação, entre outras. Neste caso, sem dúvida, o acesso das famílias tanto ao consumo dos bens duráveis quanto aos bens não-duráveis representa o mais importante canal de absorção dos recursos dos emigrantes²⁴⁵.

Gráfico 27: Teste de Resíduo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Eviews

O Gráfico 27 mostra um comportamento normal dos resíduos com exceção de alguns picos (1985, 1986, 2003) e baixa (1980, 1989). Em geral, o resultado obtido do teste do resíduo não afetou o resultado esperado²⁴⁶. Partindo do modelo utilizado na estimação, o erro não

²⁴⁵ Outra observação importante pode ser observada no Relatório & Contas (2008, p. 37) da Caixa Econômica de Cabo Verde. Do total dos depósitos das pessoas físicas, cerca de 32,2% (2007) e 30% (2008) pertencem aos emigrantes. Portanto, esses recursos são relevantes para o desenvolvimento de novos produtos, tais como: crédito, microcrédito, financiamento ao consumo, habitação, educação, entre outras. Esses produtos são importantes para o crescimento econômico. Por este motivo, a Caixa Econômica de Cabo Verde afirma que, nos últimos anos, o crescimento dos depósitos na instituição vem sendo impulsionado pelos depósitos dos emigrantes cabo-verdianos.

²⁴⁶ “o termo erro μ_i é homocedástico se a variância da distribuição condicional de μ_i dado X_i é contante para $i=1, \dots, n$ e em particular não depende de X_i . Caso contrário, o termo erro é heteroscedástico” (STOCK, 2004, p. 85).

constitui ruído branco. Também foi realizado Pairwise Granger Causality Tests. E por causa da característica do modelo proposto neste trabalho, não foi possível estabelecer uma relação de causalidade entre as variáveis usadas na estimação. Com isso, como as variáveis, na maioria, são externas é impossível evidenciar com exatidão o grau de relação e de dependência entre elas.

4.4 Novas Percepções, Empresários da Diáspora e Sustentabilidade das Remessas

O objetivo principal deste subitem é delinear e incorporar à análise alguns aspectos que, a nosso ver, são fundamentais para estimular as novas percepções para o setor da emigração cabo-verdiana. Deste modo, procuramos focar em dois pontos complementares, sendo que o primeiro é a construção ou modernização dos mecanismos institucionais que visam à formação das corporações empresarias de origem dos emigrantes cabo-verdianos, enquanto o segundo aspecto está relacionado, em geral, à redução dos custos de transações das remessas e a contribuição da “Diáspora” para o desenvolvimento local.

Essas deduções, em geral, são explanadas a partir dos estudos e recomendações publicadas pelas instituições e organismos internacionais, bem como de debates articulados nas academias e algumas declarações emitidas nos fóruns²⁴⁷ sobre as migrações e o desenvolvimento socioeconômico.

Antes de esboçar a discussão e análise dos tópicos propostos é importante abordar, de forma resumida, alguns aspectos que, em nossa compreensão, são importantes para qualificar e reforçar a própria sustentabilidade do envio dos recursos dos emigrantes, já que qualquer ação ou

²⁴⁷ No caso específico da emigração cabo-verdiana, usar-se-á as apreciações articuladas no I, II, III e IV Congresso dos Quadros Cabo-verdianos da Diáspora como uma das principais fontes de aconselhamento da relação entre a “Diáspora” e o desenvolvimento do país. Esses encontros, especialmente o IV Congresso, foram fundamentais porque revelam que a construção, no âmbito nacional, das novas percepções institucionais e políticas que associa e enquadra o setor da emigração nas opções do plano de desenvolvimento, passa necessariamente não só pelo reconhecimento da contribuição econômica deste setor, mas, também, pela redefinição e modernização das ações institucionais do Estado perante essas comunidades emigradas. Portanto, na nossa compreensão, na prática, a demanda por ações inovadoras se deve ao fato de que os emigrantes cabo-verdianos são, sem dúvida, importantes agentes que promovem o desenvolvimento econômico do país.

estratégia isolada, por si só, é insuficiente para explicar, de fato, a real contribuição do setor da emigração no desenvolvimento dos países de origem.

Isso significa que outras ações políticas e institucionais são importantes para potencializar, reforçar e qualificar os efeitos sistêmicos que os recursos dos emigrantes podem gerar no desenvolvimento das ilhas de Cabo Verde. Por conseguinte, fica evidente que a edificação dos alicerces que potencializam a participação ativa dos emigrantes na construção e formação da riqueza nos países de origem não é uma tarefa simples e direta porque envolve limitações e restrições que, em geral, são estruturais e conjunturais. Por isso, para Vitorino²⁴⁸ (2006, p. 21 a 23), a complexidade da relação entre migração e desenvolvimento socioeconômico não pode ser interpretada, em si mesmo, como uma novidade:

[...] o que é novo é, provavelmente, isso sim, o desafio que a dimensão actual dos fluxos migratórios coloca, quer em termos de recursos humanos envolvidos, quer em termos de fluxos de capitais com eles relacionados, dimensões estas que interpelam directamente todos os intervenientes no processo migratório: desde logo, os países de destino, as sociedades de acolhimento dos imigrantes, mas também os países de origem, os países donde provêm esses imigrantes e, *last but not the least*, as próprias comunidades de imigrantes.

Partindo da interpretação do autor, nota-se que é necessário desenvolver uma nova visão em torno da potencial contribuição do setor da emigração para o desenvolvimento dos países de origem. Essas iniciativas dependem das instituições desses países. Assim, em nossa compreensão, torna-se urgente a redefinição de ações e estratégias institucionais voltadas a reforçar o engajamento sistêmico tanto no ambiente interno quanto em relação aos diversos setores dos países anfitriões, ou seja, em geral, uma visão integrada resulta do grau de cooperação entre os países, como fica evidente na afirmação a seguir:

[...] é um desafio novo que se coloca aos países de destino porque, manifestamente, uma integração bem sucedida das comunidades de imigrantes nas sociedades de acolhimento é um factor de potenciação da ajuda ao desenvolvimento, do combate e erradicação da pobreza nos países de origem que cabe travar e desenvolver, em primeira linha, aos países do mundo desenvolvido, aos países de destino e às sociedades de acolhimento. Mas é também um desafio aos países de origem, na medida em que a lógica clássica de

²⁴⁸ Comissário do Forum Gulbenkian Imigração 2006/2007.

olhar para a imigração como caixa registadora das remessas de imigrantes tem que ser, cada vez mais, afastada em benefício de uma política pró-activa que potencialize os recursos humanos e financeiros que as diásporas representam para o desenvolvimento dos países de origem e também para as comunidades imigrantes porque o seu papel afere-se não apenas em termos de inserção nas sociedades de acolhimento, de realização pessoal dos imigrantes nos países que escolheram para viver e trabalhar, mas também na sustentabilidade da sua existência a longo prazo (VITORINO, 2006, p. 21).

Portanto, seguindo a visão do autor, tudo sugere que tanto as preocupações quanto os desafios em torno da questão migratória, numa perspectiva pró-desenvolvimento, além de envolver os esforços institucionais resultantes do fenómeno em questão, abrangem, também, a própria sustentabilidade dessas remessas.

Então, pode-se afirmar que a qualificação dos impactos provocados por envio desses recursos externos depende do reconhecimento institucional e da valorização e integração dos quadros da Diáspora nos programas de cooperação internacional, forçando assim a redefinição da política externa e o fomento da elevação dos níveis de cooperação e de convergência institucional direccionados para a superação dos constrangimentos e que, ao mesmo tempo, contribuam para potencializar os aspectos positivos gerados em torno do fenómeno emigratório:

[...] remessas colectivas de comunidades de imigrantes para promoverem o desenvolvimento sustentado das suas zonas de origem, de forma a que essas remessas não sejam apenas canalizadas para um puro consumo privado, mas possam ter também um efeito propulsor do desenvolvimento colectivo (VITORINO, 2006, p. 22).

No caso da economia cabo-verdiana, é indispensável esboçar um entendimento de que as remessas dos emigrantes, além de representarem uma importante fonte de recursos que nos últimos anos vem amenizando a situação crítica do balanço de pagamentos, também desempenham uma função social e institucional. Essa visão integrada é importante porque amplia a grandeza da contribuição dos emigrantes no desenvolvimento²⁴⁹, conforme mostra a seguir A Contribuição do Quadro Integrado na Transformação Económica de Cabo Verde (2008, p.9):

²⁴⁹[...] a composição das remessas dos emigrantes, elas constituem, indiscutivelmente, uma contribuição importante para a formação do investimento privado, para a constituição de reservas externas e, em termos gerais, para o apoio à manutenção da estabilidade macroeconómica do país (IV CONGRESSO DOS QUADROS CABO-VERDIANOS DA DIÁSPORA. TEMA: A DIÁSPORA CABO-VERDIANA E O DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE: UM

As remessas dos emigrantes contribuem para o equilíbrio da balança de pagamentos, assim como para a melhoria do nível de vida das famílias beneficiadas. De regresso a Cabo Verde, os emigrantes geralmente investem as suas poupanças. Estes investimentos são dirigidos sobretudo aos sectores da construção civil, dos transportes e do turismo, pelo que se reveste de grande importância na utilização da mão-de-obra, sobretudo nas regiões rurais das ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo²⁵⁰.

Portanto, é nesse contexto que, antes de focalizar os pontos importantes deste capítulo, propor-se-á delinear, resumidamente, alguns aspectos relevantes para evidenciar e compreender não só a força estimuladora e estabilizadora dos recursos dos emigrantes na economia cabo-verdiana, mas também que por de traz dessa dinâmica é imprescindível a conjugação das seguintes forças: o Estado, a comunidade emigrada e as instituições dos países anfitriões. O objetivo do agrupamento dessas forças é desenvolver ações e políticas que visem o reconhecimento, a proteção e a integração dos emigrantes na diáspora.

4.4.1 Reconhecimento Institucional, Ações Diplomáticas e o Papel da Mulher Cabo-verdiana no Contexto da Emigração

O reconhecimento político e institucional da contribuição da Diáspora no desenvolvimento do arquipélago pode ser demonstrado em várias manifestações oficiais não só do Governo Central, mas também da própria comunidade dos emigrantes através das ilações expressas no IV congresso dos quadros cabo-verdianos da Diáspora²⁵¹. O encontro tinha como objetivo central desenvolver mecanismos institucionais que reforçam as formas de participação

DESAFIO DE CIDADANIA. Praia, 19 a 22 de abril de 2006). Disponível <http://www.congressocv.org/congressos/4/objectivos.php> Acesso dia 16/03/2010

²⁵⁰ Disponível em http://www.integratedframework.org/files/portuguese/CapeVerde_Concept%20Note_2008_port.pdf Acessado dia 21 de Setembro de 2010.

²⁵¹ IV CONGRESSO DOS QUADROS CABO-VERDIANOS DA DIÁSPORA. TEMA: A DIÁSPORA CABO-VERDIANA E O DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE: UM DESAFIO DE CIDADANIA. Praia, 19 a 22 de abril de 2006. Disponível <http://www.congressocv.org/congressos/4/objectivos.php> Acesso dia 16/03/2010

dos quadros²⁵² da Diáspora nos projetos de desenvolvimento, construindo, assim, um canal permanente voltado a despertar a consciência da comunidade aos desafios e oportunidades nas ilhas, reforçando o que a organização identifica por “força impulsionadora, um sentimento de pertença à Nação Cabo-Verdiana num desafio que é potenciado pela consciência da nossa responsabilidade como cidadãos do País”²⁵³.

A mobilização dos quadros cabo-verdianos face aos desafios e oportunidades de desenvolvimento, por si só, não estimula o desencadeamento de um comportamento de pertencimento à nação por parte dos emigrantes. Este sentimento de pertencimento só tem sentido na presença de ações e políticas que estimulam a participação mais ativa dos emigrantes na elaboração de projetos de desenvolvimento e, para isso, torna-se relevante identificar algumas demandas que reforçam não só o envolvimento da Diáspora, mas também que, em termos de mobilização, fomenta a participação tanto do Governo Central quanto dos municípios cabo-verdianos, além das diversas instituições da sociedade, reforçando, deste modo, a capacidade de mobilização em prol do desenvolvimento.

Essa mobilização²⁵⁴, na percepção da organização do evento, “deverá integrar o reconhecimento do contributo que a valorização e a afirmação de todas as gerações da Diáspora Cabo-Verdiana nos países de destino pode dar ao desenvolvimento de Cabo Verde, País de origem”²⁵⁵. Por isso, a contribuição das lideranças comunitárias (ou agentes locais) é vista como essencial para mediar e qualificar a relação entre a Diáspora e a respectiva participação no desenvolvimento do país através das novas percepções e perspectivas e, sobretudo, na formatação

²⁵² O Congresso de Quadros é uma Associação que abrange os Quadros Cabo-verdianos que vivem e trabalham fora do território de Cabo Verde, podendo ainda acolher no seu âmbito, e, nos termos definidos nos presentes Estatutos e seus Regulamentos, as Associações ou outras Instituições das Comunidades Cabo-verdianas da Diáspora bem como Quadros Cabo-verdianos residentes em Cabo Verde. (ESTATUTO DOS ASSOCIADOS, Capítulo I; Artigo I)

²⁵³ In IV CONGRESSO DOS QUADROS CABO-VERDIANOS DA DIÁSPORA. TEMA: A DIÁSPORA CABO-VERDIANA E O DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE: UM DESAFIO DE CIDADANIA. Praia, 19 a 22 de abril de 2006.. Disponível <http://www.congressocv.org/congressos/4/objectivos.php> Acesso dia 16/03/2010

²⁵⁴ Segundo as premissas do IV congresso dos quadros cabo-verdianos da Diáspora, o significado dessa mobilização é fundamental porque envolveu: i) “todos os estratos sociais geracionais da nossa Diáspora, com especial relevância para os seus Quadros das diversas áreas do saber e da experiência”; e, ii) as “lideranças comunitárias ... como fator de legitimação e de valorização do seu poder de intervenção a favor do desenvolvimento das nossas comunidades e, consequentemente, do desenvolvimento de Cabo Verde”.

²⁵⁵ In IV CONGRESSO DOS QUADROS CABO-VERDIANOS DA DIÁSPORA. TEMA: A DIÁSPORA CABO-VERDIANA E O DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE: UM DESAFIO DE CIDADANIA. Praia, 19 a 22 de abril de 2006.. Disponível <http://www.congressocv.org/congressos/4/objectivos.php> Acesso dia 16/03/2010

de novos arranjos institucionais que reforçam, de forma sistêmica, o estreitamento entre as comunidades dos emigrantes e o desenvolvimento nacional.

Neste caso, segundo as contribuições da organização dos quadros na diáspora (2006), a opção por novas diretrizes institucionais “revela-se de grande actualidade e da maior importância, posto que a procura de novas e mais favoráveis condições de desenvolvimento para o país aponta, também, para a necessidade de se encontrar uma nova dimensão do relacionamento entre a Diáspora e Cabo Verde, sendo que a procura dessa nova dimensão deve representar um compromisso de todos, enquanto portadores de direitos e de deveres de Cidadania”²⁵⁶.

Deste modo, fica explícito que as novas necessidades, os novos desafios e, por fim, os novos compromissos, demandam novas reformas institucionais e novas formas de relacionamento entre as ilhas e a Diáspora. Por isso, é possível afirmar que tanto o I²⁵⁷ quanto o II²⁵⁸ e o III²⁵⁹ congresso dos quadros cabo-verdianos da Diáspora foram importantes para aprimorar os anseios e dos objetivos presentes no IV congresso que, segundo a instituição,

²⁵⁶ <http://www.congressocv.org/congressos/4/objectivos.php> Acesso dia 16/03/2010.

²⁵⁷ “O I Congresso deu uma atenção muito particular ao tema do desenvolvimento da Nação Cabo-verdiana. No seu primeiro painel, “As Vias de Desenvolvimento de Cabo Verde e a Contribuição dos Quadros Cabo-Verdianos no Exterior”, o Congresso analisou alguns dos constrangimentos da economia cabo-verdiana, com ênfase nos problemas da insularidade, da dimensão territorial e populacional, bem como na sua posição periférica em relação às economias adjacentes. Foram, ainda, equacionadas estratégias de desenvolvimento e algumas das suas dimensões sectoriais importantes, como as do financiamento, da tecnologia, das exportações, ou da ordenação do território. Neste contexto, o Congresso deu uma atenção muito particular ao relacionamento entre as Comunidades Emigradas e Cabo Verde, debruçando-se sobre as formas como esse relacionamento se tem traduzido em apoio ao desenvolvimento do arquipélago e sobre possíveis formas de aprofundamento desse apoio”. Acessado em 16/03/2010. Disponível <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/Actas%20CongressoIm.pdf> Acesso 16/03/2010.

²⁵⁸ “O II Congresso continuou a tratar as grandes questões que afectam a vida das Comunidades Emigradas, mas também deu uma atenção particular ao tema da participação dos quadros no desenvolvimento de Cabo Verde. Considerando que o Governo de Cabo Verde e os congressistas, bem como a sociedade civil, estavam de acordo sobre a importância dessa participação, o Congresso procurou levar o debate para além da sua afirmação retórica, para se analisar formas de operacionalização, tais como o estabelecimento de sistemas de comunicação interactiva entre as organizações de quadros residentes e da Diáspora, ou a participação activa dos emigrantes cabo-verdianos no desenvolvimento da cooperação descentralizada entre os seus municípios de origem e de acolhimento”. Disponível <http://www.congressocv.org/download/01-Abertura-1-86.pdf> Acesso 16/03/2010.

²⁵⁹ “III Congresso, realizado na cidade da Praia em Abril de 2002, se constituiu num fórum de reflexão sobre as Segundas Gerações da Diáspora Cabo-Verdiana, assumidas por todos os presentes como o desafio da continuidade e perenidade da Nação Cabo-verdiana espalhada pelos quatro cantos do mundo. O Congresso contou, em particular, com uma participação significativa de jovens das Segundas Gerações, vindos dos diversos destinos de emigração, que participaram nos debates e na identificação dos obstáculos e dificuldades da sua integração social, económica e cultural nos países de acolhimento, ao lado das grandes oportunidades educativas, científicas e culturais que esses mesmos países lhes oferecem, bem como na formulação das Conclusões e Recomendações. O III Congresso constituiu, com essa análise e discussão, um momento alto e singular na abordagem de questões da cabo-verdianidade no mundo, como antes não tinha sido realizado de forma tão abrangente, tão profunda e tão participada”. Disponível <http://www.congressocv.org/download/02-Painel-87-150.pdf> Acesso 16/03/2010.

[...] partem de um pressuposto essencial: é ao Governo de Cabo Verde, em conjugação com as outras Instituições do Estado, que cabe, em exclusivo, definir as perspectivas do desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como as condições e prioridades das demais políticas visando o bem-estar da população cabo-verdiana (2006).

As citações anteriores demonstram, de forma categórica, que os esforços e as contribuições²⁶⁰ da Diáspora cabo-verdiana dependem da capacidade de valorizar e integrar os quadros não só nos projetos de desenvolvimento nacional, mas também nas políticas de cooperação internacional que reforçam a participação ativa da comunidade emigrada nas ações que visam contribuir para o desenvolvimento do arquipélago. Por isso, no IV congresso (2006) foi anunciada a necessidade de debater, à luz dos desafios globais, as questões²⁶¹ envolvendo a imigração cabo-verdiana, tais como:

- i) atualizar e inventariar os principais problemas com que se defrontam os emigrantes cabo-verdianos nos países de acolhimento;
- ii) avaliar a situação em relação aos níveis de integração nos países de acolhimento, bem como as suas principais condicionantes atuais;
- iii) avaliar a situação em relação aos problemas das Segundas Gerações;
- iv) avaliar os desafios com que se acha confrontado o associativismo cabo-verdiano na Diáspora; e, finalmente,
- v) fazer o balanço dos progressos conseguidos em matéria de estabelecimento de redes de cabo-verdianidade, aproveitando para tanto o potencial oferecido pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

²⁶⁰ Portanto, é importante esboçar um conjunto de políticas e estratégias que visam agregar a economia dos emigrantes no centro das grandes opções de planos e políticas de desenvolvimento nacional. Para isso, o IV congresso apontou alguns pontos que julgamos ser essenciais, tais como: inventariar as várias formas que poderá assumir a participação dos Quadros da Diáspora no desenvolvimento de Cabo Verde; debater as formas de operacionalizar a aplicação dessas capacidades aos objetivos pretendidos; antecipar as formas de minimizar os obstáculos de natureza sociológica, cultural, jurídica, ou outra, que tendam a dificultar a cooperação entre as Comunidades na Diáspora e entre estas e Cabo Verde; e, identificar e seleccionar áreas ou campos de concentração preferencial dos esforços de cooperação.

²⁶¹ “O IV congresso denominou de “um principio estruturante da sua ação, o acompanhamento permanente das questões da emigração cabo-verdiana”. Disponível <http://www.congressocv.org/congressos/4/objectivos.php> Acesso 16/03/2010.

Essas colocações são importantes, mas devem ser analisadas de forma integrada e não isolada. Por este motivo, é relevante que o Estado desenvolva ações e políticas que incluam as preocupações da diáspora, conforme destaca Vitorino (2006):

[...] os acordos bilaterais são excelentes, os acordos multilaterais são ótimos, mas os fenômenos migratórios são fenômenos humanos e, sem essa ligação pessoal, sem a possibilidade de pegar no telefone e ligar de um país para o outro entre responsáveis da política migratória, muitas das questões que se dirimem nestes seminários e nestas conferências acabam por não ter tradução prática. Esta dimensão humana dos responsáveis de imigração é extremamente importante.

Partindo das acepções do autor, é proeminente entender que o fenômeno migratório é complexo e, por este motivo é imprescindível o desenvolvimento de políticas, estratégias e ações de cooperação que visem multiplicar a atenção para o setor. Além disso, é importante a participação dos quadros qualificados nos programas de desenvolvimento apoiados pela cooperação bilateral e multilateral. Nesse sentido, Fagen (2009) aponta que a comunidade internacional, nos últimos anos, vem estimulando o desenvolvimento de trabalhos que motivam o engajamento da diáspora nos projetos de valorização humana e desenvolvimento socioeconômico.

A autora menciona que, na edição de 2007, o Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento, ocorrido em Bruxelas, recomendou que os governos dos países²⁶² de origem dos imigrantes devem promover políticas e ações práticas dirigidas à utilização coletiva das RTE na resolução dos problemas sociais, de infra-estruturas e de projetos de desenvolvimento econômico nos países de origem. Assim, para a autora, algumas sugestões²⁶³ são fundamentais, tais como:

- i) os doadores internacionais podem e devem cultivar as reais e potenciais sinergias entre os esforços despendidos pelas organizações internacionais,

²⁶² Especialmente os países de renda baixa; e, frágeis.

²⁶³ Estas resultantes da pesquisa sobre o papel dos migrantes e da diáspora no desenvolvimento social dos países de origem.

ONG'S e associações/grupos da diáspora²⁶⁴ no que tange ao apoio social para o desenvolvimento dos países de origem;

- ii) doadores e ONG'S internacionais devem desenvolver formas de facilitar os esforços da diáspora sempre que possível²⁶⁵, contribuindo assim para a melhoria das infra-estruturas educacionais, saúde, acesso à tecnologia de comunicação, entre outras.

Portanto, apoiar essas ações significa ocupar espaços que, em muitos casos, estão diretamente relacionados com a incapacidade do Estado (fragilidades econômicas, institucionais e políticas) em responder a essas demandas.

Por fim esboçaremos, brevemente, o papel da mulher que, em termos de gênero, é mais vulnerável às ações e externalidades negativas presentes na emigração. Diante disso, é indispensável canalizar esforços para ampliar os níveis de formação e capacitação das mulheres cabo-verdianas na Diáspora uma vez que, à medida que esses comprometimentos avancem, maior é a probabilidade e a facilidade de integração nos países anfitriões, bem como maior é o conhecimento e esclarecimento dos mecanismos jurídicos e institucionais de proteção e prevenção contra as ações oportunistas patrocinadas pelos grupos e redes internacionais de tráfico das crianças e mulheres, prostituição, mão-de-obra barata e trabalho escravo, entre outras.

Por conseguinte, promover ações e políticas de formação e qualificação profissional das mulheres cabo-verdianas na Diáspora é essencial porque afeta não só as melhorias das condições econômicas, mas também porque contribui para a redução das vulnerabilidades sociais a que elas estão sujeitas e, ao mesmo tempo, reforça os laços culturais e familiares com o país de origem, auxiliando, deste modo, para o desenvolvimento.

Por este motivo, Martin (2007, p. 9) estabelece uma relação direta das mulheres

²⁶⁴“There are challenges to be met: Diaspora groups, especially those in countries prone to violence and conflict, are extremely cautious and often distrustful of outsiders. This distrust often extends to donor governments, as well as to development and humanitarian nongovernmental organizations. The donors, on their side, do not easily relinquish control or bend to priorities. What the diaspora group wants to bring to a particular community may not coincide with what the donor sees as the principal priorities for national development or their own interests” (FAGEN, 2009, p. 13).

²⁶⁵“Virtually all diaspora efforts face challenges in maintaining levels of support even for the most effective efforts underway, and sustainability is an enduring problem” (FAGEN, 2009, p. 14).

emigrantes e o desenvolvimento do país de origem, ao afirmar que:

desenvolver programas para estimular a contribuição da diáspora para o desenvolvimento econômico, social e político dos países de origem, com particular ênfase em programas que permitam aos imigrantes mulheres a participar nas decisões sobre os investimentos da diáspora e aqueles que promovem o respeito pelos direitos das mulheres migrantes ou as mulheres que permanecem (ou retornam) ao país de origem.

Ao analisar a importância da mulher no fenômeno migratório mundial a autora relata que em 2005²⁶⁶ as mulheres representavam 49,6% dos migrantes. Nesse contexto, a autora ela recomenda que países desenvolvidos, especialmente, os países da Europa e os EUA, podem contribuir para o desenvolvimento das economias de origem dos imigrantes ao assegurar maior proteção dos direitos às mulheres migrantes. Para isso, a autora propõe políticas e ações práticas direcionadas para as mulheres migrantes, tais com:

- i) capacitar²⁶⁷ não só as mulheres migrantes, mas também, as que foram deixadas (tanto nos países de origem quanto nos países anfitriões) pelos maridos migrantes²⁶⁸;
- ii) desenvolver ações práticas visando a melhoria da proteção dos direitos e segurança das mulheres migrantes²⁶⁹;

²⁶⁶190.633.564 de migrantes em 2005. (UN Population Division, Trends in Total Migrant Stock: The 2005 Revision Apud Martin, 2007, p. 2).

²⁶⁷Such programs would include technical assistance and training for women interested in formed such associations, and financial support for the organizations composed of women migrants. Policy approaches could require that women's organizations be consulted before migration-related policies that affect women and their families are adopted (MARTIN, 2007, p. 8).

²⁶⁸Essas capacitações, na percepção da autora, servem de base para que as mulheres passem a participar de forma ativa não só na tomada de decisões que envolvem a família, mas também participar nas associações e organizações voluntárias.

²⁶⁹Estas ações, para a autora, são relevantes para evitar e remover a alta vulnerabilidade das mulheres migrantes a abusos e exploração sexual, prostituição involuntária, abusos trabalhistas, entre outras. Em termos práticos, essas políticas só são passíveis de uma execução eficiente na presença de uma participação mais ativa dos governos (anfitriões; origem), da comunidade internacional, das instituições e organizações dos migrantes e, por fim, da sociedade em geral. A autora afirma que melhorias econômicas e sociais das mulheres migrantes permitem que elas sustentem suas famílias com dignidade e segurança, e, por este motivo propõe as seguintes medidas: aumento do acesso ao crédito, emprego, educação e treinamento, entre outras. E, por fim, acrescenta que "improvements are also needed in the access of migrant women to primary and reproductive health care services, including programs to address gender- and sexualbased violence, and HIV/AIDS and other sexually transmitted diseases" (MARTIN, 2007,

- iii) desenvolver políticas e ações que promovem “*stay at home*”, fornecendo às mulheres as oportunidades de emprego, renda, educação²⁷⁰, saúde, direitos legais, proteção contra abusos e violências nos países de origem, entre outros²⁷¹;
- iv) melhorar os mecanismos de pesquisas sobre a migração internacional dos indivíduos, com especial atenção às mulheres.

Partindo das ponderações da autora, podemos afirmar que, no contexto migratório, esboçar pesquisas sobre o gênero e, em especial das mulheres, é fundamental para compreender a própria dinâmica migratória e as suas implicações. Por exemplo: historicamente a composição emigratória, na maioria, era formada pelos homens, uma vez que desempenhavam a função de chefe de família e, por isso, cabia a eles a decisão de emigrar à procura de melhores condições de sustento familiar. Assim, para a instituição família, em geral, a emigração pode contribuir para a destruição familiar e, com isso as mulheres passam a serem as primeiras vítimas.

Tomando como referência as observações de Martin (2007), é importante que se desenvolvam projetos e políticas que proporcionem mais acesso à qualificação tanto às mulheres residentes nos países de origem quanto para as que residem na Diáspora. Portanto, é imprescindível redefinir políticas que visem não só para a valorização das mulheres (dos) emigrantes na tomada de decisões familiares, mas que as instituições desenvolvam pesquisas sobre o gênero migratório para identificar as causas, as implicações e os desafios da migração feminina para que se elaborem políticas e ações de proteção tanto nos países de origem quanto nos países anfitriões.

p. 8).

²⁷⁰ Remittances furthermore often finance expanded education opportunities for the young, especially if women are given greater control over spending patterns in the household (KATSELI, L.T.; LUCAS, R.E.B. e XENOGLANI, T., 2006, p. 23).

²⁷¹ Portanto, na percepção da autora, estes programas e ações desenvolvidas nos países de origem são fundamentais porque ajudam na construção de uma nova percepção da migração das mulheres, ou seja, que a migração seja interpretada não por necessidade, mas sim, por opção (com segurança e dignidade).

4.4.2 Investimento Estrangeiro de Origem dos Emigrantes Cabo-verdianos (IEOECV)

Relacionar a diáspora cabo-verdiana com o desenvolvimento do arquipélago é importante examinar o quão é relevante estimular os emigrantes ou a diáspora cabo-verdiana a investir no país. Para isso, é necessário aprimorar, junto à comunidade emigrada, a divulgação de informações sobre as oportunidades de investimentos no país.

É significativo acrescentar que para o setor da emigração cabo-verdiana, tanto o reconhecimento institucional quanto a modernização das ações e representações diplomáticas, além do papel da mulher cabo-verdiana, são elementos que, de certa forma, reforçam a necessidade de desenvolver novas frentes e esforços de modo que as remessas contribuam para qualificar a trajetória econômica das ilhas.

Apesar de reconhecer alguns avanços tanto na área econômica, social e política, Cabo Verde precisa investir na modernização e internacionalização tanto das infra-estruturas financeiras e bancárias quanto do setor de comunicação. Para isso, é necessário desenvolver políticas que reforçam e estimulam a modernização desse ramo de atividade e, ao mesmo tempo, criar condições para o surgimento de novas formas ou estruturas eficientes de difusão das informações junto à diáspora, facilitando, assim, a compreensão das oportunidades de investimento em diversas áreas na economia nacional e, como isso, promover a diminuição da vulnerabilidade externa e, portanto, a estabilidade macroeconômica.

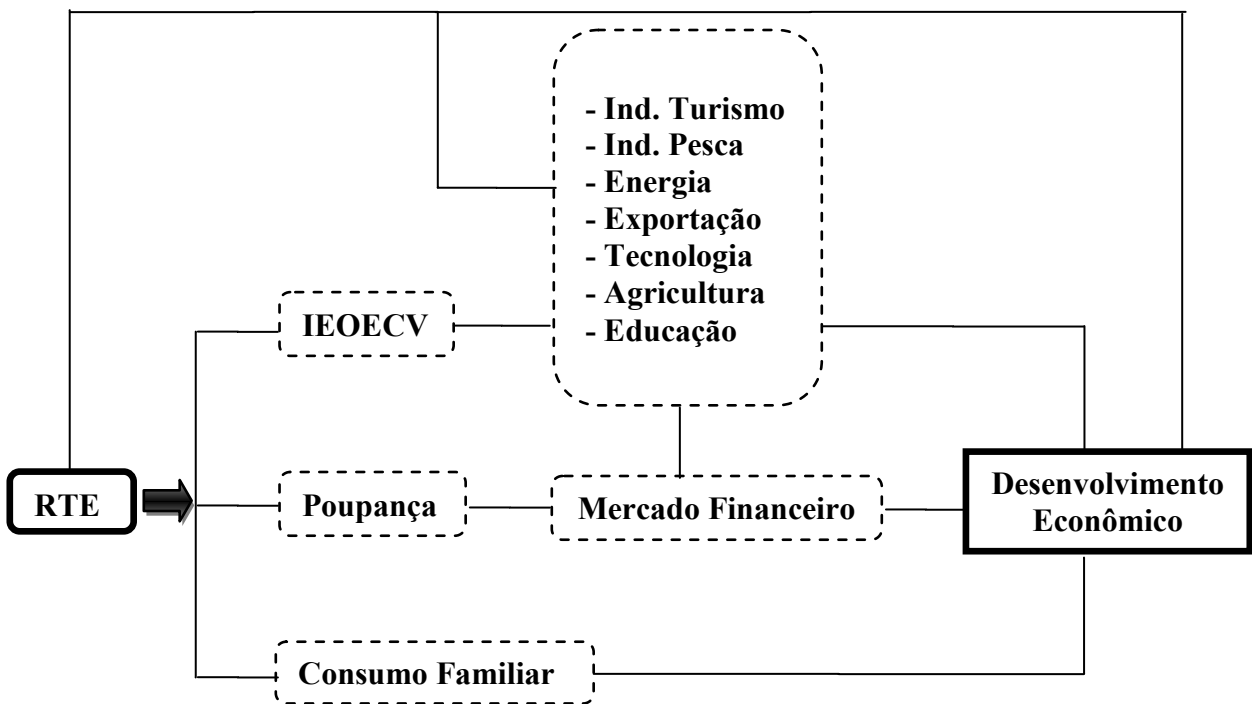
Para promover a estabilidade macroeconômica, é imprescindível a presença do Estado Cabo-verdiano como agente intermediador, apesar da existência de severas restrições econômicas e financeiras. É indispensável desenvolver ações, programas e estratégias empreendedoras que visam induzir o surgimento das corporações nacionais, mas também as de origem, por exemplo, da própria “Diáspora Cabo-verdiana” com o objetivo de fortalecer tanto a internalização da contribuição dos emigrantes quanto a internacionalização da economia.

Relacionar a contribuição dos emigrantes com as oportunidades de investimento, por exemplo, em Cabo Verde denota uma tentativa de fortalecer os laços através da manifestação de um “comportamento de pertença” à nação, sob ponto de vista econômico e empresarial – ou seja, transformar o “comportamento de pertença” em investimentos no arquipélago.

Na literatura econômica sobre os fluxos de capitais, em geral, as remessas monetárias dos emigrantes e os IED representam duas importantes fontes distintas de recursos para financiar projetos de desenvolvimento econômico. No entanto, parece que há uma separação nítida entre as RTE e os IED. Mas, tendo em vista a economia cabo-verdiana, é importante repensar um novo modelo de desenvolvimento a partir das remessas dos emigrantes, uma vez que esses recursos são privados, externos e poderão desempenhar múltiplas funções, entre as quais a formação de fundos de investimento e poupança que são indispensáveis na edificação dos alicerces que estimulam o desenvolvimento e estabilidade econômica.

Assim sendo, é possível associar as RTE com os IED, chegando assim, aos IED de origem dos emigrantes. Então, para a economia cabo-verdiana é indispensável atrair e focalizar, também, o que identificamos por Investimento Estrangeiro de Origem do Emigrante Cabo-verdiano (IEOECV- Figura 2).

Figura 2: RTE, IEOECV e Desenvolvimento Econômico



Fonte: Autor.

O IEOECV demanda a construção de um conjunto de normas e regras para estimular ou incorporar a participação tanto dos emigrantes quanto dos descendentes cabo-verdianos nos projetos de investimentos, usufruindo assim, das condições fiscais, tributárias e financeiras que, em geral, são direcionadas para os investidores estrangeiros em Cabo Verde. Assim, os mecanismos institucionais que visam estimular o IEOECV não têm por objetivo substituir as estruturas de estímulo aos IED existentes no país, mas ampliar e complementar, de forma sustentável, as fontes de investimento e financiamento das atividades econômicas, através da participação mais ativa das empresas privadas, especialmente, as de origem nacional e da diáspora.

Partindo da figura 2, as remessas dos emigrantes, nesse processo, podem exercer uma função complementar e catalisadora na multiplicação das externalidades positivas no desenvolvimento, reforçando, deste modo, a trajetória da economia cabo-verdiana. Isso significa a internalização de novas estratégias, novas oportunidades e, por fim, a busca de alternativas mais comprometidas com o desenvolvimento do país. Portanto, a função catalizadora das remessas é importante porque impulsiona e realimenta o desenvolvimento de novas estruturas institucionais engajadas com os desafios e as aspirações econômicas e sociais do arquipélago.

Assim, canalizar esses recursos para o IED de origem emigrante (dito IEOECV) passa, necessariamente, pela conjugação dos estímulos fiscais e tributários, “*good governance*”, emissão de títulos de tesouro destinados à Diáspora, inovação das infra-estruturas bancárias que direcionam as poupanças dos emigrantes para investimentos produtivos. Portanto, a Figura 2 revela e aconselha o bom uso, a distribuição e a canalização dos recursos dos emigrantes de forma que essas correlações possam contribuir para acelerar o desenvolvimento do arquipélago.

Essa mudança de percepção para agregar os esforços de desenvolvimento depende, mais uma vez, da compreensão, das iniciativas e da capacidade das instituições cabo-verdianas em criar condições institucionais e políticas que fomentem e estimulem a diáspora a investir no país. Assim, tomando como referência as preocupações das autoridades portuguesas face à crise econômica e financeira que assolou a economia, o presidente Cavaco Silva (2010, p. 4) convidou a comunidade portuguesa espalhada pelo mundo a investir no país de origem (Portugal). Segundo ele,

a chave da recuperação econômica reside no aumento das exportações de bens e serviços. A partilha de conhecimento e informações entre Portugueses que vivem no território nacional e aqueles que vivem e trabalham em outras partes do mundo é da maior relevância para a realização deste objetivo. É hora de apelar à união de todos os Portugueses, onde quer que se encontrem. Em nome das responsabilidades que temos perante o futuro, perante os nossos filhos e netos. Para que as novas gerações nos recordem como aqueles que, nos momentos decisivos, não viraram a cara e estiveram à altura do que a situação lhes exigia ²⁷².

Nas palavras do presidente de Portugal, fica evidente que a Diáspora é variável chave para o desenvolvimento e, por isso, urge criar condições para estimular a entrada de novos investimentos, especialmente os de origem dos emigrantes. Então, é necessário associar o desenvolvimento do país com a comunidade emigrada e, cabe ao Estado apressar essa potencialidade, conforme fica manifesto nas palavras de António Braga (2010, p. 4), Secretário de Estado das Comunidades,

na sua relação com a Diáspora o país tem desperdiçado o enorme potencial que reside na incomensurável riqueza de relações econômicas por estabelecer e tem vivido apegado a uma muito constante ligação ao 'mercado de saudade'. Independentemente de outros caminhos que possam ser percorridos, parece oportuno reinterpretar as emoções que a saudade anuncia e trazer, à economia nacional, essa realidade tangível que constitui o universo de mais de 120 mil empresários portugueses e luso-descendentes que são atores do desenvolvimento nos mais distintos países de acolhimento.

É importante clarificar a dinâmica explícita na Figura 2 e, por sua vez, associar a economia dos emigrantes aos setores estratégicos da economia do arquipélago e, ao mesmo tempo, fazer uma relação com a produção e expansão interna. Assim, as remessas dos emigrantes, em geral, segundo a literatura, são destinadas para o consumo dos familiares residentes nos países de origem e para a formação de poupança²⁷³.

O consumo familiar, neste caso, representa um dispêndio que, sem dúvida, estimula a produção de bens e serviços, ao passo que a poupança pode ser caracterizada por vazamentos, uma vez que é destinada para o mercado financeiro, e este, por sua vez, destina recursos para a

²⁷² Luso Jornal, edition n. 51 de 22 de Junho 2010, p.4. Disponível em <http://www.lusojornal.com/archives/unebe51.pdf> Acessado em Agosto de 2010.

²⁷³ Parcela das RTE não consumida pelo emigrante e enviada aos familiares no país de origem.

expansão do mercado de crédito e financiamento das atividades empresariais. Portanto, fica evidente que tanto a poupança quanto o consumo são variáveis relevantes para o desenvolvimento econômico.

Todavia, para a economia cabo-verdiana é necessário agregar novas interpretações que são importantes para estimular os investimentos de origem dos emigrantes. Por exemplo, em Cabo Verde, o consumo nacional é basicamente satisfeita pela importação de bens e serviços. Com isso, a parcela da renda dos emigrantes que é destinada para o acesso a esses bens, na verdade, estimula ainda mais o crescimento das importações. Assim, por causa do fraco desempenho histórico das exportações, reforça o comportamento negativo da balança comercial do país. Ou seja, na medida em que cresce o consumo dos bens e serviços dos familiares dos emigrantes, piora o balanço comercial do país.

Outra observação está relacionada à poupança dos emigrantes. Sem dúvida que, para o caso da economia cabo-verdiana, o desenvolvimento e a modernização do sistema bancário nacional se devem à entrada dos recursos dos emigrantes. Para alguns bancos, os clientes mais importantes são os emigrantes e, por causa disso, criaram vários produtos financeiros destinados tanto para os emigrantes quanto para os familiares dos mesmos, residentes em Cabo Verde. Mas vale lembrar que o sistema bancário cabo-verdiano é dominado por grupos financeiros portugueses. Nesse caso, na medida em que crescem os resultados e os lucros financeiros, maior é a possibilidade do envio dos dividendos (e lucros) para o exterior para remunerar os investimentos realizados em Cabo Verde.

Quando se sugere a ampliação da percepção da importância das RTE, na verdade está se propondo a constituição de um modelo que procura expandir a formação da riqueza nacional com participação mais ativa da Diáspora através dos IEOECV, conforme ilustra a Figura 2. Igualmente, ao direcionar uma parcela dos recursos dos emigrantes para investimentos produtivos em setores estratégicos, concretiza-se a soma de esforços para criar uma classe de empresários, que possa contribuir para o desenvolvimento das ilhas.

Deste modo, esses empresários de origem dos emigrantes podem auxiliar para a produção de bens e serviços tanto direcionado para o consumo interno quanto para a exportação. De qualquer forma, esses operadores estarão mais propensos em reinvestir na economia nacional do

que os empresários estrangeiros, já que estes últimos podem enviar, para o exterior (matriz), os dividendos para remunerar os investimentos realizados em Cabo Verde.

Por conseguinte, cabe ao Estado e às instituições cabo-verdianas mostrarem quais são os setores que representam oportunidades de investimentos no país. Por exemplo, é necessário direcionar novos investimentos para a indústria do turismo. Mas, esse esforço só é importante na medida em que esse direcionamento seja capaz de alavancar os demais setores da economia, tais como, a agricultura, a pesca, o saneamento urbano, a urbanização, a segurança, o transporte, a educação e qualificação profissional, a cultura, entre outras.

Atualmente, o modelo de desenvolvimento do turismo existente no país não contribui para dinamizar a produção de outros setores da economia nacional. Por isso, cabe afirmar que a atividade turística cabo-verdiana não tem assumido o compromisso com o desenvolvimento do país, apesar de ser uma importante fonte de crescimento. Portanto, é urgente a definição de um novo projeto ou plano nacional para o desenvolvimento do turismo como indústria que agregue valor e gere efeitos multiplicativos nos demais setores da economia do arquipélago.

A pesca é um dos setores econômicos que, até agora, apesar de ser considerada importante para o desenvolvimento do país, ainda carece de uma atenção especial. O país é banhado pelo Oceano Atlântico, no entanto, a grande riqueza marítima não é explorada com o propósito de gerar riqueza nacional. Por exemplo, a indústria da pesca não constitui uma atividade produtora de riqueza nacional porque carece de infra-estruturas e tecnologias mais avançadas para realizar suas atividades em grande escala.

Também, não existe uma rede de infra-estrutura empresarial focalizada na produção dos pescados e, com isso, as empresas estrangeiras usam o espaço marítimo nacional para realizar suas operações ilegais. Logo, é necessário repensar, organizar e transformar o setor da pesca em indústria e, com isso, faz-se necessário que o Estado cabo-verdiano proteja os espaços e as riquezas marítimas das invasões estrangeiras. Nesse caso, é oportuno estimular os IEOECV no setor.

Outro setor importante da economia nacional é a produção para exportação. Assim, direcionar os IEOECV para setores de exportação, em geral, poderá gerar impactos positivos na economia através da melhoria da balança comercial. Mas, por exemplo, usar os recursos dos

emigrantes para a especialização na produção de bens que sejam exportadores diretamente para centros de maior concentração dos emigrantes cabo-verdianos constitui uma estratégia empreendedora porque transforma a própria comunidade, nesse caso, num potencial mercado consumidor de bens produzidos no país de origem – calçado, vestuário, bebidas tradicionais, artesanato, entre outras.

Atividades agrícolas vêm reduzindo sua participação no PIB de Cabo Verde. Com isso, a importação dos produtos agrícolas vem aumentando. Nesse caso, objetivando a redução da dependência externa, canalizar os recursos para aumentar a produção agrícola nacional passa a representar, uma oportunidade relevante. Mas, para isso é necessário, por exemplo, que o Estado de Cabo Verde conceda estímulos e garantias institucionais para que os emigrantes possam canalizar os seus recursos nesse setor.

Também, aumentar a produção nacional de alimentos passa pela reformulação de políticas agrícolas, a revisão ou modernização da política de importação desses produtos, a redefinição das respectivas políticas de subsídios, políticas fiscais e tributárias, entre outras. Portanto, estimular, direcionar e canalizar as remessas para investir no setor agrícola representa uma das importantes alternativas já que, em Cabo Verde, a maioria dos emigrantes é originária das regiões agrícolas.

A educação é a chave do desenvolvimento. Investir na educação, na formação e na qualificação profissional continua sendo as principais prioridades do país. Por isso, o Estado cabo-verdiano vem desempenhando um importante papel nesse setor onde a eliminação do analfabetismo representa a meta principal. Mas, por outro lado, a implantação de cursos de formação superior, também representa uma das importantes metas a ser perseguida em Cabo Verde. Nesse caso, o surgimento da Universidade de Cabo Verde (UNICV) e da Universidade de Santiago (US) mostra a relevância da formação superior para o desenvolvimento do país. Assim, estimular a diáspora a investir nas instituições do ensino superior parece ser oportuno para desenvolver novos conhecimentos e tecnologias.

O desenvolvimento econômico de Cabo Verde depende, também, dos seguintes setores: de transporte, da energia e de construção civil. Esses setores são importantes, mas, em geral, pertencem aos empresários portugueses. Por exemplo, o setor de geração e distribuição de energia, na última década, vem passando por crises e apagões. Pois, com a expansão da demanda

pelo consumo da energia, somada à queda nos investimentos, inexistência de um projeto de longo prazo da empresa Eletra e, por fim, a ausência de um mecanismo eficiente de regulação setorial, a população cabo-verdiana vem manifestando insatisfação com a prestação desse serviço – em várias oportunidades, a população e especialistas defenderam a estatização da empresa Eletra em Cabo Verde.

Essa realidade revela a falência do modelo de privatização implementado em Cabo Verde nos anos de 1990. Por isso, torna-se relevante estimular o surgimento de novas empresas nesse setor, pois, há medida que aumenta a demanda pelo consumo da energia, no caso de Cabo Verde, maior é o problema. Portanto, é importante que o Estado de Cabo Verde desenvolva novos instrumentos para estimular o surgimento de novas empresas externas, mas de origem dos emigrantes, especialmente na produção de energia eólica já que o país possui potencial para a geração deste tipo de energia.

Para terminar, é importante salientar que os IEOECV representam uma oportunidade para melhorar o desempenho e desenvolvimento econômico do país porque geram efeitos multiplicativos nos diversos setores de atividade. Por exemplo, com o reinvestimento da parcela dos lucros, realimenta a dinâmica do circuito e a entrada de novos recursos originários da Diáspora. Assim, adotar uma política estratégica capaz de multiplicar os efeitos sistêmicos, priorizando o desenvolvimento econômico, significa desenvolver estruturas que valorizam uma cultura de inovação tecnológica, formação e qualificação dos indivíduos, atraíam os quadros da Diáspora para projetos de desenvolvimento e, por fim, criem mecanismos permanentes de modernização institucional e política que visam aprimorar a trajetória socioeconômica do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabo Verde é um país de emigrantes. A emigração, desde cedo vem se constituindo um fenômeno na construção da história do arquipélago. Esse fato está relacionado às diversas restrições presentes ao longo do processo de desenvolvimento econômico e social do país. Por exemplo, as limitadas condições naturais, territórios insulares, chuvas irregulares e produção agrícola marginalizada, a fome e a pobreza, a incapacidades tanto do Estado quanto do setor privado em empreender investimentos e projetos estruturais de longo prazo, a ausência de oportunidades para jovens, entre outras, são variáveis que explicam as causas da emigração cabo-verdiana, especialmente nos séculos XIX e XX.

Através deste estudo observamos que as recentes (década de 1990) ondas de emigração em massa dos jovens cabo-verdianos para a Europa e os EUA não pode ser explicada somente pela escassez de recursos no arquipélago. Isso não significa a redução e nem a negação da relação desses constrangimentos com o fenômeno emigratório. Pelo contrário, para um país insular como Cabo Verde, as limitações apontadas são fundamentais para explicar as dificuldades e a dependência externa da economia nacional, mas não são as únicas.

Assim, podemos delinear que além de constrangimentos econômicos e financeiros, a ausência de uma nova forma de pensar e planejar o desenvolvimento sistêmico e integrado da economia cabo-verdiana mostra, uma certa incapacidade do Estado e do setor privado em identificar e compreender a existência de novas oportunidades. Por este motivo, nesta tese, ao problematizar o desenvolvimento do arquipélago com o setor da emigração, na verdade procuramos identificar novas alternativas capazes de explicar, reforçar e complementar as políticas de desenvolvimento do país.

Assim, como pondera a literatura sobre as remessas, ressalta-se que o setor da emigração é um dos importantes fontes de financiamento das atividades econômicas em Cabo Verde. Tomando como referência os resultados obtidos através do modelo de estimação proposta no subitem 4.3., podemos afirmar que os efeitos (ou elasticidade) das RTE no crescimento econômico foram significativos, ou seja, por cada 1% da entrada desses recursos gera uma contribuição de 0,24% no crescimento do PIB.

Se comparada com a formação bruta de capital, ajuda externa oficial e investimentos estrangeiros diretos, é relevante destacar que as RTE desempenham uma função mais importante. Isso se deve, sem dúvida, tanto aos efeitos diretos (monetários, poupança) quanto aos efeitos indiretos (consumo de bens e serviços, construção civil, educação, transporte, investimentos locais e municipais, entre outras) que esses recursos proporcionam na economia Cabo-verdiana.

A partir deste estudo é imperativo enumerar três observações importantes. Apesar de que na literatura econômica existe um consenso sobre a importância dos IED e das exportações, essas variáveis não confirmam os efeitos esperados no crescimento econômico do arquipélago. Isso se deve a três motivos que identificamos neste trabalho:

- i) o modelo de IED implantado em Cabo Verde nos anos de 1990 foi, praticamente, a privatização dos ativos públicos existentes, ou seja, o que houve não foi a entrada de capitais para investimentos em novos e estratégicos setores da economia nacional;
- ii) os IED, em Cabo Verde, estão de concentrados no setor do turismo, por sua vez, não contribui para a alavancagem de outros importantes setores da economia nacional; e, por fim,
- iii) a dominância empresarial portuguesa em Cabo Verde praticamente inviabiliza a expansão dos investimentos em setores potencialmente capazes de gerar excedente para exportar.

Essas ponderações são importantes porque nos levam a concluir que o modelo de IED é concentrado no setor bancário e turismo e, não possui um compromisso e responsabilidade com o desenvolvimento do país. Também, é evidente que essa concentração acaba por estrangular, direta ou indiretamente, a canalização dos investimentos em projetos de infra-estruturas básicas e de longo prazo e, com isso, limitar o próprio desenvolvimento do arquipélago. Neste caso específico da economia cabo-verdiana, é possível afirmar que é preciso repensar, destravar e modernizar as políticas de estímulos aos IED, assim como trazer novos atores para as grandes opções do plano de desenvolvimento nacional.

Por isso, baseado neste estudo, podemos afirmar que a internalização e o bom uso das RTE representa um choque positivo e, com isso, força alocação, por exemplo, dos IED em setores produtivos e estratégicos do arquipélago. Isso nos remete a seguinte observação: manter uma estrutura econômica e financeira que reproduza a dependência e a vulnerabilidade externa, significa inibir e desestimular os novos horizontes e oportunidades endógenas de desenvolvimento.

Neste trabalho, apesar de mostrar as evidências que reforçam a importância da contribuição dos emigrantes para o desenvolvimento das ilhas, o que observamos é a inexistência de um engajamento profundo do Estado Cabo-verdiano em desenvolver projetos e ações direcionadas para atrair e internalizar a economia dos emigrantes como uma das principais forças catalizadoras para a construção de um novo ambiente institucional que impulse, de forma qualitativa e comprometida, a expansão da produção interna, a trajetória do crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento nacional.

Isso nos leva a destacar que para fortalecer a economia é relevante contar com a capacidade da “*Diáspora Cabo-verdiana*” em se organizar e propor agendas para uma participação mais ativa dos mecanismos que estimulam ações que reforçam a multiplicação dos canais de desenvolvimento. Mas, para isso, é fundamental que o Estado reconheça, valorize e se comprometa com o setor da emigração Cabo-verdiana.

Deste modo, a partir deste estudo, podemos assinalar que o reconhecimento tanto da comunidade emigrada quanto dos quadros da Diáspora não pode ser restringido somente aos impactos financeiros gerados pelas remessas, mas também às potenciais contribuições políticas, sociais e institucionais derivadas, por exemplo, da participação e articulação efetiva na elaboração dos projetos de desenvolvimento. Assim, a perspicácia institucional da ajuda do setor da emigração apesar de imprescindível para a construção de um ambiente propício que valorize os quadros da Diáspora, em termos práticos, precisa incorporar outras frentes que qualificam, ainda mais, os impactos no desenvolvimento socioeconômicos das ilhas.

Portanto, é preciso somar, desenvolver e aprofundar os níveis de relação de cooperação institucional e diplomática com os países anfitriões visando não só à integração e proteção da

comunidade dos emigrantes, mas também que se facilite a disseminação das informações²⁷⁴ sobre as oportunidades de investimento no arquipélago. Para isso, é necessária a redefinição da política externa²⁷⁵, modernização das representações diplomáticas e um engajamento institucional que visem promover a remoção dos constrangimentos que afetam os emigrantes cabo-verdianos e, ao mesmo tempo, que facilitem a multiplicação dos aspectos positivos pró-integração.

Assim, em geral, podemos concluir que é necessário transformar o “*mercado de saudade*” em mercado de investimentos produtivos no território nacional para reforçar a relação de pertencimento à origem e, com isso, associar as emoções e os laços familiares da Diáspora com as oportunidades de desenvolver estruturas que disseminam a fluidez das energias positivas para a superação dos desafios. Deste modo, torna-se urgente que o Estado cabo-verdiano passe a concentrar seus esforços para estimular o que chamamos de Investimentos Estrangeiro de Origem dos Emigrantes Cabo-verdianos (IEOECV).

Isso significa a adoção de uma política que potencialmente possa agregar e modernizar a trajetória do crescimento econômico, através da geração de uma dinâmica própria e, na medida em que aprofundada, tende ao surgimento das corporações mais comprometidas com o desenvolvimento nacional, transformações e inovações institucionais, choques e, por conseguinte, mudança de uma cultura empresarial dependente de Portugal para uma afirmação própria.

Os IEOECV são importantes para o desenvolvimento do arquipélago porque contribuem não só para a internalização do capital dos emigrantes, mas também reduz a vulnerabilidade externa e, com isso, reforça as estruturas que geram a estabilidade macroeconômica. Para isso, destacamos que é necessário adotar políticas voltadas para a remoção de estruturas e comportamentos que impedem ou afetam negativamente a formação ou o surgimento das novas corporações econômicas e financeiras, especialmente, as originárias da diáspora.

Essa observação é importante porque, atualmente, no arquipélago, os diversos setores da economia são dominados pelos grupos empresariais portugueses. Neste caso, as decisões de

²⁷⁴ Por isso, é fundamental que os agentes e as instituições cabo-verdianas se façam presentes e atuantes nos países e regiões onde concentram a “Diáspora Cabo-verdiana”. Com isso, a divulgação das informações econômicas deve ser realizada através das representações diplomáticas, por intermédio de um canal permanente de aproximação com as comunidades dos emigrantes na diáspora e com os investidores estrangeiros.

²⁷⁵ Essas ações políticas e institucionais dependem do grau de intercâmbio político e institucional que o país possui junto aos principais centros de acolhimento dos emigrantes cabo-verdianos, tais como, Portugal, EUA, Holanda, Luxemburgo, França, entre outras.

investimento em novos setores dependem praticamente dessas empresas, enfraquecendo assim a capacidade da ação do Estado e, ao mesmo tempo, reforça e realimenta a dependência externa e os riscos inerentes a esse modelo de desenvolvimento neocolonialista.

Deste modo, ao longo deste trabalho observamos que engajamento dos emigrantes tem que ser encarado como uma oportunidade de reforçar e promover, por exemplo, as novas ações institucionais que facilitam a trajetória e sustentabilidade econômica aos cinco eixos definidos, pelo Governo, no documento intitulado Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza para o período 2008-2011: reforma do Estado para assegurar maior transparência e governança, capital humano visando à modernização e à qualificação do ensino profissionalizante, competitividade para assegurar a estabilidade econômica, infra-estrutura²⁷⁶ tais como, saneamento básico, transportes, energia e habitação e, por fim, coesão social, visando às melhorias das condições de trabalho, proteção social, entre outras.

Dentre os eixos mencionados, é razoável destacar que, para superar os entraves do desenvolvimento, torna-se imprescindível desenvolver uma percepção sistêmica entre boa governança e formação de capital humano nacional, como alicerces para desencadear uma cultura de inovação que, por sua vez, motiva a expansão dos investimentos em diversos setores da economia nacional.

No entanto, para que essas informações tenham eficácia desejada, é importante que o Estado cabo-verdiano modernize as suas representações diplomáticas, criando departamentos especializados na captação dos recursos dos emigrantes, através da sistematização, qualificação e divulgação das informações econômicas, financeiras, sociais e institucionais, visando orientar os potenciais investidores ou empreendedores da Diáspora a investirem no arquipélago.

Para concluir defendemos que Cabo Verde, apesar de dependente e vulnerável aos eventos externos, precisa, urgentemente, desenvolver novas opções de desenvolvimento que agregue e valorize a economia dos emigrantes. Isso porque além de uma trajetória sustentável e

²⁷⁶ Art. 42º Concessão de incentivos a empresas que se dedicam à produção e importação de areia; Art. 43º Na indústria de transporte marítima, o Governo vai deixar de fazer a tributação sobre os lucros das sociedades comerciais pertencentes a cidadãos cabo-verdianos e as sociedades comerciais participadas em, pelo menos, 25% por pessoas singulares ou coletivas cabo-verdianas, durante um período de cinco anos, a contar do início da atividade; Art. 44º concessão de incentivos às empresas de transportes urbanos de passageiros ...; Art. 45º concessão de incentivos fiscais à produção de energias renováveis ...

independente das crises internacionais, esses recursos são importantes fontes de sobrevivência de inúmeras famílias cabo-verdianas. Sendo assim, é a função do Estado aproveitar, estimular e multiplicar as oportunidades de desenvolvimento que as RTE proporcionam no atual contexto da globalização.

REFERÊNCIAS

- ABREU, ALEXANDRE (2009). International Migration and Sending Country Development: Impacts and Policies. In Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (Acidi). Publicado em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/tese_28.pdf Acessado 20 de Maio de 2010.
- ADDY, D.N., B.WIJKSTROM and C. THOUENZ (2003). Migrant remittances: country of origin experiences: strategies, policies, challenges and concerns. Paper prepared by the International Migration Policy programme (IMP). Geneva. Available from www.livelihoods.org/hot_topics/docs/REMITTPAPER.doc (acessado em Abril de 2005).
- ALMEIDA, SANDRA REGINA GOULART (2009). Da hospitalidade e do abjeto: percepções do estrangeiro. P.63 a 73. IN Topografias da Cultura: *representação, espaço e memória* / Graciela Ravetti, Maria Zilda Cury, Myriam Ávila, Organizadoras. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- ANDERSON, PERRY. (1995). *Balanço do Neoliberalismo*. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.) Pós-Liberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, E. (1996). As ilhas de Cabo Verde. Da “Descoberta” à independência nacional (1460-1975). Éditions L’Harmattan, Paris.
- ANNUAL REPORT, 68 (1998), Basiléia: Bank for International Settlements. WORLD ECONOMICS OUTLOOK (1998 a, b). Washington, DC:IMF. [On line] disponível na Internet via www.bis.org. Junho. (Também pode ser encontrada em www.imf.org).
- BANCO DE CABO VERDE (2003), Boletim de estatísticas 1990-2000. Acessado no dia 23/05/2006. Disponível em <http://www.bcv.cv/>
- BANCO DE CABO VERDE (2010). RELATÓRIO ANUAL BALANÇO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2009. Cidade da Praia 2010 Disponível em <http://www.bcv.cv/conteudo/publicacao/analise/relatorio/2009/RCA2009.pdf> Acesso 04/07/2010.

- BANCO DE CABO VERDE (2010). RELATÓRIO DE POLÍTICA MONETÁRIA Abril de 2010. Disponível em http://www.bcv.cv/_conteudo/publicacao/analise/relatorioaogov/relgov_20100511.pdf Acesso 04/07/2010.
- BANCO MUNDIAL (2008). CABO VERDE: Melhorar o Planejamento e o Controle para Aumentar a Eficiência da Despesa Pública. Relatório nº 44350-CV. PREM4, Região de África. Disponível em [www-wds.worldbank.org/.../443500v10PORTU1guese010Feb101002009.pdf](http://www.wds.worldbank.org/.../443500v10PORTU1guese010Feb101002009.pdf) Acesso: Julho de 2010.
- BARRIE STEVENS, ANNA DI MATTIA and PIERRE-ALAIN SCHIEB (2009). The Future of International Migration: Introduction and Overview. P.17-50. IN The Future of International Migration to OCDE Countries: (Complete Edition - ISBN 9789264064126). OCDE/IFP Secretariat Social Issues /Migration/Health. 2009, vol. 2009, no. 15, p.1-285. <http://titania.sourceOCDE.org/vl=11074943/cl=29/nw=1/rpsv/cgibin/fulltextew.pl?prpsv=/ij/OCDEthemes/99980142/v2009n15/s1/p11.idx> Acessado 21/12/2009.
- BEDIN, G. A. et al (2004). Paradigmas das relações internacionais: realismo – idealismo – dependência – interdependência. Ijuí, 2. ed. rev – Ed. Unijuí, 2004.
- BERTOLI, SIMONE (2005). Maroeconomic Impact of Worker's Remittances: A Case of the Ecuadorian Case. <http://www.dse.unifi.it/sviluppo/doc/bertoli2.pdf> acesso dia 24/09/2009.
- BORJAS, GEORGE (1985). "Assimilation, Changes in Cohort Quality, and the Earnings of Immigrants." p. 1-27. Disponível em http://www.hks.harvard.edu/fs/gborjas/Papers/Assimilation_Changes_in_Cohort_Quality.pdf Acessado em Maio de 2008.
- BUCH, C.M., KUCKULENZ, A., MANCHEC, M.L. (2002). Remittances and Capital Flows. Kiel Institute for World Economics, Discussion Paper 1130. p. 1 a 41. Disponívem em <http://www.ifw-members.ifw-kiel.de/publications/worker-remittances-and-capital-flows/kap1130.pdf> Acessado em Abril de 2008.
- BUCH, C.M., and KUCKULENZ, A. (2004). "Worker Remittances and Capital Flows to Developing Countries," Discussion Paper No. 04-31, (Mannheim: Centre for European

Economic Research). ZEW, 2004.

<http://www.zew.de/en/publikationen/publikation.php3?action=detail&nr=2131>

CAIXA ECONOMICA DE CABO VERDE. RELATÓRIO & CONTAS 2008. In

<http://www.caixa.cv/Uploads/%7B4146CA69-E541-4FB4-B00C-A95129C837BF%7D.pdf>

Acessado em 03/2010.

CAPE VERDE Verde (2005): Selected Issues and Statistical Appendix; IMF Country Report No.

05/319; September 6, 11, 2005 <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2005/cr05319.pdf>

CARDOSO, KATIA ALINE LOPES RODRIGUES (2004). Diáspora: A (Décima) primeira ilha de Cabo Verde. A relação entre a emigração e a política externa cabo-verdiana. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Instituto Superior da Ciência do Trabalho e da Empresa. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2004.

CASTLES, S. and MILLER, M.J. (2003). The Age of Migration. Ed. Palgrave Macmillan, Nova York, 3ª edição.

CAVES, RICHARD E (2001). Economia Internacional: comércio e transações globais. São Paulo: Saraiva, 2001.

CHAMI, RALPH (2008). Macroeconomic consequences of remittances / Ralph Chami . . .[et al.] - Washington, DC : International Monetary Fund, Occasional Paper 259; 2008. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/op/259/op259.pdf>

CHANG, HA-JOON (1994). The Political Economy of Industrial Policy. London: MacMillan Press.

CHIMHOWN, A.; PIESSE, J. ; PINDER, C. (2003). The Socio-economic Impact of Remittances on Poverty Reduction. Disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTTOPCONF3/Resources/1588024-1152543209834/III_J.Piesse_Socio-economic_impact_of_remittances_on_poverty_reduction.doc Acessado em Novembro de 2009.

- CORRAR, LUIZ J. e PAULO, EDILSON e FILHO, JOSÉ MARIA D. (2007). Análise Multivariada: para os curso de administração, ciências contábeis e economia. FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeira. São Paulo: Atlas, 2007.
- COSS, RAUL HERNANDEZ (2006). “The Impact of Remittances: Observations in Remitting and Receiving Countries”. Página 1 a 44. Discussion Paper prepared for the G24 XXIII Technical Group Meeting. Singapore, September 13-14, 2006. Disponível em <http://www.g24.org/rhco0906.pdf> Acessado em Novembro de 2009
- COSTA, MARIA CRISTINA CASTILHO (2005). Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 3 ed.rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 2005.
- DE HAAS, H (2008). Migration and Development: A Theoretical Perspective. International Migration Institute James Martin 21st Century School, University of Oxford. 2008, Working Papers 9. In <http://www.heindehaas.com/Publications/de%20Haas%202008%20-%20IMI%20WP9%20-%20Theoretical%20Perspective%20Migration%20and%20Development.pdf>. Acessado dia 19 de Janeiro de 2010 (Biblioteca da UFSM).
- DE LA GARZA, Rodolfo (2008). The Costs and Benefits of Migration to Sending States: The More You Look, The Worse It Gets. p. 187 – 207 . In INTERNATIONAL MIGRATION AND DEVELOPMENT. CONTINUING DIALOGUE: LEGAL AND POLICY PERSPECTIVES. The Center for Migration Studies of New York, Inc. and The International Organization for Migration (IOM). Disponível http://iom.ch/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/books/International_Migration_Development.pdf Acessado em Abril de 2009.
- DURKHEIM, ÉMILE (1978). Os Pensadores. / Émile Durkheim; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de Carlos Alberto Ribeiro de Moura ... [et AL.]. – são Paulo: Abril Cultural, 1978.
- EL-SAKKA, M.I.T., (1983). “The Temporary External Migration of Labour and its Effects on the Balance of Payments and the Structure of Labour Force in Egito “ Unpublished master thesis, Helwan University, Cairo, in Arabic.

- EL-SAKKA, M.I.T., (1997) "Migration Remittances: Policy Options for Host and Countries of Original. "Department of Economics", Kuwait University. Disponível em www.cba.edu.kw/elsakka/REMITT3.DOC
- EVANS, PETER (1986). El estado como problema y como solución. *Desarrollo Económico*, v.35, n. 140, enero-marzo.
- FAGEN, PATRICIA WEISS (2009). Migration, Development and Social Services. ISIM, Transatlantic Perspectives on Migration. Policy Brief #6, February 2009. IN <http://www12.georgetown.edu/sfs/isim/Publications/GMF%20Materials/IncorporatingMigrationintoDevelopment.pdf> <http://www12.georgetown.edu/sfs/isim/Publications/GMF%20Materials/IncorporatingMigrationintoDevelopment.pdf> Acessado dia 08 de Janeiro de 2010.
- FREUND, C. AND SPATAFORA, N.(2005). Remittances: Transaction Costs, Determinants, and Informal Flows. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=803667 Acessado 01/09/2009.
- FUNKHOUSER, E. (1995). "Remittances From International Migration: A Comparison of El-Salvador and Nicaragua". *The Review of Economics and Statistics*, Vol. p.137-146. http://www.ssrc.org/workspace/images/crm/new_publication_3/%7Be2c55e78-7e50-de11-afac-001cc477ec70%7D.pdf Acessado dia 04/06/2009.
- FURTADO, CELSO (1961). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, CELSO (1968). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 2ª Edição, revista pelo autor. São Paulo, Editora Nacional [1968].
- FURTADO, CELSO (1983). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico / Celso Furtado*; apresentação de José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves – São Paulo: Abril Culturas, 1983. (Os Economistas).
- GASTALDI, J. PETRELLI (2005). *Elementos de economia política / J. Petrelli Gastaldi* – 19. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2005.
- GIAMBIAGI, F. e AVERBURG, A. (2000) *A crise brasileira de 1998/1999 – origens e consequências*. Rio de Janeiro: BNDES, Textos para Discussão, nº 77.

- GIULIANO, PAOLA and MARTA RUIZ-ARRANZ (2005). “Remittances, Financial Development, and Growth,” IMF Working Paper WP/05/234, December 2005. www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2005/wp05234.pdf
- GLOBAL ECONOMIC PROSPECTS 2006: Economic Implications of Remittances and Migration (World Bank), World Development Indicators 2007, and Global Development Finance 2007.
- GLYTSOS, N (2002). A Model of Remittance Determination Applied to Middle East and North Africa Countries. N. 73. April 2002. <http://129.3.20.41/eps/lab/papers/0505/0505016.pdf>
[Acessado 24/09/2009.](#)
- GÓIS, PEDRO (2003). Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/5_PG.pdf Acessado em Junho de 2008.
- GUJARATI, DAMODAR N. (2000). Econometria Básica. 3ª Edição. São Paulo: MAKRON Books, 2000.
- GUPTA, Poonam (2005). [Macroeconomic Determinants of Remittances: Evidence from India, Poonam Gupta; IMF Working Paper 05/224; December 1, 2005.](#)
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2005/wp05224.pdf>
- HAESBAERT, ROGÉRIO (2006). O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. (1970). Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. American Economic Review, V. 60, n. 1, p. 126-142. March 1970. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/1807860.pdf>
- HERNANDEZ, LEILA MARIA GONÇALVES LEITE (2005). A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HORTA, ANA PAULA BEJA e MALHEIROS, JORGE MACAÍSTA (S/D). [Os cabo-verdianos em Portugal: processo de consolidação, estratégias individuais e acção colectiva.](#)
http://www.ieei.pt/files/Cabo_verdianos_em_Portugal_Ana_Paula_Horta_e_Jorge_Malheiros

[.pdf Acesso 16/03/2010.](#)

HUANG P., VARGAS-SILVA C. (2005). "Macroeconomic Determinants of Workers' Remittances: Host vs. Home Country's Economic Conditions", *EconPapers: International Finance*, 2005 - <http://129.3.20.41/eps/if/papers/0507/0507007.pdf> Acessado dia 20/08/2009.

HUNT, E.K. (2005). *Historia do pensamento econômico: uma perspectiva crítica* / E.K. Hunt, Howard J. Sherman; tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IANNI, OCTAVIO (1997). *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

III CONGRESSO DE QUADROS CABO-VERDIANOS DA DIÁSPORA Praia, de 3 a 6 de Abril de 2002. <http://www.congressocv.org/download/01-Abertura-1-86.pdf> Acesso 16/03/2010. PAINEL: As Segundas Gerações nos Países da Diáspora. p.87. <http://www.congressocv.org/download/02-Painel-87-150.pdf> Acesso 16/03/2010.

INSTITUTO DE APOIO AO EMIGRANTE (1998). *Breves Apontamentos sobre a Emigração Cabo-verdiana*. IAPE. Praia, Cabo Verde. *IN* http://www.ic.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=51 Acessado dia 04/07/2007.

International Monetary Fund, *World Economic Outlook Database*, October 2007. In <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2007/02/weodata/index.aspx> Acessado dia 14/02/2009.

IV CONGRESSO DOS QUADROS CABO-VERDIANOS DA DIÁSPORA. TEMA: A DIÁSPORA CABO-VERDIANA E O DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE: UM DESAFIO DE CIDADANIA. Praia, 19 a 22 de abril de 2006. <http://www.congressocv.org/congressos/4/objectivos.php> Acesso dia 16/03/2010

KATSELI, L.T.; LUCAS, R.E.B. and XENOGLIANI, T. (2006). *Policies For Migration and Development: a European Perspective*. p. 1 a 46. OCDE Development Center. Policy Brief n.30. Disponível em <http://www.OCDE.org/dataOCDE/55/37/37862315.pdf> Acessado em Novembro de 2009.

- KEELEY, BRAIN (2009). OCDE Insights International Migration: The human face of globalisation (Complete Edition - ISBN 9789264055780). Social Issues / Migration / Health, 2009, vol. 2009, no. 8, p. 1-174. Acessado 21/12/2009. <http://lysander.sourceOCDE.org/vl=7746878/cl=29/nw=1/rpsv/cgibin/fulltextew.pl?prpsv=/ij/OCDEthemes/99980142/v2009n8/s1/p11.idx>.
- KUNSCH, MARGARIDA MARIA KROHLING (2007). Sociedade civil, multicitadania e comunicaçãõ social, p. 59 a 77. IN Relações pùblicas comunitárias: a comunicaçãõ em uma perspectiva dialógica e transformadora / Margarida M. Krohlig Kunsch, Waldemar Luiz Luiz Kunsch (organizadores). – São Paulo: Summus, 2007.
- LAHAV, G. (2004). *Immigration and Politics in New Europe, reinventing borders*. United Kingdom, Cambridge University Press, 2004.
- LAKATOS, E.M. e MARCONI, M. A. (2002). Técnicas de pesquisa: planejamento e execuçãõ de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboraçãõ, análise e interpretaçãõ de dados. 5ª Ediçãõ. São Paulo: Atlas, 2002.
- LEE, E.S. (1966). A theory of migration. Demography Vol. 3, N. 1, p. 47-57. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/2060063.pdf> Acessado em Dezembro de 2009.
- LEVITT, PEGGY (1996). Social Remittances: A conceptual tool for understanding migration and development. Working paper series. Number 96.04, October 1996.
- LEVITT, PEGGY (2001). *The Transnational Villagers*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- LEWIS, W.A. (1954). Economic development with unlimited supplies of labour. Manchester school of economic and social studies v. 22, p. 139-191.
- LOWELL, B. LINDSAY (2002). Some Developmental Effects of the International Migration of Highly Skilled Persons. International Migration Papers 46. International Labour Office - Geneva. December, 2001. In <http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/download/imp/imp46.pdf>

- LUCAS E STARK (1985). Motivations to Remit: Evidence from Botswana. *The Journal of Political Economy*, Vol. 93, No. 5 (Oct., 1985), pp. 901-918 Published by: The University of Chicago Press Stable. <http://www.jstor.org/stable/1833062> Acessado 28/09/2009.
- MADDALA, G.S. (S/D). *Introdução à Econometria*. 3ª edição. LTC Editora.
- MALTHUS, THOMAS ROBERT (1983). *Princípios de economia política. Ensaio sobre a população / Thomas Robert Malthus. Notas aos princípios de economia política de Malthus / David Ricardo; apresentação de Ernane Galvêas; traduções de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. – São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).*
- MANUAL GERAL DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO. República de Cabo Verde. Governo de Cabo Verde. Ministério das finanças e Planeamento. Comissão de Reforma da Tributação sobre a Despesa. 1ª edição – Setembro de 2005.
- MARTIN, SUSAN (2007). *Women, Migration and Development*. ISIM, Transatlantic Perspectives on Migration. Policy Brief #1, June 2007. Acessado dia 08 de Janeiro de 2010. IN <http://www12.georgetown.edu/sfs/isim/Publications/GMF%20Materials/Martin.pdf>
- MARTIN, SUSAN and LATAPÍ, AGUSTÍN ESCOBAR (S/D). *Mexico – U.S. Migration Management: A Binational Approach*. ISIM. <http://www12.georgetown.edu/sfs/isim/Publications/SusanPubs/USMexicoMigration.pdf>
- MAYDA, ANNA MARIA (2005). “International Migration: A Panel Data Analysis of Economic and Non-Economic Determinants, IZA DP No. 1590 (<http://www.csmb.unimo.it/index/other/125.migration.pdf>). Acessado em 08/2008
- MENDOLA, MARIAPA (2006). *Rural out-migration and economic development at origin: what do we know?* Sussex Migration working Paper No. 40. Disponível em <http://www.sussex.ac.uk/migration/documents/mwp40.pdf>
- MEYERS, EYTAN (2000). *Theories of International Immigration Policy - A Comparative Analysis*. *International Migration Review*, Vol. 34, No. 4. (Winter, 2000), pp. 1245-1282. <http://links.jstor.org/sici?sici=0197->

[183%28200024%2934%3A4%3C1245%3ATOIIPC%3E2.0.CO%3B2-Y](http://www.gulbenkian.pt/media/files/FTP_files/pdfs/OIM2.pdf) Acessado dia 19/01/2010.

MIGRAÇÃO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO QUADRO DA CPLP – As Diásporas como Agentes de Desenvolvimento. Seminário 6 junho de 2006. Fórum Gulbenkian Imigração. Disponível em http://www.gulbenkian.pt/media/files/FTP_files/pdfs/OIM2.pdf Acesso 20/03/2009.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. DIREÇÃO GERAL DA CONTABILIDADE PÚBLICA. CONTA GERAL DO ESTADO. ANO 2007. Disponível em <http://www.minfin.gov.cv/docman/48.html> Acesso Julho de 2010.

MONTEIRO, CÉSAR AUGUSTO (2001). *Recomposição do espaço social cabo-verdiano* (Ensaio). Edição Autor.

NEWLAND, Kathleen with Erin Patrick (2004). “Beyond Remittances: The Role of Diaspora in Poverty Reduction in their Countries of Origin,” A Scoping Study by the Migration Policy Institute for the Department of International Development, July 2004. <http://www.eldis.org/static/DOC17672.htm>

OCDE (1998). Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Económico. *Survey of OCDE work on international Investment*. Paris: OCDE-OCDE, Directorate for Financial, Fiscal and Enterprise Affairs, 1998. (Working papers on International Investment, n.1). Disponível em <http://www.OCDE.org/dataOCDE/0/59/2111393.pdf>

OCDE (2007). *Jobs for Immigrants (Vol. 1): Labour Market Integration in Australia, Denmark, Germany and Sweden* (Complete Edition - ISBN 9264033599). p.1-292. IN <http://oberon.sourceOCDE.org/vl=1915881/cl=53/nw=1/rpsv/cgibin/fulltextew.pl?prpsv=/ij/OCDEthemes/99980142/v2007n12/s1/p11.idx> Acessado 21/12/2009.

OCDE (2008). *A Profile of Immigrant Populations in the 21st Century: DATA FROM OCDE COUNTRIES*. p. 1-201. IN <http://oberon.sourceOCDE.org/vl=2158810/cl=24/nw=1/rpsv/cgi-in/fulltextew.pl?prpsv=/ij/OCDEthemes/99980142/v2008n1/s1/p11.idx> Acessado 21/12/2009.

- OROZCO, M.; LOWELL, L.B. and SCHNEIDER, J. (2006). Gender-Specific Determinants of Remittances: Differences in Structure and Motivation. Report to the World Bank Group Gender and Development Group, PREM. In http://www.remesasydesarrollo.org/uploads/media/Genderpecific_Determinants_of_Remittances.pdf acessado dia 20 de Maio de 2010.
- OROZCO, MANUEL (2006). Considerations on diasporas and development. IN Inter-American Dialogue. Paper presented at the The Role of Diasporas in Developing the Homeland, June 16h, 2006, George Washington University, Washington, DC. Acessado dia 08 de Janeiro de 2010.
<http://www12.georgetown.edu/sfs/isim/Publications/RCRCCPubs/Orozco/Diasporas%20and%20development%20Orozco.pdf>
- ORTEGA, MANUEL MEDINA (2007). A Europa Face aos Novos Fluxos Migratórios. Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações. Ciclo “África Começou Mal, África Está Mal: A Tragédia africana”. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 09 de Março de 2007. Disponível em http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/ortega.pdf Acessado em Abril de 2010
- PAGE, JOHN and PLAZA, SONIA (2005). MIGRATION REMITTANCES AND DEVELOPMENT: A REVIEW OF GLOBAL EVIDENCE. Paper presented at the Plenary Session of the African Economic Research Consortium, May 29, 2005. Disponível em <http://www.migration4development.org/content/migration-remittances-and-development-a-review-global-evidence>
- PINDYCK, Robert S. (2004). Econometria – Pindyck & Rubinfeld / Robert S. Pindyck, Daniel L. Rubinfeld – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (Tradução de: Econometric and Economic forecasts, 4 th Ed).
- PORTES, ALEJANDRO (1997). “Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities”. International Migration Review, n. 31. V.4, p. 799-825. Disponível em <http://www.jstor.org/pss/2547415>

- PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO. PORTUGAL: CABO VERDE (2008-2011). Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). 2008. Acessado em 20/02/2010 em <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/piccv0811.pdf>
- RADALET, S. & SACHS, J. (1998), The on set of the east Asian financial crisis. [On line] Disponível na Internet via www.nber.org/papers/w6680 , NBER Working Paper Series n. 6680, Março.
- RANIS, G. and FEI, J.C. H. (1961). A theory of economic development. American economic review 51, N.4, p. 533-565. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/1812785.pdf> Acessado em Dezembro de 2009.
- RAPOPORT, H and DOCQUIER, F. (2005). “The Economics of Migrants’ Remittances”. IZA DP No. 1531, IZA Discussion Paper No. 1531, March 2005. Disponível em <http://www.econstor.eu/bitstream/10419/21307/1/dp1531.pdf> Acessado em Junho de 2009.
- RATHA, D. and MOHAPATRA, SANKET (2007). Increasing the Macroeconomic Impact of Remittances on Development. Development Prospects Group. The World Bank. Washington D.C. 20433. November 26, 2007. Disponível em www.worldbank.org/.../G8-Berlin-Increasing%20Macroeffects%20of%20Remittances.doc Acessado Maio de 2008.
- RATHA, D. (2003). Workers’ Remittances: An Important and Stable Source of External Development Finance. Global Development Finance, World Bank, 157. p. 157-175. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INTRGDF/Resources/GDF2003-Chapter7.pdf> Acessado Maio de 2008.
- RAVENSTEIN, E.G. (1885). The Laws of Migration. Journal of the Royal Statistical Society Vol. 48, N° 2, p. 167-235, Junho de 1885. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/2979181.pdf?acceptTC=true> Acessado em Novembro de 2009.
- RAVENSTEIN, E.G. (1889). The Laws of Migration. Journal of the Royal Statistical Society Vol. 52, N. 2, p. 241-305. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/2979333.pdf> Acessado em Novembro de 2009.

RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.

As Migrações num Mundo Interligado: Novas Linhas de Acção. Fundação Calouste Gulbenkian. Outubro de 2005. <http://www.gcim.org/mm/File/Port.pdf> Acessado 03/2010.

RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO AO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O PROCESSO DA SAÍDA DE CABO VERDE DA CATEGORIA DOS PMA. In http://www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=Relat%F3rio_da_UNU_sobre_Sa%EDda_de_Cabo_Verde_de_PMA Acessado em 20 de Fevereiro de 2010.

RELATÓRIO DO QUESTIONAMENTO SOBRE AS REMESSAS DOS EMIGRANTES.

Projeto C-312, Remessas e emigrantes como recurso ao desenvolvimento. IN Migration for Development. Disponível em <http://www.migration4development.org/node/1113>

REPÚBLICA DE CABO VERDE (1983), Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento 1982/85, Volume I – Relatório Geral. Praia: Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento.

REPÚBLICA DE CABO VERDE (2001). As Grandes Opções do Plano: uma agenda Estratégica. Conselho de Ministros. Praia, outubro de 2001. In http://www.minfin.gov.cv/downloads/GOP2002_2005.pdf Acessado 02/2010.

SABINO, C. e PEIXOTO, J. (2008). Immigration, the labour market and policy in Portugal: trends and prospects, SOCIUS, ISEG, UTL. Disponível em http://www.idea6fp.uw.edu.pl/pliki/WP6_Portugal.pdf

SANDRONI, PAULO (2007). Dicionário de Economia do século XXI / Paulo Sandroni. – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

SKELDON, RONALD (2009). Of Skilled Migration, Brain Drains and Policy Responses. Journal Compilation © 2008 IOM, International Migration Vol. 47 (4) 2009, ISSN 0020-7985. IN <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/121500414/PDFSTART> Acessado dia 19/01/2010.

SOLIMANO, ANDRÉS (2003). Remittances by emigrants: issues and evidence. UNU-WIDER Studies in Development Economics. United Nations University. Discussion Paper Nº 2003/89.

- STARK E BLOOM (1985). The New Economics of Labor Migration. The American Economic Review, Vol. 75, No. 2, Papers and Proceedings of the Ninety- Seventh Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1985), pp. 173-178. Published by: American Economic Association Stable In <http://www.jstor.org/stable/1805591> Acessado 28/09/2009.
- STOCK, JAMES H. (2004). Econometria / James H. Stock, Mark W. Watson; tradução Monica Rosemberg; revisão técnica Eliezer Martins Diniz. – São Paulo: Addison Wesley, 2004.
- TAVARES, P.V. e FILHO, E.B. da S. (2009). Inconsistência e Colapsos Cambiais nas Economias Emergentes nos Anos 90: O Caso do México, Sudeste Asiático e Brasil. ESTUDO & DEBATE, Lajeado, v.16, n.1, p. 1410173, 2009.
- TEMPLE, J. (1999). The New Growth Evidence. Journal of Economic Literature. Pittsburgh, P.A., V.37, p.112-155.
- TODARO, M.P. (1969). A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries. American Economic Review 59, N. 1, p. 138-148. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/1811100.pdf> Acessado em Novembro de 2009.
- WILLIAMSON, JEFFREY.G. and HATTON, TIMOTHY J. (2002). What Fundamentals Drive World Migration? NBER WORKING PAPER SERIES. Working Paper 9159 <http://www.nber.org/papers/w9159> Acessado em 7/2005. Acessado 20/12/2009.
- WILLIAMSON, JOHN (1973). A economia aberta e a economia mundial; um texto de economia internacional / John Williamson; Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. – Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- WORLD BANK (2003). Global Development Finance, 2003. Washington, DC: World Bank. In <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPROSPECTS/EXTGDF/> Acessado em Março de 2009.
- WORLD BANK (2007). staff estimates based on the International Monetary Fund's Balance of Payments Statistics Yearbook 2007. In <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/faq.htm> Acessado em Março de 2009.

WORLD BANK (2008). Staff estimates based on the International Monetary Fund's Balance of Payments Statistics Yearbook 2008. In <http://www.imf.org/external/np/sec/pn/2008/pn0885.htm> Acessado em Março de 2009

WORLD INVESTMENT REPORT (2008). Transnational Corporations, and the Infrastructure Challenge. United Nations Conference on Trade and Development. United Nations. New York and Geneva, 2008. Financiamento Oficial: <http://stats.unctad.org/Handbook/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=1926> e <http://stats.unctad.org/Handbook/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=1922> e <http://stats.unctad.org/Handbook/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=1923> Acessado dia 14/02/2009

ZENTELA, Georgina Trujillo & SCHIESSER, Fritz (2005). Migration and Development. In 113th ASSEMBLY OF THE INTER-PARLIAMENTARY UNION (2005). Report prepared by the co-Rapporteurs Mrs. Georgina Trujillo Zentella (Mexico) and Mr. Fritz Schiesser (Switzerland). Geneva, 17-19/10/2005. Disponível em www.ipu.org/conf-e/113/2Cmt-rpt.doc

ANEXO A - Teste Raiz Unitária do PIB, 1978 a 2007

Null Hypothesis: PIB has a unit root
 Exogenous: Constant, Linear Trend
 Lag Length: 0 (Automatic based on SIC, MAXLAG=7)

	t-Statistic	Prob.*
Augmented Dickey-Fuller test statistic	3.384878	1.0000
Test critical values:		
1% level	-4.296729	
5% level	-3.568379	
10% level	-3.218382	

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Augmented Dickey-Fuller Test Equation
 Dependent Variable: D(PIB)
 Method: Least Squares
 Date: 09/08/10 Time: 15:06
 Sample (adjusted): 1978 2007
 Included observations: 30 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
PIB(-1)	0.266239	0.078655	3.384878	0.0022
C	-10433321	17899840	-0.582872	0.5648
@TREND(1977)	-3390050.	2575097.	-1.316475	0.1991
R-squared	0.564195	Mean dependent var		45109123
Adjusted R-squared	0.531913	S.D. dependent var		67017323
S.E. of regression	45851149	Akaike info criterion		38.21434
Sum squared resid	5.68E+16	Schwarz criterion		38.35446
Log likelihood	-570.2151	Hannan-Quinn criter.		38.25916
F-statistic	17.47717	Durbin-Watson stat		1.772707
Prob(F-statistic)	0.000014			

Fonte: Autor. Elaborado a partir do Eviews.

ANEXO B - Teste Raiz Unitária da FBK, 1978 a 2007

Null Hypothesis: FBK has a unit root
 Exogenous: Constant, Linear Trend
 Lag Length: 0 (Automatic based on SIC, MAXLAG=7)

	t-Statistic	Prob.*
Augmented Dickey-Fuller test statistic	3.222001	1.0000
Test critical values:		
1% level	-4.296729	
5% level	-3.568379	
10% level	-3.218382	

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Augmented Dickey-Fuller Test Equation
 Dependent Variable: D(FBK)
 Method: Least Squares
 Date: 09/08/10 Time: 15:12
 Sample (adjusted): 1978 2007
 Included observations: 30 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
FBK(-1)	0.360519	0.111893	3.222001	0.0033
C	-15889581	12843216	-1.237196	0.2267
@TREND(1977)	-1256079.	1419920.	-0.884613	0.3842
R-squared	0.474125	Mean dependent var		21427625
Adjusted R-squared	0.435171	S.D. dependent var		45381876
S.E. of regression	34106789	Akaike info criterion		37.62253
Sum squared resid	3.14E+16	Schwarz criterion		37.76265
Log likelihood	-561.3380	Hannan-Quinn criter.		37.66736
F-statistic	12.17150	Durbin-Watson stat		2.589462
Prob(F-statistic)	0.000171			

Fonte: Autor. Elaborado a partir do Eviews.

ANEXO C - Teste Raiz Unitária da RTE, 1978 a 2007

Null Hypothesis: RTE has a unit root
 Exogenous: Constant, Linear Trend
 Lag Length: 0 (Automatic based on SIC, MAXLAG=7)

	t-Statistic	Prob.*
Augmented Dickey-Fuller test statistic	-1.976335	0.5901
Test critical values:		
1% level	-4.296729	
5% level	-3.568379	
10% level	-3.218382	

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Augmented Dickey-Fuller Test Equation
 Dependent Variable: D(RTE)
 Method: Least Squares
 Date: 09/08/10 Time: 15:16
 Sample (adjusted): 1978 2007
 Included observations: 30 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
RTE(-1)	-0.252776	0.127901	-1.976335	0.0584
C	2335157.	3638791.	0.641740	0.5265
@TREND(1977)	1145065.	516730.4	2.215982	0.0353
R-squared	0.154704	Mean dependent var		3828567.
Adjusted R-squared	0.092090	S.D. dependent var		9924935.
S.E. of regression	9456908.	Akaike info criterion		35.05703
Sum squared resid	2.41E+15	Schwarz criterion		35.19715
Log likelihood	-522.8554	Hannan-Quinn criter.		35.10185
F-statistic	2.470741	Durbin-Watson stat		1.642220
Prob(F-statistic)	0.103423			

Fonte: Autor. Elaborado a partir do Eviews.

ANEXO D - Teste Raiz Unitária da ODA, 1978 a 2007

Null Hypothesis: ODA has a unit root
 Exogenous: Constant, Linear Trend
 Lag Length: 0 (Automatic based on SIC, MAXLAG=7)

	t-Statistic	Prob.*
Augmented Dickey-Fuller test statistic	-3.190202	0.1054
Test critical values:		
1% level	-4.296729	
5% level	-3.568379	
10% level	-3.218382	

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Augmented Dickey-Fuller Test Equation
 Dependent Variable: D(ODA)
 Method: Least Squares
 Date: 09/08/10 Time: 15:20
 Sample (adjusted): 1978 2007
 Included observations: 30 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
ODA(-1)	-0.543955	0.170508	-3.190202	0.0036
C	25393813	8942192.	2.839775	0.0085
@TREND(1977)	1941061.	705358.6	2.751878	0.0105
R-squared	0.273788	Mean dependent var		4579333.
Adjusted R-squared	0.219994	S.D. dependent var		18720325
S.E. of regression	16533404	Akaike info criterion		36.17430
Sum squared resid	7.38E+15	Schwarz criterion		36.31442
Log likelihood	-539.6145	Hannan-Quinn criter.		36.21913
F-statistic	5.089607	Durbin-Watson stat		1.874689
Prob(F-statistic)	0.013316			

Fonte: Autor. Elaborado a partir do Eviews.

ANEXO E - Teste Raiz Unitária do D(PIB), 1978 a 2007

Null Hypothesis: D(PIB,2) has a unit root

Exogenous: Constant, Linear Trend

Lag Length: 2 (Automatic based on SIC, MAXLAG=7)

	t-Statistic	Prob.*
Augmented Dickey-Fuller test statistic	-6.055269	0.0002
Test critical values:		
1% level	-4.356068	
5% level	-3.595026	
10% level	-3.233456	

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Augmented Dickey-Fuller Test Equation

Dependent Variable: D(PIB,3)

Method: Least Squares

Date: 09/08/10 Time: 15:10

Sample (adjusted): 1982 2007

Included observations: 26 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
D(PIB(-1),2)	-2.875067	0.474804	-6.055269	0.0000
D(PIB(-1),3)	1.260606	0.347557	3.627050	0.0016
D(PIB(-2),3)	0.569804	0.205414	2.773932	0.0114
C	-28522825	23491669	-1.214168	0.2382
@TREND(1977)	2669600.	1262773.	2.114076	0.0466
R-squared	0.772004	Mean dependent var		2970233.
Adjusted R-squared	0.728577	S.D. dependent var		89451659
S.E. of regression	46602797	Akaike info criterion		38.32326
Sum squared resid	4.56E+16	Schwarz criterion		38.56520
Log likelihood	-493.2024	Hannan-Quinn criter.		38.39293
F-statistic	17.77676	Durbin-Watson stat		1.795759
Prob(F-statistic)	0.000002			

Fonte: Autor. Elaborado a partir do Eviews.

ANEXO F - Teste Raiz Unitária do D(FBK), 1978 a 2007

Null Hypothesis: D(FBK,2) has a unit root
 Exogenous: Constant, Linear Trend
 Lag Length: 1 (Automatic based on SIC, MAXLAG=7)

	t-Statistic	Prob.*
Augmented Dickey-Fuller test statistic	-6.252131	0.0001
Test critical values:		
1% level	-4.339330	
5% level	-3.587527	
10% level	-3.229230	

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Augmented Dickey-Fuller Test Equation
 Dependent Variable: D(FBK,3)
 Method: Least Squares
 Date: 09/08/10 Time: 15:13
 Sample (adjusted): 1981 2007
 Included observations: 27 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
D(FBK(-1),2)	-2.553108	0.408358	-6.252131	0.0000
D(FBK(-1),3)	0.496808	0.220412	2.253995	0.0340
C	-21253488	15981681	-1.329866	0.1966
@TREND(1977)	1904503.	867122.9	2.196348	0.0384
R-squared	0.863337	Mean dependent var		2757312.
Adjusted R-squared	0.845511	S.D. dependent var		87292489
S.E. of regression	34310362	Akaike info criterion		37.67575
Sum squared resid	2.71E+16	Schwarz criterion		37.86772
Log likelihood	-504.6226	Hannan-Quinn criter.		37.73283
F-statistic	48.43235	Durbin-Watson stat		1.737844
Prob(F-statistic)	0.000000			

Fonte: Autor. Elaborado a partir do Eviews.

ANEXO G - Teste Raiz Unitária do D(EXPORT), 1978 a 2007

Null Hypothesis: D(EXPORT,2) has a unit root
 Exogenous: Constant, Linear Trend
 Lag Length: 0 (Automatic based on SIC, MAXLAG=7)

	t-Statistic	Prob.*
Augmented Dickey-Fuller test statistic	-7.689744	0.0000
Test critical values:		
1% level	-4.323979	
5% level	-3.580623	
10% level	-3.225334	

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Augmented Dickey-Fuller Test Equation
 Dependent Variable: D(EXPORT,3)
 Method: Least Squares
 Date: 09/08/10 Time: 15:17
 Sample (adjusted): 1980 2007
 Included observations: 28 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
D(EXPORT(-1),2)	-1.419051	0.184538	-7.689744	0.0000
C	-5026618.	5435077.	-0.924848	0.3639
@TREND(1977)	463177.3	300895.2	1.539331	0.1363
R-squared	0.703097	Mean dependent var		-94009.82
Adjusted R-squared	0.679345	S.D. dependent var		22083349
S.E. of regression	12505009	Akaike info criterion		35.62211
Sum squared resid	3.91E+15	Schwarz criterion		35.76485
Log likelihood	-495.7096	Hannan-Quinn criter.		35.66575
F-statistic	29.60131	Durbin-Watson stat		2.185874
Prob(F-statistic)	0.000000			

Fonte: Autor. Elaborado a partir do Eviews.

ANEXO H - Teste Raiz Unitária do D(RTE), 1978 a 2007

Null Hypothesis: D(RTE) has a unit root

Exogenous: Constant, Linear Trend

Lag Length: 0 (Automatic based on SIC, MAXLAG=7)

	t-Statistic	Prob.*
Augmented Dickey-Fuller test statistic	-4.685477	0.0041
Test critical values:		
1% level	-4.309824	
5% level	-3.574244	
10% level	-3.221728	

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Augmented Dickey-Fuller Test Equation

Dependent Variable: D(RTE,2)

Method: Least Squares

Date: 09/08/10 Time: 15:16

Sample (adjusted): 1979 2007

Included observations: 29 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
D(RTE(-1))	-0.919698	0.196287	-4.685477	0.0001
C	809153.8	4117989.	0.196492	0.8458
@TREND(1977)	177477.5	232742.6	0.762548	0.4526
R-squared	0.458156	Mean dependent var		77827.59
Adjusted R-squared	0.416476	S.D. dependent var		13452095
S.E. of regression	10275888	Akaike info criterion		35.22620
Sum squared resid	2.75E+15	Schwarz criterion		35.36764
Log likelihood	-507.7798	Hannan-Quinn criter.		35.27049
F-statistic	10.99215	Durbin-Watson stat		1.972964
Prob(F-statistic)	0.000347			

Fonte: Autor. Elaborado a partir do Eviews.

ANEXO I - Teste Raiz Unitária do D(ODA), 1978 a 2007

Null Hypothesis: D(ODA) has a unit root
 Exogenous: Constant, Linear Trend
 Lag Length: 2 (Automatic based on SIC, MAXLAG=7)

	t-Statistic	Prob.*
Augmented Dickey-Fuller test statistic	-5.366427	0.0009
Test critical values:		
1% level	-4.339330	
5% level	-3.587527	
10% level	-3.229230	

*MacKinnon (1996) one-sided p-values.

Augmented Dickey-Fuller Test Equation
 Dependent Variable: D(ODA,2)
 Method: Least Squares
 Date: 09/08/10 Time: 15:21
 Sample (adjusted): 1981 2007
 Included observations: 27 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
D(ODA(-1))	-1.951110	0.363577	-5.366427	0.0000
D(ODA(-1),2)	0.703129	0.282102	2.492467	0.0207
D(ODA(-2),2)	0.515665	0.190370	2.708756	0.0128
C	6399707.	8363483.	0.765196	0.4523
@TREND(1977)	85581.19	435259.8	0.196621	0.8459
R-squared	0.697780	Mean dependent var		-158518.5
Adjusted R-squared	0.642830	S.D. dependent var		29322032
S.E. of regression	17523921	Akaike info criterion		36.36161
Sum squared resid	6.76E+15	Schwarz criterion		36.60158
Log likelihood	-485.8817	Hannan-Quinn criter.		36.43296
F-statistic	12.69864	Durbin-Watson stat		1.837633
Prob(F-statistic)	0.000017			

Fonte: Autor. Elaborado a partir do Eviews.

ANEXO J - Teste Raiz Unitária do D(IED), 1978 a 2007

Null Hypothesis: D(IED,2) has a unit root
 Exogenous: Constant, Linear Trend
 Lag Length: 9 (Automatic based on SIC, MAXLAG=10)

	t-Statistic	Prob.*
Augmented Dickey-Fuller test statistic	-5.629106	0.0012
Test critical values:		
	1% level	-4.532598
	5% level	-3.673616
	10% level	-3.277364

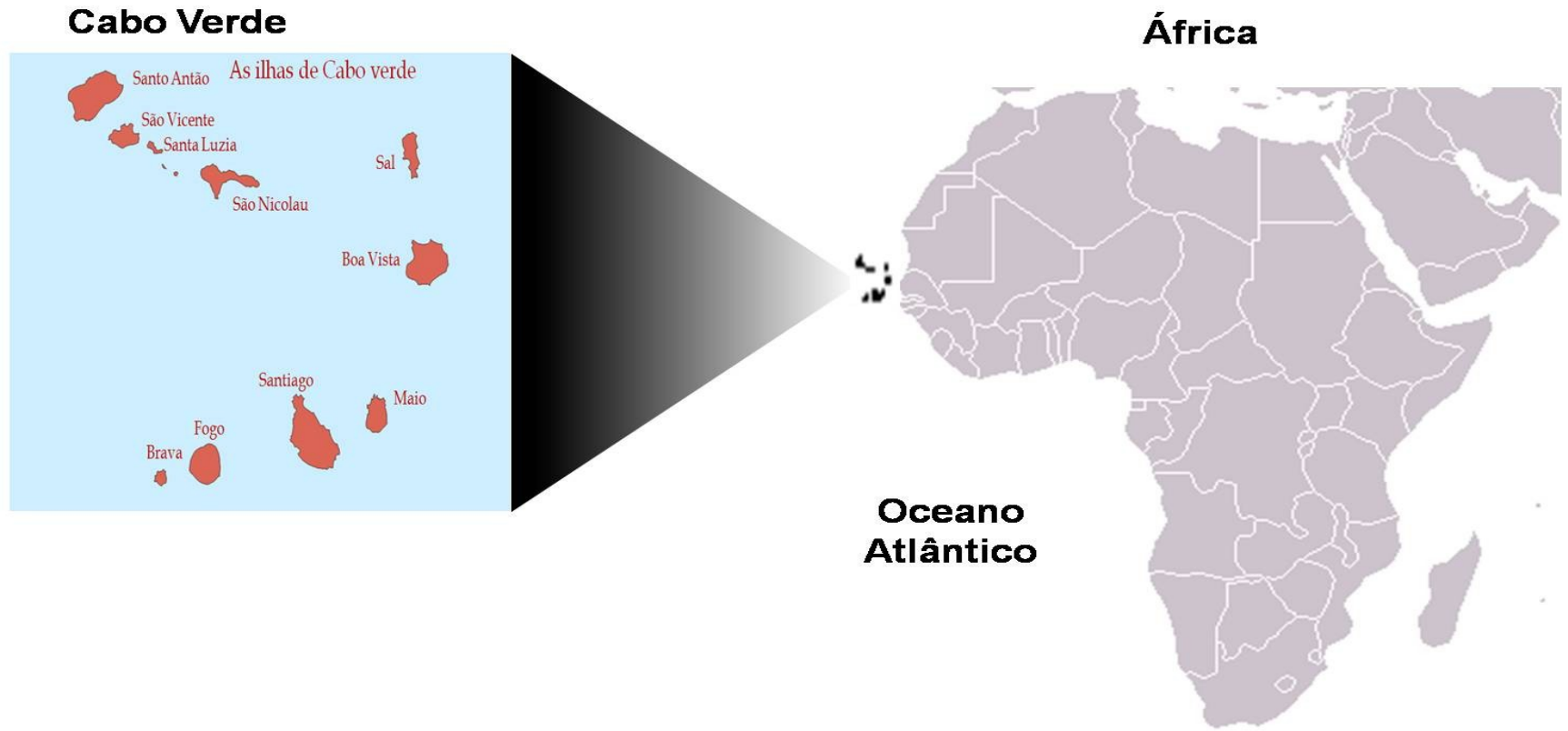
*MacKinnon (1996) one-sided p-values.
 Warning: Probabilities and critical values calculated for 20 observations
 and may not be accurate for a sample size of 19

Augmented Dickey-Fuller Test Equation
 Dependent Variable: D(IED,3)
 Method: Least Squares
 Date: 09/08/10 Time: 15:31
 Sample (adjusted): 1989 2007
 Included observations: 19 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
D(IED(-1),2)	-36.82737	6.542312	-5.629106	0.0008
D(IED(-1),3)	34.46380	6.439683	5.351785	0.0011
D(IED(-2),3)	32.36677	6.034071	5.364002	0.0010
D(IED(-3),3)	28.99873	5.469145	5.302241	0.0011
D(IED(-4),3)	26.91954	4.730450	5.690692	0.0007
D(IED(-5),3)	23.25497	3.984231	5.836753	0.0006
D(IED(-6),3)	20.59993	3.414950	6.032278	0.0005
D(IED(-7),3)	16.81007	2.648999	6.345818	0.0004
D(IED(-8),3)	11.26555	1.949396	5.778992	0.0007
D(IED(-9),3)	7.733658	1.102418	7.015176	0.0002
C	-11070228	9652521.	-1.146874	0.2891
@TREND(1977)	965677.5	453223.9	2.130685	0.0706
R-squared	0.995927	Mean dependent var		-4906678.
Adjusted R-squared	0.989527	S.D. dependent var		91331672
S.E. of regression	9346628.	Akaike info criterion		35.20356
Sum squared resid	6.12E+14	Schwarz criterion		35.80005
Log likelihood	-322.4338	Hannan-Quinn criter.		35.30451
F-statistic	155.6110	Durbin-Watson stat		2.403996
Prob(F-statistic)	0.000000			

Fonte: Autor. Elaborado a partir do Eviews.

ANEXO L - Localização Geográfica de Cabo Verde



ANEXO M - Discurso de Dr. Manuel Faustino no II Congresso dos Quadros Caboverdianos da Diáspora (2002, p. 32-35)

“Somos a globalização.

Não somos a sua consequência mas a sua essência. Um conjunto de interesses espalhados pelo planeta amalgamados num processo com séculos de duração, que não começou hoje que provavelmente não terá fim e que encontra o denominador mais importante fora da economia, na afectividade, ossatura da nossa originalidade cultural.

Somos parte de um processo complexo que antecede em muito o advento das tecnologias de comunicação, parte de um amplo movimento de pessoas, bens, serviços e capitais que é muito anterior ao seu baptismo com a designação de globalização.

As componentes que integram a globalização estruturaram um movimento de intensidade tais que nestes tempos da pós-modernidade condicionam de forma poderosa a dimensão diacrónica da consciência.

Esta tende a ficar obscurecida, impondo-se a todos níveis os ditames do aqui e agora, roubando ao tempo a sua historicidade estruturante.

Sr. Presidente da República

Minhas senhoras e meus senhores:

O nosso capital humano e não só tem por característica central a extraterritorialidade.

Enquanto nação nascemos de desencontrados encontros de povos que se subjugavam, se misturavam na tentativa de dominar a natureza, de dominar o mundo, de dominar os homens.

No nosso território e fora dele fomos dominados, transformados em instrumentos de dominação mas também tivemos sido ferramentas de libertação.

Sempre vivemos em permanente interacção com o resto do mundo. Sempre fomos parte deste doloroso e antigo processo de globalização que conheceu nas últimas décadas impulso extraordinário com potencialidades infinitamente boas e outras dramaticamente perversas.

Somos a globalização com as suas inequívocas possibilidades. Afinal fora somos muitos mais do que na terra mas de modo mais ou menos sintonizados, aqui e lá fora participamos no desenvolvimento deste chão, conseguimos, respostas parciais para a falta de chuva, soluções aceitáveis para o nosso crónico desemprego.

Nesse contexto a nossa cultura se enriquece quotidianamente nas mais diversas paragens do mundo, e por isso assumimos de facto a condição de pequeno país-continente.

Mas as profundas assimetrias que caracterizam também a globalização nos afectam de modo implacável.

Continuamos um país dependente e marginal. Sofremos as disfunções decorrentes de um processo que até o presente tem tido na incessante busca do lucro o seu motor maior, e os seus inevitáveis complementos, a pobreza, a exclusão, a doença, o infortúnio, o sofrimento.

O desmesurado crescimento das tóxicas dependências o repatriamento de trabalhadores que sugados na sua medula deixam de contar para o lucro, a criação de gente desenraizada da qual é necessário se livrar a que pretexto for são decorrências “naturais”.

Somos (ou devemos ser) uma rede de pessoas, que vivem em Cabo Verde e diversos outros países, que tem no seu seio, gente altamente qualificada, gente menos qualificada, gente desqualificada, gente integrada, gente excluída que tem como referência um exíguo território e uma cultura em transformação que extravasa esse espaço, amplia esse território.

Somos os artistas de sucesso, os cientistas de renome, os repatriados violentados, os desempregados amontoados nos nossos subúrbios, os desportistas bem sucedidos, os empresários bem estabelecidos.

Somos os nossos milhares de jovens que com um sorriso nos lábios e uma constante inquietação aceita o desafio de, assumidamente não ser eternamente futuro mas reivindica o direito de construí-lo no dia-adia.

Nos tempos que correm ser a globalização significa aceitar o desafio da sua edificação como um processo irreversível mas que pode ter um rosto mais humanos mais solidário que não se alimenta do sangue o suor de milhares de excluídos que não permite o crescimento de autênticos caldos de cultura da intolerância, que num quadro de desespero permanente transforma a violência patológica na única e perigosa forma de afirmação.

Porque somos a globalização devemos igualmente assumir que esta, na era da pós modernidade implica uma redefinição do estado não na aceção da sua substituição pelo mercado mas na da necessidade de repensar os fundamentos das suas instituições, na perspectiva dos grandes desafios que se colocam, aceitando especialmente o de construir o senso comum emancipatório na aceção de Boaventura Sousa Santos.

Se hoje a perspectiva de uma sociedade civil mundial não é uma quimera, e se as outras formas de integração têm revelado dramáticas insuficiências, a participação nesse amplo movimento pode ser uma via de emancipação.

Tal postura não implica a negação do estado mas a estruturação de um espaço de negociação, de controlo, de influenciação, de pressão sobre o estado ou melhor sobre os estados.

Tanto no país como no exterior a articulação entre as diversas organizações da sociedade civil cabo-verdianas e entre estas e as de outros países, pode ser determinante nos tempos que correm.

Essa articulação deve ter por objectivo assegurar o espaço da liberdade e da cidadania e contribuir para que a lógica do estado, muitas vezes submetido a pressões intoleráveis, nomeadamente por parte de determinadas instâncias internacionais coincida com os reais interesses das pessoas.

É provável que o fortalecimento da sociedade civil cabo-verdiana no país e na diáspora seja uma alternativa, numa perspectiva complementar, às grandes debilidades do estado cabo-verdiano num contexto em que tendencialmente as áreas que tradicionalmente lhe são reservadas se reduzem.

Esta perspectiva implica necessariamente o aprofundamento e assunção real, com todas as contradições e potencialidades, do princípio segundo o qual a nação extravasa o espaço territorial.

É nessa linha que a Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz abraçou a ideia de representar localmente esta parcela de Cabo Verde que durante estes dias decidiu encontrar-se neste insubstituível espaço físico da cabo-verdianidade.

Ao aceitar o honroso convite que nos foi formulado pela Direcção do Congresso na pessoa do seu Presidente Dr. Lucas da Cruz, procuramos traduzir na prática e em termos operacionais a ideia de nação que ultrapassa as fronteiras físicas.

Propusemos e os quadros residentes assumiram com toda a clareza que os grandes problemas das comunidades cabo-verdianas no exterior fossem entendidos como parte dos problemas e das respostas aos desafios que se colocam a Cabo Verde como um todo.

Nessa óptica foi possível retomar o debate durante perto de dois meses, particularmente na capital do país e na cidade do Mindelo.

Emigração e juventude, mulher e emigração, emigração e desenvolvimento sócio económico,

cultura e emigração foram temas que durante esse período estiveram no centro das atenções em paralelo com importantes debates sobre a problemática da emigração promovidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

É por isso que afirmamos com algum orgulho que para grande parte dos quadros residentes, o congresso começou há muito tempo, graças a acção concertada com esse Ministério, Câmara Municipal da Praia, o Instituto das Comunidades e o Ministério da Cultura.

Se a assunção da dimensão externa do país foi uma preocupação central, a nossa natureza descentralizada não foi deixada de lado. Assim, para além do envolvimento de todas as Câmaras Municipais do país, com natural destaque para a da Praia, foi possível contar com antenas nas ilhas de Santo Antão, com o Sr. José Manuel Pires Ferreira, S. Vicente com a Dra. Ana Cordeiro, Sal com a Dra. Conceição Aparecida e Fogo com a Sra. Monique Weimer, a quem apresentamos sinceros agradecimentos.

Mas a nossa tarefa tem beneficiado também da solidariedade activa da Cabo Verde Telecom, do B.C.V., do PNUD, da OMS, da RTC, da Impar, da JBC a quem agradecemos penhoradamente.

Sr. Presidente da República

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

As segundas gerações.

A escolha do tema central do congresso não podia ser mais feliz, adequado e desafiador.

Ele absorve antes de mais a ideia de perenidade, de irreversibilidade, de caminho sem volta. Aqui não me refiro à emigração mas ao conceito de nação de que me tenho utilizado.

Fala-se de futuro que encontrou a sua razão de ser nos pioneiros que enquanto primeira geração desbravaram caminhos, rasgaram horizontes mas que naturalmente têm de deixar a cena na certeza de terem contribuído para que segundas gerações não tivessem outra alternativa do que dar continuidade a essa complexa e secular aventura cabo-verdiana.

Segundas gerações são antes de mais futuro, garantia de continuidade e necessariamente de rotura.

Os desafios-soluções que as segundas gerações tão agudamente colocam são no fundo questões que a nação tem de resolver. Dentro e fora de cabo verde.

Geralmente falar das segundas gerações significa falar de integração, falar de identidade, falar de marginalização, falar de oportunidades, temas que numa perspectiva diferente mas complementar são também recorrentes em Cabo Verde.

Falar das segundas gerações implica estudar os seus problemas, perscrutar os seus dramas, identificar as oportunidades numa perspectiva necessariamente diferenciada uma vez que as comunidades caboverdianas espalhadas pelo mundo não são homogéneas.

Mas essas preocupações só têm sentido se forem balizadas por duas importantes referências: as realidades cabo-verdiana e mundial.

Por outras palavras, sem perderem as suas especificidades e autonomia, têm de estar sintonizadas com os problemas globais do país que se encontra mergulhado num contexto mundial extremamente complexo e mutável.

Nessa perspectiva as segundas gerações são a construção em grande parte por elas e pela juventude residente de um novo destino de um futuro que já começou.

Esta postura implica inevitavelmente roturas com concepções que serviram na modernidade que praticamente não atingimos mas que não encontram lugar na pós-modernidade que nos invade, angustia, desafia.

Não é possível responder aos grandes desafios de hoje com os mesmos instrumentos

conceptuais de ontem.

Sem tirar os pés do chão há que ter a coragem de empreender altíssimos voos. E neste tempo de uniformização avassaladora o chão mais seguro é sem dúvida o chão da nossa cultura, o chão da caboverdianidade.

É ele que nos confere identidade que nos humaniza de modo diferente e original é ele que enriquece o mundo com a nossa diferença.

Mas naturalmente que se a esse nível os problemas são uma constante e um desafio, nada menos indicado do que entendê-lo de modo estático, anquilosado.

Concebida como a intermediação entre a pessoa e o meio, ela tem de ser vivenciada na sua dinâmica intrínseca.

A alternativa à descaracterização cultural não pode ser a caricata reivindicação da autenticidade exclusivista de parcelas da nossa cultura por mais importantes que possam ser, uma vez que tal postura é a amputação, a negação mesmo, da nossa originalidade que reside na construção permanente de uma unidade ricamente diversificada.

É provável que ao procurarmos entender os importantes problemas das segundas gerações estejamos tão-somente ainda que inconscientemente a assumir a nossa condição de país-segunda geração, num mundo que compulsivamente cria diásporas da diáspora.

É possível que essa busca represente a consciência de que não temos outra saída senão depositar com confiança nas mãos, nos cérebros e nos corações da nossa juventude no exterior e nas ilhas, a missão de compreender e perenizar esta nação que não cabe no estado, na feliz formulação do jovem cientista António Correia e Silva.

Que consigamos tal desiderato que compreendamos melhor a nossa juventude que tenhamos o bom senso de não atrapalhá-la se não pudermos ajudá-la são os votos sinceros da Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento Zé Moniz a todos os congressistas de todos os lugares de todas as idades de todas as gerações”.

Muito obrigado.